

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MURILLO OLIVEIRA SOARES

**Anápolis: uma cidade entre capitais (Goiânia e Brasília) e
modernidades (1930-1960).**

GOIÂNIA
2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

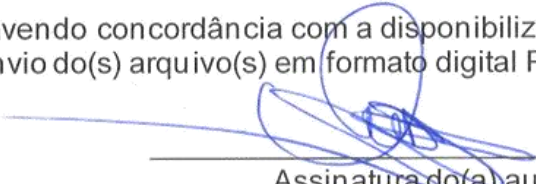
Nome completo do autor: Murillo Oliveira Soares

Título do trabalho: "ANÁPOLIS: UMA CIDADE ENTRE CAPITAIS (GOIÂNIA E BRASÍLIA) E MODERNIDADES (1930-1960)".

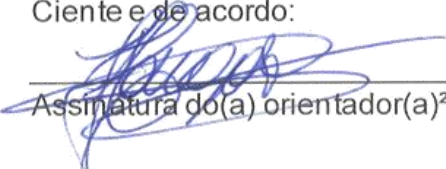
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 01 / 11 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MURILLO OLIVEIRA SOARES

**Anápolis: uma cidade entre capitais (Goiânia e Brasília) e
modernidades (1930-1960).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: Cultura, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais.

Orientador: Professor Dr. Jiani Fernando Langaro.

GOIÂNIA
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Oliveira Soares, Murillo

Anápolis: uma cidade entre capitais (Goiânia e Brasília) e modernidades (1930-1960). [manuscrito] / Murillo Oliveira Soares. - 2019.

CCXIII, 213 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,

Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2019.

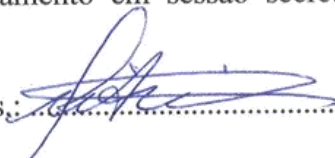
Bibliografia.

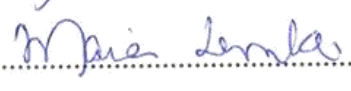
Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de figuras.

1. Anápolis. 2. História urbana. 3. Modernidade.
4. Goiânia. 5. Brasília. I. Fernando Langaro, Jiani, orient. II. Título.

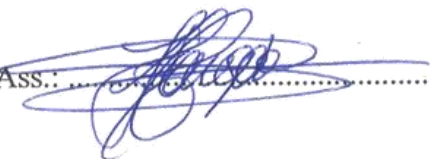
CDU 94

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Murillo Oliveira Soares**. Aos 04 (quatro) dias do mês de setembro de dois mil e dezenove (2019), com início às 14h, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **Murillo Oliveira Soares**, cujo título foi **“ANÁPOLIS: UMA CIDADE ENTRE CAPITAIS (GOIÂNIA E BRASÍLIA) E MODERNIDADES (1930-1960)”**. A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº 054/2019-PPGH, de 02 de setembro de 2019, pelos seguintes Professores Doutores: **Jiani Fernando Langaro (Presidente)**, **Losandro Antonio Tedeschi (PPGH/UFGD)**, **Maria Lemke (PPGIDH/UFG)**, **Rafael Saddi Teixeira (PPGH/UFG)** e, como suplente **Ana Lúcia Oliveira Vilela (PPGH/UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 17:50 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato Aprovado.....

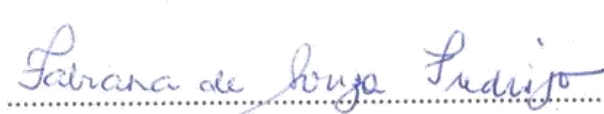
Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi (UFGD) - Ass.: 
Decisão (Aprovado).....

Profa. Dra. Maria Lemke (PPGIDH/UFG) - Ass.: 
Decisão (Aprovado).....

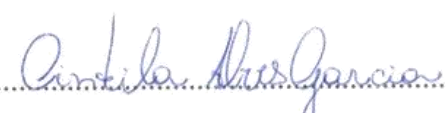
Prof. Dr. Rafael Saddi Teixeira (PPGH/UFG) - Ass.: 
Decisão (Aprovado).....

Presidente da Banca Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro - Ass.: 
Decisão (Aprovado).....

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cintila Alves Garcia, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: 
.....

Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo

Secretária: 
.....
Cintila Alves Garcia

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Jiani Langaro por ter abraçado a ideia deste trabalho, pelas reuniões e os ensinamentos ao longo desse caminho. Obrigado por apoiar as minhas ideias “nada a ver” e redirecioná-las para um caminho melhor e coeso.

Quero agradecer à professora Júlia Bueno que me orientou desde a graduação e foi um berço de inspirações, empréstimos de livros e conversas agradáveis, aos professores Yussef Salomão de Campos e à professora Ana Lúcia Vilela pela contribuição durante a qualificação.

À UFG pelo apoio e estrutura, junto ao corpo docente que ajudou no caminho da dissertação, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - pelo apoio financeiro, sem o qual não seria possível a realização desta pesquisa. Devo salientar que a Capes é de grande importância para a pesquisa e o desenvolvimento da ciência neste país, sem educação e investimento não é possível o crescimento do Brasil, espero que esse momento turbulento vivenciado pela instituição fique relegado ao passado.

Agradeço aos funcionários da prefeitura de Anápolis, por me ouvirem e mostrarem o caminho até o arquivo, ao Senhor Alin por permitir o acesso aos arquivos da gestão de obras públicas e por me dar um voto de confiança, o Museu Histórico de Anápolis, principalmente o Jairo, pelas tardes e auxílio nas pesquisas e no compartilhamento das fotografias e jornais.

Aos meus familiares, obrigado mãe, avó e minha irmã Morgana por me mostrarem o caminho, obrigado pela educação e o amor.

Aos meus amigos mais que especiais Éder Mendes, Lorena Borges, Graziano Magalhães e Mariana Oliveira por suportarem as mudanças de humor, me ouvirem em momentos difíceis e sempre apoiarem-me. Enfim, a todos os meus amigos, peço perdão caso esqueça-me de alguém, Bruno, Karla, Andrea Biage, José Fabio, Leandro, Jefferson, Lilian, Millena, Deivid, Michele, entre outros.

Em especial agradeço a Murilo Felix, meu companheiro de muitos anos.

RESUMO

Neste trabalho, buscamos traçar as mudanças urbanas da cidade de Anápolis - GO entre a década de 1930, a partir da chegada da ferrovia e a construção de Goiânia; até a construção de Brasília em 1960. Nos entremeios deste período histórico, busca-se entender como o processo de modernização foi reconfigurando o espaço urbano da cidade e como o ideal de modernidade foi definindo o imaginário social da cidade, além das influências que Goiânia e Brasília empreenderam ao ideal de moderno.

A urbanização e a construção de obras arquitetônicas são caminho para traçar como os mais variados setores da sociedade anapolina fizeram da cidade um espaço de rupturas e continuidades da história. O lugar em que os projetos pensados materializaram-se, ou não, conforme o desejo de um projeto moderno e de progresso buscado pela cidade. Nesse sentido, a ótica do trabalho foca na história urbana como um espaço de compreensão da cidade como um local vivo, de formas e desejos dos agentes que ali viviam.

O processo de alteração urbana em busca de uma cidade moderna envolveu diversos fatores internos e externos, o que contribuiu para a compreensão da experiência temporal dessa sociedade.

Palavras-chave: Anápolis, História urbana, modernidade, Goiânia, Brasília, Urbanização.

ABSTRACT

In this work, we seek to trace the urban changes of the city of Anápolis –GO, between the 1930s, from the arrival of the railroad and the construction of Goiânia, until the construction of Brasília in 1960, within this historical period to understand how the process of modernization was reconfiguring the urban space of the city, and as the ideal of modernity was defining the social imaginary of the city, the influences that Goiânia and Brasília played in the ideal of modernity.

The urbanization and construction of architectural works are a way to trace how the various sectors of Anapolina society have made the city a space of ruptures and continuations of history, where the thought projects were materialized or not, according to the aspiration of a project modern and progress that the city sought, in this sense the optics of work focuses on urban history as a space for understanding the city as a living place, the forms and desires of the agents who lived there.

The process of urban change in search of a modern city, involved several internal and external factors, which contributed to the understanding of the temporal experience of this society.

Keywords: Anápolis, Urban History, modernity, Goiânia, Brasília, Urbanization.

O Mal da Cidade

O Homem pensa ter na Cidade a base de toda a sua grandeza e só nela tem a fonte de toda a sua miséria. Vê, Jacinto! Na Cidade perdeu ele a força e beleza harmoniosa do corpo, e se tornou esse ser ressequido e escanifrado ou obeso e afogado em unto, de ossos moles como trapos, de nervos trémulos como arames, com cangalhas, com chinós, com dentaduras de chumbo, sem sangue, sem fibra, sem viço, torto, corcunda - esse ser em que Deus, espantado, mal pode reconhecer o seu esbelto e rijo e nobre Adão! Na cidade findou a sua liberdade moral: cada manhã ela lhe impõe uma necessidade, e cada necessidade o arremessa para uma dependência: pobre e subalterno, a sua vida é um constante solicitar, adular, vergar, rastejar, aturar; rico e superior como um Jacinto, a Sociedade logo o enreda em tradições, preceitos, etiquetas, cerimónias, praxes, ritos, serviços mais disciplinares que os dum cárcere ou dum quartel... A sua tranquilidade (bem tão alto que Deus com ela recompensa os Santos) onde está, meu Jacinto? Sumida para sempre, nessa batalha desesperada pelo pão, ou pela fama, ou pelo poder, ou pelo gozo, ou pela fugidia rodela de ouro!

(Eça de Queirós, in 'A Cidade e as Serras')

Lista de figuras.

Figura 1: fotografia da Câmara e cadeia. Casa de Câmara e Cadeia - Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho” – 2012.	58
Figura 2: Estação de ferro de Goyaz em 1935. – Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho” – 2012.....	62
Figura 3: Cine Áurea - Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”-2012.....	63
Figura 4: Cine Imperial - Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.....	65
Figura 5: Clube Recreativo de Anápolis. Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.....	66
Figura 6: Banco Credito Real de Minas Gerais- Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.....	68
Figura 7: mapa da cidade de Anápolis – desenhado pelo escritório técnico Friedmann em 05/07/1950 – Fonte: Instituto de patrimônio histórico e cultural Professor Jim Magaliski – 2018.	90
Figura 8: planta em papel manteiga da residência da filha do Sr. Dr. Bonfim da Abadia. - Fonte Arquivo municipal de planejamento e obras públicas de Anápolis – 2018.....	93
Figura 9: processo de alvará para a construção da residência da filha do sr. Dr. Bonfim da Abadia - Fonte Arquivo municipal de planejamento e obras públicas de Anápolis – 2018.....	94
Figura 10: Fotografia da residência edificada da filha do Sr. Dr. Bonfim da Abadia - Fonte Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.....	94
Figura 11- Imagem da planta da Empresa Luz e força de Anápolis – Ltda., planta original em papel manteiga, fonte: processo Nº 138 em 13 de novembro de 1939, arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.....	97
Figura 12 – fotografia da residência da Família Antônio Luis Pina – foto Garcês, fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.....	98
Figura 13- planta em papel manteiga – residência Aquiles de Pina – fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.....	99
Figura 14 - fotografia do banco indústria e comercial do Estado de Goiás – fonte: Instituto de patrimônio histórico e cultural Professor Jim Magaliski – 2018.	100
Figura 15 - fotografia do banco indústria e comercial do Estado de Goiás – fonte: Instituto de patrimônio histórico e cultural Professor Jim Magaliski – 2018.	100
Figura 16 – planta original do estabelecimento do comerciante Leoni Mendonça antes da reforma e ampliação. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.	103
Figura 17 - planta original da fachada do estabelecimento do comerciante Leoni Mendonça depois da reforma e ampliação. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.....	103
Figura 18- Planta original da concessionária Ford, contendo apenas a bomba de abastecimento. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.....	105
Figura 19- Planta original sobre a reforma e ampliação da concessionária Ford - Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.	105

Figura 20 - Agência Ford na década de 1940, após o processo de ampliação e reforma. Fotografia Francisco Garcêz. Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.	106
Figura 21 – plantas arquitetônicas A e B do Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro S/A – 1945. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018. ...	108
Figura 22 - Fotografia do banco imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro S/A, autor: Francisco Garcez - Fonte: Instituto de patrimônio histórico e cultural Professor Jim Magaliski – 2018.	109
Figura 23 - Cine Teatro Goiânia, década de 1940. Autor desconhecido. Goiânia – GO. Fonte: Acervo MIS GO – 2017.	110
Figura 24- edifício comercial e residencial de Gabriel Abrão Issa, na rua Barão do Rio Branco esquina com rua 7 de setembro. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018).....	111
Figura 25- edifício comercial e residencial de Mozart Soares – Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.....	112
Figura 26- planta da construção do edifício da Sociedade Goiana de Laticínios, Ltda.- ano 1947 – Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.....	113
Figura 27 - planta original da residência do senhor Jorge Skaaf – ano 1942 – Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.....	116
Figura 28- planta original da residência do senhor Jorge Skaaf, detalhe sobre a localização da fossa feita pelo próprio autor – ano 1942 – Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.....	117
Figura 29 - residência do senhor José Alcides Lira – 3ª Zona. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.	119
Figura 30 - residência do senhor Manoel Pereira Dédé. Ambas construções de casas de classe média baixa da 3ª zona. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.	120
Figura 31- termo de atestado de pobreza em nome do senhor Antonio Lobianco – 1945 - Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.	120
Figura 32- residência do imigrante russo Dimitry Rechetnikow, Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.....	121
Figura 33- planta baixa do interior com os cômodos da residência do imigrante russo Dimitry Rechetnikow, Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018...	122
Figura 34 - Residência do senhor Leek Bowen - Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.	123
Figura 35- residência do senhor Jose Pereira Rocha - Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.	125
Figura 36- Fotografia área de Anápolis década de 1940. Centro da cidade 1ª e 2ª zonas, destaque para a criação do bairro Jundiá. Fonte: Museu histórico de Anápolis, editado pelo autor- ano 2018.	126
Figura 37- fotografia área do bairro Jundiá e suas principais avenidas. Fonte: Museu histórico de Anápolis, editado pelo autor- ano 2018.....	128
Figura 38- Folhas 1 e 2 do Contrato de prestação de serviço entre a prefeitura de Anápolis e o topógrafo Ewald Janssen – 1952 – Fonte: Arquivo Janssen. 2019.....	129
Figura 39- Processo de N°191/44. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.....	134

Figura 40 -Planta do edifício Banco Comercio e indústria de Minas Gerais –arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.....	140
Figura 41- fotografia da família do Sr. Rozendo Cardoso da Silva: sem data - Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.....	143
Figura 42- fotografia dos operários do terminal ferroviário de Anápolis - Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.....	144
Figura 43 - Tabelas sobre o consumo de energia da cidade de Anápolis – Fonte: Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis, 2018.....	148
Figura 44 - Capa do jornal O Anápolis – 25 de dezembro de 1955. Fonte: Arquivo Municipal de Obras e Planejamento Público de Anápolis. 2018.....	159
Figura 45 - Greve dos caminhoneiros em 1948 – Anápolis. Fotógrafo Francisco Garcez - fonte: Museu Histórico da cidade de Anápolis – 2012.	160
Figura 46 - um cidadão anapolino – fotografia Francisco Garcêz – Fonte: fonte: Museu Histórico da cidade de Anápolis – 2012.....	161
Figura 47 - Visita do presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek a cidade de Anápolis em 1956. Fonte: Museu Histórico da cidade de Anápolis – 2012.....	163
Figura 48 - Carteira profissional do Sr. Geraldo D´Abadia – Processo Nº 129/1956. Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.....	164
Figura 49 - – Jornal: O Anápolis – 25-12-1955. Nesta edição consta o edital público para licitação do plano diretor de Anápolis, edital Nº10. Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.	165
Figura 50 - Planta da residência do Sr. John Stuart Wortley Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis.- 2018.	176
Figura 51 - fotografia da residência Dourival de Souza Bacellar - Fonte Sulamita Borges. In: BORGES, (1990, p.44)	177
Figura 52 - Residência do Sr. Eurico Albuquerque - Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.	178
Figura 53 - planta baixa da residência do Sr. Eurico Albuquerque – 1952. Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.....	180
Figura 54 - planta da residência do Sr. João Moraes - Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.	181
Figura 55 - – Fotografia da indústria Ford Motor Car Company – Fonte: In: REBELO, 2012, p.30.	183
Figura 56-- Escola alemã da Bauhaus – 1926 – Fonte: In rebeLO, 2012, p. 46.	184
Figura 57-Planta da Agência Ford, 1955 – Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.....	185
Figura 58 - Edifício comercial do Sr. Faez Faud – 1953. Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.	187
Figura 59 -Planta baixa lateral da residência do Sr. Joaquim Propicio de Pina- 1956 - Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.....	188
Figura 60 - planta da fachada da residência do Sr. Joaquim Propicio de Pina 1956. Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.....	188
Figura 61- Planta do Colégio José Ludovico de Almeida – 1956. Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.	190
Figura 62-Fotografia do Colégio José Ludovico de Almeida – Fonte: Museu Histórico da cidade de Anápolis – 2012.	190

Figura 63-Fotografia da exposição de carros de boi, em frente à estação ferroviária. Fonte:
Museu Histórico da cidade de Anápolis – 2012.194

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1. – Uma breve história de Goiás sobre a modernidade como discurso...	27
1.1. Uma breve genealogia de Anápolis.....	38
1.2 – Anápolis: em busca da modernidade e da sanitização do seu espaço urbano.....	44
1.3 – A modernidade que não se expressa em palavras, mas em concreto.	57
Capítulo 2.0 – A modernidade de Paris ao Brasil.....	70
2.1. O Rio de Janeiro – o projeto de modernidade às avessas.....	77
2.2 Goiânia a capital da modernidade em meio ao sertão.	81
2.3 Anápolis e a cidade “elite”.	86
2.4 Anápolis e a 3ª zona.....	114
2.5 – A cidade desejada e a cidade realizada.....	130
2.6 – O silêncio dos documentos.....	142
Capítulo 3.0 – Anápolis e a relação com a construção de Brasília.	145
3.1 - Nacionalismo, Modernidade e Modernismo: a primeira metade de 1950 no Brasil.	151
3.2 - Brasília e o impacto da sua modernidade em Anápolis.	157
3.3 - Construções modernistas em Anápolis, antes de Brasília?	173
3.4 Anápolis e as duas modernidades: Modernidade ou hibridismo?	191
Considerações finais.....	199
Referências	203

Introdução.

A região de Anápolis localizada na parte central do estado de Goiás, teve suas origens no século XVIII, com um pequeno povoado que servia como rota de passagem para os viajantes que buscavam riquezas como prata, ouro e pedras preciosas, os viajantes foram atraídos pela abundância de ouro nas minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, atual Pirenópolis, nessa época segundo Haydée Jayme Ferreira (1981, p.13), “a cidade ainda era um pequeno arraial, que servia para os tropeiros levarem produtos as várias regiões de Goiás”.

Ao longo das décadas foram erguidas pequenas casas, a pequena capela de Sant’Anna das Antas, em 1872, com a doação de terras por parte de alguns fazendeiros da região, deu-se início a formação da cidade de Anápolis que em 31 de julho de 1907 seria emancipada pela Lei Nº320, pelo presidente do Estado de Goiás, Miguel Rocha Lima. Este, trabalho, por conseguinte, analisa o crescimento urbano e social que a cidade obteve nas décadas de 1930 a 1960, com a chegada da ferrovia na década de 1930 e a construção de Goiânia, compreendendo as suas transformações na década de 1940, até a década de 1960 com a inauguração de Brasília.

Durante esse recorte temporal foram vivenciados na cidade um grande sentimento de modernização, anseio este que era alimentado pelas expectativas econômicas e culturais pela integração da cidade através da linha férrea com a região Sudeste do Brasil, além dessa integração a construção de uma nova capital para o estado de Goiás, aumentou o sentimento de modernidade que a cidade vivenciava. Logo esse projeto foi realimentado no final de década de 1950, com a construção de uma nova capital federal, Brasília, a cidade de Anápolis pôde vivenciar um novo movimento de progresso dentro do seu imaginário social.

O recorte temporal da pesquisa se aplica de 1930 a 1960, não apenas pelo sentimento de modernização que se instalou no imaginário social da urbe, mas pelas construções urbanas e o crescimento urbanístico, com a introdução de novas construções de estilos variados e a chegada de novas formas de comportamento que a cidade passou a vivenciar, sendo amplamente alimentados pelos jornais da época e por projetos políticos que tentavam inserir a cidade nesse processo que o Brasil e o estado de Goiás estavam passando.

As cidades, como formas edificadas, foram berços da humanidade, antes mesmo das configurações urbanas modernas, em que as casas, ruas, praças, estabelecimentos,

edifícios, erguidos pelo barro e a madeira puderam ser olhados por vários campos do conhecimento, como a arquitetura, a arte, a geografia e a história, entre várias disciplinas que se interligam para tentar encontrar explicações para os fenômenos culturais que as cidades produziram e ainda produzem ao longo da história humana.

O surgimento das cidades, vão ampliando as noções de sociedade, pois é nestes que encontramos as zonas de embates e conflitos, onde as múltiplas formas de cultura se interligam e estabelecem as narrativas que contam a sua trajetória, como afirma Sandra Jatahy Pesavento (1999, p.09), as cidades por excelência é o “lugar do homem”, ela presta à multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados.

Dessa maneira ao longo do tempo as formas de ver e entender os significados das cidades vão mostrando as várias camadas de suas produções, desde as formas de produzir casas, prédios monumentais, os agentes que os produziram, as relações políticas e filosóficas que puderam e podem trazer as relações culturais de uma sociedade, a modernidade como conceito de entendimento do mundo contemporâneo, pode ampliar ainda mais o entendimento dessas produções e de seus imaginários sociais.

A humanidade a partir do século XVIII, estabeleceu novas formas de ver e de interagir com a cultura, o progresso como entendimento de transformação do mundo, criou e/ou reinventou novas ideias de comportamento, para um mundo culturalmente voltado para o capitalismo, o desejo de estabelecer novas formas de vida e práticas sociais.

O progresso e a modernidade tentaram construir novas bases de comportamento, onde o arcaico, o velho, o atrasado deveria ser desprezado e a produção de uma nova roupagem de comportamentos regeriam o mundo, os valores e os saberes modernos apagariam o que estava pré-definido e uma grande articulação entre as forças burguesas e capitalistas procuravam construir e alterar o mundo a suas ideias, valores, comportamentos, culturas e formas de ver e interagir com o mundo ao seu redor e os discursos e as narrativas eram os instrumentos básicos para essa nova configuração cultural.

A modernidade elegeu cânones discursivos que legitimariam os seus ideais, saberes, linguagens, artes, comportamentos, que melhor representavam os seus desejos, o projeto passava por todas as instâncias jurídicas, políticas e científicas, e a cidade foi o melhor local para a implantação de uma modernidade que reestruturava a nova sociedade, onde o poder social era compartilhado entre os seus habitantes, onde as formas de

produção da cultura poderiam ser amplamente compartilhados, pela imprensa, pela arquitetura, pela forma de falar, de comer, de produzir informação, dessa forma Chartier, nos fala sobre práticas e estratégias que os grupos estabeleciam entre si para legitimar os seus ideais de modernidade.

[...]produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 2002, p. 17).

A ideia ampla de modernidade como afirma Chartier é a própria contradição de si mesma, porque a modernidade encontrou em seu caminho formas discursivas e culturais que foram alterando o seu curso, as sociedades por onde o discurso do progresso e da modernidade foi passando não se alteraram de forma heterogênea, houve disputas de espaço entre os grupos que ali existiam, criando formas variadas do que seria um espaço moderno.

Para o autor David Harvey, a modernidade como discurso seria um mito, ele preconiza que o termo ideal seria modernização, pois a modernidade não teria as bases de ruptura total com a sociedade, pois as bases para a alteração estariam latentes dentro desta comunidade, e a modernização seria um caminho de mudança revolucionária, dessa maneira para se criar uma nova sociedade moderna, era preciso suplantar e destruir as antigas formas de pensamento social, ou seja a modernidade não poderia ser encarada como uma “destruição criativa”.

Um dos mitos da modernidade é que ela constitui uma ruptura radical com o passado. A ruptura é supostamente de tal ordem que possibilita enxergar o mundo como uma tabula rasa, sobre a qual o novo pode ser inscrito sem referência ao passado - ou se o passado ficar no caminho, mediante sua obliteração. (HARVEY, 2003 p.11)

A modernidade, que se iniciou como um modelo de discurso, elegeu os seus agentes de transformação que, foi se alterando pelo mundo. A Europa, com o rápido crescimento das indústrias, o inchaço populacional, a urbanização, a arquitetura, a medicina social, as revoluções, levou ao resto do planeta as novas formas de

comportamento e de entendimento das sociedades contemporâneas que nos séculos XIX e XX se transformaram alimentadas por um sentimento de progresso, numa busca de apagar as antigas relações culturais, principalmente ligadas aos ditos discursos de “arcaico” e “velho”.

No Brasil a vontade de modernizar e apagar os traços coloniais das cidades, ditas como arcaicos e ultrapassadas, foi impulsionado pelo desejo de estabelecer uma cultura moderna, criando zonas nas cidades, em que determinados grupos sociais não se comunicavam, como a periferia e o centro, trazendo para as cidades palcos de tensões entre grupos divergentes, de múltiplas culturas e identidades.

A história cultural ampliou a perspectiva dos historiadores, a partir da década de 1960, das chamadas histórias especiais ou particulares como a história da arte, história da arquitetura, ou a história urbana tendo como objeto o complexo denominado de cidade, que se apresenta como uma fonte inesgotável de memórias e imaginários sociais pertencentes àquele espaço.

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. (CHARTIER, 1990, p.16)

A história urbana é o caminho onde podemos entrelaçar as formas de conhecimento entre as formas culturais que edificaram a cidade e os seus agentes responsáveis por estabelecer as relações de conflitos e acertos, é na história urbana onde o historiador se aproxima da arquitetura, e por meio do estudo hermenêutico que podemos compreender a arquitetura como uma experiência do humano, da expressão da sua identidade cultural e o domínio das técnicas e materiais para a sua solidificação.

Conforme a historiadora Josianne Francia Cerasoli (2009), o estudo da história urbana sempre foi um espaço dedicado aos arquitetos, porém ao trazermos a cidade para o campo da história ampliaríamos a discussão de um espaço que era visto apenas pelas transformações econômicas e sociais, para um espaço mais amplo da produção das formas do saber, da arte, da cultura, do poder, da saúde, da moradia e entre uma infinidade de pesquisas que podem indicar o desenvolvimento de diversas regiões do mundo.

As construções dos edifícios são repletas de significados e de pensamentos sobre uma determinada sociedade e formas de ver e construir o mundo, dessa maneira o historiador se aproxima da arquitetura. Não apenas os projetos bem executados são

reflexos, os planos que não tiveram sucesso podem e devem ser entendidos como desejos de uma cidade, também como resultados de uma sociedade que se projeta em todos os campos sociais e culturais. A imaginação social, Baczko (1985) reflete em seu meio os símbolos e as negociações que desejamos construir, porém as lutas, os conflitos, os processos podem alterar esse resultado de forma geral ou mesmo minimamente.

Como aponta Paul Ricoeur, é por meio das expressões da cultura e dos seus símbolos que se produz uma identidade. A noção de indivíduo ou sujeito, como si mesmo, como reflexividade e historicidade, implica um desvio que se torna necessário. É através do que os seres humanos expressam na sua produção e nos seus saberes e nas realizações dentro da história e da cultura, nos seus projetos que se pretende compreender de forma indireta e direta a sua realidade onde “compreender o mundo dos signos é o meio de se compreender” (RICOEUR, 1994, p. 356), as cidades trariam em si o reflexo dos seus sujeitos e das suas identidades manifestadas por meio dos símbolos culturais.

Recuperar a cidade do passado implica de certa forma, não apenas registrar lembranças, relatar fatos, celebrar personagens, reconstruir, reabilitar ou restaurar prédios, preservar materialmente espaços significativos do contexto urbano. Todo o traço do passado pode ser datado através do conhecimento científico, ou classificado segundo um estilo preciso, mas o resgate do passado implica em ir além desta instância, para os domínios do simbólico e do sensível, ao encontro da carga de significados que esta cidade abrigou em outro tempo. (PESAVENTO, 2002 p.11)

Quando a cidade é analisada como um local de desenvolvimento de uma sociedade, sendo o historiador o responsável por tentar entender os símbolos e as narrativas que fizeram daquele espaço, um local de produção da cultura, das vivências, do entendimento de mundo em que determinada sociedade fazia parte, torna aquele espaço um campo de pertencimento de uma memória local, os diversos processos históricos que transformaram essa urbe como a urbanização e os fenômenos econômicos que puderam contribuir para o seu entendimento.

O processo de urbanização ocorreu com o advento da expansão do capital e junto com ele, a modernização, pois as cidades inegavelmente são revestidas do discurso burguês, para Argan “o espaço urbano, por fim, é a verdadeira ideologia da burguesia, a representação da situação de fato em que age”. (2005, p.44)

No Brasil o processo de modernização das estruturas urbanas se inicia na capital federal, o Rio de Janeiro ainda no início do século XX, e conforme as relações culturais

se espalham alcançam diversas áreas do país, recriando culturas e alterando as formas identitárias. Esse processo chega ao interior do país e em Goiás temos o objeto a ser estudado, a cidade de Anápolis.

Goiás, a partir do final do século XIX entra em um processo de crescimento econômico e com uma expansão na sua produção agrícola ganhou grande destaque, isso levou a chegada dos trilhos de ferro da companhia Mogiana, desde a construção, em 1907, do ramal ferroviário que ligava a cidade mineira de Araguari à cidade goiana de Catalão, a cidade de Goiandira era o ponto de encontro das estradas, os comerciantes mineiros vinham sofrendo prejuízos em seus negócios, pois cada vez que a malha ferroviária crescia e as novas cidades eram incorporadas ao sistema férreo se tornavam o novo centro comercial e as antigas cidades entravam em declínio financeiro e político, os mineiros já tinham o conhecimento que quanto mais a ferrovia se ampliava mais prejuízos o estado passaria a ter, criando cidades fantasmas, principalmente quando chegasse em Goiás que contava com um território extenso, além de incluir novos espaços como Mato Grosso .

Antagonismos de interesses políticos e econômicos entre Goiás e Minas Gerais, e problemas administrativos e financeiros da companhia concessionária da linha, dificultaram o desenvolvimento dos trabalhos de implantação da Estrada de ferro em Goiás. Desde a aprovação do projeto definitivo, grupos econômicos do Triângulo Mineiro passaram a interferir no destino da ferrovia goiana. Como a construção da linha deveria partir do Estado de Minas onde se encontravam os terminais da Mogiana e do Oeste de Minas, os mineiros passaram a fazer pressão política ao Governo federal para que a ferrovia tivesse um traçado que servisse aos seus interesses econômicos. Além disso, comerciantes do Triângulo Mineiro que controlavam o comércio de Goiás com o Sudeste empenharam-se em retardar a construção da linha para preservar seus antigos privilégios econômicos. A implantação da Estrada de ferro interligando o território goiano diretamente com São Paulo e Rio de Janeiro colocaria em xeque o monopólio comercial dos mineiros, ou seja, cidades como Araguari e Uberaba perderiam a função de intermediárias no comércio de Goiás. (CHAUL, 1997 p.121)

A partir do momento em que a ferrovia chegou em Goiás, projetou-se um padrão de modernidade no qual o atraso do estado era associado aos coronéis goianos, a forma centralizada de fazer política, não condizia com os novos processos sociais e econômicos, era preciso dinamizar a política e os comportamentos, com o movimento de 1930, as antigas formas oligárquicas atreladas ao campo e ao meio rural, deveriam dar espaço a outras formas de narrativas políticas como a integralização do espaço, o comércio, as cidades, a urbanização e a indústria.

O poder dos coronéis era visto como símbolo dessa Velha República e a partir de 1930¹, representou não apenas as rupturas com as velhas oligarquias, mas marcou o início de um tempo em que a cidade se tornou o foco e o espelho do projeto de modernidade, que ampliara para outros grupos sociais e culturais, empenhando-se em apagar os traços considerados arcaicos e diminuir a influência política dos coronéis, que usaram a terra como forma de poder e controle social e econômico durante gerações.

Anápolis é uma cidade situada entre duas capitais, Goiânia, sede do governo estadual, que geograficamente está ao Sul de Anápolis, construída e edificada a partir da década de 1930, como projeto de modernização e reorganização do espaço central brasileiro e alteração política da época, tendo a distância entre as duas cidades de apenas 56 quilômetros, porém Anápolis foi emancipada como município em 1907, tendo no período uma grande importância econômica e política para o estado, anterior a construção da nova capital.

Ao norte de Anápolis temos uma outra grande cidade, a capital federal Brasília, estabelecida em 1960, para criar uma nova configuração do cenário político brasileiro, símbolo de arquitetura moderna e edificação no meio do planalto central, estando à uma distância de 150 quilômetros, ambas as cidades foram planejadas e tiveram uma preocupação do poder político para a sua construção.

Anápolis, localizada no centro-oeste goiano, mostrava-se como uma cidade de forte expressão econômica e política para Goiás e, em 1933, ocorreu à chegada da estrada de ferro, por onde passavam os trilhos, as cidades sofriam grandes transformações como crescimento econômico e urbano, novos projetos arquitetônicos, aumento demográfico, novas residências, aumento da circulação de pessoas que passavam a ser influenciados por um projeto modernizador.

Entre esse período de - 1930 da construção de Goiânia a - 1960 a inauguração de Brasília, estabelecemos o recorte temporal, como ponto do objeto central a importância

¹ Com a chegada da ferrovia a Goiás em 1911 e o discurso de modernidade trazido pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira na revolução de 1930 iam contra o antigo modelo político goiano: o coronelismo, sustentado principalmente pelos Caiados, Bulhões e Xavier, segundo (Campos (2003 p.141).

Essa autonomia por indiferença outorga uma parcela do poder local aos fazendeiros pecuaristas que, por meio das três oligarquias formadas ao longo da primeira república do Brasil, dominam o estado de Goiás: Bulhões, Xavier de Almeida e Caiado, sempre à frente das decisões políticas e sociais do estado, um dos objetivos da revolução de 1930 era eliminar as antigas oligarquias e modernizar o estado. O afastamento das antigas oligarquias, a extensão da estrada de ferro, a construção de Goiânia, a preocupação com as medidas públicas de saneamento e saúde, a marcha para o oeste, e a inserção de Goiás dentro da economia brasileira e integração nacional pela marcha para o oeste, foram fundamentais para o desenvolvimento de Goiás, essas medidas se espalharam para o interior do estado, levando consigo o discurso do moderno e do novo.

de Anápolis, as contribuições e alterações positivas e negativas que o impacto dos projetos modernos influenciaram na cidade, historicamente a região possuía valores culturais de características rurais, uma economia que era baseada no campo e na produção de matérias primas como o café e o arroz, temos que compreender como os moradores negociaram as produções e as suas identidades, como a arquitetura construída nesse período foi alterando os traços urbanos da cidade e dando forma a “nova cidade”, é preciso entender como essa sociedade entendeu essas transformações e os seus impactos.

A cidade como tema de pesquisa nos mostra um caminho para produção de narrativas sendo um espaço de memória social, o objeto concreto urbano que traz em si elucidações sobre um espaço e um tempo cristalizado, onde o desenvolvimento dos processos como o urbanismo, o crescimento da cidade, a produção de múltiplas culturas e as formas edificadas trazem a compreensão do objeto arquitetônico da cidade como experiência de memória social.

É possível escrever uma história analisando a cidade, os seus agentes históricos e as suas referências, para além dos amontoados de prédios e ruas, conseguimos transportar para uma memória coletiva, segundo SENRA, (2011 p.64) “o espaço da cidade, como um registro escrito, tem por função dar significado ao tempo e a história e sua materialidade imagética, torna-se um dos suportes da memória social da cidade”.

O estudo sobre a história das cidades é um campo ainda em construção e é de fundamental importância para o entendimento da cidade como espaço histórico dentro de um determinado tempo, para a reconstrução da memória coletiva e urbana onde se observa mais que representações, podemos analisar a criação de significados²:

Como caminho para a construção da dissertação tomamos como fontes, a análise de alguns jornais produzidos a partir de 1930, como *o Annápolis*, *O operário*, *A voz Umpi*, em que retratam as transformações políticas, econômicas e sociais que desenrolaram durante o período, principalmente entre 1930 até 1960.

Ao analisarmos os jornais temos a compreensão de uma sociedade que se retrata de forma cotidiana por meio dos seus periódicos, os fatos que para aquela população trazem relevância, ao analisarmos os periódicos temos que nos atentar que a imprensa além de ser fruto de seu tempo é constantemente influenciada pelos seus agentes históricos e políticos.

² . Em **A estrutura ausente** (2003), Umberto Eco formula conceitos semióticos que identificam o sistema arquitetônico com o sistema linguístico, no qual, os elementos do edifício são pensados como signos, compostos de significantes e significados denotados e conotados.

Porém é de grande importância a sua análise para chegarmos ao possível retrato dessa sociedade, como ela se projetava, como era o acesso a determinadas informações ou acontecimentos. O jornal em si não é imparcial, ele possui aspirações que são relevantes, desde o entendimento do editor até o acesso a determinados fatos que o jornalista tem acesso, nós como historiadores, precisamos compreender que estes “vestígios” nos mostram partes fragmentadas de uma sociedade, onde o tempo se encarrega de apagar determinados fatos e acontecimentos, por isso é importante o cruzamento de diversas fontes, para chegar ao conhecimento mais preciso dessas sociedades.

Os jornais são vistos como vestígios de um tempo passado que requerem interpretação e confrontação com uma série de fontes e também como lugar de confrontação com uma série de outras fontes e também como lugar de convergência de múltiplas textualidades de uma época, que incorporam não somente a visão de mundo de seus donos, mas também outras visões conflitantes em circulação nas sociedades em que estão inseridos. (MATHEUS, 2011 p. 26)

Alguns títulos circularam por pouco tempo, como *O Operário*, que circulou apenas no ano de 1933, por possuírem características ligadas ao movimento operário e de contestação política, vários editoriais foram apagados ou destruídos, seja pela ação do tempo ou de forma intencional por agentes políticos, grande parte dos jornais que foram analisados estão disponíveis no arquivo do Museu Histórico de Anápolis Alderico Borges de Carvalho, sendo possível a sua consulta pela população.

O jornal *O Annapolis*, sob a edição de Luiz de Godoy teve uma tiragem documentada até 1936, foi um jornal de grande entusiasmo quanto ao projeto modernizante da chegada da ferrovia e a construção da nova capital.

Outro periódico que foi analisado é *A Cinquentenária*, uma revista publicada em comemoração ao jubileu de 50 anos da cidade, a edição foi lançada em 1957, em exemplar único e mostrou as transformações da cidade, os progressos e o ideal de modernidade que a cidade projetou ao longo das décadas.

A revista foi escrita como um reforço da identidade local e por um sentimento de entusiasmo com a construção da nova capital federal, Brasília que seria inaugurada em 1960, marcando um avanço no centro do país destacando o papel que Anápolis teria na construção da nova capital.

A revista foi escrita por Raul José dos Santos, na época um jovem repórter que veio do interior de Minas Gerais com a missão de mostrar à população anapolina os avanços da cidade, como a urbanização, a arquitetura, os marcos importantes da cidade e os diversos eventos públicos, além de nomes importantes da história política, cultural e social local.

Na revista *A Cinquentenária* podemos analisar as fotografias da cidade produzidas a partir de 1940 até a edição da revista em 1957, a maioria delas serão analisadas. Várias imagens foram produzidas pelo fotógrafo Francisco Garcez, ele foi dos criadores da União Popular, uma sociedade beneficente, começou a atuar na cidade como fotógrafo na década de 1940 em seu ateliê na rua 15 de dezembro no centro, foi um dos idealizadores da comemoração dos cinquenta anos da cidade, falecendo em 1979, suas fotografias estão disponibilizadas no arquivo iconográfico do Museu Histórico da cidade de Anápolis e do arquivo iconográfico do Instituto de Patrimônio Histórico e Cultural Professor Jim Magaliski.

Ao utilizarmos a revista e o jornais, tomamos como metodologia, uma interpretação dos diversos campos da história como a memória, a monumentalidade, o registro físico de uma sociedade em determinado momento, resgatamos o vivido e as suas formas de interpretação do real, dessa forma criamos um caminho para as ideias ou intenções ao serem produzidos, segundo Possamai (2007) “é através do cruzamento entre imagens de uma paisagem edificada e os textos que podemos tecer as formas de ver a cidade moderna e as suas diversas configurações”. A fotografia se tornou um instrumento capaz de dar sentido a cidade tridimensional para o bidimensional, e ao inserirmos os jornais temos os cruzamentos das ideias que essa sociedade desejava, onde podemos perceber se os caminhos foram ou não alcançados e os fatores históricos que influenciaram essas produções.

Outra fonte foi analisada para ampliar o campo metodológico como as plantas arquitetônicas do arquivo municipal de planejamento e obras públicas da cidade. Nesse arquivo constam plantas, projetos e pedidos de alvarás para a construção de diversos prédios, edifícios, casas, obras públicas, como calçamentos de ruas, construção de praças e parques. As plantas são datadas entre as décadas de 1940 até 1960, e contam com informações como construtores, agentes públicos e privados que construíram na cidade, tipos de moradias e prédios privados e projetos públicos. O período da década de 1930, não foi analisado devido à ausência dessas plantas no arquivo, uma série de mudanças

nos locais de arquivamento dessas pastas podem ter destruído esses documentos, impossibilitando a sua análise.

Durante o processo de catalogação desses documentos tivemos que acompanhar uma série de mudanças do próprio arquivo municipal que passou de um galpão abandonado, com os arquivos históricos em péssimo estado, para a mudança de endereço em outro local, tendo como dificuldade reencontrar estes arquivos, e como a pesquisa histórica apresenta diversas lacunas, algumas caixas não foram encontradas ou misturadas com outros arquivos, trazendo um grau de maior dificuldade para a pesquisa. Além desses contratempos tivemos um aumento significativo de documentos produzidos pela prefeitura, anteriormente a prefeitura não contava com um aparato burocrático tão expressivo, todas as obras e processos de alteração na cidade passaram a ser obrigatório o seu registro.

Ao analisarmos as plantas e projetos, temos como dimensão os agentes históricos que puderam construir e expressar por meio dessas obras as suas intenções e o universo cultural que os circundavam, os projetos de cidade e edificações que eles desejavam construir, as influências em estilos arquitetônicos que os seus agentes tiveram contato, o emprego de capital técnico e financeiro disponíveis naquele período, além de analisarmos as construções que foram construídas, incluímos também nessas análises os projetos não executados, pois mesmo não construídos eles expressam os ideais de modernidade pensados pelos seus agentes e as causas da execução ou não desses projetos podem nos ajudar a traçar o tipo de sociedade em que eles estavam inseridos e os caminhos que essa sociedade trilhou para isso.

Essa pesquisa tem uma importância em ampliar campo acadêmico dos estudos sobre a cidade e a história local, a maioria dos trabalhos sobre Anápolis se basearam em justificar as transformações da cidade, principalmente pelo caráter econômico que a ferrovia trouxe, não encontramos outros trabalhos sobre a produção cultural da cidade como a urbanização, a produção arquitetônica, ou o entendimento da cidade com outras localidades pela ideia da modernidade que se ampliavam em diversos locais do estado.

É preciso compreender como a presença de duas grandes cidades tiveram impactos de ordem positivas e negativas, como as transformações políticas e sociais de uma época alteraram, ajudaram e modificaram a formas de produzir os seus espaços. Devemos mostrar que os arquivos abandonados na prefeitura são a resposta da configuração cultural e ideais de seu próprio povo e a memória é o que nós somos e faz de nós pertencentes do seu tempo.

Para dar conta de nossos objetivos, dividimos este trabalho em três capítulos. No primeiro, vamos analisar como a historiografia local de Anápolis abordou o tema da modernidade na urbanização da cidade, como referência temos Juscelino Polonial (1995), que estabeleceu o marco dessa modernidade por meio da chegada da ferrovia em 1935, para o autor o fator primordial foi a integração da cidade pelo viés econômico, que criou novas formas de relação entre a Anápolis e a região Sudeste do Brasil, visto que a ferrovia ligava o local até Minas Gerais e seguia até São Paulo. Para vários autores a modernidade anapolina teve como impulso a integração do mercado industrial as zonas de produção de matérias-primas, para a historiografia da cidade esse seria o principal responsável pela modernidade local, como o movimento migratório impulsionado pela ferrovia, o projeto político de marcha para Oeste empenhado pelo governo federal de Getúlio Vargas e, regionalmente, pelo interventor de Goiás Pedro Ludovico Teixeira.

A luta para se encerrar o movimento coronelista e eliminar as antigas oligarquias, contribuiu para o projeto de modernidade dos governos federal e estadual, que se reverberou na cidade. Estes temas, a modernidade em Goiás e a quebra do poder oligárquico, foram estudados por Nasr Fayad Chaul e Itami Campos, cujas obras nos serviram de referência.

Porém outros fenômenos que envolvem o crescimento das cidades e do Estado foram analisados com a urbanização, para isso a medicina social foi amplamente utilizada como instrumento de controle epidêmico e social, como afirma Michael Foucault (1979), as cidades precisavam do saber médico para normatizar o comportamento social e estruturar-se como locais de amplo crescimento do capital e do processo moderno de sociedade, eliminando as doenças e as práticas culturais arcaicas relacionadas ao campo, como as casas de pau a pique, as doenças como a febre amarela, entre outras.

Neste primeiro capítulo, além de mostrarmos os impactos da chegada da ferrovia na cidade, o crescimento econômico que a cidade sofreu, analisamos o saber médico e a sua atuação na construção de edifícios considerados limpos, como hospitais, escolas técnicas, conselhos administrativos de controle sanitários e leis municipais.

Além desses processos políticos e administrativos, analisamos como os jornais locais produziram determinadas informações aos seus moradores, por isso a imprensa se interliga com a análise das fotografias, a relação entre os comerciantes industriais e os demais habitantes da cidade.

Nesse capítulo, analisamos as produções urbanas desde a construção do primeiro hospital da cidade, como cinemas, o asfaltamento de ruas, a edificação de praças, a

modificação do cemitério local, a construção de bancos, centros de lazer, sempre cruzando os jornais da época, com os vários autores locais e regionais e o uso das fotografias, para compreender como essa noção de modernização da época, se materializou no espaço urbano.

No segundo capítulo, falamos sobre o movimento internacional de reformas urbanas, iniciado em Paris durante o governo de Haussmann, uma política que se tornou referência global para as cidades ocidentais, essas influências chegaram ao Brasil implementadas pelo prefeito do Rio de Janeiro Pereira Passos, que por meio de uma gestão truculenta buscou modificar o espaço urbano carioca, nesse contexto várias cidades brasileiras entraram nessa busca de cidade moderna e a construção de Goiânia foi um modelo de modernidade em meio ao “sertão goiano”, por representar uma nova política nacional e estadual, a sua construção marcaria a dominação do homem em meio a natureza do cerrado, trazendo novas técnicas e materiais para a sua edificação.

Autores como David Harvey e Sandra Jatahy Pesavento, contribuem como caminho teórico para a construção desse capítulo, por mostrarem como o projeto de modernidade não é um fenômeno exclusivo de determinadas áreas, como os grandes centros brasileiros, mas pode abranger os outros espaços como Anápolis, onde passaria por uma reorganização urbanística considerada periférica em vista de outras localidades.

O segundo capítulo foi estruturado com o recorte cronológico de 1940 até 1950, onde problematizamos as influências políticas que o interventor do estado exerceu na administração municipal, ao nomear os prefeitos por meio de decretos, sendo um período de ausência democrática em Anápolis, dessa forma a gestão municipal pôde interferir nos projetos construídos por diferentes grupos sociais, tanto os que se concretizaram como os que não foram executados. As plantas do arquivo municipal, juntamente com as fotografias produzidas no período, podem desenhar o projeto urbanístico que foi elaborado para a cidade, junto com os seus agentes históricos.

Também analisamos como Anápolis contribuiu e foi influenciada pela construção de Goiânia, cujo projeto moderno, impactou de forma direta e indireta. A relação entre as duas cidades -Anápolis e Goiânia-, neste segundo capítulo, mostra como o projeto de uma cidade alterou e/ou contribuiu para a modernidade da outra.

No terceiro e último capítulo, analisamos a relação entre a construção da nova capital federal Brasília e Anápolis, de 1950 até 1960, problematizamos como a construção de Brasília impulsionou localmente outros projetos de caráter modernista como a construção do bairro parque Brasília e a ampliação do bairro Jundiá, além disso

conseguimos ver Anápolis estava inserida na política do nacional-desenvolvimentismo que o país vivia.

A revista *A Cinquentenária*, traz relatos da efervescência que a cidade passava durante a construção da nova capital federal, os jornais do período relatavam a euforia que tomou conta dos sentimentos dos moradores, devido a possibilidade de a cidade crescer e se desenvolver com a proximidade do novo Distrito Federal, contribuindo para o crescimento demográfico e aumentando a busca por novas moradias, o arquivo municipal de obras pública do município teve um crescimento vertiginoso nos seus processos, nos dando pistas da alteração urbana anapolina e os tipos de construções elaboradas, pensadas e construídas durante esse período.

A cidade de Anápolis recebeu a influência da construção de duas capitais importantes (estadual e federal) – edificadas dentro de um curto intervalo de tempo –, ambas fruto de projetos modernos, tendo que se adaptar e também construir/reelaborar um discurso modernizante. Porém, a confrontação com os projetos das novas capitais pode ter resultado em uma cidade híbrida, com diversos valores que se mesclavam ou se excluía, uma cidade que possuía suas próprias características que foi se alterando e mesclando projetos diferentes dentro de um espaço, gerando não uma cidade homogênea.

Dessa forma analisamos neste capítulo, como o projeto modernizador de Anápolis, cheio de símbolos e vontades, foi influenciado pelos grupos sociais que já estavam estabelecidos neste local, por exemplo, as formas simples de vida de uma população historicamente ligada ao campo e o surgimento de novas classes econômicas como os trabalhadores industriais, os trabalhadores pobres e a classe média baixa e a influência dos imigrantes – inicialmente pobres, mas em processo de ascensão social e como essas relações alteraram a cidade.

A revista *A Cinquentenária*, os jornais e as fontes do arquivo municipal de obras públicas nos permite perceber, como os símbolos foram negociados, sobe a influência da construção de Brasília, e como a “cidade pensada” para Anápolis, foi de fato construída e edificada, mas em meio a processos históricos que puderam alterar ou não os projetos sonhados, é por meio dos desenhos arquitetônicos, nos noticiários de jornais, nos processos que mostram a identidade local que podemos tentar alcançar um tempo e perceber como esse tempo possui uma memória social própria, criando feições urbanas exclusivas, pertencentes ao seu local e tempo histórico, revelando as feições que muitas vezes não são reais e sim projetadas por discursos e intenções.

O que o cruzamento das fontes pode nos ajudar a tentar revelar o que de fato é a cidade concreta, com os seus problemas, com as suas inquietudes, com os seus valores culturais e sociais, os seus desejos expressos e o que é elaborado por ordem dos discursos, das propagandas, do imaginado, do sonhado, a história tem como dever tentar trazer as explicações sobre alguns fenômenos, e a cidade é um território ilimitado de formas de ver e reconhecer esses processos, como afirma Pesavento (1999), as práticas sociais, as ideias, viajam no tempo e nos espaços e são reordenadas, misturadas, recicladas e formam elementos que aos nossos olhos são iguais ou similares, mas quando observamos de perto nos revelam outras formas, por isso ao escolhermos o objeto da cidade de Anápolis e buscarmos estabelecer conexões e continuidades com outros locais, podemos encontrar novas formas urbanas, diversas cidades dentro de si.

Vários trabalhos acadêmicos sobre Anápolis, reforçam alguns discursos expressos pelos jornais da época e da própria *Cinquentenária*, o que podemos encontrar nesse trabalho é um olhar inédito sobre as plantas arquitetônicas, um fonte rica para o estudo das cidades, fonte essa que são analisadas quase exclusivamente pelos arquitetos que dominam a arte do desenho, porém é um campo a ser explorado pelos historiadores, porque o desenho não é apenas rabiscos em papel, são formas de projetar os desejos dos habitantes de um local e do próprio profissional de arquitetura?

Nesse sentido o trabalho pode contribuir para um novo olhar sobre essas fontes, que carecem de mais trabalhos, um olhar menos romântico sobre a modernização, buscamos trazer outros enfrentamentos sobre o processo de crescimento que a cidade passou, sobre as suas obras que foram fruto de grande orgulho para os seus habitantes, os processos políticos em várias esferas.

Hoje Anápolis está entre essas duas grandes cidades Goiânia-Brasília, e nesse sentido é importante olharmos como ela conseguiu manter frente a essas construções urbanas o seu projeto de modernidade e como esse processo se resultou em rompimentos, alianças e contribuições entre si e os jornais são uma base fundamental para analisar esses discursos, mas os desenhos estáticos, silenciosos, nos falam também com grande autonomia sobre a tessitura urbana, trazendo a memória urbana por meio da imagem, do desenho, evocando os discursos e a consciência coletiva de um local em um determinado tempo, trazendo a história para o seu povo, a contribuição desse trabalho para a cidade é trazer a temporalidade de um tempo para responder aos anseios do hoje.

Capítulo 1. – Uma breve história de Goiás sobre a modernidade como discurso.

As sociedades modernas, com os diversos processos históricos de revoluções e transformações, precisaram alterar os valores considerados antigos e ultrapassados, a nova filosofia abarcaria a gênese de um mundo em constante transformação, em que a narrativa do progresso daria o tom das inovações culturais e as cidades seriam os berços dessas mudanças. O surgimento da ideia de modernidade como discurso nasce na Europa no século XVI com características burguesas-industriais, sendo consolidadas no século XIX. No Brasil a ideia de modernidade ganharia força social e política no século XX, se intensificando na década de 1930.

Segundo a autora Monica Pimenta Velloso (2010), a definição dos conceitos de “moderno”, “modernidade” e “modernismo” são similares, porém não apresentam o mesmo significado, a ideia de moderno traz em seu âmago o conceito de flexível e mutável, à medida em que as sociedades vão se alterando num ciclo de rupturas e renovações, isto é, a quebra de valores e a sua reconstrução. Dessa maneira geral o termo “moderno” pode ser abarcado nas mais variadas sociedades, principalmente com ideias ocidentais, “isso nos faz concluir que existem tantas modernidades e antiguidades quanto as épocas e sociedades” (VELLOSO, 2010, p. 11)

Para Berman (1986, p.15), a ideia de modernidade anularia todas as fronteiras geográficas, num processo que uniria os mais variados povos em torno de um progresso, porém um progresso de imensas rupturas, e de alterações sociais e culturais, “é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia”, já o modernismo foi um movimento de cultura, iniciado na semana de arte moderno de 1922 em São Paulo, segundo Gomes (2008, 114), “houve uma mudança nas estruturas sociais do país em que a sociedade e o Estado brasileiro se organizaram para o nacional-desenvolvimentismo.” A modernização seria um fenômeno de transformação técnica, aumento das cidades, alteração da lógica do capital, atendendo aos interesses políticos e econômicos capitalistas da burguesia e da aristocracia, a modernidade abarcaria todos esses fenômenos de alteração dessas sociedades, “a modernidade, portanto, só poderia ser alcançada através de ideia e projetos que viabilizassem transformações políticas, sociais e econômicas com o objetivo incessante de alcançar o desenvolvimento”. (URURAHY, 2015, p.12)

Sobre as sociedades ocidentais a partir do século XIX, os textos começam a perder sentido, e para Foucault o discurso é o caminho em que os conceitos se aplicam. Não é apenas ler as sociedades que se transformam nesse ciclo moderno de destruição e reconstrução, é perceber que os discursos trazem as novas formas de configuração, a hermenêutica dos símbolos, é o discurso que retroalimenta a modernidade e em diferentes locais vai se alterando e transformando as mais variadas sociedades seja pela economia, imaginário social, comportamento, estética, pela monumentalidade dos espaços, cultura e as mais variadas formas.

Para algumas sociedades a modernidade e o processo de modernização se dão através da economia, é a inserção dessas sociedades à lógica capitalista que o discurso de moderno se estabelece e ganha força pelas mais variadas vertentes. Sociedades tidas como atrasadas, arcaicas, isoladas começam a receber esses discursos de modernidade com a sua integração econômica dentro do processo de consolidação da sociedade burguesa-industrial. Esta última, necessariamente precisa dessas sociedades anteriores para transformá-las e se fixarem, é a relação simbiótica entre o velho e novo, os discursos modernos não podem se fixar sem a existência do “velho” e a negação dos mesmos, eis o que dá a base para que ela – a modernidade – construa-se como “novo”, é a “querela entre o antigo e o moderno” (VELLOSO, 2010, p. 13). A modernidade como discurso só pode existir com a presença de uma alteridade, o Brasil com bases rurais em grande parte de seu território até o século XX é um celeiro ideal para a propagação desse discurso.

No Brasil, as cidades formaram-se para dar suporte ao campo, baseado numa sociedade de raízes rurais³, o domínio do campo sobre a cidade, permaneceu até o fim da Velha República (1889-1930), segundo Campos (1994, p.66)

“O Brasil vivia ainda sob a égide do domínio rural, seja na sua economia de base agrária: o café, o rebanho bovino, a produção agropecuária; seja na ocupação da mão de obra, seja também nas instituições públicas, privilegiadas pelos coronéis que têm as suas raízes no mundo rural. ”

³ O autor Sergio Buarque de Holanda em seu livro Raízes do Brasil (1969), afirma que os portugueses construíram no país uma sociedade de raízes rurais e com predomínio do campo sobre a cidade, estabelecendo uma economia agrária que dominou a maior parte da história econômica e social do Brasil, o campo foi o berço da sociedade, onde grande parte dos valores culturais iniciou-se.

O surgimento das cidades no Brasil esteve de forma geral ligado ao campo e até mesmo depois de se tornarem núcleos importantes na administração e na gestão do Estado, a cidade e o campo não puderam dissociar-se, mantendo uma relação simbiótica. Essa perspectiva é importante, pois os discursos narrativos que envolviam o progresso e o acúmulo de capital industrial, foram implementados em grande parte pela elite urbana, enfrentando algumas resistências em outras camadas sociais brasileiras como os grupos ligados historicamente ao campo, que continuavam a interagir com as novas configurações econômicas, sociais e culturais.

A acumulação de capital via interferência do Estado, realiza-se na cidade, mesmo o campo continuando a ser o local da produção. (CAMPOS, 1994 p.68)

Em grande maioria, as cidades brasileiras do período colonial surgiram em torno de fazendas, arraiais, pequenos povoados agrícolas, conforme Vilaça & Albuquerque exemplificam sobre a região Nordeste do século XVII:

As fazendas maiores vão, com o tempo, prolongando os seus alpendres e seu espaço com casas e casebres: diversificando-se em capelas. Tomam algumas delas aspecto de povoado, que mais tarde se burocratizam em vilas e cidades. Vilas e cidades que conservam o cheiro dos currais, a unidade de sua destinação econômica; que se mantêm, sem a maior estranheza ou protesto, submersas ao senhor patriarca, dono dos alpendres, das casas, das terras que circundam. Assim, o coronel, por força de seus alpendres e domínios, torna-se senhor também de povoados, de vilas, de cidades, de municípios. Dono também de riquezas, de terras, de boiadas, dono até de gentes. (VILAÇA & ALBURQUERQUE, 1988 p. 25)

No resto do Brasil, em especial na região de Goiás, esse fenômeno de surgimento de cidades ocorreu de forma similar: pequenos povoados e arraiais formados a partir da doação de pedaços de fazendas ou terras devolutas do Estado, que eram ocupadas de forma irregular e cujo crescimento econômico estabelecia bases de sustentação social até que se tornassem cidades. Anápolis, o nosso objeto de estudo, também se formou a partir do campo abrangendo várias fazendas e colônias agrícolas que se formaram e logo se transformaram em vilas. Hoje, o território anapolino é bem menor devido à emancipação de outros municípios como Nerópolis, Damolândia, Nova Veneza, Brazabrantes, Ouro Verde, Goianápolis e Campo Limpo, porém essas cidades são frutos de pequenas porções de terras que concentraram uma população em sua maioria rural e com bases agrárias que com o passar do tempo se tornaram cidades:

Não há como precisar, cronologicamente, a origem de Anápolis. Quando Gomes de Souza Ramos, em 1870, mudou-se para o local em que no ano seguinte iria construir a capela de Santana, já havia ali várias habitações agrupadas irregularmente, além de casas de fazendas nas proximidades. Esse lugarejo, cuja origem é indefinida, era ponto de

referência para os tropeiros que se deslocavam pelo interior do Estado, transportando mercadorias e realizando a integração social do povoado com outros lugares. (FREITAS, 1995 p.41)

O processo de crescimento econômico capitalista do século XX no Brasil, em decorrência da presença das primeiras indústrias (localizadas principalmente nas cidades brasileiras que abrigavam uma maior mão de obra) e de um comércio mais robusto, passou a receber um destaque em seu campo social devido à concentração do poder político e econômico de uma nova elite urbana.

Antes o campo era o local de posse e influência dos coronéis – um poder historicamente relacionado à terra e à produção agrícola de bens primários. Depois, a cidade passou a romper a hegemonia da Velha República (1889-1930) que concentrou em seu seio o campo e a terra como principal fator de desenvolvimento econômico brasileiro, neste sentido as cidades rompem as estruturas do antigo regime oligárquico e consolida um processo, chamado de novo tempo, onde a cidade triunfaria sobre as novas formas culturais da sociedade brasileira:

A cidade ficava reduzida a sua função religiosa e administrativa como sede da paróquia e da comarca. O surgimento da vida política com a institucionalização dos partidos e das eleições periódicas veio conferir a cidade rural uma nova função: a de catalisador político. (PALACÍN, 1990 p.26)

As cidades foram os celeiros para o crescimento econômico e desenvolvimento da sociedade burguesa-industrial. Por sua vez, a modernização dos valores e do comportamento social foi um fator de preocupação que surgiu do século XVII na Europa, as cidades estabeleceram novas formas de se pensar o tempo e o espaço que se aceleravam, por isso se rompiam as normas anteriores, a relação com o corpo e as interações sociais e culturais foram repensadas, a higiene da urbe e o Estado criaram novas formas de pensamentos e discursos. Dessa forma, foi preciso romper com os valores medievais e estabelecer um novo mundo⁴ em que o Estado estaria presente em

⁴ Segundo Berman (1986), a modernidade como forma de entendimento estabeleceu um mundo em desencanto, uma aceleração do tempo e principalmente pela quebra das fronteiras geográficas, neste sentido a modernidade encontrou vários caminhos e formas em todo o mundo ocidental, unindo toda a existência humana, porém em um mundo em constante tormenta pelas diversas rupturas, mudanças e lutas que a modernidade trouxe aos homens, a modernidade estabelecia novos espaços e a união destes, porém não um novo homem. Ver em BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido se desmancha no ar. A aventura da Modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986, p. 15.

todas as esferas sociais de forma racional. No Brasil, esse processo foi estabelecendo-se de forma tardia, as revoluções e as mudanças se deram posteriormente no século XIX.

Sobretudo a partir do final do século XIX, voltou-se para a disciplinarização e remodelação do ambiente urbano. Acompanhar o “processo civilizatório” que então ocorria na Europa, transformando a cidade em espelho da classe burguesa era a proposta fundamental defendida pelas elites políticas e pelo Estado. Para garantir a continuidade dos negócios agropecuários. (SANDES, 1989 p.10)

A pecuária no século XVIII precedeu a mineração e mesmo após o fim do período de exploração de ouro, a pecuária foi responsável por desenvolver o mercado interno dando as bases para a ascensão da agricultura. Segundo Bertran (1978, p.68), mesmo com a descoberta de minérios preciosos em Goiás, já existiam anteriormente grupos ligados à pecuária, porém essa economia não foi suficiente para desenvolver vilas e cidades, foi com o descobrimento das minas de ouro que se iniciou o surgimento das primeiras vilas e cidades, o desmembramento da capitania de Goiás da capitania de São Paulo fez surgirem Vila Boa de Goiás e Cuiabá no Mato Grosso, em 1748.

Polonial (2000, p.24) fala-nos que nas primeiras décadas do século XX, Goiás apresentava uma estrutura com base no setor agrário, com poucos povoamentos, com uma economia que poderíamos qualificar de pecuária extensiva – agricultura de subsistência e um Estado isolado⁵. Tanto interno quanto externamente, Goiás possuía grandes extensões de terras que possibilitavam uma grande exploração dos recursos naturais. Segundo a tese de doutorado de Nasr Chaul (1997)⁶, com a abundância de terras e o incentivo do governo, as terras devolutas e os poucos métodos empregados pela agricultura estimularam a posse.

A importância desta atividade para Goiás é inegável: a pecuária representou um papel histórico importante (...) porque evitou após a decadência da mineração, o total despovoamento e a falência econômica de Goiás, funcionando como elemento de fixação do homem e de ocupação de novas parcelas do território goiano. (...). Além disso, o seu produto supera as condições de isolamento a que era submetida à população goiana, o gado se desloca até o mercado mineiro, paulista e baiano. (CAMPOS, 1985 p. 132-133)

⁵ Esse conceito de isolamento foi muito utilizado no Brasil a partir da visão de Caio Prado Junior (2004) sobre outras regiões econômicas do Brasil, principalmente no interior, porém Maria Lemke (2012) em sua tese de doutoramento, questiona essa perspectiva de isolamento, quando aplicada a Goiás, entendendo-a como parte de uma visão estereotipada e eurocêntrica dos viajantes que chegavam em Goiás.

⁶ A primeira edição da obra é de 1997 usado em grande parte nesse trabalho, porém utilizamos a 2ª edição, de 2002, por conter uma revisão historiográfica do autor.

Chaul (1997) reforça a ideia da importância da pecuária como mantenedora da economia goiana. Deste modo o autor desconstrói a ideia de um Estado isolado e de economia decadente, em seu trabalho o autor revisa a ideia de construção que as narrativas históricas dos viajantes construíram sobre Goiás, essa visão sempre refletiu em trabalhos acadêmicos, onde o rural sempre foi colocado como sinônimo de atraso e decadência e o urbano como o moderno.

Revelando o caráter da alteridade que adotaram diante da realidade da vida rural de Goiás – tomada como decadente –, seus relatos estão repletos de julgamentos de valor, de preconceitos, estranhamentos e modos de ver o ‘ouro’ que, medidos pelo olhar do estrangeiro se expressam por imagens de ignorância, ociosidade, licenciosidade, indolência e outras manifestações de igual teor pejorativo (CHAUL, 1997, p.64).

O clima e o relevo do cerrado goiano possibilitaram que a economia pecuarista se desenvolvesse sem grandes demandas de capital e mão de obra qualificada, as pastagens naturais e uma abundância de terras sem grandes povoadamentos foram fatores que possibilitaram a manutenção da economia pecuarista em Goiás. A agricultura também se desenvolveu graças às cifras trazidas pela pecuária, possibilitou certa ascensão, como Chaul (1997, p.94) afirma um estado de correlação entre a agricultura e a pecuária, que serviu de suporte econômico para Goiás iniciar um movimento de recuperação econômica que mesmo lento, foi fundamental para tirar a região do fantasma da decadência que povoou o território após o colapso da mineração.

O cenário da agricultura é modesto, sem receber grandes investimentos de capital, foi responsável por estabelecer pequenos grupos sociais com uma produção de subsistência, as famílias produziam o que era necessário para viver, o excedente era comercializado para a exportação.

Ao longo do século XIX manteve-se como atividade de subsistência, principalmente por falta de mercado. A produção estava organizada, mais especificamente, em regime de “economia do excedente”. Implantada nas zonas de terra de mata com a utilização de técnicas e métodos de cultivo predatórios, a agricultura exauria o solo em pouco tempo, tornando-se uma atividade econômica itinerante. Este subsetor da economia agrária permaneceu, até o início deste século⁷, como atividade complementar e subsidiária da pecuária. O excedente agrícola, quando havia, era colocado no restrito mercado local. (CHAUL, 1997 p.96-97)

⁷ O autor se refere ao século XX, visto que sua publicação é do ano de 1997.

A economia goiana apresentava problemas para alcançar um sucesso pleno, estruturalmente, à falta de incentivos e à dependência do mercado limítrofes⁸, fatores que impendiam um crescimento alto no século XIX.

Como fatores limitativos à expansão da economia goiana - a dependência de estímulos externos, a falta de meios de transporte, a frágil vinculação inter-regional e intra-regional, as dimensões reduzidas do mercado interno, a distância dos portos marítimos. (SILVA. 2001 p.30)

Goiás começou a apresentar crescimento econômico com a expansão do mercado nacional e do café, produto que demandava melhores técnicas para um aumento nos cultivos e meios de transportes mais eficientes de outras mercadorias.

Será a partir dos 12 primeiros anos do século XX que Goiás iniciará seu processo de inserção no mercado nacional com mais vigor. Dois fatores serão de fundamental importância para explicar esse fenômeno: o desenvolvimento da economia cafeeira no Centro-sul do país e a penetração dos trilhos da estrada de ferro no território goiano. (CHAUL, 1997 p. 98)

A justificativa para a produção do café em Goiás era a busca por novas áreas de plantios e o crescimento das exportações do Brasil para o mercado internacional. Segundo Silva (2001, p.30), com a expansão da economia cafeeira e com a ampliação das atividades urbano-industriais nas regiões de Minas e São Paulo, novas áreas deveriam ser incorporadas ao mercado, como produtoras de alimentos e consumidoras de manufaturados, a cidade de Anápolis era uma grande produtora da pecuária e produtora de café beneficiamento ao armazenamento e à comercialização do café e do arroz, produtos hegemônicos da agricultura na região.

Era exigido um investimento mais eficiente nos transportes em Goiás e, em 1911, chegou a ferrovia que se justificava como um modelo apropriado à demanda da produção e a introdução do capitalismo ao interior do Brasil. Segundo Borges (1990, p.22), seria a ferrovia veículo de novas ideias, numa luta constante entre o “velho”, representado pela economia agrária e o “novo” tendo como referência a era das máquinas, da cidade e da indústria. Não podemos afirmar que apenas a chegada da ferrovia seria um dos fatores de transformação econômica, a própria ideia cultural de mudança e de

⁸ As regiões do Sul, principalmente o Triângulo Mineiro; ao norte, beneficiando-se da navegação do Araguaia e Tocantins, o Pará; a leste, as áreas sertanejas da Bahia e de Pernambuco.

progresso contribuiu para criar novos símbolos de identidade e comportamento. A ferrovia seria utilizada como discurso de ligação física às várias regiões econômicas do planeta, segundo o autor.

Outro fator de justificativa para a introdução da ferrovia se faz:

No caso específico de Goiás, a expansão ferroviária fazia parte de uma proposta maior, que era a ocupação do interior do Brasil no processo de frente de expansão do capitalismo. [...]. É bem verdade que as ferrovias traziam vantagens econômicas consideráveis. Reduziam os custos dos transportes, elevavam a produtividade e economizavam mão de obra. (POLONIAL, 1995 p.10 - 13)

A ferrovia tinha em si uma essência em todo o mundo. A revolução industrial e a ascensão da burguesia e a própria Inglaterra, onde a ferrovia tornou possível o seu crescimento e a expansão do seu poder econômico, segundo Hobsbawn (1970, p.61),

A estrada de ferro arrasta a sua enorme serpente emplumada de fumaça, à velocidade do vento, através de países e continentes, com suas obras de engenharia, estações e pontes formando um conjunto de construções que fazia as pirâmides do Egito e aquedutos romanos e até mesmo a grande Muralha da China empalidecerem de provincianismo, era o próprio triunfo do homem pela tecnologia.

A produção do café foi grande responsável por trazer os trilhos ao interior do país e o seu caminho era claro: a busca por produtos agropecuários e o café goiano foi o chamariz para esse investimento. Por onde se passavam os trilhos, desenvolvia-se economicamente a região e proporcionava uma valorização das terras e imóveis.

As primeiras cidades a sentirem o impacto da modernização foram Ipameri e Catalão. Em 1920 esses dois centros urbanos servidos pela ferrovia já se distinguiam da maioria das cidades goianas pelos seus aspectos urbanos modernos e seus traços culturais em geral. (BORGES, 1990 p.104)

A introdução da estrada de ferro em Goiás criou além de novas formas de transporte, o surgimento de núcleos urbanos considerados pela população como modernos por romper as antigas formas de desenvolver a economia e trazer o início da integralização do estado ao mercado nacional gerando um sentimento e discurso de transformação e progresso:

A marcha do café e ascensão da urbanização e industrialização do Centro-Sul do país reorientaram e expandiram as bases econômicas de regiões que estavam interligadas ao processo nacional, como foi o caso de Goiás. (CHAUL, 1997 p. 122)

Em 1930, Getúlio Vargas entrou no cenário político nacional com a revolução de 1930 tendo grande apoio político militar e da maioria dos estados do Sul e do Nordeste, porém tinha a missão de implantar um governo forte que atendesse as classes burguesas industriais, aos trabalhadores, acabar com as elites locais, centralizar o poder e atender aos grupos militares.

No campo da economia Vargas tinha a missão de mudar o rumo da produção nacional, no começo do seu governo administrou o país no chamado governo provisório eliminando os órgãos legislativos e nomeando interventores para cada estado, esses representantes tiveram a missão de neutralizar as velhas oligarquias e dar sustentação ao plano de modernização do país e garantir a sustentação da revolução. Como medida de controlar as oposições nomeou vários tenentes aos cargos de governadores:

Quando, por exemplo, o médico Pedro Ludovico Teixeira chega ao poder em Goiás, em 1930, com a revolução comandada por Getúlio Vargas, nitidamente há propagação da ideia do novo, do moderno, em oposição ao arcaico. Aliás, fazia parte do seu discurso de saneamento da sociedade, um reflexo da sua formação superior. (POLONIAL, 2000 p. 28)

A revolução de 1930 segue várias visões do acontecido em Goiás no campo político e deve ser vislumbrado como modelo de divisão de águas no que tange as mudanças sociais e alteração do eixo do poder dos coronéis ao governo federal pelas mãos do interventor Pedro Ludovico.

As modificações dar-se-ão na forma do estado, pois a maior centralização no plano nacional pôs fim ao sistema oligárquico, e as oligarquias, mesmo subsistindo como força local, se subordinaram ao poder central, perdendo o controle direto do Estado, onde é instalado um interventor, nomeado por Getúlio Vargas. (SILVA, 2001 p. 123)

Como modelo de modernidade a mudança de governo representou uma nova era em Goiás:

Pedro Ludovico Teixeira, médico, político e intelectual, um lídimo interprete dos interesses desenvolvimentistas dos grupos políticos que pretendiam transformar Goiás em um polo de desenvolvimento e progresso. A modernidade para os arautos de 30 consistia no progresso do Estado, por meio do desenvolvimento da economia, da política, da sociedade e da cultura regionais. (CHAUL, 1997 p.149)

A chegada da ferrovia a Goiás, em 1911, e o discurso de modernidade trazido pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira iam contra o antigo modelo político goiano, o coronelismo, principalmente pelos representantes das oligarquias Caiados, Bulhões e Xavier, Campos (2003 p.141). Essa autonomia por indiferença outorga uma parcela do poder local aos fazendeiros pecuaristas que, por meio das três oligarquias formadas ao longo da primeira república, dominaram o Estado: Bulhões, Xavier de Almeida e Caiado, sempre à frente das decisões políticas e sociais do Estado, um dos objetivos era eliminar as antigas oligarquias e modernizar o estado, inserir Goiás ao modelo de desenvolvimentismo nacional e trazer novas formas de comportamento e transformação social, a ferrovia incrementaria a economia local as outras regiões causando um dinamismo para a região, a produção pecuária e da agricultura não seriam abandonadas, mas incentivaria o dinamismo dessas econômicas.

O coronelismo em que Goiás trouxe o que Itamir Campos (2003) retrata como o isolamento e a decadência administrativa, através do mandonismo e controle estatal:

Ao não favorecer investimentos em políticas públicas que permitissem a superação do atraso, os oligarcas Bulhões e Caiado não se preocuparam em superar o isolamento, recusando-se a lutar pela extensão da estrada de ferro no território goiano. E, quando houve, nos governos comandados por Xavier de Almeida, uma tentativa de racionalizar a administração pública, arrecadando mais impostos – que eram gerados pela pecuária-, as oligarquias Bulhões e Caiado, então afastadas, unem-se em 1909, armam cerca de mil homens, invadem a capital e destituem o governo. Estabelece-se, a partir daí o domínio caiadista, que prevalece até 1930. (CAMPOS, 2003 p.210)

A revolução de 1930 como luta em Goiás, desenvolveu-se contra o coronelismo e com apoio do governo federal. Inaugurou em Goiás um novo modelo político iniciado com o intuito de retirar Goiás do suposto atraso:

No contexto da revolução de trinta, pegou em armas contra os Caiados, chegando a formar uma milícia de mais de 100 homens. Acabou sendo preso, mas com a vitória da Aliança Liberal, foi libertado e, por ordem do Governo Revolucionário, foi formada uma junta governativa em Goiás, com Pedro Ludovico Teixeira, Desembargador Emílio Pova e o juiz de direito Mário de Alencastro Caiado, que apesar do nome, era rompido com o grupo caiadista. Logo em seguida, Pedro Ludovico foi indicado interventor federal de Goiás. Começa uma longa fase de hegemonia do ludoviquismo no estado, que a rigor só termina com o golpe militar de 1964. Nesse período, o discurso da modernidade ganha força. O interventor falava que montara uma equipe de governo jovem, moderna, para tirar Goiás do atraso. (POLONIAL, 2000 p. 30)

Goiás entrou num processo de modernização, pertinente ao discurso do novo governo, um dos maiores símbolos dessa mudança é a construção de Goiânia, pautada num modelo arquitetônico moderno e inovador para os padrões do estado naquele período.

Goiânia pode assim ser encarada como a imaginação utópica da época. Perspectiva de uma nova vida, de um novo tempo, ideologicamente disseminado pela revolução de 30. (CHAUL, 1997 p. 227)

Além da construção de Goiânia ter representado o símbolo do moderno por meio da sua elaboração e superação técnica, outras medidas foram adotadas para dar suporte ao novo governo e garantir que o Estado de Goiás se modernizasse e alcançasse destaque nacional:

O objetivo do governo era trazer o progresso para Goiás e situá-lo entre os primeiros. A educação foi vista como instrumento fundamental para a consecução desses objetivos. (SILVA, 2001 p. 127)

O afastamento das antigas oligarquias, a extensão da estrada de ferro, a construção de Goiânia, a preocupação com as medidas públicas de saneamento e saúde, a marcha para o oeste e a inserção de Goiás dentro da economia brasileira e integração nacional pela marcha para o oeste foram fundamentais para o desenvolvimento de Goiás. Essas medidas espalharam-se para o interior do estado levando consigo o discurso do moderno e do novo numa tentativa de apagar as antigas relações que existiam no território goiano, dentro desse caminho temos o nosso objeto de estudo.

1.1. Uma breve genealogia de Anápolis.

Anápolis teve a sua história iniciada pela presença de grupos viajantes que buscavam minérios no século XVIII, era uma rota de passagem para diversas regiões de Goiás; o pequeno povoado; o ponto de descanso; um povoado que se chamava Meia Ponte, em 1832, sendo elevada à categoria de vila. O clima segundo Ferreira (1981, p.14), atraiu algumas famílias e em 1870 construiu a primeira capela da vila, chamada de Capela Santana.

Anápolis era uma região que servia de caminho para as cidades de Pirenópolis (norte), Goiás (oeste) e Silvânia (leste), todas movimentadas pela extração de ouro. Os tropeiros fizeram da região de Anápolis pouso para seu descanso. (CASTRO, 2004 p. 13)

Como em muitas cidades brasileiras que se formaram em decorrência das relações rurais e busca por entrepostos comerciais para o caminho dos tropeiros

A aglomeração serviu, inicialmente, como ponto de parada de comitivas que através de longas caminhadas transportavam mercadorias em seus burros de carga. Mais tarde o lugar foi lentamente evoluindo para entreposto comercial e de abastecimento. (CUNHA: 1976 p.13)

Logo, em 1907, se eleva ao título de cidade e começou a entrar no cenário econômico de forma mais significativa, a produção de café representava a sua grande fonte de capital.

“Lei nº 320, de 31 de julho de 1907. ”

Miguel da Rocha Lima, presidente do estado de Goiás:

Faço saber que o congresso decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo único – A vila de Santana das Antas fica elevada à categoria de cidade, com a denominação de Anápolis, revogadas as disposições em contrário. (FERREIRA, 1981 p. 29)

Anápolis possuía uma relativa expressão comercial e política haja vista a localização geográfica, a região sul do estado de Goiás sentia o crescimento da agricultura, (CHAUL, 1997 p.122). A marcha do café e a ascensão da urbanização e industrialização do Centro-Sul do país reorientaram e expandiram as bases econômicas de regiões que estavam ligadas ao processo nacional, como foi o caso de Goiás.

O sul de Goiás é que primeiro se torna beneficiário da nova rede de transportes, tendo Anápolis como núcleo representativo de desenvolvimento. O comércio faz dessa cidade um dos polos econômicos de Goiás. (CHAUL, 1997, p.103)

Reafirma-se o processo de mudança de Anápolis anterior à chegada dos trilhos:

Entre 1870 e 1935, a região do município de Anápolis sofreu profundas mudanças. As poucas moradias existentes, habitadas por escassa população, deram lugar a uma aglomeração humana mais complexa. (POLONIAL, 2000 p. 53).

Em 1920, Anápolis mostrava a sua força dentro do estado de Goiás, segundo Freitas (1995, p.24). Foi inaugurada a estrada de rodagem ligando Anápolis a Roncador⁹, então ponto terminal da estrada de ferro Goiás.

O núcleo comercial e urbano garantia uma variedade de comércio e posteriormente uma ascensão ainda maior:

O núcleo urbano de Anápolis já possuía, por volta de 1915, diversas casas comerciais consideradas abastadas para os padrões locais. A cidade que nos primórdios se concentrou nas proximidades da Praça Santana, por volta de 1915, já possuía vários logradouros especializados em atividades comerciais. (FREITAS, p. 60 - 61)

Outro fator que contribuía para o comércio em Anápolis era a sua posição geográfica, a produção interna era distribuída para as regiões ao redor, situação que se altera com a instalação da ferrovia.

Como já mencionado anteriormente, o estado de Goiás tinha sua economia constituída pelo campo agropecuário, e a agropecuária era o grande destaque de Anápolis “o café foi o produto agrícola mais importante do município na primeira metade do século XX. Desde os primeiros anos do século é produzido em Anápolis e, a partir dos anos 20, tornou-se o principal produto”. (FREITAS, 1995 p.69)

O café anapolino em 1920, representava 25% da produção goiana, segundo Castro (2004, p.17) “foi o café o grande suporte econômico nas primeiras décadas do século XX dinamizando a economia anapolina”, outro produto de destaque era o arroz, que abastecia a demanda local e da vizinhança.

Também se destacou em Anápolis a imigração, responsável por dinamizar a produção. A chegada de imigrantes proporcionou um crescimento populacional e urbano, a bibliografia local não relata sobre outros povos que contribuíram para o crescimento

⁹ Em 1922 Roncador era a última plataforma da estação de ferro de Goiás, servindo como ligação entre Goiás e os centros comerciais de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

urbano, como as populações negras e indígenas, não encontramos referências sobre a integração destes povos, que com certeza se faziam presentes em terras anapolinas, porém foram ignorados na história local da cidade.

A cidade cresceu e com ela houve um aumento populacional vertiginoso provocado pelos imigrantes, destaque para os italianos em 1912, Sírio-libaneses 1913 e japoneses 1929. Em 1910 havia 8.476 pessoas em 1935 já era 33.375 um crescimento de 293,76%. (CASTRO, 2004 p.18)

Como tratado Anápolis contava com uma economia em expansão. Porém, para suprir as necessidades de transporte e escoamento da produção, o sistema de transporte começou a atingir Anápolis. O projeto de extensão da ferrovia continuava a crescer e se introduzia cada vez mais nos municípios, integrando estes à economia nacional e tornando os municípios importantes portos de mercadorias e pessoas:

Entre 1914 e 1922, a ferrovia avançou mais um pequeno trecho, chegando a Pires do Rio. Em 1931, chegou a Leopoldo de Bulhões. Ao longo desses vinte anos de construção a ferrovia teve característica singular. Onde se estabelecia enquanto ponto terminal, a localidade se desenvolvia e tornava-se o centro das atividades econômicas e elo com as cidades não servidas diretamente a ela. (FREITAS, 1995 p.43)

A pressão exercida pela população de Anápolis e a esperança de que a ferrovia chegaria, deu início ao processo de modificação da urbe.

A chegada da ferrovia em Leopoldo de Bulhões foi efusivamente saudada pela população de Anápolis, localizada a uma distância aproximada de cinquenta quilômetros. Com isso diminuía o tempo e custo do transporte rodoviário para que os comerciantes anapolinos pudessem exportar suas mercadorias. Ao mesmo tempo, estando tão próxima de Anápolis, permitia uma maior pressão dos moradores locais para que a via férrea avançasse até ela e, posteriormente tivesse sequência. (FREITAS, 1995, p.43)

Para aumentar sua importância dentro da economia goiana, a Ferrovia Goyazes estende-se até a cidade de Anápolis.

A ideia da estrada de ferro Goyaz teve início na época da república velha (1889-1930) que vislumbrou traçar em território goiano a ferrovia, seguindo pela Vila de Santana das Antas (Anápolis) passando pela antiga capital do estado, Vila Boa (Cidade de Goiás) rumo ao Rio Araguaia. A pedra fundamental da estação ferroviária de Anápolis ocorreu em 28 de agosto de 1933 pelo então intendente do município João Luiz de Oliveira. A edificação, em estilo eclético, é inaugurada em 7 de setembro de 1935 e é tida pelos historiadores como o maior símbolo do desenvolvimento econômico da cidade. Na década de 30,

influenciou diretamente o crescimento do comércio e da agricultura comercial, o que favoreceu a evolução urbana e fez de Anápolis o maior centro comercial de Goiás, recebendo os codinomes de “Manchester goiana” e “Ribeirão Preto goiano”. (CHIAROTTI, 2011, p.42)

Com a revolução de 1930, houve uma preocupação em expandir o crescimento econômico do Brasil e o projeto de industrialização. Com isso, as estruturas urbanas por onde o capital foi expandindo sofreram o processo de modificação. As cidades como centros administrativos deveriam se alterar e aglomerar esse novo pensamento moderno e mantenedor da economia vigente.

Os promotores desse processo de modernização das estruturas das antigas sociedades coloniais latino-americanas foram, principalmente, elementos de uma “oligarquia – modernizante”, ligada aos interesses estrangeiros. Essa oligarquia, imbuída dos modernos valores europeus, abandonou o perímetro urbano antigo e mudou o estilo residencial, ao mesmo tempo em que a cidade inteira se equipava, modernizava e mudava de estilo. (BORGES, 1982 p.22)

A chegada da linha férrea provocou crescimento econômico e supervalorização dos imóveis, segundo Freitas (1995, p.43) “as propriedades imobiliárias sofreram forte valorização. Todo dia alguém precedente do Sudeste do país, interessado na compra de uma residência ou de alguma empresa comercial, chegava até a cidade.”

Anápolis vivia em efervescência, raro o dia em que não chegavam pelos vagões de passageiros da estrada de ferro Goiás, um comerciante com objetivos definidos de aquisição de mercadorias, um representante comercial de alguma empresa do Sul, com esperança de abrir ou ampliar o mercado para a empresa que representava ou, ainda, um aventureiro disposto a realizar o negócio capaz de mudar sua vida. (FREITAS & POLONIAL, 1988, p.74)

Essa agitação exaltada na historiografia local, não pode ser colocada apenas pela chegada da ferrovia, mesmo sendo considerada motor de grande dinamismo para a economia local, outros aspectos relacionados ao governo do estado, ao próprio momento nacional de alteração política, a construção de Goiânia, as reformas urbanas que se iniciavam no país, as novas formas de comportamento que se ampliavam, a busca por novos padrões estéticos nas cidades, a busca pela resolução de problemas técnicos nas construções e o sentimento de progresso, são outros fatores que podemos atribuir como causa à agitação dos moradores.

A própria cidade criou e estabeleceu critérios que foram eleitos como marcos temporais de rupturas e permanências históricas. Dessa forma, a chegada da ferrovia sempre se apresentou como um fator decisivo para as mudanças no tecido urbano e social da cidade. O historiador Juscelino Polonial (1995), referência em trabalhos sobre a cidade, estabeleceu como marco de ruptura a chegada da ferrovia, e outros trabalhos seguiram sempre essa dinâmica, a ferrovia marcaria uma “nova cidade”, porém outros fatores devem ser observados.

Este trabalho não pretende e não será uma crítica aos trabalhos já produzidos sobre a história da cidade, mas procura encontrar outros caminhos para além da chegada da ferrovia como fator de alteração do espaço urbano, pensaremos a cidade como produtora ininterrupta do seu conhecimento. Sendo assim, vários trabalhos serão analisados partindo de várias visões, para além da ferrovia ou como a ideia de progresso expressa pela chegada da ferrovia abriram para as mudanças sociais e históricas da cidade.

Para Hobsbawm (1991, p.612) “a ferrovia representava a modernidade, a grande obra do capitalismo”. E é graças à ferrovia que a modernização da cidade de Anápolis impulsionou-se economicamente e possibilitou o aumento do seu espaço urbano e possíveis mudanças sociais e políticas, mas a ideia de modernidade também estará presente no próprio discurso do novo Governador do Estado Pedro Ludovico Teixeira. Ou seja, são várias tessituras que vão formando a teia do que seria a modernidade que chegaria ao sertão goiano.

A modernidade em Goiás sempre foi um aspecto de grande discussão para o desenvolvimento do Estado, que por séculos anteriores era assolado por uma economia quase isolada dos grandes centros econômicos do país, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro; também o discurso do moderno seria a forma da construção de uma nova identidade, que se negaria aos moldes ditos arcaicos e ultrapassados, algo que o próprio governo de Getúlio Vargas procurou fazer e tornou uma forma de governar com atenção às distintas esferas sociais, sendo assim quando pensamos a “chegada da modernidade”, este local passa a ser negado?

A sociedade anapolina, que existia com bases culturais rurais, não poderia ser moderna em si. O discurso de uma modernidade seria como a chegada de um anjo iluminador que ascenderia todas as respostas a uma população que tanto ansiava; ou o discurso de atraso colocado por outro é que possibilitou esse sentimento de negação de si?

A modernidade na historiografia como discurso de Le Goff (1990) se pautava em uma forma dicotômica entre “o atraso e o novo”, as relações de um capital agrário e a indústria, do campo para a cidade, da medicina popular para o saber médico, das casas simples de pau a pique para o concreto, o saber do tempo da natureza para o conhecimento técnico, uma sistematização precisa do tempo em ordenamento ao espaço, essa modernidade não causaria conflitos em sua própria complexidade?

Para Harvey (2003), a modernidade seria um caos triunfante, onde os conflitos discursivos de grupos de diferentes classes sociais, aumentaria o controle por parte do Estado e a resistência de diversos grupos. Para Pesavento (1999), esse tema contribuiria para a exclusão de diversos grupos, que ao não se falarem, criariam um imaginário social confuso em que a falta de comunicação traria micro espaços de ideias diferentes.

A modernidade como discurso no campo político pautou-se pela relação de Goiás com o coronelismo e com as forças políticas sempre atreladas ao campo de controle do poder, colocou na narrativa histórica a primeira república como o “atraso”; e a partir da revolução de 1930 em Goiás, os valores do “moderno” teriam força e respaldo no campo político, Chaul (2010, p.175) afirma que “no acidentado terreno das ideias da década de 1930, em Goiás, reinava o discurso sobre o progresso, ao qual se apegarão os políticos e intelectuais goianos.”

A saúde era um ponto em que se deveria passar o discurso de modernidade, um campo em que o controle de doenças e corpos contribuiria para uma nova sociedade modernizada, Pedro Ludovico Teixeira como médico, implantou uma nova forma de organização em torno da medicina, inclusive a insalubridade da antiga capital (Vila Boa) fora questionada, em seus discursos:

Não somente no que tange ao aspecto sanitário, mas também nos outros setores em que analisa educação, navegação, colonização, situação econômico-financeira e, principalmente, mudança da capital. Ele diagnostica história, analisa e propõe uma política, uma ação. Goiás é examinado como a um doente: o trabalhador rural e suas condições miseráveis e suas verminoses; a economia, a fartura e a indolência; o saneamento urbano e rural a viação as atividades escolares o exercício das profissões, o sistema educacional, a justiça e a força pública. Em tudo, interfere, esquadrinha. A “ação médica” de Pedro Ludovico está ligada à questão política - à permanência no poder (CAMPOS, 1985, p. 30).

O surgimento da medicina como forma de poder e organização do Estado legitimou as preocupações sobre a salubridade e higiene das cidades industriais do mundo

contemporâneo e um controle efetivo sobre as pessoas e seus corpos. O progresso e a modernidade exigiam a atuação médica como processo de urbanização e crescimento do capital e a medicina urbana eram necessários. Foucault (1979, p.92) analisa em seu desenvolvimento como um poder político é capaz de esquadrihar a população e o urbano: uma medicina das coisas: ar, água, decomposições, fermentos; e uma medicina das condições de vida e do meio existente.

O discurso de higienização além de procurar dar às cidades uma organização e um ar de moderno, tinha por método introduzir em seus habitantes que possuíam hábitos rurais, algo inerente à identidade do sertanejo goiano, que depois do fim da era do ouro, passou a contar com uma economia de subsistência agrária, fruto da própria terra.

Uma cidade moderna deveria atender além de salubridade e higiene, o atendimento médico e a conscientização dos moradores. A ciência deveria ocupar lugar de respeito, eliminando as “crendices” e afastando a ruralidade. A urbanização era uma maneira de garantir o crescimento da urbe de forma controlada e exigia novos comportamentos, uma postura de metrópole, núcleo de pessoas empreendedoras capazes de dominar e ampliar os seus espaços.

1.2 – Anápolis: em busca da modernidade e da sanitarização do seu espaço urbano.

Ao olharmos Anápolis na década de 1930, temos vários trabalhos que compreendem a chegada da linha férrea como a locomotiva do progresso, termo amplamente utilizado nos jornais da época na cidade, estes periódicos foram de grande importância para a divulgação e convencimento da população de Anápolis, sobre os efeitos ditos até então como positivos para o seu crescimento.

Entre os periódicos que obtiveram maior destaque neste cenário a maior parte circulou na primeira metade da década de 1930. No geral, estes apresentavam o mesmo formato: edições de quatro páginas, noticiários, reportagens de interesses diversos, pequenas propagandas do comércio local, notas sobre a administração pública e um espaço reservado para poemas em uma ou outra edição. Os temas que circulavam em torno de tais periódicos estavam associados frequentemente a um libreto comum: a noção de progresso, inerente aos discursos dos revolucionários de 1930. (SILVA, 2014 p. 37)

Não podemos pensar apenas nos jornais, como impulsionadores de uma narrativa moderna, a própria economia da cidade de Anápolis era de grande importância para o Estado de Goiás, a cidade possuía uma grande produção agrícola e a ferrovia seria o meio de transporte que ligaria a cidade aos outros centros econômicos. Goiás possuía grandes problemas quanto aos meios de transportes, não haviam grandes estradas que ligavam o estado, projetos de integração eram de grande importância para dinamizar a economia goiana, a própria construção estética de obras eram um retrato edificado desse discurso.

A chegada da energia elétrica tem início no ano de 1922, foi assinado entre a intendência municipal e a Empresa Faria & Coleman, contrato para o fornecimento de energia elétrica à cidade (FREITAS, 1995 p.25)

Em 1924, teve início o fornecimento de energia elétrica à cidade (FREITAS, 1995 p.25), dando sustentabilidade para que mais tarde a ferrovia chegasse e tivesse luz. É a partir de 1933 que começa a funcionar o sistema de iluminação pública e energia elétrica, decorrente do acordo firmado entre a prefeitura municipal e a Empresa Força e Luz de Anápolis Ltda. (FREITAS, 1995 p. 26).

A distribuição de energia elétrica arrancava a cidade da escuridão e dava aos moradores a sensação do progresso e da evolução, a distribuição que inicia a partir de 1933 dá suporte a inovações tecnológicas como a iluminação pública do centro da cidade, partindo da estação ferroviária e da utilização do elevador do Hospital Evangélico de Goiás no mesmo ano.

Outra mudança da cidade foi a pavimentação e a construção de rodovias. Anápolis possuía, ainda, nas suas ruas aspectos rurais e desejava mudar essa imagem, ruas de terra, sem pavimentação, iluminação pública, ainda com um centro urbano pequeno, mas com problemas agora colocados como de uma metrópole por parte de seus habitantes.

Anápolis queria fugir a esse estigma, queria se mostrar enquanto uma cidade moderna, dentro das concepções da mentalidade da época, provocar estupefação nos visitantes que por ela transitassem, seja a negócios, seja em viagem familiar ou de lazer. Mas a sua realidade era bem diferente. As ruas centrais eram estreitas e de terra, muitas vezes com irregularidades que impediam o trânsito. (FREITAS, 1995 p.44)

O Conselho Consultivo de Anápolis¹⁰ criado no início da década de 1930 estabelecia normas para garantir o crescimento urbano e organizado, atendendo as novas ordens sociais, de higiene, transporte e pavimentação:

Os projetos apresentados à mesa do Conselho para apreciação, na sua maioria, referem-se ao dia-a-dia da vida do município: nomeação de professores, construção de necrotérios; asfaltamento e calçamento de ruas; discussão da lei orçamentária do município; anistia fiscal a ser concedida a algumas instituições da cidade e a pessoas físicas. (SILVA, 1997 p. 30)

A construção de pavimentações era de extrema importância para ligar o município às outras regiões, porém as ruas da cidade apresentavam grandes problemas. Devemos observar que antes da chegada do discurso de modernidade e transformação, não se via por parte da população como problema porque era parte de seu cotidiano. Assim, o discurso que vinha de outros locais, deslocava o espaço para outro tempo, um tempo de transformação e de novos problemas, que o caráter progressista colocava para a população e deveriam ser resolvidos.

Até a década de trinta, um dos mais graves problemas de Anápolis dizia respeito às condições de sua estrutura viária. As ruas eram de terra e necessitavam de reparos constantes. O trânsito de animais, sobretudo cavalos e bois, ou de veículos de tração animal, como carroças com rodas de aro de metal e carros de bois, danificavam constantemente as ruas. (FREITAS, 1995 p.83)

As ruas possuíam aspectos irregulares e de difícil mobilidade, trazendo prejuízos e constantes reclamações por parte dos comerciantes. Durante a gestão do prefeito nomeado pelo governo estadual de João Luiz de Oliveira em 1930, e seguindo as normas do conselho consultivo, foram alterados vários aspectos da cidade, o rural deveria desaparecer segundo a nova elite urbana: os comerciantes.

Com o crescimento urbano, houve a necessidade de se criar novas estradas e aquisição de maquinário para pavimentação. Para garantir maior civilidade e mobilidade urbana, o prefeito de Anápolis, João Luiz de Oliveira, fora nomeado pelo interventor do

¹⁰ O Conselho foi criado em Anápolis em janeiro de 1932. De acordo com o decreto federal nº 20.348 de 29 de agosto de 1931, que instituiu o Conselho Consultivo, nos estados, no Distrito Federal nos municípios com objetivo de estabelecer normas sobre a administração local. O governador Pedro Ludovico Teixeira, controlava as finanças municipais e dava sentido ao discurso de higienização e modernização do estado, os conselheiros ficavam em uma sala ao lado do prefeito, controlando e fiscalizando as decisões. (SILVA, 1997. p. 28)

estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira e tinham objetivos com o saneamento da cidade. Entre as medidas estão o asfaltamento de algumas ruas - nem todas foram contempladas ou medidas, a aquisição de um matadouro para abater carne suína e bovina - como maneira de garantir melhores condições de consumo das carnes e regulamentação do abatimento de animais.

O jornal *O operário* trouxe uma matéria sobre a abertura do congresso em 17 de maio de 1933, para a regulamentação da cooperativa de frigoríficos atendendo a demanda de carnes e conservação de laticínios do município.

A cidade, como já falado, formou-se com aspectos rurais. Assim, a construção de uma cidade moderna deveria primeiramente alterar a mentalidade local, tarefa difícil porque esse discurso não era entendido pelos gestores da época, Freitas (1995, p.44) “a mentalidade da época não permitia imaginar que o Estado estivesse à altura da civilidade dos grandes centros urbanos”. A eliminação dos agentes de contaminação como os matadouros e o lixo, que causavam grande desconforto à população, a medicina das coisas se fazia presente, era preciso eliminar.

O lixo se amontoava em terrenos baldios ou mesmo na frente das casas. Essas por sua vez, estavam com suas fachadas sujas, esburacadas, a pintura deteriorada, não possuíam muros e os quintais estavam expostos à ação dos animais. Era um sério problema a ser resolvido em curto espaço de tempo, problema esse que implicava mudanças de hábitos, estabelecer um novo padrão de cultura. (FREITAS, 1995 p.44)

Já em 1934, houve a substituição do prefeito João Luiz de Oliveira por Irani Alves Ferreira. No mesmo ano houve nova substituição do prefeito assumindo José Fernandes Valente. Ainda neste mesmo ano, para atender as medidas de saneamento e controle de pragas, a prefeitura soltou notas pedindo à população da cidade a construção de passeios e muros, outra medida adotada pela prefeitura foi à reestruturação das fachadas que eram consideradas velhas e sujas, o manuseio correto do lixo, que causavam má impressão aos visitantes e a estética da cidade.

A prefeitura, ajudada pela intelectualidade local, ousou enfrentar o desafio. Pelos jornais, divulgava a necessidade da população passar a se comportar de maneira menos sertaneja e mais urbana, de reformar suas residências murar os quintais, recolher o lixo de forma adequada, observar noções de higiene. (FREITAS, 1995 p.44)

Os comerciantes locais, assim como a elite anapolina adotaram o modelo de modernidade e aprovaram as decisões da prefeitura, dessa forma começava-se a exigir novos padrões para os habitantes da urbe, costumes considerados ultrapassados e anti-higiênicos, como a presença de animais nas ruas, lixos amontoados, passaram a ser repreendidos pela intelectualidade da cidade, o modelo de cidade progressista não combinava com costumes “arcaicos”, a prefeitura deliberou alguns decretos para coibir certos comportamentos, principalmente no centro da cidade.

Atos da prefeitura.

O Sr. Francisco de Campos prefeito interino em substituição ao Sr. J. Fernandes Valente que se acha em gozo de licença, em bôa hora, pelo decreto nº 185, resolveu isentar os impostos, emolumentos, etc. a todo aquelle que reconstruir muros, prédios, passeios e outra inovações, até o dia 3 de maio.

Essa ponderada e patriótica medida é justamente para que no dia da inauguração da E. de ferro a nossa cidade apresente um aspecto agradável aos forasteiros. (JORNAL ANNAPOLIS, 07 de abril de 1935)

Essa medida foi bem recebida pelos comerciantes da cidade, que viam na ação uma valorização dos seus imóveis e uma maneira de apresentar boa recepção aos visitantes da cidade, a estética traria ganhos e a ação do Estado sobre o espaço era vista com entusiasmo pela elite comercial.

Muitos proprietários attendendo ao justo pedido da nossa prefeitura começaram a reforma e pintura de seus prédios, afim de que os nossos visitantes, por ocasião da inauguração da estação de ferro, encontrem a cidade digna do nome e do progresso de Annapolis. (Jornal Annapolis Sport Club – maio de 1935)

Porém houve reclamações sobre essa atuação da prefeitura, o discurso de modernidade não reverbera sem obstáculos, a teia social de manifestação, conforme Harvey (1989, p. 12) “a modernidade é uma constante ruptura e transformação em si”, porém não pode ser encarada como uma folha em branco, impassível de resistência. A população passou a ver essa atitude como uma transformação não para si e sim, para os outros, um progresso para o outro e não para si, não criando um sentimento de pertencimento e sim de controle estatal.

Em um dos últimos números do “*lavoura e commercio*”, de Uberaba, lemos uma correspondência desta cidade dizendo que o prefeito local está praticando arbitrariedades, obrigando os proprietários a limpar as

fachadas das casas e muros. É uma injustiça! O prefeito fez apenas distribuir circulares pedindo a cooperação de todos os annapolinos no sentido de saneamento da cidade para garantir a inauguração da estação de ferro um aspecto digno. (*Annapolis Sport Club* (maio de 1935 a abril de 1936).

Outra medida de saneamento adotada em várias cidades do mundo ocidental, como maneira de trazer aspectos mais modernos é a mudança de cemitérios, entretanto essa medida poderia causar desconforto nos cidadãos, visto que os cemitérios, principalmente nas urbes de origens rurais geralmente se encontravam nos centros, como no caso de Anápolis, a prefeitura da cidade usou o discurso de higiene e superlotação do cemitério para justificar a mudança do campo santo para uma área externa da cidade, Foucault analisou o processo de sanitização do século XVIII e XIX em que os ambientes da Europa passaram, e como a elite burguesa foi adotando esse padrão em outras localidades, numa modernidade que podemos dizer como periférica.

É, porém, um espaço intimamente relacionado com todos os outros sítios da cidade ou estado ou sociedade, etc., uma vez que cada indivíduo e cada família têm familiares no cemitério. Na cultura ocidental o cemitério sempre existiu, apesar de ter atravessado mudanças radicais. Até o fim do século dezoito, o cemitério encontrava-se no centro da cidade, geminado com a igreja. (FOUCAULT, 1986 p.4)

A modernidade em pauta exigia mudanças no comportamento dos cemitérios, como medida de estética e higiene, afastando a morte e as possíveis moléstias do centro urbano. Agora a morte deveria encontrar-se fora dos locais de grande circulação, longe dos olhos dos habitantes, eliminando as doenças que a morte trazia e o sentimento de tristeza da memória.

Entretanto, e num movimento oposto, é também a partir do início do século XIX que os cemitérios começam a ser construídos nas linhas externas das cidades. Correlativamente à individualização da morte e à apropriação burguesa do cemitério, emerge uma obsessão pela morte como uma doença. Os mortos trazem doenças, e a proximidade, a presença dos mortos ao lado da igreja, ao lado das casas, quase no meio das ruas, é esta proximidade que propaga a morte. (FOUCAULT, 1986 p.5)

Para não causar tensão entre os moradores da cidade, a prefeitura adotou certas medidas para garantir a transferência sem causar tumultos, primeiro construiu um

cemitério maior, mais afastado da cidade, com jazigos maiores e a garantia que os restos mortais dos entes queridos fossem transferidos sem ônus.

Como o cemitério já estava com sua capacidade esgotada, não foi difícil convencer a população da necessidade de removê-lo para outro local. Já existia outro cemitério (o atual cemitério de São Miguel) e, no caso as ossadas existentes no cemitério foram transferidas para o novo. (FREITAS, 1995 p.45)

A notícia da mudança do cemitério teve o apoio dos jornais como forma de conscientizar a população da importância dessa medida tomada pela prefeitura da cidade, os jornais não mostraram nenhuma resistência por parte da população para a mudança do cemitério. A ênfase sempre foi de garantir que o discurso modernizante da cidade seria um caminho “evolutivo” da cidade.

Pelos poderes municipais já foram iniciados os preparativos da praça Americano do Brasil, em frente à estação Goyaz, estando sendo retirados os túmulos do velho cemitério. (Jornal Annapolis Sport Club - maio de 1935).

No local do antigo cemitério foi construída uma praça chamada de Americano do Brasil, esteticamente planejada para mostrar que a cidade se modernizava e se preocupava com a chegada das pessoas, o local do antigo cemitério era em frente à estação ferroviária da cidade e a preocupação de garantir as boas-vindas aos imigrantes e visitantes foi uma preocupação da gestão municipal em garantir uma ordenação urbana.

Em seu lugar, a prefeitura construiu a Praça Americano do Brasil, uma ampla e agradável praça capaz de proporcionar, aos que chegavam na cidade pela primeira vez uma impressão favorável, da cidade arejada, moderna e aprazível. (FREITAS, 1995 p.45)

As mudanças do cemitério trouxeram além de uma estética interessante à cidade, a valorização da área central e estimulou o comércio e a economia local, e o cemitério dentro da ordem discursiva de modernidade, não era viável esteticamente dentro do centro urbano e principalmente porque a estação ferroviária ficaria ao lado do cemitério, e segundo os comerciantes não trariam grande entusiasmo aos visitantes que desembarcassem dos vagões do trem.

O local outr’ora triste começa a tomar aspecto agradável, destacando-se, do lado da estação, as importantes construções dos armazéns e escritórios das firmas comerciais: Pina & Michel e David Alexandre Turma. (Jornal Annapolis Sport Club – maio de 1935)

Freitas afirma que “nas imediações, instalou-se ponto de charretes. Com isso a cidade se considerou preparada para receber a estrada de ferro, e essa chegou em setembro 1935.” (FREITAS, 1995 p.45)

O discurso de higienização além de procurar dar à cidade uma organização e um ar de moderno, tinha como método criar uma cultura urbana separada da rural além de introduzir aos habitantes detentores de hábitos simples e rurais, as mudanças da urbanização. Era uma maneira de garantir o crescimento da cidade que exigia novos comportamentos e uma nova identidade, uma postura de metrópole, núcleo de pessoas empreendedoras e progressistas. Nesse sentido, o Estado se alinhava à higiene e à estética urbana.

A medicina na cidade se organizou em 1927 com o Dr. James Fanstone, que inicia a construção do Hospital Evangélico Goiano. Segundo Ferreira (1981, p.190) “Dr. Fanstone lembrou-se de diversos clientes, que o procuravam, na esperança de encontrar cura para os seus males e viver mais alguns anos. O hospital mais próximo de Anápolis ficava em Araguari”.

O primeiro hospital funcionava em uma casa bem simples, a partir da década de 1930 Fanstone decidiu ampliar o hospital com uma arquitetura considerada moderna para a cidade. Inaugurado em 1933 era para alguns, como o historiador João Asmar afirmava: um verdadeiro “arranha-céu”, e de fato era o maior prédio do estado de Goiás, contendo cinco andares.

Na cidade, atualmente, existe um caderno de pesquisas que contém alguns artigos sobre a historiografia da cidade, o caderno denominado de *Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho*, na edição de outubro de 2013, há um artigo que analisou a construção do hospital e o impacto na prática da medicina, que antes sempre era voltada para os “curandeiros”, um saber popular regional. Ao construir o novo hospital com aspectos modernos e adotar a medicina social e científica como o saber a ser utilizado na cidade, trouxe um impacto no imaginário social da cidade, visto que a monumentalidade do edifício era trazida de outros locais tidos como modernos.

Segundo, Di Paoli e Serra (2013), a arquitetura do hospital teria sido influenciada pelos hospitais britânicos, um modelo monobloco que integrava a administração e os leitos de atendimento. O médico responsável pela construção mesmo,

sendo brasileiro teria vindo de uma família britânica e se formado em Londres. Dessa forma a arquitetura do hospital atendia as novas ideias de tratamento médico do século XX da Europa.

Ao analisar o modelo arquitetônico do edifício podemos compará-lo pelas linhas de sua fachada, o frontão triangular, o número de leitos, sendo elementos comparativos aos edifícios hospitalares britânicos. Para Di Paoli e Serra (2013, p.54) “O Hospital de Homeopatia¹¹ apresenta diversas semelhanças com o edifício do Hospital Evangélico de Goiás, incluindo sua volumetria, a fachada dividida em faixas por frisos horizontais, janelas verticalizadas, uma faixa mais larga que serve como base para fachada, dentre outras”.

Alguns estudos sobre a estrutura urbana da cidade, apontam que ela auto intitulou-se a *Manchester Goiana*, uma cidade britânica que tinha como características, paisagem de grandes fábricas, chaminés, espaço urbano amplo para a circulação de pessoas, hospitais, circulação de mercadorias e comércio por vias férreas, esse modelo de modernidade teria sido desejado não apenas em Anápolis, mas em outras cidades por onde a ferrovia foi passando.

E de tal modo a Manchester inglesa se tornou um modelo de modernidade e progresso a ser alcançado que as cidades que almejavam tal condição, mesmo que a vida cotidiana dissesse que a realidade era rural, bastava a instalação de uma indústria têxtil para se candidatar ao uso do nome e se tornou adjetivo.

E desta forma surgiram a Manchester Paulista (Sorocaba), a Manchester Mineira (Juiz de Fora), a Manchester Gaúcha (Canoas); algumas pretendiam o título nacional: “a Manchester brasileira” (São Gonçalo no Rio de Janeiro, Joinville, em Santa Catarina, São Luiz do Maranhão, etc.) (MOURA, 2012, p.23)

O Jornal *O Anápolis*, que circulou na cidade já na década de 1930, sempre foi utilizado com um instrumento de normatização social da cidade. Em suas páginas sempre fazia destaques aos acontecimentos que ocorriam no hospital da cidade, como quantas pessoas estavam hospitalizadas, número de enfermeiras. Trazia na sua narrativa uma exaltação ao moderno e a chegada de novos imigrantes, numa busca em negar o passado e proferir os feitos da cidade, como uma propaganda de modernidade.

¹¹ Hospital de Homeopatia de Londres entre 1850 e 1859, na Praça Golden Square. O hospital abrigava leitos e uma escola de homeopatia.

Hospital Evangelico.
Dirigido pelo Dr. James Fanstone tem funccionado nesta cidade o hospital evangelico.
Acham-se internados actualmente 19 doentes entre operados e diversos tratamentos.
O hospital tem 8 enfermeiras, sendo 3 britanicas e diplomadas e 5 brasileiras que estão fazendo curso de 3 annos.
Recentemente foi operada e com muito exito a Exma. Sra. D. Marília José Tavares. A operação constou da extracção de 105 calculos na vesicular biliar.
Annapolis sob o ponto de vista clinico e cirúrgico é sem duvida alguma a princeza de Goyaz. (ANNAPOLIS, 1935 p.3)

Não apenas a exaltação do edifício como valor estético arquitetônico e os procedimentos médicos realizados foram responsáveis pela intensa campanha de normatização social da cidade, os jornais da época e as medidas da prefeitura foram responsáveis por criar uma identidade na urbe. Seguindo comportamentos que eram inspirados nas metrópoles, os próprios moradores sofreram com leis e circulares emitidas pela prefeitura, assim como a aprovação e elaboração de uma secretaria de higiene e sanitização para o controle do espaço urbano. O prefeito interino da época José Fernandes Valente criou uma secretaria para estes assuntos de ordem de controle social.

O controle do espaço urbano requeria um investimento na prevenção de doenças e moléstias. O estado de Goiás, segundo Sandes (2002, p.32) sofria com vários males desde o período colonial. Dessa forma, devido à escassez de grandes povoadamentos e do saber médico oficial, sempre em sua maioria, a população procurava um curandeiro para tratar as diversas doenças como a febre amarela, bócio, boubá, beribéri, pneumonia, hidropisia, morfeia, doenças do aparelho digestivo, escorbuto, doenças existentes ao longo da história local. Mesmo as cidades como Vila Boa possuíam uma deficiência do saber médico.

No Brasil uma das ideias de modernização e higienização dos espaços urbanos era o controle de doenças como malária, febre amarela e dengue, entre outras moléstias. No Rio de Janeiro, capital federal, o prefeito da cidade Pereira Passos no início do século XX criou uma campanha para o combater as epidemias urbanas e estabelecer um reordenamento do espaço do Rio de Janeiro, foi seguido por vários prefeitos do Brasil como modelo de cidade moderna.

O Rio de Janeiro foi o pioneiro no processo de higienização e busca por espaços urbanos mais limpos e salubres, mesmo de forma arbitrária e violenta, acarretando em

revoltas populares como a da vacina, em 1902. No século XX o Instituto Rockefeller criado em 1913 em New York, tinha como principal missão no Brasil a erradicação da febre amarela e foi no Rio de Janeiro a primeira atuação da entidade junto com Oswaldo Cruz, médico e sanitarista que integrava o movimento sanitarista brasileiro.

Segundo Benchimol (2001, p.115) os sanitaristas Carlos Chagas e Belisário Pena, incansáveis propagandistas do saneamento rural, defendiam a interiorização das políticas de saúde e de controle de epidemias e uma política tanto de saneamento urbano quanto rural contra a escassez de políticas sanitaristas que permeavam o Brasil durante todo o período colonial, sobre o domínio dos coronéis “reivindicando a modernização e centralização dos serviços sanitários e uma política voltada não só para as doenças de base urbana mas também para a prevenção e o controle das endemias rurais.”

Junto com o movimento sanitarista brasileiro e o Instituto Rockefeller, em Anápolis houve a chegada da missão em 1935, que pretendia combater as doenças urbanas e rurais. Havia alguns casos de febre amarela em diversas localidades de Mato Grosso e Goiás, em Anápolis foi notificada a morte, em 1935, de Augusto Elias de Oliveira em decorrência da doença na fazenda Brejão, área rural do município.

De janeiro de 1936 a junho de 1937, 795 pessoas receberam a vacina feita com esse soro e o vírus 17E. Dois terços deste contingente (576 pessoas) foram vacinados em centros de estudo criados nos estados de Goiás, Paraná e Mato Grosso: em Anápolis (122 vacinados); Jacarezinho (223 vacinados) e Campo Grande (231 vacinados), respectivamente. Outras 219 pessoas foram vacinadas no laboratório do Rio de Janeiro e em várias localidades do Maranhão, São Paulo e Paraná. (BENCHIMOL, 2001 p.194)

A cidade havia sido escolhida para abrigar a missão em virtude da sua localização central no Estado e a infraestrutura urbana presente, principalmente pelo Hospital Evangélico que poderia abrigar um laboratório de análises epidemiológicas. Outro motivo era o caso de Augusto Elias de Oliveira, porém os jornais, para eliminar qualquer possibilidade de alerta na população sobre o caso, noticiou que a chegada da missão era apenas em decorrência da estrutura urbana da cidade e do hospital, exaltando a cidade como um município moderno e que abrigaria todas as condições necessárias para uma missão tão importante.

O facto de estar em Annapolis a séde do Serviço da Febre amarella em Goyaz, podia parecer aos espíritos menos avisados que esta cidade ou município estariam assolados pela terrível epidemia.

Entretanto a verdade é que não houve ainda um caso sequer da febre suspeita dentro da cidade e que os poucos casos aparecidos na zona rural já estão diminuindo de intensidade, de modo a não causar mais o grande alarma que se verificou com o aparecimento dos primeiros casos no Estado. (*Jornal Annapolis*, 28 de abril de 1935)

A política de saneamento urbano ia ao encontro dos ideais que a cidade pretendia alcançar, além da chegada da ferrovia trazer a comunicação dos transportes e da economia, o saber médico seria um discurso que elevaria a cidade à “modernidade” tão desejada e expressa em suas narrativas. Como Goiânia foi construída pelo discurso higienista e moderno, pelo governador Pedro Ludovico Teixeira, Anápolis - em sua proximidade e desenvolvimento econômico não pretendia ficar ultrapassada, a presença de figuras médicas era de grande entusiasmo para a população e a medicina social tinha grande respaldo pelas elites da cidade que se expressavam pelos jornais da época.

Os distintos e esforçados medicos da Missão Rockefeller escolheram Annapolis para localizar a séde desse Instituto Scientifico por uma razão simples: esta cidade, além de estar quasi no centro do Estado, conta com facilidade de comunicação com todos os municípios e com o littoral do paiz, além de offerecer outros requisitos que não encontrariam nas outras localidades, sem prejuízo, entretanto, da efficiencia dos estudos sobre o terrível mal, para o que esses illustres cientistas não têm poupado esforços e sacrifícios. (*Jornal Annapolis* – 28 de abril de 1935).

Foram lançadas várias notas em jornais da época com pedidos da prefeitura e do próprio jornal, o *Annapolis*, solicitando ajuda da população para o melhoramento da cidade e do comportamento social para apresentar uma cidade mais arrojada e limpa aos novos visitantes. Tanto Anápolis como o próprio estado de Goiás pretendiam deixar para traz o estigma de local atrasado, insalubre e para isso a própria população deveria se integrar ao processo, sendo parte importante para o êxito dessa nova política.

Urbanismo

<<Annapolis>>, pequeno semanario que se propoz a trabalhar pelo engrandecimento desta futura terra não pode se calar, a vista de algumas irregularidades locais.

Os trilhos da E. de ferro já estão a poucos metros da Estação e o entusiasmo reinante é enorme. O assumpto do dia é a próxima inauguração, entretanto, o aspecto geral da cidade muito pouco tem modificado.

O prefeito interino fez publica um edital, fazendo concessões aos proprietários que fizerem limpezas de predios, muros e etc.

Realmente foi uma optima medida e todos annapolinos deverão comprehender aquelle acto. (*Jornal Annapolis*, 14 de abril de 1935)

Ao inaugurar a estação de ferro em setembro do mesmo ano houve a preocupação com a limpeza da cidade, estabelecendo um sentimento de ares urbano e organizado. A higienização das cidades já era um fenômeno que ocorreria em vários locais do Brasil, como o Rio de Janeiro no começo do século XX. É claro que o processo que ocorreu na então capital federal do país havia ocorrido com grande violência e repressão, diferente do representado pelos documentos de Anápolis; a cidade recebeu com grande entusiasmo essas medidas e o discurso modernizador dessas medidas representavam uma alteração das antigas formas de comportamento, a busca por deixar para trás moléstias que afligiam boa parte da população do estado.

No final dos anos 1910, o saneamento entendido como questão básica da sociedade. Porém nos anos 20 é que a saúde atinge a dimensão de questão nacional. As forças políticas em torno dos projetos sociais em 1920 foram significativas. Propugnando por reformas sociais, as forças representativas elegeram a saúde como questão básica, refletindo uma preocupação da sociedade brasileira com a questão sanitária, que se tornou objetivo do Estado, ao longo dos anos 30. (CHAUL, 1997 p.185)

No dia da inauguração da estação ferro Goiás, a prefeitura para criar uma esfera de limpeza e salubridade, fez um mutirão de limpeza na cidade para dar boas-vindas ao “progresso”: “(...) os prédios e muros completamente asseados na parte central das urbes” (Jornal O Annápolis. 15/09/1935).

Esse processo de limpeza e reordenamento da cidade não se expressou apenas na parte de limpeza das ruas, dos muros ou do comportamento daqueles habitantes. Outras medidas fizeram-se presentes como a alteração dos desenhos das fachadas, de novas construções que começaram a fazer parte do cotidiano citadino. Anteriormente, as casas eram típicas do período colonial e a partir da década de 1930 começaram a desaparecer dando lugar a uma nova arquitetura com valores estéticos que até aquele momento não faziam parte da urbe; o progresso passa a ser representado esteticamente pela cidade, pelas novas casas, praças, traçados, a linha férrea, a chegada de imigrantes e viajantes de todos os locais. A novidade exerce o fascínio sobre o imaginário social, que era isolado, Goiás e Anápolis não possuíam ligações com outras localidades em um curto espaço de tempo, porém a ferrovia encurtaria esse tempo-espaço, Anápolis como cidade passa representar para si a ideia edificada do progresso e da modernidade, é a dominação do homem sobre si e sobre o seu espaço.

1.3 – A modernidade que não se expressa em palavras, mas em concreto.

As primeiras casas em Anápolis dos séculos XVIII e XIX, eram construídas de pau a pique, pedaços de madeira entrelaçados com revestimentos de barro e chão batido, muito comuns nas áreas rurais, uma arquitetura da terra, do período colonial e muito utilizada no interior do Brasil, não havia técnicas precisas ou estudos mais complexos para a sua confecção, no centro da cidade se encontravam várias residências com essas características, a alteração dessas construções era um projeto de modernidade e urbanização, muitas dessas residências atraíam o barbeiro hospedeiro da Doença de Chagas, uma moléstia que fez parte por séculos do imaginário social goiano.

No início do século XX começou-se a construção de casas e edifícios com alvenaria, utilizando as técnicas de construção da época, aos valores estéticos permaneceram os mesmos das construções neocoloniais, janelas de madeira, telhas de barro, paredes de tijolinhos revestida, a fotografia 1, é a Casa de Câmara e Cadeia da cidade, construída em 1905¹², onde funcionava o poder executivo e policial da cidade, essa arquitetura neocolonial fez parte das construções urbanas até 1920, quando temos a introdução de novos elementos, esse edifício com o processo de reordenamento da cidade, passou a representar o velho, e foi demolido para se construir uma escola em seu local.

A partir de 1920 passaram a existir indústrias especializadas em produção de tijolos, telhas, ladrilhos em larga escala, deixando para trás os elementos neocoloniais do século anterior, dessa forma a cidade passa a ter ferramentas técnicas para a inauguração de novos prédios com características consideradas mais modernas, elementos que passam a fazer parte do imaginário social urbano, principalmente com a chegada da ferrovia e o crescimento demográfico e econômico.

¹² Existe uma indefinição exata da construção da Casa de Câmara e Cadeia da cidade, os registros históricos nos revelam segundo entrevista realizada com o historiador e Diretor do Museu Histórico de Anápolis, Tiziano Chiarotti, que a data de 1905 ressalvada por Freitas (1995) pode ser imprecisa, pois, se a Lei Provincial em questão de 1887 fazia exigências quanto à construção de prédios para fins distintos como requisito para se instalar a Vila de Santana das Antas, portanto, com a instalação da mesma, em 10 de março de 1892. Ver em Caderno de Pesquisas Ano 2/ N° 1 junho de 2010, COSTA W. Histórico dos locais de preservação da liberdade em Anápolis: Aspectos do patrimônio arquitetônico e cultural, p.41.



Figura 1: fotografia da Câmara e cadeia. Casa de Câmara e Cadeia - Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho” – 2012.

Portanto, as primeiras construções de casas em tijolos darão início a uma nova configuração urbana ligada a outras atividades preponderantes para a economia da cidade, quais sejam as olarias. As olarias pertencentes aos Sr. Jad Salomão e a pertencente ao Sr. Agostinho de Pina viriam a se transformar, na década de 30, em cerâmicas - Indústria de tijolos, telhas e ladrilhos - e de onde saíam grande quantidade de tijolos e telhas para construção de Goiânia e, no futuro, para a capital do país, Brasília. (SILVA, 1997 p.19)

Na década de 1930, observamos a introdução dos primeiros elementos considerados esteticamente modernos na cidade de Anápolis, o modernismo¹³ que havia

¹³ O movimento modernista iniciado pela semana de 1922 em São Paulo, não pretendia apagar a memória nacional ou os valores estéticos e culturais, na verdade havia um desejo por parte de alguns intelectuais como Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Monteiro Lobato, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral em adotar elementos estrangeiros como os europeus para superar o atraso político do Brasil, que era representado pelos coronéis das antigas oligarquias, neste sentido a superação da arquitetura neocolonial foi adotada, esse movimento foi base para as décadas de 1950 -1960 para o nacional-desenvolvimentismo, em que falaremos no terceiro capítulo, em que buscou o resgate dos valores estéticos do século XIX. Ver em PRADO, Maria Emilia. *Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: o significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60*. 2008, p. 21-23.

explodido com a semana de 1922, uma arquitetura que passou a expressar a monumentalidade de um discurso, principalmente os estilos Art Déco e Neoclássico, estilos franceses que influenciaram muitas construções no mundo e no Brasil.

O século XX é marcado por intensas transformações, refletidas em movimentos de tendências extremamente modernas, seja na literatura, na pintura, na fotografia, na arquitetura, dentre outras. A semana de arte de 1922 foi um dos movimentos, porém não é o marco inicial do estilo Art déco no Brasil, mas contribuiu fortemente para que se pudesse adotá-lo. O estilo Art Déco surgiu na França, e foi apresentado, formalmente, na “Exposição Internacional das Artes Decorativas e Modernas”, realizada em Paris, nos anos vinte. (*O Centenário*, Ano 3- Nº 13)

Em práxis podemos definir o Art Déco, como um conjunto de manifestações artísticas, estilisticamente coeso, originado na Europa e que se expandiu pelas Américas do Norte e Sul, incluindo o Brasil, a partir dos anos 1920. Seu lançamento formal ao público ocorre na *Exposition Internationale des Arts Décoratives et Industrielles Modernes*, acontecida em 1925.

Em Anápolis, a primeira construção com elementos neoclássicos a ser erguida foi a estação de ferro Goyaz. Ressaltamos que o estilo Art Déco engloba diversos elementos e formas que podem ser confundidas ao mesclarem-se outros elementos e criar estilos híbridos de arquitetura que utilizam elementos diferentes, o que dificulta a sua definição.

Podem ser feitas algumas restrições ao uso do termo Art Déco para designar um estilo arquitetônico: o fato de o que se entende por arquitetura Art Déco englobar uma diversidade de formas; e de prédios que podem ser vinculados a essa tendência terem sempre aspectos relevantes que podem ser associados a outras vertentes arquitetônicas (neoclássica, eclética, moderna, etc.) (CORREIA, 2008 p.48)

O jornal *O Centenário* “A arquitetura de estilo art déco vai assumir um caráter pré-moderno, futurista, na qual se podem notar diversos detalhes, tais como: figuras geométricas, fauna e flora, cores, demonstrando a suavidade.” (*O Centenário* – ano 3 – nº 13)

O estilo de arquitetura Art Déco, veio a Goiás junto com a mudança política de Vargas e Pedro Ludovico Teixeira, essas mudanças na forma de construir os prédios representavam além de mudança física uma nova ordem moderna. O discurso do novo foi

sendo apropriado pelo Estado em construções oficiais do governo e nas residências, era uma nova forma de assinalar o novo no espaço urbano.

Em Goiás, durante muito tempo, discutia-se a ideia de transferência da capital e foi durante esse período dos anos trinta, no ardor da Revolução, que levou Vargas ao poder, a introdução da Art Déco se tornou possível no Estado, sob um discurso de modernidade. Com a liderança de Pedro Ludovico Teixeira e o apoio do presidente Getúlio Vargas, projetou-se, então, a nova capital do Estado. A sua construção exigia um profissional competente e que tivesse, também, ideias modernas, que fossem realmente comprometidas com a modernidade. (Jornal *O Centenário* – ano 3 – nº 13)

A obra que marcou as pessoas e estimulou a mudança da urbanização, foi à estação ferroviária, que possuía uma arquitetura nunca vista antes na cidade de Anápolis, conforme a afirmação de Polonial (2007, p.49):

Embora Anápolis tenha uma arquitetura rica em estilo Art Déco que merece ser preservada, talvez com a criação de um espaço revitalizado no centro..... o prédio da antiga estação ferroviária, também em estilo Art Déco, que fica na Praça Americano do Brasil. Inaugurada em 1935, é o grande símbolo do desenvolvimento econômico de Anápolis, notadamente o comércio e a agricultura comercial, e favorecendo o desenvolvimento urbano, e fazendo de Anápolis o maior centro comercial de Goiás entre os anos trinta e cinquenta.

A prefeitura, como tratado anteriormente, soltou notas aos comerciantes para a mudança de fachadas no perímetro central e instalou uma secretaria de obras públicas que exigia dos construtores projetos com plantas e desenhos em anexos afim de garantir o cumprimento das leis do Estado e para impulsionar as construções de caráter moderno. Dessa maneira, uma ampla mudança na forma de se construir foi sendo iniciada, uma operação que foi apagando as características rurais e eliminando ao menos o caráter colonial das fachadas do centro a partir da década de 1930.

Havia um forte sentimento de mudança, porém fatores econômicos ou culturais serviram de resistência, no fazer arquitetônico, isso exigiu do poder público uma atuação mais rigorosa, sendo estipulado multas aos proprietários que descumprissem as normas.

As leis municipais determinam que toda e qualquer construção deverá ser feita de acordo com os projectos apresentados, entretanto os empreiteiros abandonam os projectos, modificando-os completamente na forma, na esthetica, e quasi sempre na altura. Urge, pois, que a fiscalisação seja perfeita afim de que nossa cidade tome aspecto desejado. Não havendo fiscalisação nas construcções seria dispensavel a apresentação de plantas assignadas por technicos habilitados pelo Conselho de Engenharia. (*Jornal Annapolis*, 14 de abril de 1935)

Mesmo com a fiscalização da prefeitura, a materialidade de modernidade que essas obras traziam e o uso do discurso jornalístico presentes nos periódicos da época, muitos moradores não conseguiam se adaptar as novas construções. Ainda havia um sentimento de estranheza. Conceito este que Georg Simmel, no começo do século XX, já abarcava como aspectos da modernidade, intrínseca às cidades industriais. Esse sentimento foi aplicado às novas construções que não representavam a identidade do local, era uma arquitetura que quebrava as expectativas e as experiências do dia a dia dos moradores, era uma arquitetura estrangeira e que para alguns não criava laços de pertencimento, era a consequência da modernidade que rompia e reconstruía o sujeito moderno. Como afirma Anthony Giddens (1991, p.73), “Em condições de modernidade, uma quantidade cada vez maior de pessoas vive em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam os aspectos principais da vida cotidiana”, nesse caso é observado que a arquitetura moderna vinda de outras localidades é o estrangeiro e que até aquele momento inicial causava esse sentimento de desencaixe com o local e a obra.

A quebra do sentimento de estranheza ante as novas construções só ocorreria a partir da década de 1940 e 1950 na cidade; não encontramos relatos desse sentimento de desencaixe quanto as construções modernas a partir desse período, poderíamos pensar que a construção de Goiânia, que foi inteiramente pensada em modelos arquitetônicos modernos, passou a exercer um sentimento de pertencimento aos moradores anapolinos e posteriormente, em 1960, com a construção de Brasília.

Apesar do desenvolvimento econômico trazido pela ferrovia os moradores de Anápolis eram ainda muito conservadores. Quando emergiu na cidade as primeiras casas de cunho moderno, estas idéias foram recebidas com certa desconfiança: “É uma casa sem modelo, dizia meu marido.

Naquela época, éramos acostumados à casas com telhados vistosos” relembra a Sr^a. Abadia Silva, dona de uma residência modernista na Rua Benjamin Constant. Enquanto a Sr^a. Jovi Carmo de Lima, dona de uma casa modernista na Avenida Goiás, diz que fizeram a casa assim porque “era como se estava usando na época”, então aderiram às idéias do Arquiteto José Guedes. (ARRUDA; PEREIRA, 2016, p. 11¹⁴)

¹⁴ Esta citação foi encontrada em um site: <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/072-1.pdf>. Este texto é resultado do trabalho apresentado na disciplina Trabalho de Conclusão de Teoria e História da Arquitetura 2 (TCTH2), na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Goiás. *Casas modernistas em Anápolis*, ARRUDA, Esther Mariano; PEREIRA, Máira Teixeira. A publicação é referente a uma revista de artigos chamada Do_co, mo. Mo_ brasil, porém não é encontrado a edição do ano de 2016, a descrição do link nos informa o ano de 2016, que foi utilizado como referência.

A cidade se organizou de forma centralizada num raio ao redor da praça Bom Jesus, local onde se encontrava a igreja Bom Jesus e alguns hospitais, lojas de comércio, bens de serviços, entre outros estabelecimentos que começaram a chegar de forma mais ampla com a instalação da ferrovia, que possibilitou a chegada de novos profissionais e materiais de construção mais modernos.



Figura 2: Estação de ferro de Goyaz em 1935. – Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho” – 2012.

O Art Déco presente na estação de ferro, trazia traços com fachadas livres, retas, formas geométricas simétricas, teto em borboleta, pilares a mostra, ao construir a estação o projeto contava com a intenção de ter em Anápolis uma estação tão moderna quanto à estação de Araguari em Minas Gerais, tida até aquele momento como a mais moderna da região, a estação ferroviária tornou-se cidade o símbolo de ligação com o restante do mundo, os meios de transporte com tração animal, estradas sem pavimentação, seriam em tese deixados para trás, a alternância entre as antigas formas de transporte e o novo materializado pelo ferro dos trilhos, porém como falaremos mais adiante, a modernidade também tem seus preços.

Com a urbanização e o crescimento demográfico da cidade de Anápolis, houve a preocupação com a questão de oferecer outros serviços como o entretenimento e lazer. Em 1933, a firma “Miguel, Filho & Sobrinhos”, de sociedade com Maximiano Alves da Cunha, construiu e inaugurou o Cine Áurea (FERREIRA, 1981 p. 252). O prédio em si não apresentava aspectos do Art Déco, mas foi construído com uma fachada mais arrojada e diferente da arquitetura colonial, o cinema marcou a relação do povo com eventos culturais, (FERREIRA, 1981 p.252) esse também foi um cinema histórico, onde se realizavam teatros, festas de formatura, bailes carnavalescos, e onde, inicialmente, o Clube Recreativo de Anápolis promovia suas festas.



Figura 3: Cine Áurea - Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”- 2012.

O cine Áurea apresentava algumas delimitações em termos de espaço, visto o crescimento populacional e a demanda por mais assentos e a falta de filmes, (FERREIRA, 1981 p.252) nem todos os dias chegavam películas para serem exibidas. O espectador

saía de casa, rumo ao cinema e, chegando lá, deparava com uma placa, com os dizeres: “a fita não chegou”. Voltava para a sua casa e, daí, a pouco, a sirene soava, e, aí, era aquele corre-corre.

Como forma de oferecer mais diversão e ampliar a oferta de entretenimento, sentiu-se a necessidade de construir outro prédio, com uma estrutura maior e mais moderna, atendendo ao processo de crescimento. (FERREIRA, 1981 p.252). Levando em conta as deficiências do Cine Áurea, Graciano Antônio da Silva e Jonas Ferreira Alves Duarte projetaram construir um novo cinema em Anápolis. Os relatos sobre a construção retratam a “efervescência” em torno do novo prédio, no jornal *O Anápolis*, de 27 de setembro de 1936, consta que “De vários pontos da cidade, já se avista o majestoso edifício do Cine Teatro Imperial, em adiantada construção. ”

O Cine Teatro Imperial, contava uma ideologia moderna, projetado para uma nova fase de grandes construções que a cidade vivia, mostrando o progresso, feito para dar ao público a sensação de grandeza em torno dos novos prédios que a cidade levantava. Haydée Jayme Ferreira (1981), fala-nos como o entusiasmo da população em torno do novo prédio, que continha além de uma arquitetura diferente para a cidade e uma estrutura que fascinava ao povo de Anápolis.

Suas linhas retas, já estão aparecendo, dando-nos a ideia de um edifício moderno. De fato, Anápolis pode orgulhar-se de ter um prédio colossal e que obedece a todos os requisitos da arquitetura e da higiene. Os seus proprietários, não resta a menor, duvida, marcam o início das grandes construções em uma cidade sertaneja e dão prova de inteligência, patriotismo e coragem. (FERREIRA, 1981 p. 252)



Figura 4: Cine Imperial - Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.

Inaugurado no dia 14 de dezembro de 1936, foi motivo de alvoroço na cidade e na região. Seu interior trazia referências francesas, e interiorização iluminada e moderna para as estruturas da cidade, um conforto até então não disposto em prédios da cidade.

(...) as vastas portas que se destacam à frente da sala de espera, se abriram, expondo os encantos artísticos do acabamento do suntuoso edifício que se apresenta, externamente, todo iluminado por poderosos holofotes, presos sob as longas janelas dos diversos andares. A sala de espera, na confusão de luzes e reflexos estonteantes dos espelhos que se prendem às verdes paredes, o balancear entusiasmante dos ricos cortinados de veludo, que cobrem as portas que dão acesso à plateia, entre sons de música, provocam, aos olhos do espectador, à impressão romântica dos contos de fadas. (FERREIRA, 1981 p.253)

A energia elétrica já abastecia a cidade desde 1933, na primeira apresentação do Cine Teatro Imperial o uso de luzes foi uma atração à parte, além da imponência do prédio com suas linhas e andares, algo que fascinava a sociedade anapolina que desconhecia aquela forma de construção. Segundo Ferreira (1981, p.253) “o salão que constitui a plateia, iluminação futurista, representando os vastos colares de poltronas modernas, pacientemente confeccionadas em grandes oficinas do Rio Grande do Sul. ”

Outro acontecimento que marcou a década de 1930, como forma de organização de eventos, reuniões e festividades foi a construção do Clube Recreativo de Anápolis (CRA), o clube foi inaugurado em 29 de abril de 1934 e marcou o projeto de modernização física e social, a disciplinarização do comportamento e do imaginário social local da época. Em alguns documentos, como os jornais da época, trazem em suas narrativas, uma exaltação à construção, o fascínio que o novo provocava, a modernidade traz em si certas paixões.

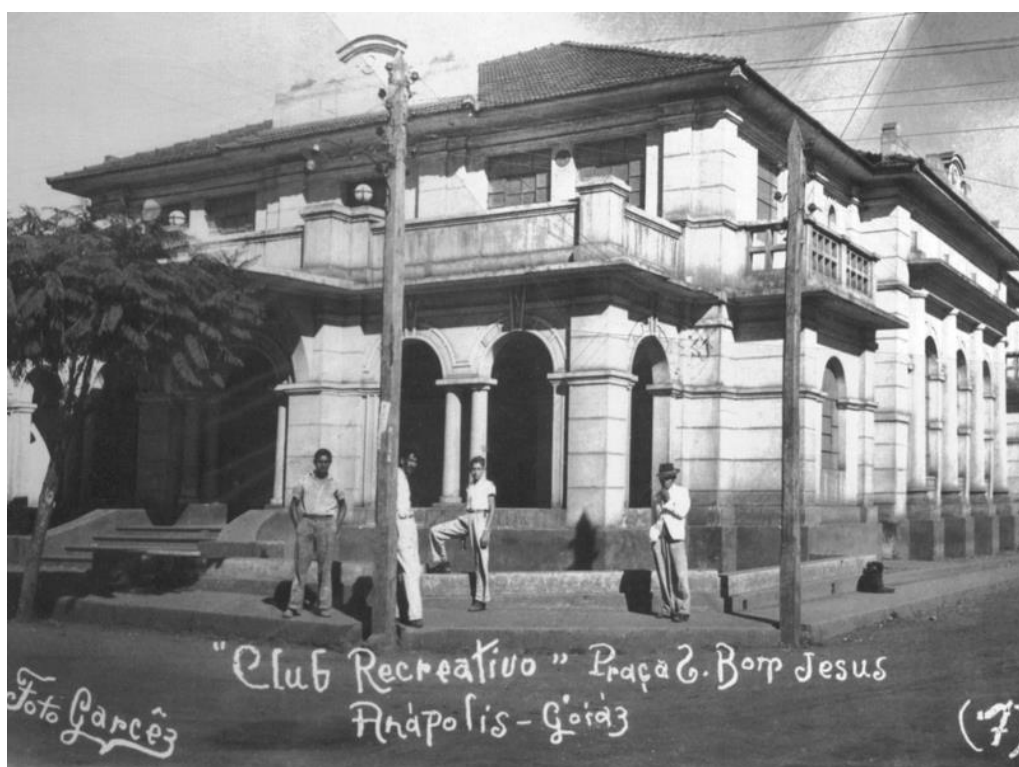


Figura 5: Clube Recreativo de Anápolis. Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.

O local era ponto de encontro de toda a sociedade anapolina, onde os sócios debatiam vários assuntos como política, economia e aspectos urbanos, eram realizados vários eventos como bailes de carnaval, primavera, encontros literários, apresentação de teatro. Neste quesito havia uma preocupação em promover na cidade um movimento cultural entre os moradores, o prédio definitivo do CRA referente a imagem acima, ficou pronto em 1945, com grande baile de inauguração.

Anteriormente os eventos do CRA ocorriam no Cine Aurea, todas as apresentações, eram amplamente divulgadas pelos jornais da época, como forma de

mostrar aos moradores os eventos e as personalidades que frequentavam esse espaço: a elite que controlava o novo, as pessoas progressistas, que personificavam a nova sociedade. Segundo o discurso dos jornais, além de promover um ar de civilidade moderna e de efervescência social da urbe, os textos apresentam sempre uma celebração aos feitos sociais, dando uma visão de cidade utópica.

Club L. R. Anapolino.

O Baile

Realizou-se, como era esperado, sabbado d'aleluia, o baile da sociedade annapolina.

Foi de facto uma festa encantadora, cordeal e alegre.

O amplo salão do “Cine Aurea” ficou repleto, pois do comparecimento de quasi todos os socios, foram muitos os convidados, pessôas de outras localidades que aqui se encontravam.

Durante o intervallo houve a sessão litteraria, dirigida pelo Dr. Xavier Junior, que foi o primeiro a declamar. Em seguida, recitaram tambem os socios Italo Naghetini, João Peclat e a senhorita Florinda Nunes, sendo todos vivamente applaudidos.

O Jazz Club esteve extraordinario, executando sempre optimas musicas.

A`hora regulamentar, estando o salão ainda repleto, foi, de accordo com os estatutos, encerrando o baile sob um ambiente de alegria e satisfação. “Annapolis” congratula-se com a sociedade annapolina pelo progresso crescente da bem organizada sociedade que é o Club R. L. Anapolino. (Jornal *O Annapolis*, 28 de abril de 1935)

Com o crescimento econômico da cidade, fez-se necessária à construção de bancos para melhorar a movimentação financeira e a comodidade dos visitantes que vinham a Anápolis, até 1933 a cidade não contava com nenhuma agência bancária.

Com o avanço dos trilhos da estrada de ferro e a consequente previsão do progresso que tal empreendimento traria para Anápolis, o Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais transferiu sua agência de Vianópolis para cá e sua inauguração se deu a 15 de janeiro de 1935. (FERREIRA, 1981 p.383)



Figura 6: Banco Credito Real de Minas Gerais- Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.

Com o avanço da cidade em termos financeiros e urbanos, houve a necessidade de ampliar o banco e com o investimento do governo de Minas Gerais, criou-se o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, segundo (Ferreira 1981 p.384). Em 1939 foi instalada aqui a agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, a segunda agência bancária de Anápolis.

Conforme a necessidade da cidade em se firmar como local progressista e desenvolvida, a construção deveria atender as exigências de um prédio moderno, com uma arquitetura plana, linhas simétricas e retas, janelas com vidros e ferro que não se destacavam do restante do edifício e tendo dois andares e o uso de energia elétrica.

A instalação da agência bancária do Estado de Minas Gerais representou uma inserção da economia anapolina no mercado nacional, integrando a cidade e a região ao modelo econômico e uma promessa de progresso trazida pela chegada da ferrovia. Porém, outras relações deveriam ser exploradas, como a proximidade de Goiânia e Anápolis, a nova capital foi construída como marco da civilidade no sertão goiano e o próprio governo estadual garantiria essa cidade como marco do progresso.

O modelo de modernidade que Anápolis desejou alcançar entre 1930 até 1940, trouxe uma grande dissociação com os modelos anteriores, todas as obras que foram construídas para atender as necessidades locais, mais principalmente o desejo de criar uma cidade moderna, utópica para os outros; dessa forma, um não lugar de si para si, mas para o outro, uma modernidade que muitas vezes é narrativa-discursiva e talvez não amplamente aceita ou vivida pelos seus habitantes. Assim no próximo capítulo, vamos pensar a relação que a cidade traçou com a nova capital de Goiás: Goiânia, um modelo de modernidade e a própria ideia de construção da nova capital relegou às outras urbes a ideia de atraso. Como Anápolis projetou-se anteriormente para ser uma metrópole moderna e progressista pela sua elite e adaptação de seus moradores, pôde auxiliar nesse processo e, como a cidade, viu a cidade-irmã mais nova, ser gerada e cuidada com tanto apreço pelos seus construtores e erguida em meio ao cerrado virgem goiano.

As mudanças que o Brasil vinha sentindo no campo político e social, possibilitaram diversos processos, Goiânia e a interferência de Pedro Ludovico pode ter relegado a cidade de Anápolis a um processo mais lento no projeto de modernidade em que ela buscava se inserir, nesse sentido Goiânia precisa ser olhada como um fator de transformação no cenário goiano.

Durante a década de 1930, houveram diversas alterações em Anápolis em decorrência da chegada da ferrovia, o que fica evidenciado que o fenômeno da construção da nova capital do Estado não alterou os rumos que a cidade se projetava, porém a partir da década de 1940 podemos vislumbrar uma relação mais próxima entre elas, os discursos que se dilatavam por meio da política nacional do estado puderam ser sentidos no meio social urbano de Anápolis, formas de se ver e construir a cidade ganharam mais corpo e espaço, onde a própria urbe não é apenas palco dessas transformações, mas um agente histórico em si, tendo nas suas edificações e formas de convivência um identidade própria que vai ser alterando, dilatando e criando suas próprias formas de ser.

Portanto os anos de 1940, passam a contar com novas características que até a década de 1930, não pudemos vislumbrar e tão pouco a serem entendidas em diversas nas esferas do social citadino de Anápolis, sendo assim contando com novas projeções de entendimento do que seria o moderno para si.

Capítulo 2.0 – A modernidade de Paris ao Brasil.

Ao iniciarmos este capítulo, quero fazer uma breve volta aos acontecimentos do século XIX que transformaram o conceito de ocidental em moderno, um princípio para o problema desta dissertação, a modernidade urbana em seu projeto foi pensada e idealizada pelos urbanistas, arquitetos, construtores, trabalhadores, desenhistas que foram dando formas através dos símbolos do concreto, das ruas, praças, casas, desenhos, das lojas e das mais variadas edificações dentro de um espaço urbano.

Podemos imaginar que seria interessante focar apenas no objeto “a cidade”, mas o seu campo sociológico e/ou histórico não pode ser pensado como simples pedras, praças, ruas e estabelecimentos comerciais em que o concreto dá o tom das discussões sem a presença humana. Do contrário, seria um pouco vazio de minha parte e não temos a intenção de responder a todos os problemas, mas refletirmos as palavras da historiadora Sandra Jatahy Pesavento (1999, p.08), nos fala de forma objetiva, “a cidade é onde as coisas acontecem”.

Ao ver a cidade por um campo de complexa interação entre várias disciplinas como história, geografia, arquitetura, sociologia, antropologia, os mais variados conceitos e formas de enxergá-la e entendê-la, pensei em iniciar este capítulo com a explicação do modelo que foi seguido ao final do século XIX e organizou-se como o “rosto da modernidade ocidental”: Paris.

Mesmo que façamos comparações entre as fotografias, plantas da cidade, dos dados geográficos das cidades, dos jornais usando o olhar da musa Clio, não podemos deixar de pensar na cultura urbana, uma cultura que se articula dentro dos mais variados espaços e vicissitudes do humano, nos becos de encontros sexuais, nas ideias que ganham corpo nas calçadas das ruas, nos problemas sociais que ganham força nas comunidades, no menino que solta pipa na rua, nas prostitutas que perdem seus espaços, no operário que constrói o seu espaço, no vendedor ambulante que trabalha de forma clandestina aos olhos do Estado para garantir o seu sustento.

Usarei como justificativa para pensar a cidade, como uma disciplina histórica de múltiplos caminhos, que até o final da década de 1960, não era vista como objeto da história, mas um espaço em que se passavam a história econômica, social ou política das sociedades que a habitavam, como nos afirma o historiador da quarta geração dos *Annales*, Bernard Lepetit (2016, p.78) “a cidade é, em si mesma, um objeto complexo

em que se manifestam todos os fenômenos de interação, um conjunto que é mais do que a soma de suas partes”.

Paris, foi berço de grandes acontecimentos mundiais, como a “*Revolução Burguesa*”, foi palco de grande efervescência cultural, política, crescimento demográfico de mais de um milhão de habitantes no século XIX, palco dos poemas de Balzac, de transformações científicas, tendo um modelo de arquitetura copiado em quase todo o mundo ocidental. Dessa forma, Paris marcou as contradições de uma modernidade iniciada desde o século XVI na Europa e ganhou espaço em diversos campos.

A Revolução Francesa marcada pelo rompimento dos modelos tradicionais do Antigo Regime – atribuídos, respectivamente ao absolutismo monárquico (em termos políticos), mercantilismo (em termos econômicos) e a sociedade estamental de privilégios (em termos de organização social) – que afetavam a sociedade francesa (URURAHY, 2015, p. 24)

Paris passou por transformações em seu espaço urbano para abrigar o crescimento do capital e projetou-se como o modelo e símbolo de uma cidade esteticamente bela, limpa, moderna e industrial que geriria as bases da cultura urbana pelas próximas décadas em várias localidades do planeta, uma cidade que abrigou em seu cotidiano as divergências entre o “antigo” e o “moderno”, a capital das luzes como foi conhecida ao longo do século XIX.

O passado continuou a ser a referência, mas o olhar sobre ele é que mudava. [...] Os conceitos e as palavras-chave desses séculos são: progresso, evolução, liberdade, democracia, ciência e técnica. Todas elas reforçavam o espírito crítico que era o traço diferencial da modernidade (VELLOSO, 2010, p. 14).

A modernidade parisiense foi projetada, para dar a cidade uma ampla mobilidade, uma preocupação com a circulação do ar, pessoas, o embelezamento¹⁵ da cidade, a eliminação dos antigos muros que “prendiam” a cidade, a busca pela sanitização, o combate as doenças com a eliminação dos dejetos nas ruas, o tratamento da água, a

¹⁵ As questões que dizem respeito à circulação e à estética podem ser analisadas sob diferentes percepções. A circulação se refere ao escoamento da produção e acesso dos trabalhadores aos seus locais de trabalho, ou seja, as questões de ordem socioeconômicas que permitem mudanças de infraestrutura (como a criação de ferrovias, rede de estradas, portos, entre outros) para atender as demandas econômicas nas cidades. A questão estética esteve ligada aos aspectos organizacionais das edificações e mercadológicos (especulação imobiliária) da cidade, vista como “civilizada, higiênica e ‘moderna’”. (COSTA 2003, p. 86 apud URURAHY, p. 86)

topografia da cidade, a medicina social que buscava legitimar o papel do Estado e da medicina, para resolver “*os males das cidades*”

Para Foucault, pouco antes da revolução francesa, foi estabelecida a Medicina Urbana¹⁶, não uma medicina dos indivíduos, mas coletiva, dos corpos dos organismos, que buscava resolver os problemas de salubridade dos espaços físicos, uma medicina das coisas: ar, água, decomposição, etc.

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado de coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de Saúde Pública, técnica de controle e de modificação dos elementos, materiais do meio, que são suscetíveis a favorecer, ou, ao contrário, prejudicar a saúde. (FOUCAULT, 2004 p. 93).

As cidades precisavam cuidar dos indivíduos e de seus corpos, para um prolongamento da vida dos trabalhadores, para garantir o aumento da produção, para estabelecer os interesses políticos e econômicos da classe burguesa industrial, que viam na cidade o sítio para a construção de um novo mundo, era necessária uma aliança entre o Estado e a medicina, para não apenas combater as doenças, mas atuar na profilaxia de determinados males.

Isto permitiu que o Estado francês utilizasse a medicina como dispositivo político para esquadrinhar os indivíduos e os espaços da cidade. Esquadrinhar, neste trabalho, significa o mesmo que intervir organizar, ordenar, controlar, educar, disciplinar, enfim, até mesmo segregar e vigiar os indivíduos e os espaços da cidade com a pretensão de afastar qualquer ameaça de doenças endêmicas e eliminar maus comportamentos que possam desencadear qualquer agitação social. (URURAHY, 2015, p.36)

A medicina social para Foucault (2004), além de estabelecer as alianças entre Estado e a medicina, determinou um processo de “limpeza” social, principalmente entre os séculos XVIII e XIX, onde os pobres eram vistos como os responsáveis pela disseminação de doenças, acúmulo de lixo nas ruas, os responsáveis pelos casebres insalubres e amontoados, que impediam a circulação do ar e aprisionavam entre os espaços as doenças. Para tanto, a medicina deveria ter um papel educacional, atuar nos meios urbanos para *prevenção-educativa* da medicina.

¹⁶ FOUCAULT, Michel. Nascimento da Medicina Social. In: Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2004. Pp. 79-99.

O saber médico vai ganhando espaço para solucionar os problemas de ordens higiênicas urbanas, para Foucault as cidades passaram a adotar avenidas largas, para a circulação do ar e evitar os miasmas. Os cuidados com as questões de tratamento da água e esgoto, a medicalização da cidade começa a ganhar a sua própria arquitetura, no caso de Paris, as grandes reformas urbanas vão ser o ponto onde se iniciam os momentos de tensões nos espaços, as cidades passam a ter tensões comportamentais entre os seus habitantes, a cultura e o comportamento começam a ser regulados em torno da medicalização dos corpos e das antigas relações culturais que existiam.

A medicalização dos indivíduos e dos espaços das cidades foi um ponto de extrema importância da medicina urbana no que se refere a aproximação da prática médica de outras ciências extra médicas – como a química e a engenharia. Com o objetivo de analisar o ar e as condições de vida, a ciência médica e a ciência química tiveram uma aproximação e passaram a obter uma proximidade de contato. Vale lembrar ainda, que a medicina urbana não é apenas dos homens, mas também das coisas, tais como: a água, o ar e as decomposições. Desta maneira, também é válido ressaltar que a medicina social e urbana teve uma grande importância sobre a noção de salubridade – ela é o estado que permite a saúde das pessoas. É a partir da noção de salubridade que surge a noção de higiene pública, responsável pelo controle e pelas transformações materiais do ambiente que podem favorecer ou não a saúde dos indivíduos. Ela é, então, utilizada como controle político-científico do meio urbano. (URURAHY, 2015, p. 37).

Para Lepetit (2016 p. 112) é preciso analisar as cidades por outros olhares, não são apenas os espaços que são responsáveis pelas mazelas urbanas, outros fatores devem ser analisados como o aumento da densidade humana, que acumulava pessoas em casebres, estabelecia um aumento na criminalidade, principalmente na primeira metade do século XIX em Paris, “do fluxo migratório aos comportamentos criminosos e ao medo social, um forte determinismo assevera a coincidência entre a organização de um território urbano e as características da sociedade que nele habita”.

Era necessário prevenir o surgimento das doenças, controlar o grande acúmulo de pessoas em torno de pequenos espaços, como cortiços, ruas apertadas, fábricas, ambientes insalubres, prevenir as tensões urbanas. Neste contexto, o urbanismo ganhou junto com várias disciplinas do conhecimento como a química, a geografia, a economia, a história, a medicina e a sociologia, ao longo do século XIX. Papel de destaque dessa forma na gestão do barão e prefeito de Paris (1853-1870), Georges Eugène Haussmann, será o

responsável por dar a Paris as reformas sanitárias e higienistas da época, que contribuíram para o mundo ocidental até o Brasil, no século XX.

Hausmann, recebeu grande importância para estabelecer a ordem política do Estado sobre Paris, suas reformas muitas vezes violentas e elitistas, em prol de um Estado forte e esplendoroso, transformou o rosto de Paris, com o intuito de mostrar a cidade como um ideal de modernidade e força para a Europa e o mundo.

Hausmann, construiu certo relato mítico acerca da importância do Império e estimulou a percepção de uma total ruptura com o passado, na qual ele próprio inocentemente implementaria a vontade do imperador. A ruptura pode não ter sido total, mas foi decerto um ponto de virada. Hausmann era bem maquiavélico do que revelou em suas *Mémoires*¹⁷. (HARVEY, 2015, p.139)

Temos que compreender que o processo de mudança urbanístico de Paris, “já havia se iniciado desde o século XVIII”, nas palavras de Pesavento (1999), o próprio saber médico, já havia se aparelhado junto ao Estado e as outras áreas da sociedade, mas foi na gestão de Hausmann que a força demolidora do Estado ganhou materialidade por meio de avenidas, praças, prédios públicos, destruição de cortiços e saneamento básico.

A haussmanização não é um acidente, ou a vontade de um príncipe, ou o capricho de um regime. É antes uma resposta: ela se enraíza nas pressões múltiplas que agitam a cidade no início do século, pressão demográfica e pressão econômica que impulsionam o jogo dos valores urbanos, o preço do solo ou dos imóveis. A doença e o medo social, a cólera e a revolta não são senão a parte mais visível de uma cidade que crepitava por todos os lados. (RONCAYOLO, p.74 apud PESAVENTO 1999, p. 89 – 90).

O projeto de Hausmann começou por integralizar Paris, com o alargamento das avenidas, demolições, estabelecendo, segundo Pesavento (1999, p.94) ideia de “rede” e “totalidade”, que ligava toda a parte central da cidade as outras regiões, Harvey (2015 p.153) “o espaço era visto como uma totalidade na qual diferentes bairros da cidade e diferentes funções eram colocados em relação para que se formasse um todo funcional. ”

¹⁷ “Hausmann era ambicioso, fascinado pelo poder, tinha seus próprios engajamentos ardorosos (e também uma visão muito particular de serviço público) e estava preparado para ir muito longe na busca de seus objetivos”. Ver em *Paris – capital da modernidade*, 2015 p.139-140.

Segundo Harvey (2015) o autor utilizou os relatos de Jean Des Cars *Hausmann: La glorie du Second Empire* (1978), para mostrar outra forma que a gestão de Hausmann foi de formas devastadora para as classes trabalhadores, e como os seus feitos contribuíram para uma sensação e ebulição social em Paris, dessa forma se aproximando de Karl Marx numa possível luta de classes pela insatisfação com o Estado.

Para explicar o processo de desenvolvimento das ações da prefeitura na cidade de Paris, Pesavento¹⁸ utilizou as explicações de Siegfried Giedion, onde o autor enumera as ações em três etapas distintas, que interconectadas causavam uma série de reflexos na fisionomia urbana de Paris.

Primeiro o prefeito procurou dar sequências aos projetos que já se encontravam em andamento, contando com maior suporte financeiro do Estado e prefeitura, o prolongamento da *Rue de Rivoli* até o *Louvre* e a *Place de la Concorde* e, de outro até o *Hotel de Ville* e, até a *Bastille*. Dessa forma, essas alterações provocaram gradativamente grandes mudanças na mobilidade das ruas e o surgimento de novo edifício como o *Grande Halles* e *Place du Châtelet*, essas operações foram apagando as feições tradicionais da “antiga cidade”.

Nesta região central da cidade, onde ocorreram essas alterações, provocou um aumento nas tensões entre os moradores, porque vários imóveis foram desapropriados, demolição de vielas, que abrigavam antigas casas em estilo medieval, os antigos moradores foram obrigados a mudar para as regiões periféricas da cidade, além do aumento dos preços dos aluguéis e imóveis.

O valor dos terrenos e imóveis parisienses mais que duplicou durante o segundo Império. É difícil reconstituir os detalhes, o que indica um padrão geográfico e um ritmo de mudança temporal de uma complexidade tão intrincada que desafiava uma descrição fácil. Os terrenos nas ruas internas da cidade podiam valer metade de outros ao longo dos novos bulevares e seu preço podia variar ainda mais de um bairro para o outro. (HARVEY, 2015, p.186)

A partir do momento em que a cidade foi ampliando o valor dos terrenos e imóveis, houve o surgimento de empreendimentos com valor econômico mais robusto, uma aliança entre as elites econômicas e o Estado, a política sanitária era além de tudo uma forma de transferência de espaços para as classes médias e altas, que passaram a construir imóveis com espaços mais reduzidos.

Na segunda etapa do processo de reorganização do centro da cidade, houveram mais demolições de imóveis para a ampliação das avenidas *Rue de Rivoli* no sentido Leste-Oeste e no sentido Norte-Sul pela *Boulevard de Strasbourg* e pelo *Boulevard de*

¹⁸ Ver em: *O imaginário da Cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Sandra Jatahy Pesavento. – Porto Alegre: Ed: Universidade/UFRGS, 1999. P.95-98.

Sebastopol. Essas alterações agradaram, segundo Pesavento, as classes burguesas da cidade, mas as medidas de Haussmann que mais geraram polêmicas foram a ampliação de novas áreas que estavam para além da zona urbana da cidade, com a anexação desses novos locais, a cidade ampliou a sua área urbana, aumentou consideravelmente as demolições de casas e edifícios.

Houve um aumento considerável da população, a cidade passou o número de um milhão e meio de habitantes, o que acarretou em aumento de impostos, os gastos com as obras públicas eram em grande parte financiados pelo poder municipal, o prefeito teve que negociar com os setores privados e com os capitalistas, eles se tornaram os credores de grandes obras.

Na terceira etapa, antes da queda do prefeito em 1870, o projeto pautou-se em organizar o terreno urbanizado, reconstruiu cascatas, pontes, lagos e bosques (PESAVENTO, 1999, p.97). Esse trabalho em trazer as áreas arborizadas e o campo para dentro do espaço da urbe, seria uma aliança entre o campo e a cidade, criando uma natureza “artificial”, foram criados vários parques, criando um lazer “saúdável”.

Todas essas medidas, como falado anteriormente, tiveram o auxílio de arquitetos, urbanistas, engenheiros, para o tratamento do saneamento básico, das avenidas, das praças, *squares* e jardins. Pesavento utilizou o conceito da historiadora e urbanista Françoise Choay, que explica que as reformas de Haussmann, possuíam um caráter de “urbanismo de regularização”, pautado em um conjunto de regras para a circulação, saneamento, a predominância de linhas retas e o desenvolvimento dos equipamentos públicos.

Essas mudanças no seio da cidade seriam para ampliar o imaginário social como marca de um reforço do mito de Paris como a cidade simbólica do moderno, os feitos urbanos criariam e reforçaria a identidade do parisiense, uma construção não do real, mas imaginada e projetada do espaço como um todo, por sua vez, a monumentalidade dos edifícios, parques, avenidas reforçariam a construção de uma identidade por meio das sensações, memórias e experiências, não de um real, mas de um projeto imaginado.

Todas as reformas empregadas na cidade tiveram grandes consequências para a experiência, e a memória dos indivíduos que ali habitavam construiu a sua identidade e experiência com o real, a modernidade não pode apagar todas as experiências do real, como afirma Harvey (2015, p.11) “um dos mitos da modernidade é que ela constitui uma ruptura radical com o passado”.

As demolições, as transformações do espaço urbano, não podem representar o discurso do moderno como um recomeço que apagaria todas as vivências, as vidas sociais, onde a memória social pudesse ser apagada em prol de um projeto “moderno”, uma folha em branco em que se organizam novas formas de cultura, a modernidade não apaga o vivido. Podem ser construídas novas formas de viver nas cidades e enxergar os monumentos, mas jamais destruir as identidades e as pluralidades da cultura. Os moradores de Paris, por exemplo, continuaram a utilizar os elementos da cultura barroca, mesmo após as reformas.

Já se viu que a mudança da forma e do traçado da cidade implicava um processo também cambiante de alteração da identidade. Ora, sendo a identidade uma representação social que dá a sensação de pertencimento, aquela mudança ocasionava a dolorosa perda de referenciais, fazendo com que o habitante da urbe não mais reconhecesse a sua cidade. O dramático processo implicava o já aludido processo de estrangeiridade e de perda da memória individual. Como dizia Baudelaire, para reconhecer Paris era preciso olhar para dentro, pois a paisagem externa mudara. (PESAVENTO, 1999, p.111)

Logo após, essas transformações urbanas, a “modernização” de Paris tornou-se uma referencial em modificações em toda a Europa e no Brasil. Aqui, a modernidade ganharia força a partir do início do XX, ocorrendo mudanças em várias cidades, como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte que deram ao país um projeto de “modernidade”, nesse sentido, cidades com maior contato com outras regiões do globo, como a capital federal daquele período, Rio de Janeiro, abriram caminhos para a inserção desses valores na sociedade urbana brasileira.

2.1. O Rio de Janeiro – o projeto de modernidade às avessas.

No Brasil, as cidades cresceram de forma desordenada, passando de pequenas vilas, para grandes conglomerados urbanos no século XX, o Rio de Janeiro que já era a capital do império brasileiro em 1822, depois capital do Brasil republicano em 1889, viu ao longo dos anos um grande crescimento demográfico na sua estrutura urbana.

Ao longo do século XIX, o governo teve como problemas sanitaristas doenças que assolaram a população como a febre amarela, varíola, dengue, doenças tipicamente

tropicais que faziam parte do cotidiano das cidades em quase todo o Brasil, e nas áreas rurais, principalmente as áreas de sertão.

Sendo assim, o saber médico que já havia se estruturado na Europa foi espalhando-se e chegou aos outros continentes, levado pelo crescente capitalismo e principalmente pela ideia de modernidade, que exigia o combate a determinados aspectos culturais e epidemiológicos.

Como falado anteriormente, o saber médico integrou-se ao Estado e estabeleceu novas relações entre o antigo e novo. O Brasil entrou no século XX buscando se modernizar e combater determinadas práticas e culturas consideradas atrasadas, uma reforma nas suas práticas e formas de produção do espaço urbano.

O Rio de Janeiro foi uma das primeiras cidades a estabelecer uma cirurgia urbana em seu espaço, buscou transformar-se em uma capital federal moderna, nos moldes da *Belle Époque* em pleno clima tropical, modernizar os seus costumes aos modelos europeus, e como afirma Margareth Rago (1985), o crescimento das cidades estabeleceu novas formas de comportamentos que criavam grande agitação urbana, como os bares, teatros, cabarés, cortiços, prostíbulos, que alteravam as estruturas de comportamento das classes médias e altas.

A medicina social pretendia combater tanto as doenças, os hábitos das pessoas, principalmente as mais pobres, que viviam em cortiços, em casas amontoadas, que não possuíam acesso ao saneamento básico, viviam amontoados em cubículos, além do combate à insalubridade dos locais, os costumes considerados “imundos”, dos denominados “perversos sexuais e morais” que afligiam principalmente as classes altas burguesas, e davam ao saber médico o discurso legítimo para combater esses comportamentos.

Percebem-se como as autoridades necessárias e competentes para vistoriar minuciosamente a habitação e os bairros populares, incentivando o asseio e impondo autoritariamente a execução de medidas higiênicas. O controle global da população pobre da cidade, seja nos lugares públicos, seja no espaço doméstico, por parte destes especialistas se funda a crença generalizada de que a “casa imunda”, o cortiço e a favela constituem focos onde se originam os surtos epidêmicos, os vícios e os sentimentos de revolta. E o mal deve ser extirpado pela raiz. [...] o medo da “invasão pestosa” incita a penetrar nos “antros de infecção a que chamamos geralmente ‘casas de habitação coletiva’, ou mais precisamente cortiços” [...]. Na ordem dos discursos médico-sanitarista, a doença adquire a dimensão de problema econômico, político e moral, e a miséria se torna o novo veículo de contágio (RAGO, 1985, p. 164).

Os problemas sanitários, o aumento das doenças e o grande crescimento econômico da cidade do Rio de Janeiro já estavam presentes ao longo do século XIX, vários relatórios de controle epidêmico falavam sobre a necessidade de políticas públicas que conseguissem resolver as mazelas da capital federal. Em 31 de dezembro de 1902, por meio de um decreto do presidente do Brasil Rodrigues Alves, houve a nomeação do prefeito e engenheiro Francisco Pereira Passos para a implementação do sistema de melhoramento e embelezamento da capital federal.

Pereira Passos como, é apontado na historiografia brasileira, foi chamado de o “Haussmann brasileiro” devido a sua atuação rápida nas transformações urbanas da cidade. Uma série de demolições foram implementadas na região central da cidade, principalmente nos cortiços, casebres que abrigavam uma população mais pobre e vulnerável, esses locais em grande parte contavam com traços e formas do período colonial, estilo que a partir da modernização foram desqualificados para o novo cenário urbano.

Segundo Benchimol (2001, p.192), “Pereira Passos era um diplomata que acompanhou várias obras de transformação de cidades na Europa, como Lyon e Paris implementadas pelo Eugène Haussmann”, essas experiências que o prefeito possuía foram um dos pontos principais para a autonomia que o governo federal deu para a sua gestão.

Além das demolições, o prefeito tinha como missão integrar avenidas, a construção de áreas verdes, a ligação entre a área central da cidade, que contava com grande circulação de mercadorias e pessoas, até as zonas portuárias para a exportação, principalmente do café, grande fonte de riqueza da região carioca.

Grandes mudanças que a cidade sofreu com a gestão de Pereira Passos, foram chamadas de “bota Abaixo”, inclusive foi escrito um romance de José Vieira, em que a narrativa contava as mudanças que ocorreram na gestão de Passos e como elas manifestavam o caráter violento da administração municipal. Por exemplo, a abertura da circulação do ar entre os edifícios, das avenidas, demolição dos antigos casebres e cortiços, a eliminação de comportamentos referentes ao período colonial, a normatização da ordem pelo Estado e a criação de uma organização moderna que abrigasse o “novo Rio de Janeiro”, a *belle époque* brasileira, com novas características culturais de uma modernidade inspirada nos modelos europeus. Nas palavras de Pesavento (1999, p.175-176), “simbolicamente, a intenção era tornar o Rio uma metrópole moderna, aceitável, espécie de Paris à beira-mar; glamourizada pela “decoração” tropical do ambiente”.

Apenas possuímos um ou outro edifício digno de uma grande capital, mas esses mesmos amesquinhados pela posição em que se acham e pela vizinhança de construções acanhadas e sem gosto. A nova rua dará a cidade um aspecto elegante que nunca teve e despertará o gosto pelas belas construções arquitetônicas.

Para se ter uma ligeira idéia (sic) da beleza desta rua basta imaginar-se o espetáculo de que gozará o indivíduo colocado na Rua Primeiro de Março, que estender a vista por uma larga avenida ladeada de construções elegantes e altas, terminando no vasto jardim do Campo da Aclamação, ou daquele que, colocado neste último ponto, considerar ao fundo quadro os dois majestosos edifícios do Correio e da Bolsa.

Imagine-se por um momento o que serão quando edificada a nova rua, as grandes festas de carnaval e outras, que tão grandiosamente se fazem nesta capital, quando os ricos préstitos percorrem aquela extensão e desembocarem na vasta praça, em vez de andarem acanhadamente pelas ruas estreitas e tortuosas que hoje temos.

Para a celebração das grandes festas nacionais, glorificação dos grandes vultos da humanidade ficará a cidade do Rio de Janeiro com essa rua e o jardim do campo da Aclamação dispondo de condições materiais, sobre as quais não levará vantagem nenhuma outra cidade. (BENCHIMOL, 1992, p.199)

A gestão municipal teve duas etapas para o reordenamento geográfico, sendo o primeiro pela superação dos obstáculos naturais, como a construção de parques e praças em áreas de pântanos, morros e braços de mar; e a segunda a reconstrução do trabalho humano, como falado anteriormente a construção de novos prédios públicos e privados que mudassem a arquitetura da cidade para um modelo moderno.

Foram feitos vários investimentos econômicos para a alteração do tecido urbano e na construção de várias obras durante a gestão de Pereira Passos, modernização de portos, a construção de teatros, ampliação das vias centrais, embelezamento das fachadas dos comércios, demolições que, para além das medidas sanitárias, desejavam uma nova estética urbana da cidade carioca.

Como consequências dessas medidas houveram revoltas na cidade, como a revolta da vacina, o aumento dos aluguéis nas áreas centrais, e uma grande aglomeração das camadas mais pobres da cidade em regiões menos assistidas do Estado, como os morros e as favelas.

O modelo de reformas de Pereira Passos foi seguido em várias cidades pelo Brasil, como Salvador, Porto Alegre, Belo Horizonte, servindo como tônica para a modernização de várias cidades brasileiras que seguiram esse modelo de um país republicano por várias décadas como 1930 e 1940 e chegou às regiões mais interioranas do país através da

Marcha para Oeste, e Goiás veio a experimentar essas mudanças com o movimento de 1930.

Ao subir ao poder, Getúlio Vargas, nomeou um novo presidente para Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, de quem vamos falar logo em seguida.

2.2 Goiânia a capital da modernidade em meio ao sertão.

Ao entrarmos no campo da nova capital, Goiânia, pensada e construída para dar novos rumos ao pensamento moderno em Goiás, teríamos que nos atentar que essa modernidade passaria do perímetro das obras arquitetônicas à educação ao meio social, econômico e cultural de seu povo.

Assim, Goiânia nascia de um projeto iniciado por Pedro Ludovico Teixeira como uma medida sanitaria para deixar para trás a velha cidade, a antiga capital Vila Boa.

Como falado no capítulo um, Anápolis preparou-se e alterou o seu tecido urbano, através de obras arquitetônicas, para a nova ordem social que se ampliou em Goiás, mas, além da chegada da ferrovia representar essa alteração outro ponto que devemos observar é o projeto de Estado implementado pela construção de Goiânia.

O movimento de 1930 mudou os rumos da política nacional com o apoio dos políticos gaúchos, em 03 de outubro de 1930, Getúlio Vargas sobe ao governo federal e promove uma centralização do poder com a suspensão da Constituição de 1891, o fechamento do Congresso Nacional e as Assembleias estaduais e municipais.

Com a centralização política de Vargas houveram interferências nos estados brasileiros, com a nomeação de presidentes, assim o governo federal conseguiria acabar com a chamada “República Velha” e afastar antigas oligarquias do poder, garantindo a permanência de Vargas de 1930 até 1945.

As modificações dar-se-ão na forma do estado, pois a maior centralização no plano nacional pôs fim ao sistema oligárquico, e as oligarquias, mesmo subsistindo como força local, se subordinaram ao poder central, perdendo o controle direto do Estado, onde é instalado um interventor, nomeado por Getúlio Vargas. (SILVA, 2001 p. 123)

Em Goiás, o presidente Antônio Ramos Caiado (1917-1930), ligado às bases agrárias e oligárquicas no estado não procurou desenvolver a integração de Goiás com

outros setores nacionais e teve uma alta resistência da população goiana, principalmente a classe industrial e comercial. Havia sérios problemas de ordem econômica e social que contribuíram para o afastamento do presidente e a nomeação de um novo interventor.

Ao não favorecer investimentos em políticas públicas que permitissem a superação do atraso, os oligarcas Bulhões e Caiado não se preocuparam em superar o isolamento, recusando-se a lutar pela extensão da estrada de ferro no território goiano. E, quando houve, nos governos comandados por Xavier de Almeida, uma tentativa de racionalizar a administração pública, arrecadando mais impostos – que eram gerados pela pecuária-, as oligarquias Bulhões e Caiado, então afastadas, unem-se em 1909, armam cerca de mil homens, invadem a capital e destituem o governo. Estabelece-se, a partir daí o domínio caiadista, que prevalece até 1930. (CAMPOS, 2003 p.210)

Assim subia ao poder Pedro Ludovico Teixeira, médico por formação e afastado das antigas elites oligárquicas¹⁹, do Estado como os Bulhões, Xavier e Caiado, Pedro Ludovico era considerado, pela ordem do discurso como o “novo”, o representante que abria caminho para a modernidade de Goiás. Tema este, que para o período de transformações que o Brasil passava, como o crescimento econômico, os novos modelos sociais ligados ao comportamento da modernidade, da arte, arquitetura, higiene e entre outros campos seriam ampliados pela promessa de um novo governo.

No contexto em que sobe ao poder, Pedro Ludovico propõe um símbolo para a sua gestão, que seria pensada e embrionária para a construção de um novo Estado, que se integraria às novas necessidades a que o Brasil se propunha, isto é, a construção de uma nova cidade gerida pela ótica do moderno seria construída.

A construção de Goiânia era o contrapeso para as antigas ordens oligárquicas que sempre tiveram no campo o seu maior papel de atuação, o discurso mudancista ganharia força com a influência do amigo de Pedro Ludovico Teixeira, o médico Dr. Carlos Pinheiro Chagas. Ao utilizar em seu discurso as falas do amigo mineiro, Ludovico justificou em seu discurso a necessidade de mudar a capital de Vila Boa para um novo local.

¹⁹ Segundo (Campos, 2003 p.141) essa autonomia por indiferença outorga uma parcela do poder local aos fazendeiros pecuaristas que, por meio das três oligarquias formadas ao longo da primeira república, dominam o estado: Bulhões, Xavier de Almeida e Caiado, sempre à frente das decisões políticas e sociais do estado, um dos objetivos era eliminar as antigas oligarquias e modernizar o Estado.

O ilustre médico, Dr. Carlos Pinheiro Chagas, bom orador, opinou, para desagravo do povo vilaboense, cuja tradição de cultura e hospitalidade ressaltou, que a cidade de Goiás não deveria continuar como Capital. Interessante foi que a opinião do orador coincide com a minha, alimentada desde criança. (FERNANDES, 2003, p.70)

Dessa maneira, em 1933, Ludovico envia uma correspondência para Getúlio Vargas em que explica as necessidades da mudança da capital. É de conhecimento da historiografia goiana que em sua carta, Pedro Ludovico Teixeira usou o discurso da medicina social como forma de justificar a mudança da capital em que ressaltavam os problemas de ordens físicas, como o relevo montanhoso, o calor excessivo da cidade, a falta de boa circulação de ar, a arquitetura considerada rudimentar, a falta de saneamento básico e tratamento de água.

É nesse discurso de uma medicina social, em que os estudos de Foucault (2004) explicam a necessidade que a modernidade tinha de resolver os problemas de ordem física e sanitária das cidades. Dessa maneira, as cidades não seriam apenas a gestão de uma modernidade expressa na sua arquitetura, mas na gestão de um Estado presente nas ordens sociais.

O discurso do presidente de Goiás, ao justificar a necessidade de uma nova capital, sempre reforçou o moderno, pela ótica, da contraposição: novo-velho, arcaico-moderno, rural-urbano, passado-futuro. É inegável que a construção da nova cidade traria novos significados para a política goiana e nacional como modelo de gestão que presava pela mudança, em constante esquecimento e apagamento do passado e das memórias, em uma narrativa pautada para o progresso e o futuro desenvolvimentista.

Atentamo-nos que mesmo como discurso colocado por Ludovico como algo que mudaria de forma positiva as estruturas oligárquicas, é importante pensar que a modernidade é passível de críticas ou resistências, os próprios moradores da cidade de Vila Boa teceram grande resistência para a mudança da capital. E as elites agrárias, detentoras do poder tradicional do “coronelismo”, organizaram forças para impedir essas alterações, Anápolis também se sentiu satisfeita com essa mudança, algo de que falaremos mais adiante.

Pedro Ludovico afirmou que o discurso de 1891, do presidente de Goiás Rodolfo Gustavo da Paixão, não havia se alterado mesmo após 42 anos do pronunciamento. Afirmando assim, que a cidade de Vila Boa não apresentava características para o desenvolvimento do Estado de Goiás e de uma nova sociedade que estava sendo gerida pelo movimento de 1930.

Goiânia será o símbolo maior da modernidade ou do progresso em Goiás. A representação da nova capital reuniu o tradicional e o moderno, expressos tanto nas formas como nos debates sobre a pertinência ou não da realização desta obra, nos quais ficam demonstradas as contradições daquela sociedade ao se confrontar seu *modus vivendi* com a questão da modernidade. Entre perplexidade e a fascinação, a ideia de progresso iria sustentar as propostas políticas dos homens dos anos 30 em Goiás, trançando caminhos sinuosos e arquitetando novas formas de representação (CHAUL, 1988, p. 170).

Como apontado pelo historiador Nasr Chaul (1997), a ideia de modernidade foi colocada pela ordem política em Goiás, porém, na historiografia a modernidade nos remete a ideia de discurso. Mesmo que a política goiana se pautasse em elementos que trariam ganhos econômicos e sociais, ou pela justificativa dos elementos arquitetônicos e pela ideia de progresso que ganhou grande força nas sociedades ocidentais, principalmente nos séculos XVIII e XIX, é necessária uma ligação que estabeleça uma ordem social prática para a sociedade.

[...]produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 2002, p. 17).

No caso do presidente de Goiás, Pedro Ludovico, alterar as ordens políticas seriam de grande impacto e enfrentamento com as antigas oligarquias, o poder escolar como engenharia; arquitetura; urbanismo eram precários no Estado. Nesse sentido, o discurso médico e geográfico seriam as soluções para justificar a transferência da capital, por representarem o fim de um passado “atrasado” rumo ao progresso e justificar a mudança e o enfrentamento as oligarquias existentes.

Não somente no que tange ao aspecto sanitário, mas também nos outros setores em que analisa educação, navegação, colonização, situação econômico-financeira e, principalmente, mudança da capital. Ele diagnostica história, analisa e propõe uma política, uma ação. Goiás é examinado como a um doente: o trabalhador rural e suas condições miseráveis e suas verminoses; a economia, a fartura e a indolência; o saneamento urbano e rural a viação as atividades escolares o exercício das profissões, o sistema educacional, a justiça e a força pública. Em tudo, interfere, esquadrinha. A “ação médica” de Pedro Ludovico está

ligada à questão política - à permanência no poder (CAMPOS, 1980, p. 30).

Quando Ludovico pronunciou-se sobre a mudanças da capital, ele utilizou outros discursos importantes, como falado anteriormente do antigo presidente de Goiás Rodolfo Gustavo da Paixão, o médico Dr. Pinheiro Chagas e também do urbanista Armando de Godoy²⁰, como afirma a urbanista Ana Maria Diniz (2007), sobre o relatório enviado ao governo de Vargas.

A construção e a mudança da capital atendiam a dois objetivos de Pedro Ludovico: primeira concretização do ideário mudancista, da vitória sobre a oligarquia Caiadista, e o investimento de capital no Estado de Goiás, modernizando as relações de trabalho e poder. Para o interventor a ruptura com o passado de atraso, o “velho”, dos vícios políticos, só aconteceria com a construção de uma nova capital para Goiás, simbolizando os anseios do povo. (DINIZ, 2007, p.27)

Além de o discurso político apresentar grandes dificuldades para a construção da nova capital, problemas de ordens técnicas, como a falta de verbas, materiais e a ideia de modernidade trariam conflitos nos campos culturais, sociais, econômicos, educacionais, entre outros que eram pertinentes à década de 1930, e enfrentava uma cultura enraizada na terra e nas oligarquias goianas.

Para viabilizar o discurso do “novo”, do progresso e uma capital “moderna”, a partir da construção de uma nova cidade do sertão goiano, Pedro Ludovico Teixeira enfrentou várias dificuldades; a falta de recursos financeiros, escassez de material de construção, inexistência de mão-de-obra especializada, pressões dos proprietários das áreas desapropriadas, invasões de terrenos e principalmente a resistência e oposição de políticos da cidade de Goiás, numa clara posição anti-mudancista. Todas essas dificuldades superadas pelo interventor na materialização de Goiânia provocando uma exaltação a sua bravura, construindo a imagem de um novo Anhangüera. (DINIZ, 2007, p.29)

A construção da nova capital, além de apresentar problemas técnicos e políticos, causou grandes conflitos em outras regiões, como Anápolis, uma cidade que já possuía uma força econômica em Goiás e apresentava um desejo de modernidade. A distância

²⁰ Armando Augusto de Godoy (1876-1944) engenheiro, formado pela Escola Politécnica da Universidade do Distrito Federal, foi o pioneiro da discussão do planejamento urbano no Brasil. Foi contratado pelo interventor de Goiás para elaborar um parecer técnico sobre a escolha da região de Campinas para a implantação da nova capital.

entre as cidades de apenas 56 quilômetros pode ser interpretada como uma ajuda mútua ou um apagamento e/ou negação entre elas, o que causa certa rivalidade.

2.3 Anápolis e a cidade “elite”.

Antes de começar esse tópico, devemos deixar claro que não vamos e não pretendemos tratar a relação entre as duas cidades no caso Anápolis e Goiânia como uma relação caótica ou de uma simbiose em que uma suga e se aproveita da fragilidade da outra. Outrossim, traçaremos um caminho na relação de proximidade entre duas urbes e como estas podem ter contribuído ou atrapalhado os processos e interesses sociais, econômicos, políticos e culturais.

Goiânia começou a ser construída na forma da lei pelo Decreto nº3.359²¹, em 18 de maio de 1933, e em 24 de outubro do mesmo ano é lançada a pedra fundamental da cidade, onde hoje se encontra o palácio do governo estadual, como marco de uma nova civilidade no sertão goiano.

A cidade pensada e projetada pelos urbanistas, inicialmente por Atílio Corrêa Lima e depois por Armando de Godoy, possuía em seu corpo técnico especialistas que usariam o espaço plano da região de Campinas, o solo responsável pelo surgimento de uma nova cidade moderna, projetada para um sentimento de modernidade em meio ao sertão goiano, em 1936 teria Armando de Godoy sido convidado para revisar e continuar a construção da cidade, segundo Alexandre Ribeiro Gonçalves²², o resultado da construção de Goiânia foi um esforço coletivo de técnicos, engenheiros e arquitetos, da Superintendência Geral das Obras de Goiânia e da Construtora Coimbra e Bueno.

²¹ MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938, p. 67. O livro conta com atas das primeiras decisões do governo para a construção da nova capital do estado, sendo utilizado em vários trabalhos como referência sobre a construção de Goiânia.

²² Segundo Alexandre Ribeiro Gonçalves, o projeto de Goiânia, não pode ser atribuído, apenas a um único construtor, como Atílio Corrêa Lima, mas a um corpo técnico que atendesse as exigências de Pedro Ludovico Teixeira. Havia uma vontade de colocar Goiânia não apenas como uma cidade moderna, mas uma cidade planejada aos novos modelos urbanos e arquitetônicos nacionais. O autor apresenta outras alternativas para a mudança técnica como uma vontade econômico e política, principalmente da empresa responsável pela construção, a construtora Coimbra e Bueno, que viu a mudança do engenheiro da cidade como uma oportunidade lucrativa para a empresa crescer. Ver em *Goiânia: uma modernidade possível*, Alexandre Gonçalves Ribeiro. – Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002. P. 31-34.

O projeto técnico da construção de Goiânia contou com o apoio do governo estadual, porém, devido ao projeto de reestruturação do governo federal houve grandes dificuldades financeiras para implementar a nova capital. Então, todos os recursos deveriam vir da arrecadação dos municípios goianos, o governo estadual deliberou um processo de arrecadação que seria revestida para a construção da nova cidade, sendo assim, todos os municípios do estado, contribuíram financeiramente para a sua execução.

Em Anápolis, durante o período de 1930 até 1947, não houve eleições diretas para prefeito na cidade, o interventor do estado Pedro Ludovico Teixeira estabeleceu governos autoritários que respondiam diretamente a seu gabinete, porém, essas gestões tiveram grande impacto no desenvolvimento da cidade, obras públicas tiveram de ser financiadas por outros setores como bancários e privados. Sendo assim, as obras tinham em grande maioria o consentimento dos órgãos da prefeitura para a sua execução, o que será explanado adiante com a análise das fontes.

Segundo Polonial (2007, p.44), a revolução de 1930, teve como impacto o afastamento da oligarquia Caiado, todavia, na cidade de Anápolis isso não ocorreu. Ao nomear os interventores municipais, Pedro Ludovico teve que negociar com grupos que estavam ligados aos Caiados.

Assumindo o poder, os outubristas indicam prefeitos-interventores para os municípios e, como não dispõem de quadros próprios, nomeiam políticos que fazem oposição às administrações municipais, mas que, no âmbito estadual os Caiado. (CAMPOS, 2004, p.11-12 apud POLONIAL 2007 p.44)

Esse período de ausência democrática nas eleições da cidade pôde alterar as características urbanas da mesma, que mesmo sendo modificadas pelo crescimento econômico em decorrência da ferrovia vivenciou outros fenômenos que contribuíram para uma aproximação da arquitetura e do imaginário anapolino com Goiânia e a negação da nova capital. Esta negação da cidade pode ser vista com o imaginário dos habitantes que começa a ser alterado quando a cidade não responde de forma satisfatória aos interesses da população, a partir do momento em que a prefeitura não dispõe de recursos para investir e toda a arrecadação é desviada para a construção de Goiânia. A população começa a rejeitar o governo de Ludovico e a nomeação de interventores municipais.

Em 1940 saiu da prefeitura José Fernandes Valente que pediu exoneração do cargo, para Polonial (2007, p.51) os habitantes da cidade sentiram a saída do prefeito,

entretanto, o Jornal *O Anápolis* aplaudiu a indicação de mais um prefeito e nomeou o engenheiro civil Manuel Demóstenes Siqueira, que tomou posse em 12 de julho de 1940.

Durante a gestão de Manuel Demóstenes Siqueira a cidade teve algumas obras, os documentos analisados no arquivo de obras públicas e planejamento da prefeitura da cidade²³ só permitem encontrar plantas e projetos a partir do ano de 1941, ao analisa-las podemos ter uma dimensão acerca dos projetos imobiliários e das construções particulares e privadas.

É necessário pensarmos que as plantas que foram apresentadas nem sempre representam a cidade concreta e edificada, em vários documentos é possível ver que alguns projetos não representavam as intenções das pessoas que habitavam. Muitos moradores, principalmente de classes menos favorecidas, apresentavam projetos para burlar o setor de obras públicas e conseguir a autorização para a construção, ou as obras já haviam se iniciado e o projeto era apresentado para dar seguimento às obras.

O que aproxima o historiador para o desenvolvimento da cidade é a análise das fontes, porque quando olhamos os desenhos, as plantas ou as fotografias, podemos ver que há a intencionalidade de seus agentes, o documento torna-se uma fonte de observação em que percebemos como a cidade vai se alterando ou como os diversos fatores podem interferir em seu desenvolvimento.

O desenho, apesar de demonstrar visualmente aquilo que se pretendia realizar no lote, podia também ser apenas a formalização daquilo que já estava em curso na obra. Logo, sua leitura enquanto “documento fiel” deve ser atenta e minuciosa, o que não o exclui ou o torna menor diante de outras séries documentais. Para a história das cidades é imprescindível que haja uma conexão entre documentos, para que diferentes vozes, atores e ações se manifestem e confirmem luz às dinâmicas de transformação e mudança efetuadas ao longo do tempo. (REIS, 2016, p.127)

Durante a gestão de Manuel Demóstenes Siqueira, não conseguimos encontrar um projeto de cidade edificada, mas uma reorganização das construções que passavam pela prefeitura, sendo aprovados ou não. Existia um órgão responsável por avaliar essas construções com pareceres sobre as mesmas, uma secretaria de obras públicas e higiene, que deliberava sobre as autorizações e o recolhimento das taxas e alvarás de construção.

²³ Os documentos da prefeitura foram analisados e catalogados em 2018, nas caixas foram encontrados entre os anos de 1941 -1942, o total de 1450 processos, devido às más condições do arquivo, muitos processos apresentaram déficits.

Para compreendermos as construções da cidade de Anápolis, é preciso colocar a espacialidade como um fator importante, as obras de caráter moderno, com estilos que rompiam com as construções coloniais, principalmente na área central da cidade em que eram mais antigas e abrigava casas de estilos coloniais. Ao passo que a modernidade foi chegando, houve transformações dos estilos arquitetônicos, nas ruas, nas praças, nos comércios.

O mapa a seguir, mostra a divisão da cidade em 1ª e 2ª zonas, que correspondem a área marcada em verde²⁴, e o restante da cidade como 3ª zona, muitas obras que vamos analisar foram construídas nas 1ª e 2ª zonas, onde se concentravam a maioria dos estabelecimentos comerciais e casas coloniais da cidade. Nessa região encontravam-se a maioria dos empreendimentos financeiros como os bancos, lojas, praças e o ponto final da estação ferroviária, houve um grande aumento do preço dos imóveis e lotes nessa parte da cidade, onde passou a concentrar a elite econômica e política da cidade.

A 3ª zona foram os bairros residenciais que foram sendo construídos com o passar do tempo das décadas de 1940 e 1950, como o Bairro Santa Teresinha e o Bairro Jundiá e vários outros bairros e loteamentos que vão surgindo com o crescimento da cidade.

O uso do mapa é interessante como fonte documental por nos mostrar uma curiosidade sobre o crescimento da cidade, a região sul que corresponde aos bairros Vila Brasil e Vila São Jorge, eram considerados como periféricos e distantes, além de não apresentar um planejamento. A prefeitura não empenhou em expandir essa área, que dava uma ligação geográfica mais próxima à capital Goiânia. Enquanto a maioria das cidades sempre projetava o seu crescimento para as áreas posicionadas ao sul, Anápolis investiu o seu crescimento para o norte, como o bairro Jundiá, e que posteriormente foi intensificado devido a construção de Brasília, que fica para a região norte da cidade.

²⁴ A marcação em verde foi elaborada pelo autor, tendo como referências os processos analisados no arquivo municipal de obras e planejamento do urbano da cidade de Anápolis, podem haver pequenas distorções quanto a precisão exata das zonas da cidade, visto que os documentos não especificavam os locais exatos das construções, apenas as zonas e ruas.

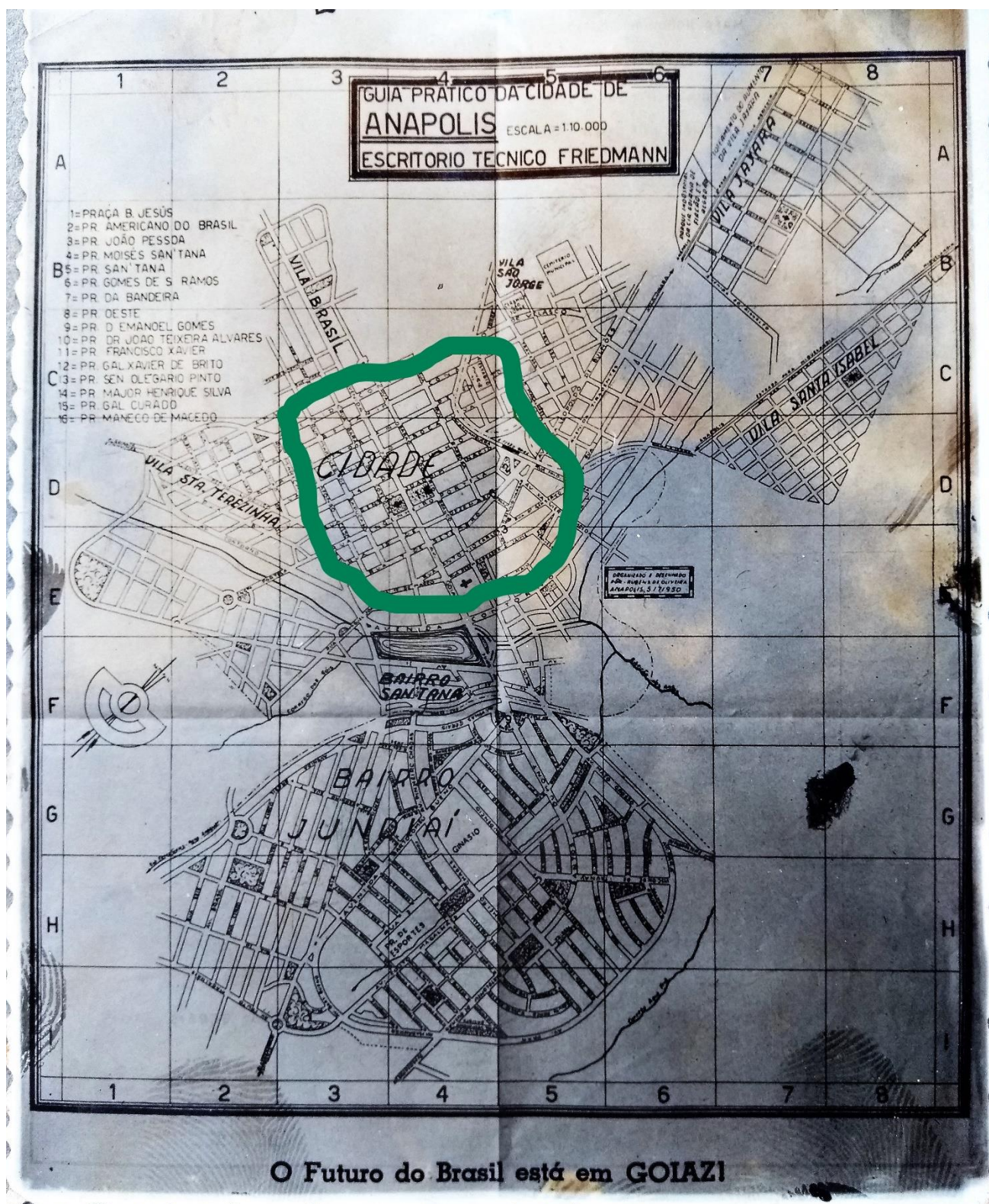


Figura 7: mapa da cidade de Anápolis – desenhado pelo escritório técnico Friedmann em 05/07/1950 – Fonte: Instituto de patrimônio histórico e cultural Professor Jim Magaliski – 2018.

O processo apresentado abaixo, corresponde a um pedido de construção de uma residência para a senhora Eleusa Arruda, filha do médico Dr. Bonfim da Abadia, e nele as exigências da construção não correspondiam às normas de sanitização que a prefeitura havia estabelecido a partir da década de 1930, como falado no capítulo anterior, contudo, a obra é edificada como veremos (figura 08), mesmo com a negação do fiscal de obras.

O processo nº1033/1942 teve entrada na prefeitura em 14 de agosto de 1942, em nome do Dr. Bonfim da Abadia, que desejava construir uma residência para a sua filha solteira e menor de idade na principal rua da cidade na época, a rua Engenheiro Portela, que se localizava na parte central da cidade, em frente à praça Bom Jesus. À época, a região central da cidade era denominada de 1ª Zona.

Em seguida temos o alvará da prefeitura que estabelece as seguintes informações:

Ao senhor fiscal de obras públicas e de higiene municipal fará os fins de direito.

14/08/1942.

Exmo. Dr. Prefeito municipal tenho a informar a V. E. que foi dado o alinhamento.

Anápolis 30/08/1942 Jorge da Silva Fiscal Geral.

Em nome do senhor prefeito municipal, para cumprir como sempre, dar cordial cumprimentos aos sábios despachantes de vossa senhoria, venho informar, que não obstante haver o requerimento cumprido as exigências dos artigos 661 e 665, R.SC..G., que está fiscalização de higiene municipal, acompanhará a construção do prédio em apreço, visto ter a mesma sido entregue a um construtor pouco profissional e moralmente falando-se afim de satisfazer as dispositivas do requerido departamento. Anápolis 1/09/1942. Fiscal de higiene.

O construtor da obra José Marques teve a prerrogativa da negação, mas ao analisarmos mais à frente várias obras passaram a ser construída por esse arquiteto, principalmente após a saída do prefeito Manuel Demóstenes Siqueira, uma das características em seus projetos é o Art Déco, onde percebemos o estilo pelas formas arquitetônicas dos seus projetos.

A construção da residência, mesmo sendo acompanhada pelos fiscais da prefeitura e tendo ressalvas pelo órgão responsável, foi executada, possuindo características modernas, com uma fachada livre e limpa, o uso de janelas em ferro e vidro ornamentados, característicos do neocolonial, mostrando que o arquiteto optou por um estilo que já era usado na cidade desde a chegada da ferrovia.

A adoção de mistura de estilos não foi uma característica exclusiva de Anápolis, foi um processo que ocorreu em diversas cidades - como o Rio de Janeiro que em sua reordenação de obras urbanas, a partir do século XX, adotou uma mescla de estilos como o neocolonial. Principalmente na gestão de Pereira Passos, Goiânia também passou por este processo de construção de casas em estilos ecléticos, porém, os motivos principais são as diferentes classes sociais que as construíam e adotavam soluções arquitetônicas conforme o seu poder financeiro.

É importante ressaltar que os construtores da capital, os Coimbra Bueno, e vários personagens importantes que atuaram no processo de formação de Goiânia, chegavam de cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte, trazendo, sem dúvida alguma, a referência de tais padrões e, desse modo, foram adaptando-os ao gosto e possibilidades técnicas locais. (Moura, 2011, p. 60).

Como a gestão do prefeito Manuel Demóstenes Siqueira não teve como princípio uma reordenação urbanista, como ocorreu no Rio de Janeiro que definiu as demolições para apagar os traços coloniais, na cidade de Anápolis os projetos continham em suas estruturas modelos diversos, assim como em Goiânia e Belo Horizonte.

Havia uma convivência pacífica entre circunspectas obras tradicionalistas, exóticas casas neocoloniais e geométricas construções modernizantes em suas ecléticas páginas, mas com leve predominância das linhas modernas – ampliando-se esse domínio ano a ano, mais nos programas de âmbito coletivo – prédios comerciais, terminais de transporte, mercados, clube, etc. e menos nas obras residenciais. Boa parte dessas obras resultavam da ausência de um ideal estético definido, configurando puro formalismo de fachada. (SEGAWA, 1998, p. 72)

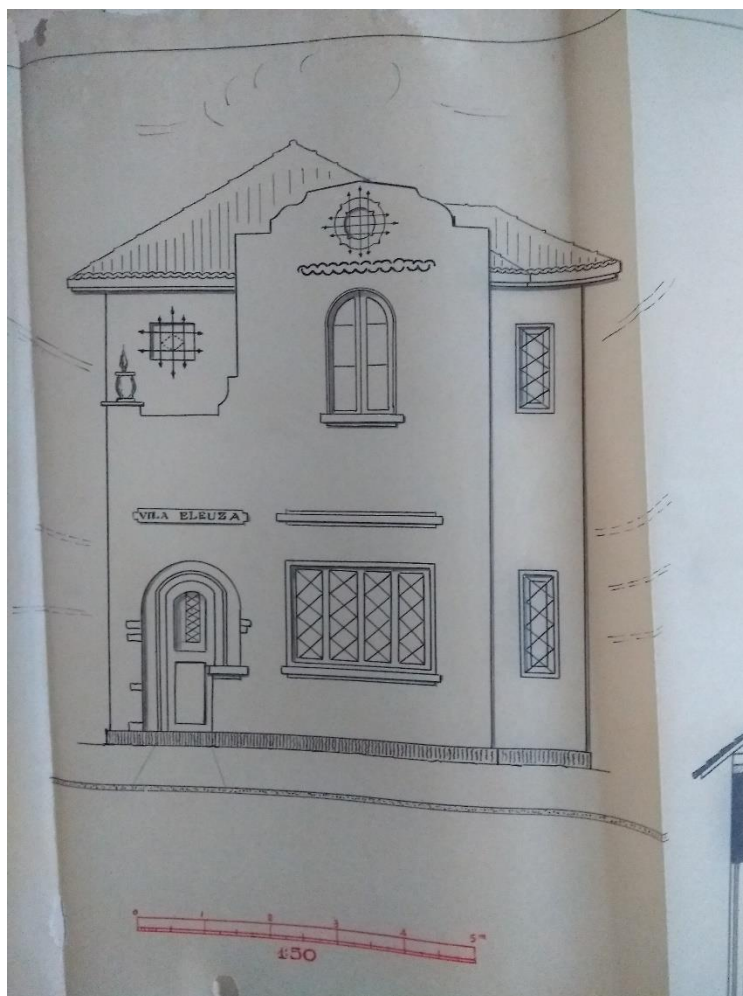


Figura 8: planta em papel manteiga da residência da filha do Sr. Dr. Bonfim da Abadia. - Fonte Arquivo municipal de planejamento e obras públicas de Anápolis – 2018.

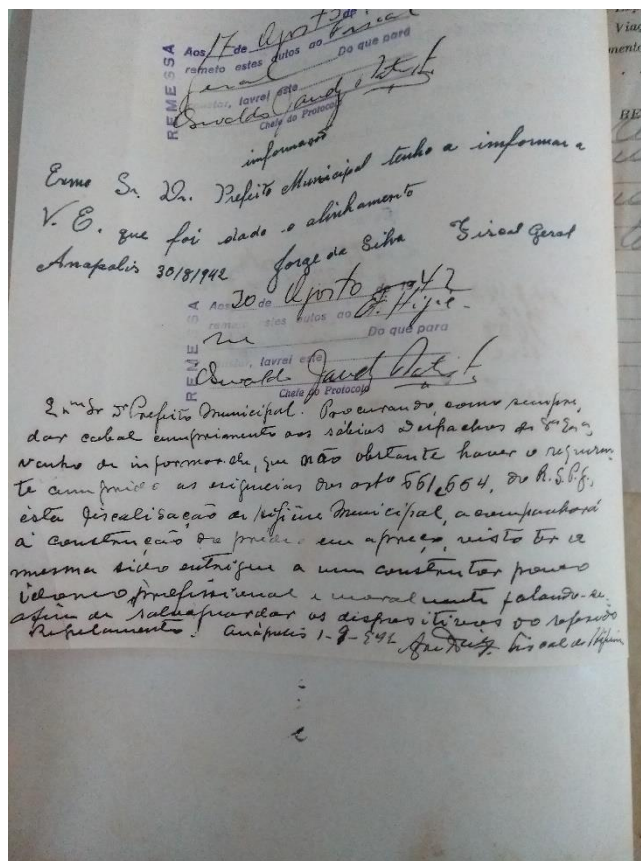


Figura 9: processo de alvará para a construção da residência da filha do sr. Dr. Bonfim da Abadia - Fonte Arquivo municipal de planejamento e obras públicas de Anápolis – 2018.



Figura 10: Fotografia da residência edificada da filha do Sr. Dr. Bonfim da Abadia - Fonte Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.

Quando analisamos a planta, temos a forma visual do desejo de edificação, sendo assim tanto a planta arquitetônica e a fotografia podem ser entendidos como “documentos fiéis”, que precisam ser analisados com cautela, pois expressam as diversas formas de construção e auxiliam na construção da história urbana. Os diversos documentos devem e podem auxiliar no entendimento da narrativa da história local, os fotógrafos são os agentes históricos que registram as mudanças da cidade por meio do congelamento de um momento, registrando as alterações do espaço urbano, os processos de melhoramentos em que se altera a cidade.

Nesse sentido, à fotografia foi dada a tarefa de construir uma imagem da cidade como sua cópia fiel, graças à capacidade atribuída a ela de reproduzir fielmente a realidade, inclusive os processos de transformação das cidades. Criada a partir do reflexo da luz que incide sobre determinado objeto e penetra no dispositivo ótico, à imagem fotográfica é conferida verossimilhança em relação ao referente. Por essas características mecânicas e físico-químicas do ato fotográfico, foi atribuída à fotografia, desde o seu surgimento, a capacidade de registro fidedigno do real, privilegiando-se, seu aspecto documental. Essa característica de retenção e registro da memória fez dela um dos meios escolhidos para guardar os elementos visuais das sociedades ao longo dos anos. (POSSAMAI, 2008, p.73)

A gestão do engenheiro Manoel Demóstenes Siqueira não durou muito frente à prefeitura de Anápolis, logo foi substituído - em junho de 1943 - por Joaquim Câmara Filho que apresentava uma relação mais próxima com o executivo goiano, em sua gestão várias obras tiveram mais proximidade com os estilos usados em Goiânia, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Com a chegada de vários imigrantes na cidade e a ascensão de uma classe média, principalmente ligada ao comércio e a vida política, houve novas construções em estilos neocoloniais e Art Déco. Essas construções apresentavam uma relação mais cultural com as elites, por apresentarem um caráter mais moderno da arquitetura, uma demanda de saberes técnicos mais rebuscados e custos elevados na sua construção. Essa nova classe cresceu na cidade e possibilitou um aumento de imóveis, elevando o preço dos mesmos e a busca por novos profissionais qualificados.

Essas construções marcavam a ruptura com os estilos coloniais, muito presentes no centro da cidade de Anápolis. Assim como Goiânia, a construção de novas formas arquitetônicas marcaria o novo estilo estético que a cidade buscava alcançar com a presença da ferrovia e a vinda de materiais como ferro e cimento cuja chegada era

facilitada pelo transporte ferroviário, além da chegada de profissionais das áreas de engenharia e arquitetura.

Goiânia e Anápolis mesclavam as narrativas de modernidade dos políticos com a edificação de novos projetos que ao serem analisados revelam claramente os agentes que podiam produzir essas novas moradias, como a família Pina, que desde os anos de 1930 possuía grande poder econômico e político na cidade e expressava seu poder por meio da arquitetura.

As residências construídas nos primeiros anos representariam o desejo de modernização tão presente nos discursos políticos. A ruptura em relação às moradias tradicionais se concretizaria pelas opções estilísticas e também pelos materiais e técnicas construtivas empregadas. Revelar a feição que tal modernidade assumiu na construção das primeiras casas goianienses, construindo um contraponto com a casa goiana tradicional [...] (Moura, 2011, p. 25).

A família Pina possuía grande poder econômico devido às atividades de comércio com a compra e venda de arroz e café na cidade. Ligados ao poder oligárquico dos Caiados e à com a liderança do Sr. Aquiles de Pina em Pirenópolis, eles transitavam em outros espaços do país, como a capital Rio de Janeiro, origem da família Pina cujo poder político, como Deputado Federal, foi trazido pelo Sr. Aquiles de Pina para a cidade.

“O deputado Aquiles de Pina tem o dom especial para dirigir a política local, pugnando sempre pelo conagraçamento da família anapolina e merecendo de todos os aplausos unânimes. Gregos e troianos emprestam ao hábil político a sua sincera e espontânea solidariedade, visando o esforço empregado pelo ilustre parlamentar em prol da grandeza do município que nobremente representa. ” (Jornal O Anápolis, 31 de março de 1937)

Com a família Pina, foi possível ver algumas mudanças nos estilos arquitetônicos da cidade, havia uma facilidade na aprovação dos processos e acesso aos materiais e profissionais para a construção, a família estava ligada aos modelos comerciais e industriais da cidade, além de influências no poder municipal desde a década de 1920.

Além de suas firmas particulares, os Pina vão paulatinamente assumido a direção e a exploração de serviços básicos oferecidos à comunidade: Fundada em janeiro de 1924, por Francisco Silvério de Faria e Ralf Colemann a Usina de Força e Luz - a primeira da cidade - ganham mais dois sócios, os senhores Albérico Borges e Aquiles de Pina. (BUENO, 1997 p. 70).

Desde a década de 1930, os Pina tinham grandes projetos na cidade como a firma: A Rainha da Barateza, ligada a compra de grãos e construções na área industrial, como a companhia de energia da cidade, em 1940, (BUENO,1997, p.70) “pressionado pelos comerciantes e industriais que ficavam impedidos de expandirem seus negócios na cidade pela falta de energia”, O Sr. Aquiles inaugura a segunda usina de força e luz do município - “Usina do Piancó, posteriormente viria a inaugurar mais duas - Usina de Anicuns e Usina de Izidoro.”

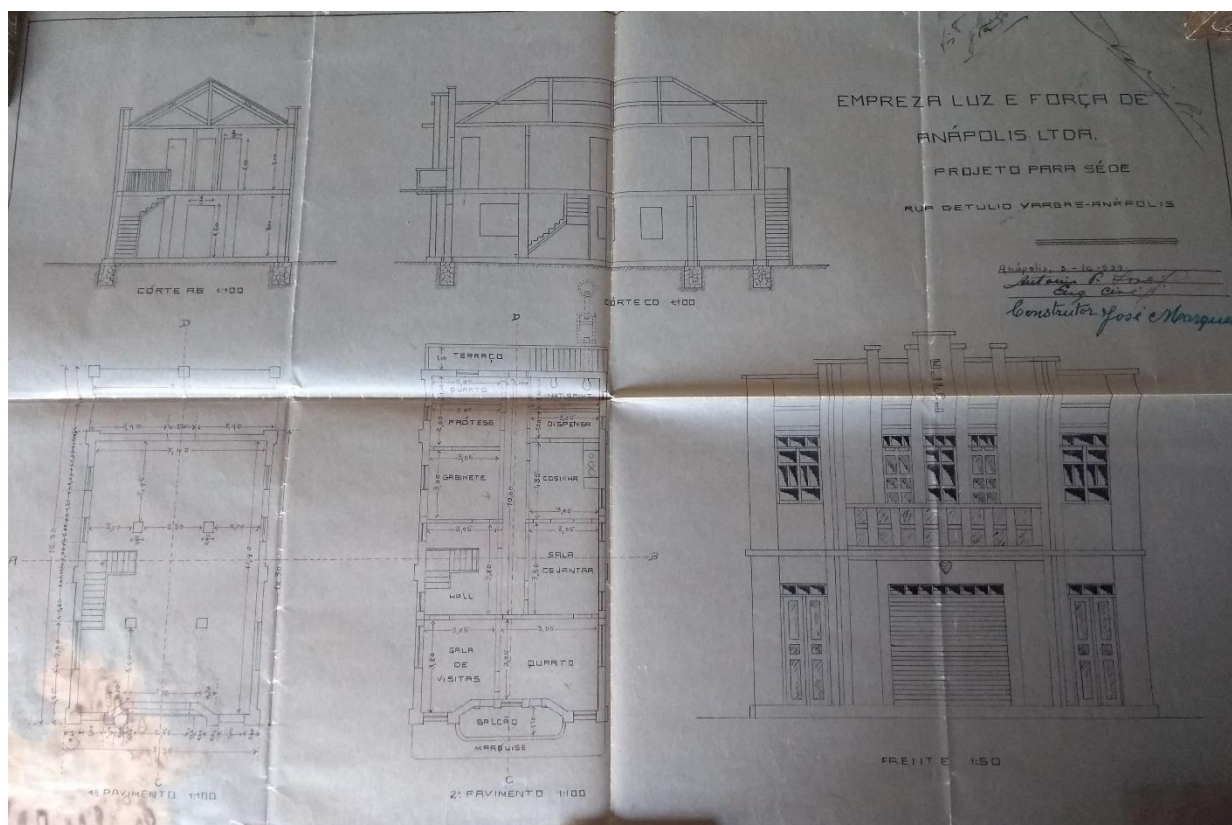


Figura 11- Imagem da planta da Empresa Luz e força de Anápolis – Ltda., planta original em papel manteiga, fonte: processo Nº 138 em 13 de novembro de 1939, arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

O projeto da nova sede da companhia de luz da cidade foi proposto em 1939 pelo construtor José Marques, na 1ª zona, na rua Getúlio Vargas, no centro da cidade, porém pela influência dos Pina não houve negação ou supervisão da prefeitura para a execução. Teve como formas o Art Déco, estilo muito utilizado no mundo, principalmente no período entre guerras, tinha características que se apresentam no projeto com formas e linhas simétricas, a ornamentação da fachada sugeria movimento em direção ao alto, o que confere ar de monumentalidade ao edifício.

Outros projetos foram executados pela família Pina, a residência de Antônio Carlos Pina, localizada no centro da cidade na rua Dr. Getúlio Vargas, fundador da “Rainha da Barateza” e irmão do Deputado Aquiles de Pina. As informações sobre a construção dessa residência não foram encontradas nos arquivos, apenas a fotografia abaixo, registrada pelo fotógrafo da época Francisco Garcez, que registrou várias construções da cidade a partir de 1940.



Figura 12 – fotografia da residência da Família Antônio Luis Pina – foto Garcês, fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.

Outros projetos realizados pelos Pina, foram a reconstrução da residência do deputado Aquiles de Pina (figura 13), em 31 de março de 1943, com processo de N°0242, na rua 7 de setembro no centro da cidade, 1ª zona. O projeto foi assinado por escritório de engenheiro civil em Goiânia, pelo construtor José Sêrdiz Pinheiro, a fachada da residência possuía linhas retas em estilo Déco, amplamente utilizado no centro de Goiânia, pelas classes médias. Outro fator que classifica a residência com uma classe economicamente mais abastada é a quantidade de cômodos, tendo 4 quartos amplos, uma cozinha, copa, alpendre e o uso de laje para o telhado, a construção de lajes requeria o uso de cimento, algo bastante caro para o período e que era transportado pela ferrovia.

Outra obra dos Pina na cidade foi a construção do primeiro banco do Estado de Goiás:

Havia, sim, uma prática semelhante como as operações de um banco financeiro e que sem dúvida, gerou um acúmulo de capital ao grupo Pina, que em 1940 inaugura o primeiro banco com capital próprio: O Banco Indústria e Comércio de Goiás, sob a presidência do Sr. Antônio Luiz Pina, com Aquiles de Pina no conselho Fiscal e Carlos de Pina na suplência. É o primeiro banco genuinamente goiano. (SILVA, 1997, p.86)

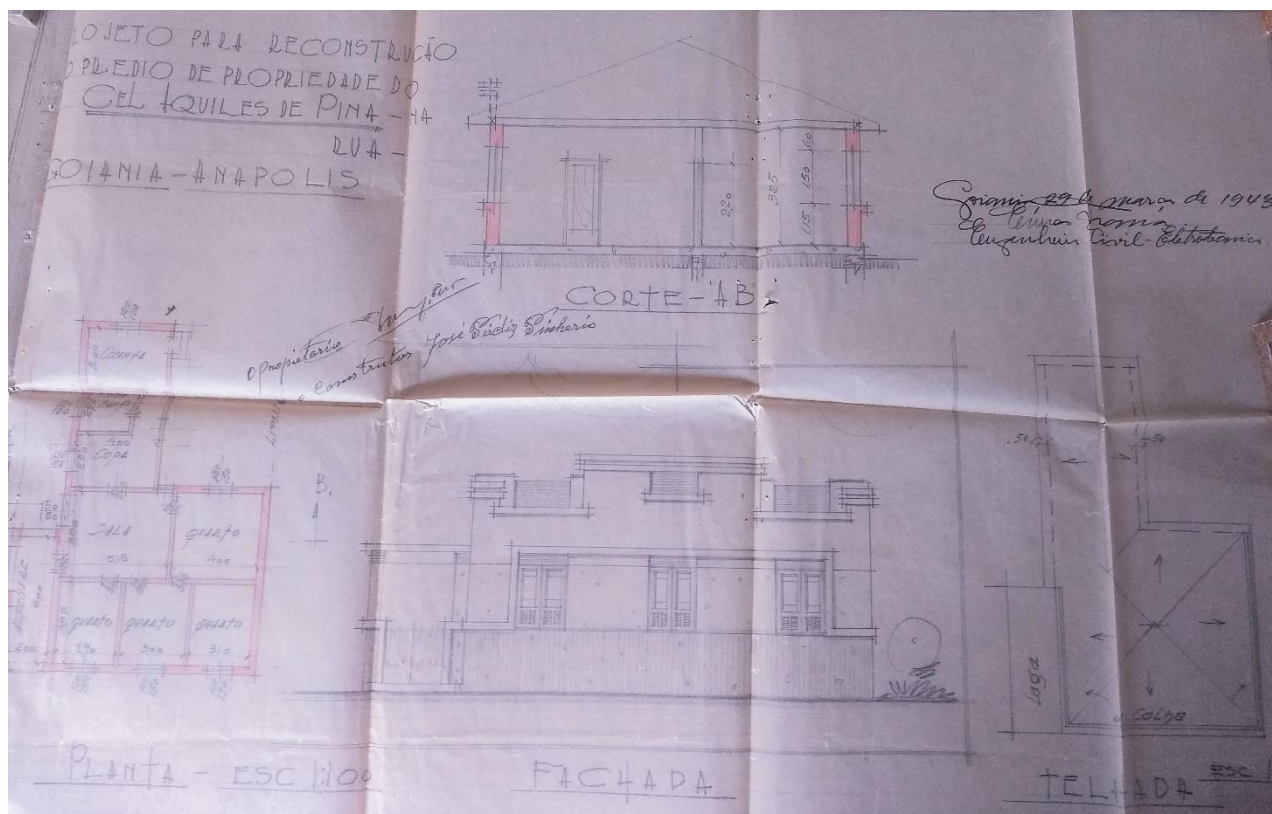


Figura 13- planta em papel manteiga – residência Aquiles de Pina – fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.



Figura 14 - fotografia do banco indústria e comercial do Estado de Goiás – fonte: Instituto de patrimônio histórico e cultural Professor Jim Magaliski – 2018.



Figura 15 - fotografia do banco indústria e comercial do Estado de Goiás – fonte: Instituto de patrimônio histórico e cultural Professor Jim Magaliski – 2018.

A construção desse prédio apresentou uma nova forma de arquitetura na cidade, maior que o Hospital Evangélico Goiano, que até aquele momento era o prédio de maior altura da cidade, a fachada do banco tinha uma aparência solene, sem muitas ornamentações, com grande altura que representava uma monumentalidade moderna, além de abrigar o banco, o edifício teria a função de hotel. Como já mencionado, a cidade, por meio da estrada de ferro, contava com grande fluxo de imigrantes e visitantes.

No dia 15 de junho de 1946, em meio a grande festa, em que tomaram parte altas autoridades e povo em geral, e que foi transmitida pela Ampliadora Cultural de Anápolis, foi lançada a pedra fundamental do edifício do Banco Comercial do Estado de Goiás, o qual constaria de cinco pavimentos, para ali se instalar, além do banco, um grande hotel, com 60 quartos e 12 apartamentos, bem como restaurante. (FERREIRA, 1981, p.385)

Aos analisarmos as duas fotografias, podemos ter a ideia do poder que o edifício sugeria aos moradores de Anápolis, pelas lentes do fotógrafo Francisco Garcês podemos perceber que os ângulos das duas fotografias, tem como ideia mostrar a grandeza do edifício, o poder econômico que se aplicava a cidade, quase um efeito panóptico. Antes o hospital apresentava essas dimensões, pelo projeto sanitaria que começou em 1927, agora essa grandeza era passada ao banco, o novo poder capital, que por meio da arquitetura criava uma cultura modernizante em meio ao cerrado.

A figura 14, tirada de baixo para cima, com uma casa neocolonial ao lado, mostra a imponência, a modernidade que se expressava por meio do concreto, a cidade que desejava o futuro progressista, que tinha como inspiração em Goiânia, prédios de grandes alturas como o Grande Hotel e o palácio do governo estadual. Pelo constante contato entre a família Pina e a capital federal, poderíamos pensar que também houve influências da arquitetura modernista do Rio de Janeiro, a figura 15 de cima para baixo, do ângulo frontal mostra o frontão, as várias janelas e a profundidade do edifício revelando a infinidade de possibilidades que a modernidade poderia trazer, as pessoas na porta, pequenas perante o desejo de modernidade que a elite anapolina desejava expressar.

Durante o mesmo ano de 1943, sob a gestão do prefeito Joaquim Câmara Filho, houve outras construções referentes às classes comerciais e industriais que ampliavam os projetos modernos. O comerciante Leoni Mendonça, a exemplo, por meio do enriquecimento do comércio da cidade, apresentou um processo de ampliação e reforma do seu estabelecimento na rua Antônio Carlos, com estilo em Art Déco, com 2

pavimentos. O projeto foi desenhado pelo mesmo construtor Jose Marques²⁵, o prédio contava com linhas e ornamentações próprias do estilo, o uso de várias portas mostrava que o estabelecimento poderia ter um grande fluxo de pessoas e mercadorias.

No primeiro pavimento a planta nos informa que havia dois escritórios de atendimento, dois banheiros e um grande salão para exposição de mercadorias. No segundo pavimento, dois escritórios de atendimento e dois banheiros, com a reforma e ampliação o prédio contaria com mais sete escritórios de atendimento, sala de espera, um gabinete para o secretário e o chefe. A ampliação do edifício informa-nos sobre o crescimento econômico da cidade e do comércio local, principalmente no centro da cidade, isto é, através do desenho e aprovação podemos verificar como a fonte nos mostra o caminho de alteração e modificação do espaço urbano.

²⁵ Os documentos analisados do arquivo municipal de obras públicas, não possuem informações sobre os construtores, apenas o desenho e nome do arquiteto, os jornais da época, não fazem menções a estes profissionais, o que encontramos é apenas a referência do escritório de arquitetura e engenharia, como o escritório técnico de J. Friedmann.

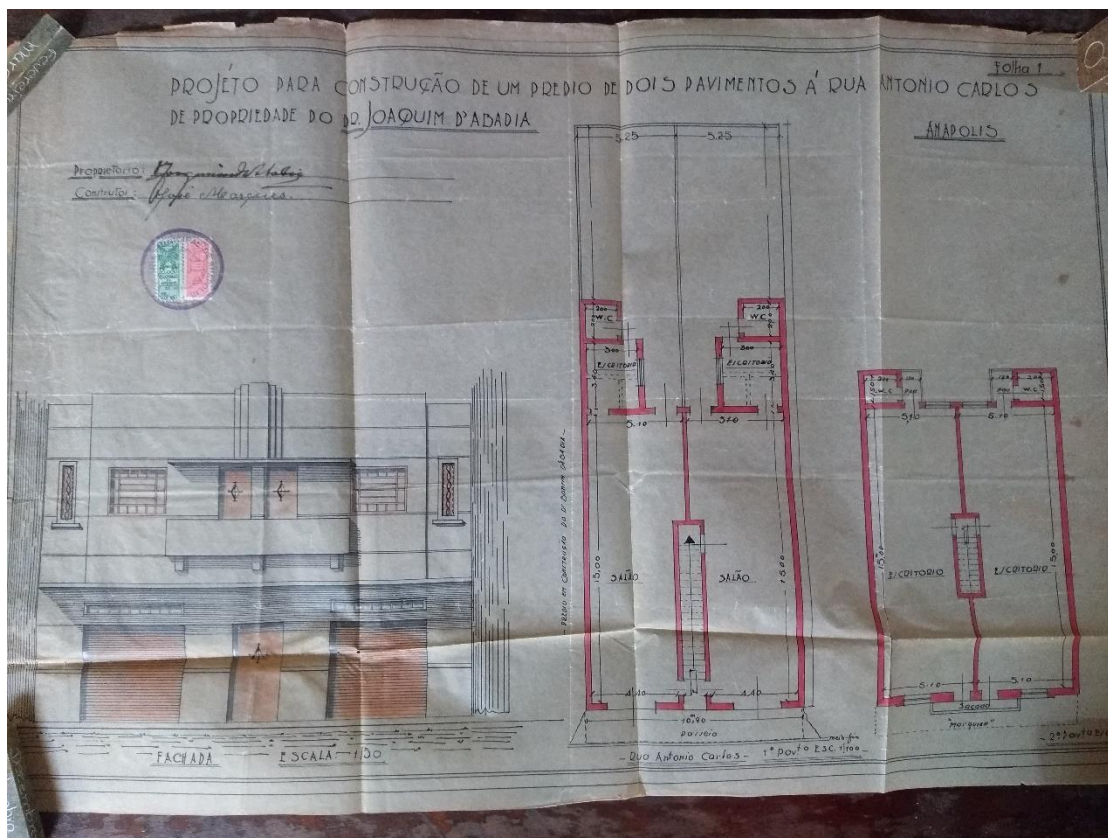


Figura 16 – planta original do estabelecimento do comerciante Leoni Mendonça antes da reforma e ampliação. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

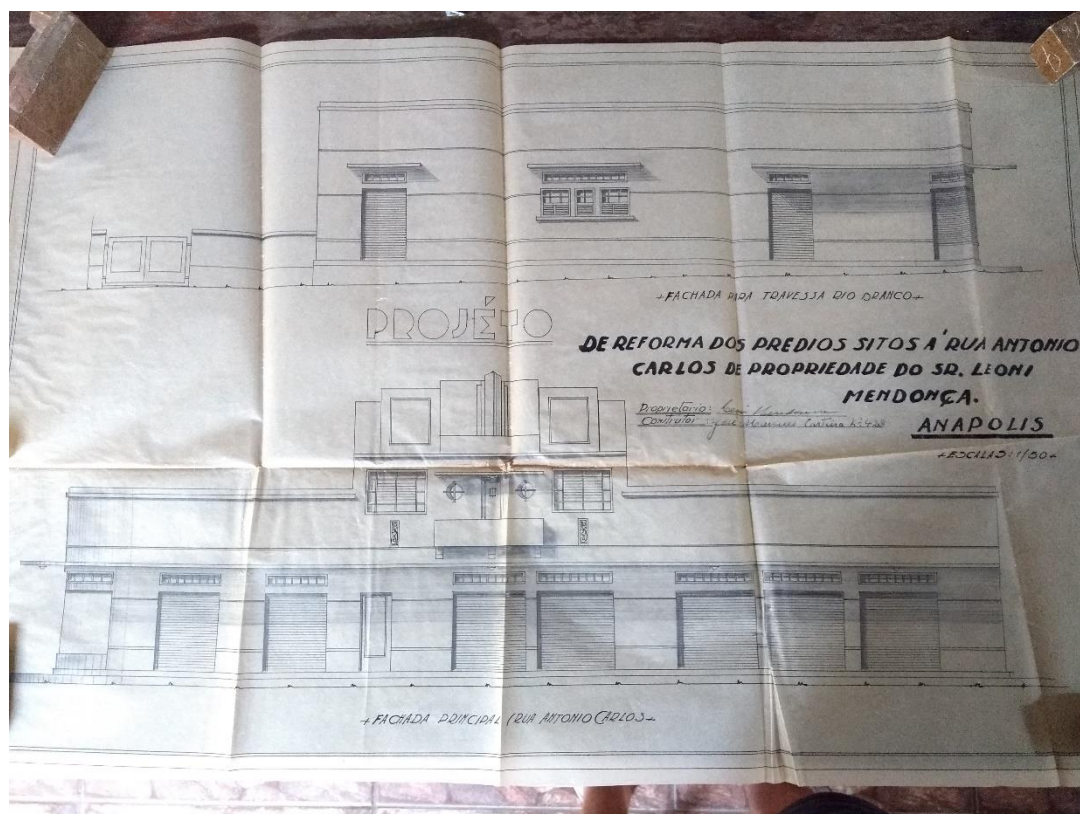


Figura 17 - planta original da fachada do estabelecimento do comerciante Leoni Mendonça depois da reforma e ampliação. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

Além deste projeto comercial houve em 19 de janeiro de 1944, o pedido de ampliação e reforma da oficina e concessionária Ford, o nome do processo de nº0100, em nome da empresa Silva Duarte e CIA. O projeto contava com a reforma do edifício na rua Engenheiro Portela esquina com a travessa Barão do Rio Branco, 1ª zona, área central da cidade, a planta original era simples, contava com apenas uma única bomba de gasolina da agência Ford, o novo projeto já apresentava outra dimensão cultural da cidade, que remodelava o centro da cidade aos moldes modernos.

O projeto havia sido assinado por Ramon Gomes e até aquele momento nenhuma construção havia sido feita por este construtor, o projeto contou com uma ampliação dos serviços prestados pela agência, como oficina mecânica, posto de gasolina e venda de peças para caminhões. A ampliação da agência começa a nos indicar a mudança de modernidade que pautou em Anápolis na década de 1930 pela ferrovia, sendo alterada a partir da metade da década de 1940 para o automóvel, “aos poucos a ferrovia que seria um sinal de progresso foi perdendo prestígio a partir da década de 1940, quando o racionamento de combustíveis gerado pela Segunda Guerra Mundial agravou ainda mais a situação” (LUZ, 2009, p.183). Vale lembrar ainda que incentivada no nacional-desenvolvimentismo da década de 1950, a agência da Ford sofrerá outra grande alteração no seu projeto arquitetônico, durante o governo de Juscelino Kubitschek, de que falaremos no terceiro capítulo.

No processo houve necessidade de adequação para atender as normas técnicas da cidade, “Devolva-se o presente processo para o engenheiro assinar e projetar a maquete continua na parte a ser construída com largura mínima de metro e meio”. (Processo nº0100, p.3, 1943)

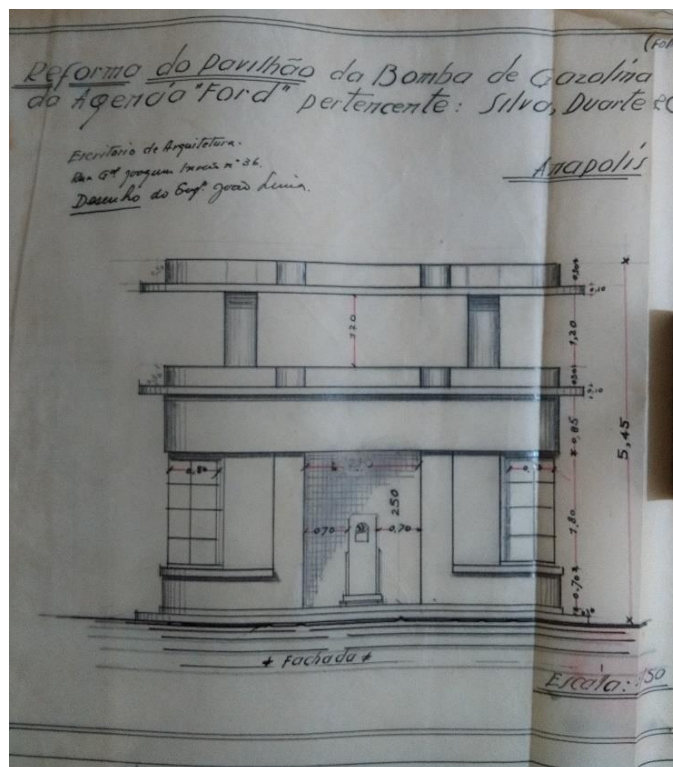


Figura 18- Planta original da concessionária Ford, contendo apenas a bomba de abastecimento. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

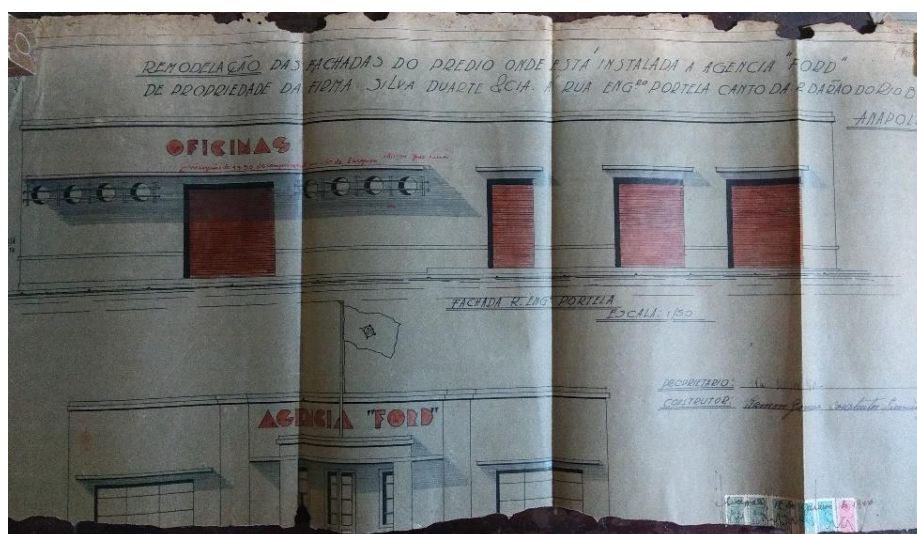


Figura 19- Planta original sobre a reforma e ampliação da concessionária Ford - Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.



Figura 20 - Agência Ford na década de 1940, após o processo de ampliação e reforma. Fotografia Francisco Garcêz. Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.

Quando analisamos esses projetos vemos que a cidade prosperou, em termos econômicos, de uma elite e classe média que possuíam um poder econômico e contato com empresas de arquitetura e engenharia que por sua vez possibilitavam a construção dessas obras. Além disso, as mudanças, principalmente no setor comercial, foram responsáveis pelas alterações urbanas da cidade, a prefeitura não contava com muitos recursos para execução de projetos, devido à crise econômica da prefeitura.

Como a prefeitura não estava com as finanças em dia, em decorrência de problemas que envolviam a construção de Goiânia e a gestão do interventor Pedro Ludovico Teixeira, foi relegado ao setor imobiliário o ritmo das construções da cidade. Com a chegada de imigrantes,²⁶ houve um aumento na demanda de imóveis e lotes, principalmente no centro da cidade. Em 18 de abril de 1945, os diretores da Sociedade Imobiliária de Anápolis LTDA, entraram com o processo de N°0698 em 18 de abril de

²⁶ Entre 1920 e 1940 a taxa média anual de crescimento populacional foi de 4,56% quando o município recebeu os imigrantes japoneses e uma significativa presença de imigrantes mineiros em decorrência direta da chegada da estrada de ferro. No período seguinte, de 1940 a 1950, verificou-se a menor taxa média do período anterior. Mesmo com o processo de industrialização da década de 70, esse movimento rumo a Anápolis perdeu o ímpeto. (FREITAS, 1995, p.35)

1945, para a construção do prédio “Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro S/A”, a obra foi construída em um dos pontos principais do centro, na 1ª zona.

A construção do prédio ficava na rua Engenheiro Portela com a rua Barão do Rio Branco, em frente a concessionária Ford, o projeto era do arquiteto João Lima e foi um dos primeiros escritórios de arquitetura da cidade. A obra foi inaugurada em 29 de setembro de 1946 e era chamada em muitos casos como OESTBANC e em 1955, seria transformada no Banco do Estado de Goiás por meio da junção a outros bancos do Estado.

Segundo a autora Haydée Jayme Ferreira, a ideia de construir o prédio veio do sócio da Cia. Silva Duarte, Jonas Ferreira Alves Duarte – nome atual do estádio principal da cidade, este homem foi o responsável pela construção do Cine Imperial, comentado no primeiro capítulo, e o do prédio da Ford, citado logo acima.

Jonas Ferreira Alves Duarte, além de produzir desde 1930 com as mudanças arquitetônicas da cidade, ampliou o contato da cidade de Anápolis com o poder executivo estadual e em 1950 foi eleito como vice-governador de Goiás, e entre 1961-1966 - prefeito da cidade.

O projeto do banco contava com 3 pavimentos feitos em concreto com linhas retas, e janelas com pequenas aberturas para a melhor circulação do ar dentro do edifício, tinha como formas gerais o Art Déco. O estilo do prédio assemelha-se com as formas do prédio do Teatro Goiânia, do arquiteto Jorge Félix construído em 1940 e concluído em 1942. Não podemos estabelecer que as influências de Goiânia se davam de forma direta visto que os processos não possuem mais informações sobre os arquitetos que o construíam, no entanto, a proximidade entre as cidades e o intenso contato das elites anapolinas com Goiânia podem ser indicadores da relação entre elas. Além dessa proximidade, temos que nos atentar que as formas do Art Déco se espalharam para o mundo ocidental no século XX e tornaram-se um padrão representativo de arquitetura moderna, em que concebia a dominação do homem sobre a natureza e os seus elementos.

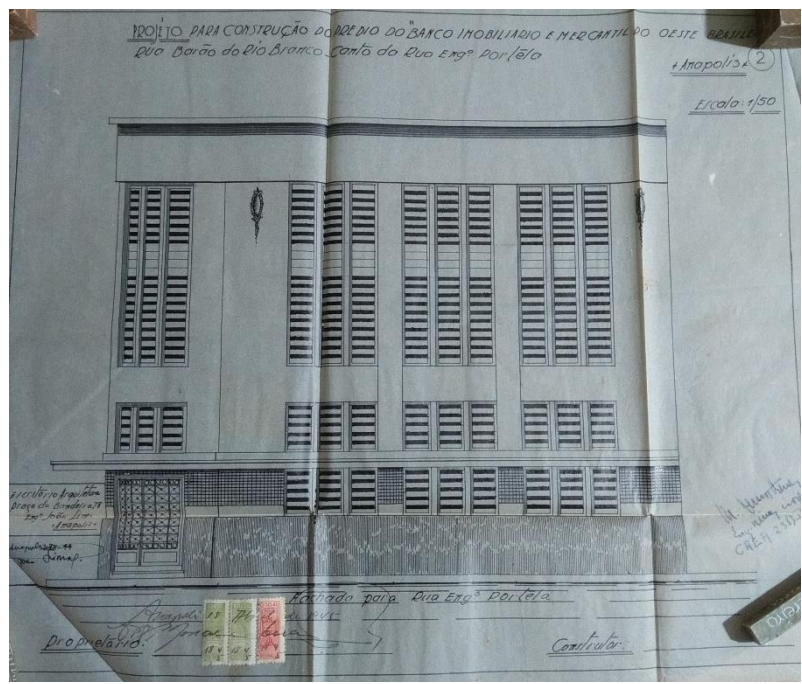
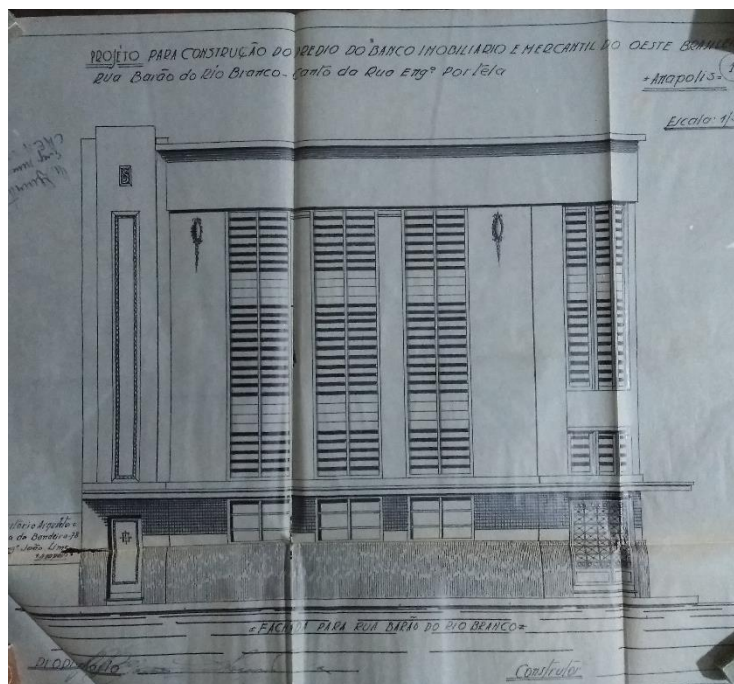


Figura 21 – plantas arquitetônicas A e B do Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro S/A – 1945. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

O edifício do banco imobiliário e mercantil do oeste brasileiro, nas plantas arquitetônicas A e B (figura 21), possuía uma arquitetura mais limpa, com uma ornamentação nas janelas que remetem ao movimento, assim como o Teatro Goiânia em que as suas linhas remetem ao dinamismo da direção da obra em prol do progresso e da modernidade. As fachadas dos edifícios assemelham-se ao movimento das máquinas, numa alusão ao progresso e das transformações, característica do Art Déco, ao uso do concreto e do ferro, as linhas simétricas dão a sensação de estabilidade. A representação do edifício é o projeto de sociedade.

O maquinismo foi um dos grandes temas iconográficos justamente por remeter diretamente à modernidade tecnológica e ao progresso, enquanto que linhas quebradas ou em zigue-zague transmitiam bem a sensação de dinamismo e da velocidade próprias dos novos tempos. (BORGES, 2006, p.5)



Figura 22 - Fotografia do banco imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro S/A, autor: Francisco Garcez
- Fonte: Instituto de patrimônio histórico e cultural Professor Jim Magaliski – 2018.

Quando observamos a sua fotografia (figura 22), temos a percepção de como o edifício foi colocado no centro da cidade. A sua monumentalidade perto dos cidadãos daquela urbe. Na imagem, percebemos que o fotógrafo registra o momento quando as pessoas estão passando abaixo da marquise, pequenas. As árvores ao lado, ainda pequenas numa representação da dominação do homem moderno, frente a chegada dessa “modernidade”. No teatro Goiânia, percebemos que o edifício, além de possuir linhas em zigue-zague que se projetam para frente, tem um pilar que se projeta para o céu, dando a sensação de amplitude ao edifício.

A arquitetura de ambas as cidades reflete o discurso moderno na intensa luta de alterar-se, de deixar o passado colonial e projetar-se para o futuro e o progresso, esses edifícios são representações de poder; em Anápolis o poder econômico comercial e a expansão imobiliária, em Goiânia o poder do Estado ao erguer tal edifício em meio ao sertão na tentativa de afastar o passado oligárquico de Goiás e as práticas culturais ditas como antigas. A escolha da arquitetura do Teatro Goiânia era recorrente no movimento Déco, que pode ter inspirado a construção do banco imobiliária e mercantil do Oeste, o

Art Déco foi amplamente utilizado em edifícios voltados para a cultura e o lazer, sendo símbolos da cultura de massa, porém apropriado - em Anápolis - pelo setor financeiro.

“Utilizado em muitas das novas tipologias de edificação [...]: cinemas, casas de espetáculos, estações de rádio, pavilhões de exposições, sedes de clubes, lojas de departamento, enfim, uma série de fenômenos ligados à emergência de uma cultura de massas, que acompanha a metropolização da cidade”. (PINHEIRO, 1997, p.128)



Figura 23 - Cine Teatro Goiânia, década de 1940. Autor desconhecido. Goiânia – GO. Fonte: Acervo MIS|GO – 2017.

Outro grupo empresarial que se formou no ano de 1947, foi a Sociedade Comercial e Construtora LTDA, neste mesmo ano apresentou dois projetos de impacto arquitetônico na cidade, foi pedido a construção de um estabelecimento comercial e residencial do processo de Nº 0017 de 20 de janeiro de 1947 (figura 24), no qual a Sociedade Comercial e Construtora responsabilizavam-se pela construção de um prédio para o senhor Gabriel Abrão Issa, na rua Barão do Rio Branco esquina com rua 7 de Setembro no centro da cidade, e que pedia a autorização ao fiscal sanitário e o alvará para a construção de um edifício de salas comerciais no térreo e ambiente residencial no primeiro pavimento. Outro processo de Nº1164, do mesmo ano, da data de 13 de agosto a construção de outro edifício comercial residencial (figura 25).

Neste processo constam detalhes da construção como os cômodos, dois pavimentos, hall, banheiros, sala de jantar e o número de dormitórios que seriam construídos. A casa foi pedida para o senhor Mozart Soares e o que mais nos chama a atenção nesse projeto é o desejo de a residência ter detalhes em estilo Art Déco, conforme a planta em anexo, quanto aos internos, pela presença de ladrilhos em estilo mosaico em toda a casa.

Ambas as plantas possuem detalhes estéticos de linhas retas, ornamentos que misturam o Neoclássico ao Art Déco.

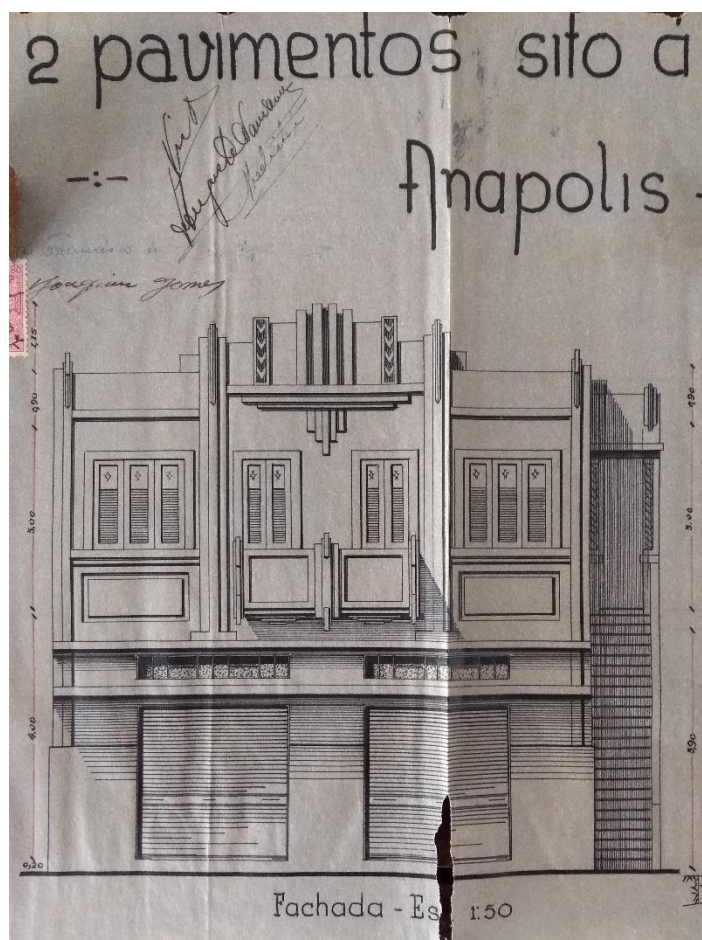


Figura 24- edifício comercial e residencial de Gabriel Abrão Issa, na rua Barão do Rio Branco esquina com rua 7 de setembro. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018)



Figura 25- edifício comercial e residencial de Mozart Soares – Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

Da maioria dos projetos que encontramos nos arquivos municipais de planejamento e obras públicas, grande parte eram de pessoas ligadas às classes políticas, comerciais e industriais, como visto até aqui, porém a cidade de Anápolis - como já falado – fortaleceu-se por meio das classes agrárias que mantinham a cidade desde a produção de matéria prima e produtos rurais, ou seja, mesmo com a modernidade expressa em formas estéticas, por desejo de alterações culturais, elas também passavam por um processo de assimilação cultural, ao menos nas formas arquitetônicas dos projetos, elas procuravam acompanhar essas mudanças.

O processo de N°0846, em nome do construtor José Francisco de Souza e do fazendeiro João Bezze, desejava construir a Sociedade Goiana de Laticínios Limitada, em uma área mais afastada da área 1, localizada entre as áreas 2 e 3, na avenida São Paulo esquina com a rua Quintino Bocaiúva.

No ano de 1948 não havia nenhum projeto em nome do construtor José Francisco de Souza, a prefeitura e os fiscais eram os responsáveis pela aprovação ou negação dos processos, contudo, por tratar-se de um desconhecido dos órgãos de fiscalização e

sanitarização da cidade, o processo mostra um suborno²⁷ no contrato de construção para que o processo fosse aprovado, e claro o processo foi aprovado e executado, os termos do contrato:

1º) José Francisco de Souza se obriga pela fiscalização do referido prédio desde o começo até a sua terminação, fornecendo a sua fiscalização diariamente inclusive fornecer se necessário fôr, cálculo de cimento armado, dando sua orientação técnica em todos os serviços a serem executados.

2º) Os proprietários se obrigam a custear toda a mão de obra com oficiais competentes que mereçam confiança do construtor.

3º) Os proprietários se obrigam a pagar ao construtor da sua administração que será de 5% sobre Cr\$ 80.000,00 – valor calculado do prédio a ser construído. Fica entendido que se o vâlor do prédio ultrapassar a quantia de Cr\$ 80.000,00 o construtor terá direito apenas ao recebimento da importância de Cr\$ 4.000,00 que é a importância máxima combinada entre as partes combinantes. (Processo nº0846, 2 de abril de 1948, p.3)

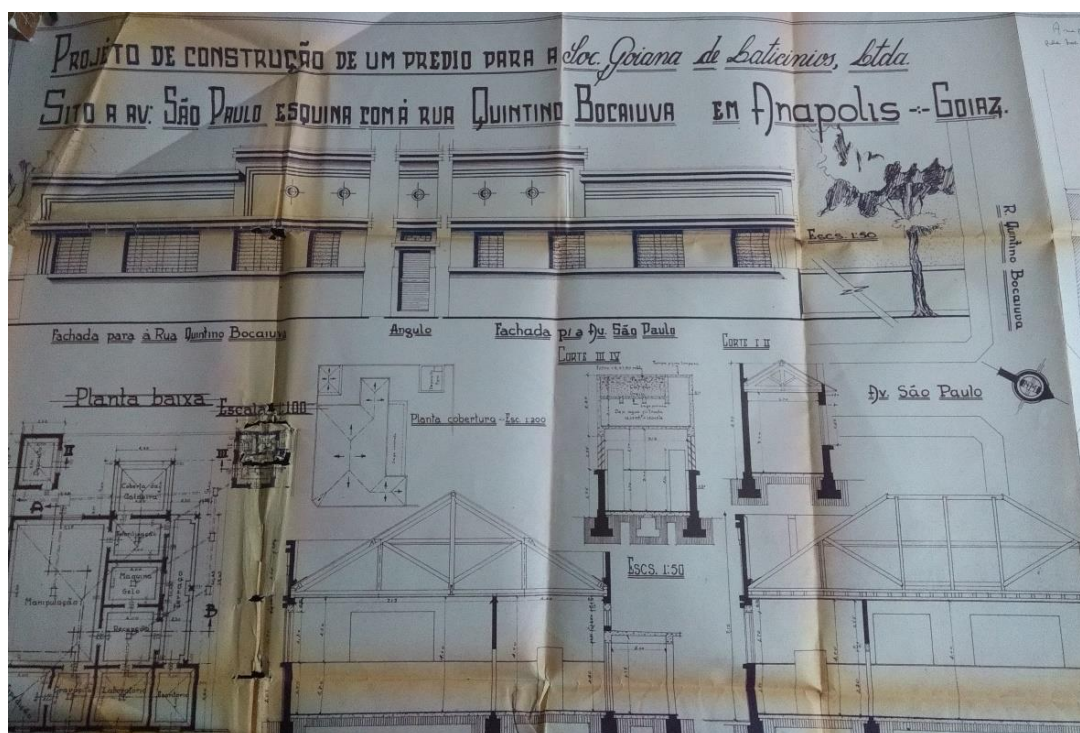


Figura 26- planta da construção do edifício da Sociedade Goiana de Laticínios, Ltda.- ano 1947 – Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

A planta baixa do edifício mostra os recursos técnicos empregados, como uma ampla sala de manipulação dos laticínios, uma sala para a caldeira e esterilização, um

²⁷ No item 2 do contrato, fica estabelecido que os proprietários pagariam todas às custas do processo e de toda a mão de obra, inclusive os oficiais da prefeitura, que fizessem as vistas as obras.

escritório, máquina de gelo, que podemos definir como câmara de resfriamento, um laboratório, sala para expedição, sala para filtragem da água e um terraço; a fachada do edifício contava com linhas retas e limpas, que desenhavam os contornos do edifício, criando a sensação de local estéril, além de várias janelas, o edifício mostrava uma preocupação - em termos técnicos - com as questões sanitárias que a cidade exigia.

As negociações da cidade, mesmo que políticas e/ou econômicas, vão além do produzir da cidade, visto que a cidade é o abrigo das múltiplas culturas e formas de negociação, tendo os valores culturais, do cotidiano e das experiências como formas diversas de ampliar essas produções.

Como afirma Fenelon (2000, p.07), “a ideia de que a cidade nunca deve surgir como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço manipulado do poder”. Dessa forma, não apenas as classes mais abastadas mudaram a cidade e os seus hábitos, outros cidadãos tiveram grande importância nesse retalho.

2.4 Anápolis e a 3ª zona.

Como mencionado, a cidade teve um grande crescimento demográfico e outras áreas foram ampliadas e novos bairros construídos, como o bairro Jundiá que se apresentava fora do centro da cidade, localizado no outro lado do rio das Antas, que cortava a cidade.

Além da construção desse bairro, houve a ampliação de outros setores residenciais como o bairro Santa Teresinha que contava com casas mais humildes, e com uma classe predominantemente trabalhadora.

A cultura urbana, não deve ser restrita apenas na abordagem das obras monumentais, ou de caráter modernistas, outros grupos excluídos do poder urbano político, contribuíram para o entendimento dessa cidade, como os sírios, imigrantes que começaram a chegar na cidade, refugiados da guerra; italianos, norte-americanos, grupos de trabalhadores rurais ou assalariados, negros e mestiços. Os imigrantes tiveram grande impacto no desenvolvimento da cidade, porém, quando chegavam a cidade, em sua

maioria, não possuíam as mesmas condições econômicas, portanto eles deslocavam-se para as áreas mais afastadas do centro da cidade, que possuíam valores menores, além de estarem geograficamente mais próximas das áreas rurais, fazendas, sítios.

Na historiografia de Anápolis, em grande parte dos trabalhos são colocados como os imigrantes, principalmente os de origem árabe, ou chamados popularmente na cidade como os “turcos”, ligados ao desenvolvimento comercial da cidade, e de fato eles contribuíram, todavia, eles fizeram parte do crescimento agrícola da cidade, a 3ª zona foi de grande importância e atuação desses imigrantes, que se integraram à cultura urbana local.

O que de fato contribuiu, eficazmente, para a aproximação dos árabes com os habitantes do lugar foi o fato de que eles, com aquele sacrifício inicial, de buscarem recursos na comercialização de produtos, levando-os às casas de compradores, e os entregando a crédito, criaram um relacionamento de confiança e de amizade, de respeito mútuo, que se alastrou, beneficentemente, atingindo o meio rural. (ASMAR, 2010 p. 40).

Todos esses povos com seus modos de viver, alteraram a maneira de produzir a cultura urbana de Anápolis, segundo Fenelon (2000, p.07), “memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e presente. A mudança é característica das cidades, mas estas mudanças têm história, personagens e uma trama de desejos individuais e de projetos. ”

Dentro dos processos vamos exemplificar alguns casos de sucesso quanto ao processo de produção de uma arquitetura mais afastada do centro da cidade, como o processo de Nº 1102, de 1942, (figuras 27 e 28), o senhor Jorge Skaaf, um jovem agricultor de origem síria, desejou construir uma residência na rua Joaquim Inácio na 2ª zona, localizada pouco abaixo do centro da cidade.

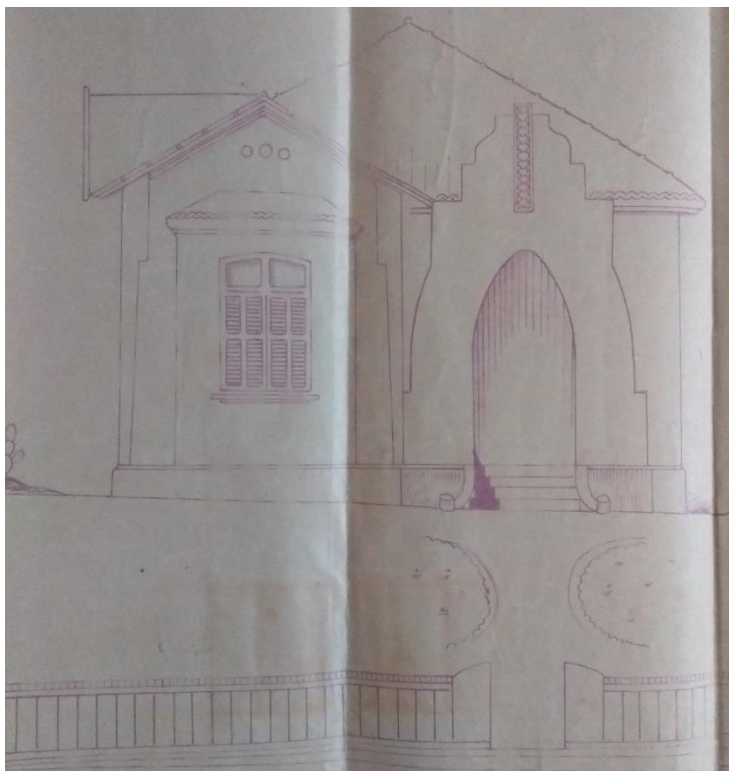


Figura 27 - planta original da residência do senhor Jorge Skaaf – ano 1942 – Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

Uma residência familiar com grandes proporções, os processos não dão detalhes do número de moradores de cada residência, porém podemos perceber que a casa deveria abrigar vários membros, como parentes ou filhos, a casa possuía cinco quartos, duas salas, cozinha, banheiro e uma pequena área ao redor da residência, contava com materiais de alvenaria mais simples e de execução mais rápida que não exigia muito empreendimento técnico, como o uso de laje e concreto. Outro fator no projeto era a preocupação com a questão sanitária, a prefeitura em seu processo de sanitarização obrigava a construção de fossas, essa região não contava com sistema de esgoto, portanto ao fundo do lote, temos a construção da fossa, para depósito de rejeitos sanitários.

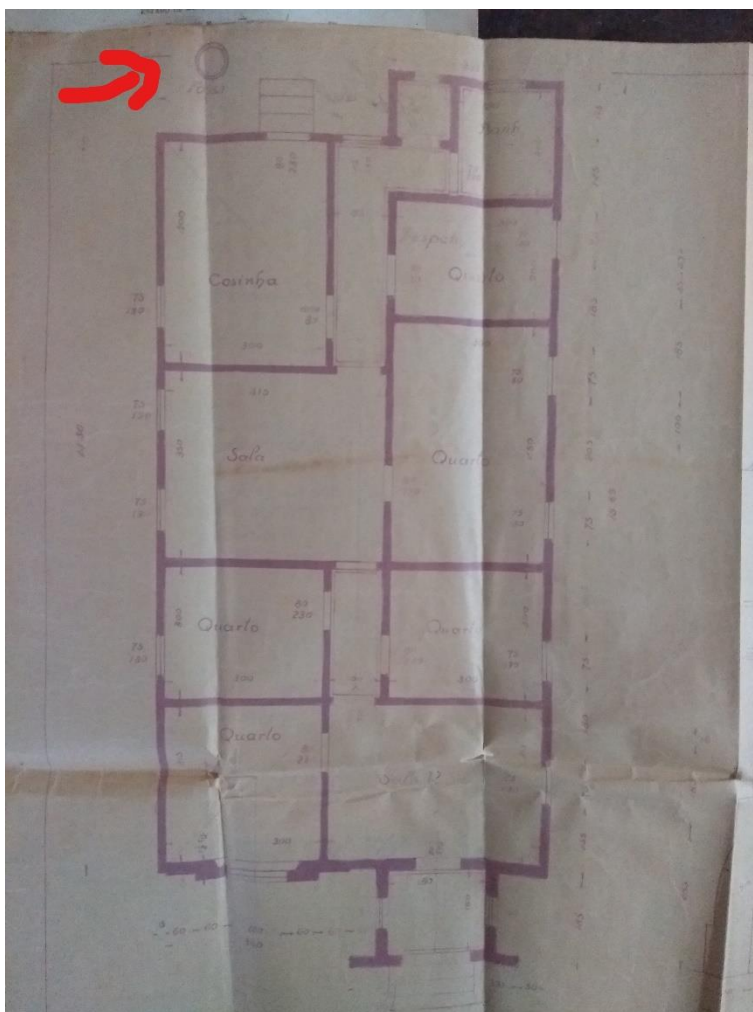


Figura 28- planta original da residência do senhor Jorge Skaaf, detalhe sobre a localização da fossa feita pelo próprio autor – ano 1942 – Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

Nicolau Sevcenko²⁸, nos fala que as fossas abertas em São Paulo, contribuíram para a proliferação de doenças, despertando nos habitantes da cidade, certo pânico: “caíra sobre a cidade com uma voracidade que evocava a peste negra medieval: em alguns meses prodigalizou São Paulo de valas coletivas lotadas de cadáveres, com não poucos moribundos atirados às fossas ainda vivos de permeio, nas correrias desencontradas do pânico. ” Como formas de evitar a proliferação dessas doenças, as prefeituras, como de São Paulo, obrigavam a construção de fossa individualizadas nos terrenos, contribuindo para o processo de sanitização dos espaços urbanos.

²⁸ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pág. 24.

O processo Nº 981 do ano de 1943 (figura 29), apresentado na prefeitura pelo proprietário José Alcides Lira, operário que solicitou a construção de uma residência na 3ª Zona na rua Leopoldo de Bulhões em 6 de setembro, a residência teve a autorização concedida para a sua execução por atender as exigências de normas sanitárias da cidade e conter uma planta em anexo bem rica em detalhes, quando analisamos os processos, principalmente dos bairros mais afastados, percebemos que os projetos que conseguem as licenças da prefeitura, sempre possuem informações com relação à profissão, nacionalidade do indivíduo, o tempo em que ele reside na cidade e alguns casos até o número da carteira de trabalho.

A residência do senhor José Alcides Lira, é tipicamente de uma classe média baixa, que era a maioria do perfil dos moradores da 3ª zona, contava com uma sala pequena, dois quartos, cozinha e grande parte do lote sem construção, na planta do projeto foi colocado árvores, ao fundo uma cisterna para abastecimento de água da residência e a fossa mais ao fundo, mostrando que a região ainda não havia recebido o saneamento sanitário.

Para o autor Carlos Lemos, em *A República ensina a morar melhor*²⁹, o perfil das residências deve ser estabelecido usando como metodologia o número de cômodos da casa, um dos componentes do perfil dos possíveis moradores das residências, uma casa com quatro cômodos e instalações sanitárias, segundo o autor é uma casa de classe média baixa.

O processo Nº162/1944, (figura 30) em nome Manoel Pereira Dédé, brasileiro, casado, alfaiate, residente e domiciliado na cidade, desejava construir um prédio residencial, para o operário na avenida Tiradentes (3ª Zona), o projeto cumpriu os devidos pagamentos dos impostos e o alinhamento do terreno para a execução, segundo a definição da prefeitura a casa era tipicamente popular, porém ao analisarmos a profissão do senhor Manoel Pereira Dédé, poderíamos afirmar que ele pertence a classe média baixa, segundo o autor Carlos Lemes, por possuir quatro cômodos, sendo dois quartos, sala e cozinha e possuir cisterna e fossa, a casa é tipicamente de classe média baixa.

Em alguns casos era anexado atestado de pobreza para burlar a burocracia, dessa forma garantiam a informação do solicitante como o processo de Nº 372/1945 em 19 de

²⁹ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Cozinhas, etc.** São Paulo: Perspectiva, 1978.
_____. **Alvenaria burguesa.** Breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 2. ed. ver. Ampl. São Paulo, Nobel, 1989.
_____. **A República ensina a morar (melhor).** São Paulo: Hucitec, 1999.

fevereiro em nome de Antonio Lobianco, operário e sindicalizado, que desejava construir uma casa operária na rua Travessa -4- vila – 3ª zona. O documento foi emitido pelo sindicato dos trabalhadores na indústria da construção civil do Estado de Goiás.

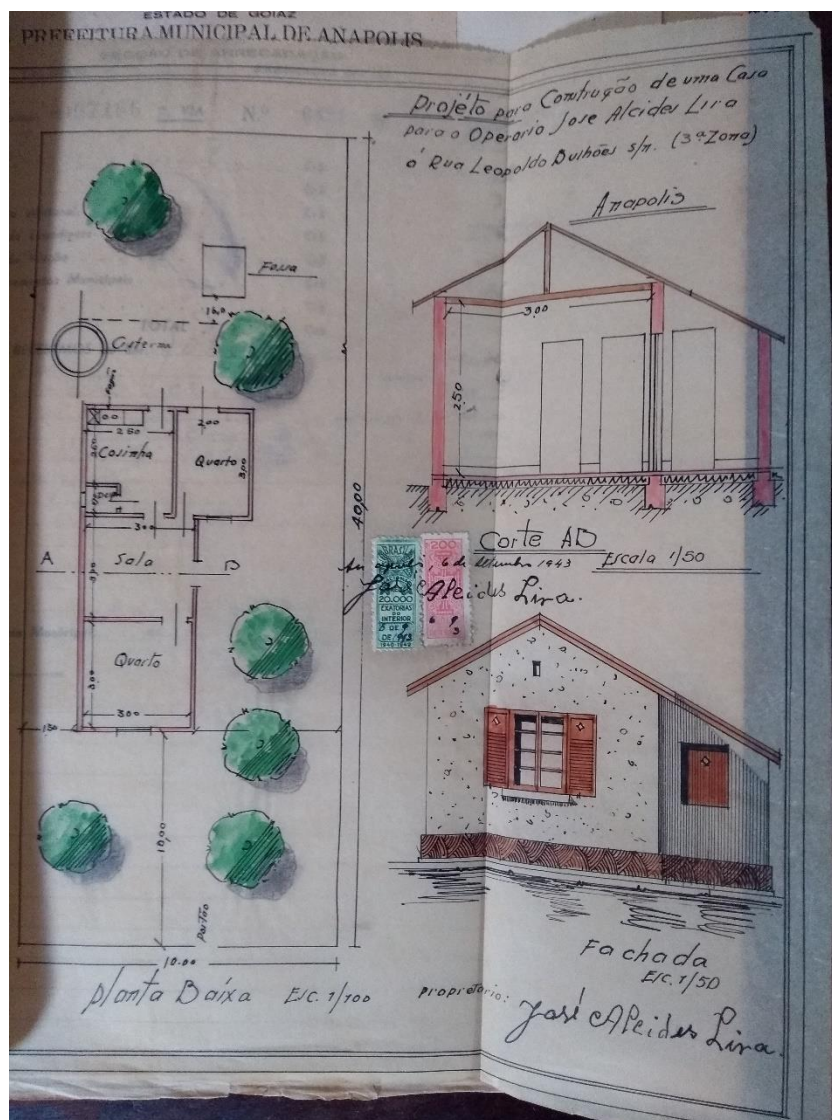


Figura 29 - residência do senhor José Alcides Lira – 3ª Zona. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

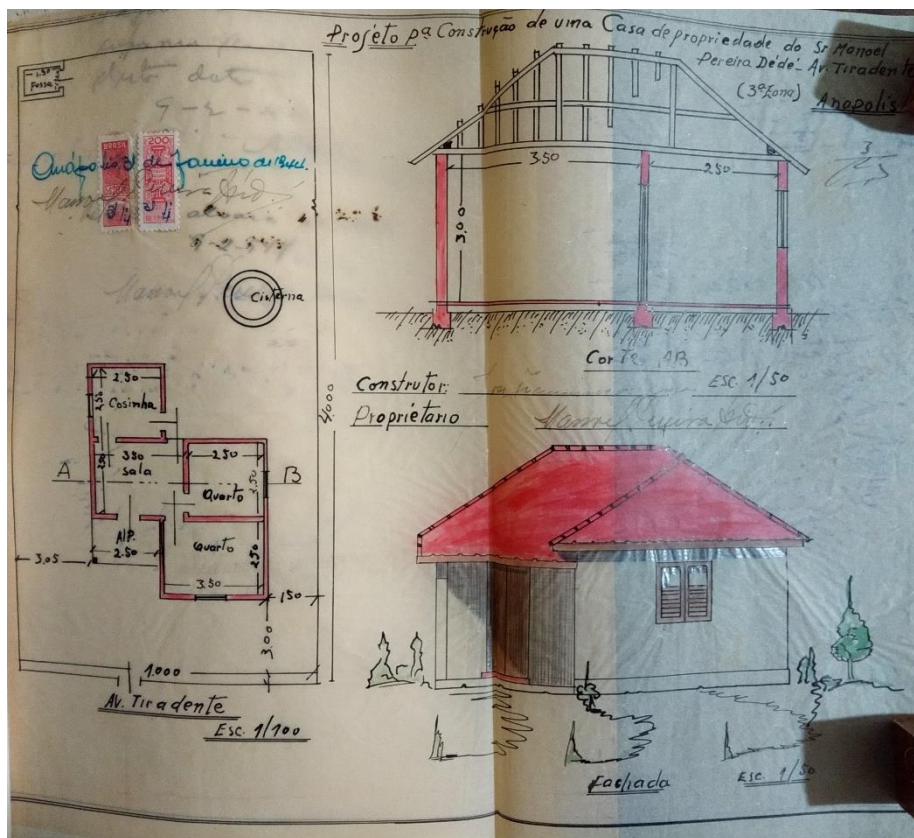


Figura 30 - residência do senhor Manoel Pereira Dédé. Ambas construções de casas de classe média baixa da 3ª zona. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

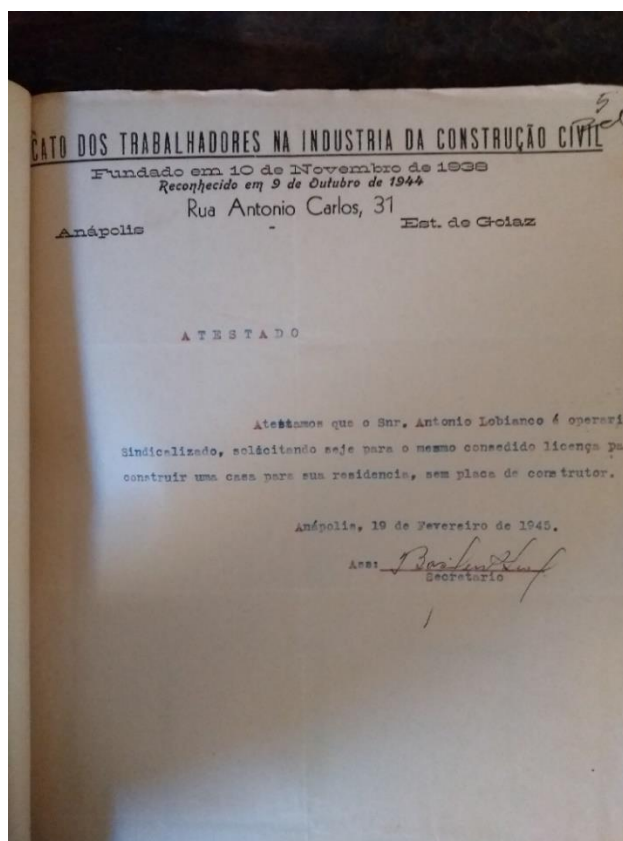


Figura 31- termo de atestado de pobreza em nome do senhor Antonio Lobianco – 1945 - Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

A 3ª zona, além de abrigar casas em estilos mais simples e o preço dos terrenos serem mais acessíveis, era uma região próxima do centro da cidade, atraindo diversos grupos sociais como trabalhadores e imigrantes. Com a chegada da linha férrea houve um fluxo migratório de diversas populações para a região, como o processo Nº 105/1944 (figura 32 e 33) do imigrante russo Dimitry Rechetnikow, que solicitou um alvará para a construção de uma residência em estilo eclético, na rua Benjamin Constant, a residência possuía dois quartos, sala de jantar, despensa, banheiro interno, cozinha e uma área a frente, chamada de alpendre, pela fachada arquitetônica percebemos que essa região passou a atrair grupos com poder econômico mais elevado.

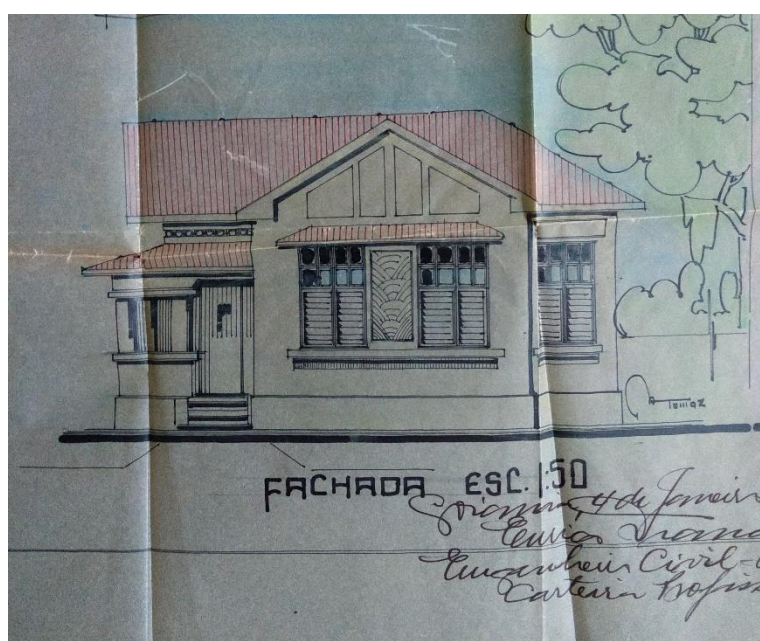


Figura 32- residência do imigrante russo Dimitry Rechetnikow, Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

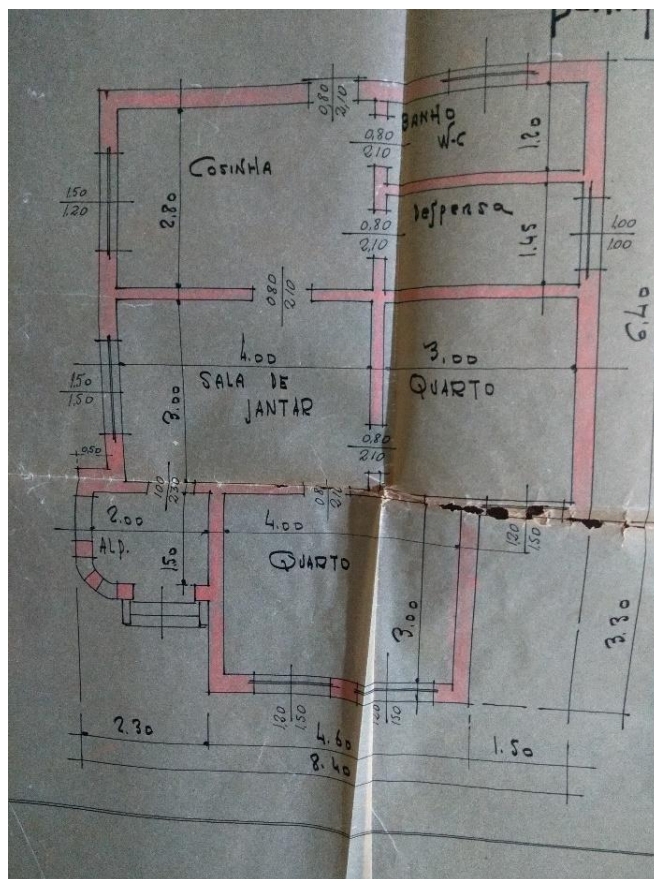


Figura 33- planta baixa do interior com os cômodos da residência do imigrante russo Dimitry Rechetnikow, Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

Essa região também atraiu investidores que acreditavam no crescimento urbano, e como a 3ª zona era bem próxima do centro da cidade e contava com avenidas que ligavam diretamente ao centro, como a avenida Tiradentes (figura 36), que passou a concentrar diversos estabelecimentos comerciais e residenciais como o do norte americano Leek Bowen, comerciante, residente na cidade, processo de N° 2138 de 1948 (figura 34), contratou um escritório de engenharia civil e sanitária, representado pelo projetista e construtor Vicente Fritz, no processo temos detalhes mais específicos sobre a construção, como o número da carteira profissional (n° 645) do projetista e o local do escritório que ficava no edifício Goiazbanque, como era chamado na época.

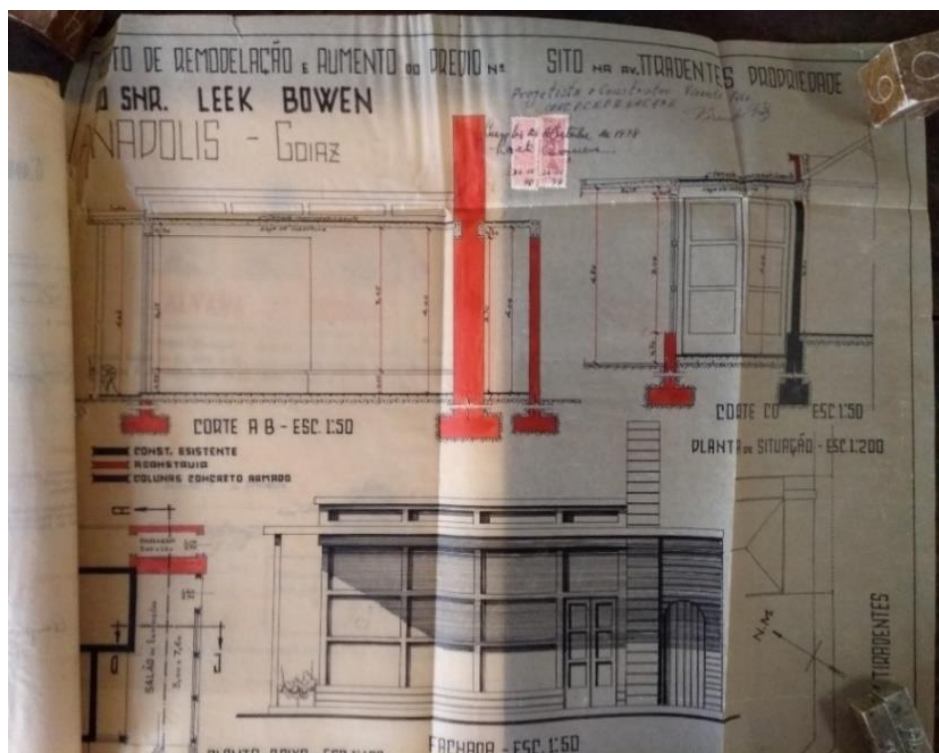


Figura 34 - Residência do senhor Leek Bowen - Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

Esse foi o primeiro projeto encontrado deste projetista na cidade, podemos visualizar que ele possuía uma formação acadêmica distinta de outros construtores que moravam na cidade, a residência projetada contava com linhas mais modernistas, onde vemos as influências do movimento da escola americana de arquitetura como os projetos de Frank Lloyd Wright e Le Corbusier da escola francesa, a residência contava com uma fachada aberta e forma geométrica retilínea, Norberg-schulz (2005, p.99).

Assim sendo, a cidade começa a encontrar os primeiros projetos de arquitetura modernistas, que já haviam sido iniciados nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, Le Corbusier buscava uma síntese de liberdade e ordem “em Masion Citrohan, de 1920, tipificaram a planta livre como um espaço de pé-direito-duplo no ‘salão’ de estar, sobre eles se abrem o restante dos ambientes” (Arruda e Pereira, 2008, p.07).

O projetista Vicente Fritz trouxe para Anápolis novas formas de produção arquitetônica, que já ganhava espaço no Brasil, principalmente na região sudeste, segundo Suzuki (2003, p.08) “é custeada pela iniciativa privada, desenvolvendo-se especialmente após 1940, com a chegada de vários arquitetos estrangeiros refugiados de guerra e com a instalação das faculdades de arquitetura Mackenzie e da Universidade de São Paulo. ”

O material utilizado na residência de Leek Bowen, era um material mais caro e exigia um domínio técnico mais avançado como o concreto armado, que na década de 1950 foi utilizado para a construção de Brasília pelos arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemeyer, já em Anápolis esse material ganhou mais espaço em meados da década de 1950, segundo Arruda e Pereira (2008, p.10) “as casas modernas de Anápolis são construídas principalmente após meados de 1950 por arquitetos e engenheiros, ou ainda por projetistas sem formação acadêmica. Os autores destes projetos normalmente possuem formação no Rio de Janeiro, São Paulo ou Belo Horizonte. ” Essas casas modernistas passam a configurar o espaço da cidade, principalmente para as classes médias e altas.

Nos documentos analisados não encontramos a informações mais relevantes sobre Vicente Fritz, porém sabemos que ele representava uma empresa de engenharia J. Friedmann, que possuía a matriz na cidade de Belo Horizonte, sendo ele o responsável técnico da filial em Anápolis.

Além do projeto de remodelação da residência de Leek Bowen, o projetista Vicente Fritz, foi responsável pela execução da residência de Jose Pereira Rocha, processo Nº 486/1949 (figura 35), na avenida Tiradentes Nº 226, brasileiro e casado, entretanto, esse projeto contou com a arquitetura mais tradicional da cidade, em alvenaria e elementos mais simples, que remetem as casas em estilo colonial e janelas para a rua, essa possibilidade de casas com áreas voltadas para a parte externa era típica da cidade antes do crescimento urbano, e essa região da 3ª zona, se mostrava mais típica e de costumes locais.

Conforme Aldo Rossi³⁰, as formas de produção da arquitetura carregam em si não apenas a concretude do objeto, mas as memórias e sentimentos passados de geração em geração, misturam os elementos privados e públicos entre si, as produções culturais materializam-se mesmo com a mudança dos hábitos e do tempo. Mesmo o processo de modernização trazendo novas percepções de construções, os habitantes podem e reconfiguram as suas perspectivas e símbolos, conforme as suas identidades e memórias, a forma de produzir carrega as produções culturais de outros tempos.

³⁰ Ver em: ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Para o autor, a cidade é um conjunto de obras onde as múltiplas ideias de cidade unem-se às memórias pré-existentes, a arquitetura seria a manifestação dessas memórias.

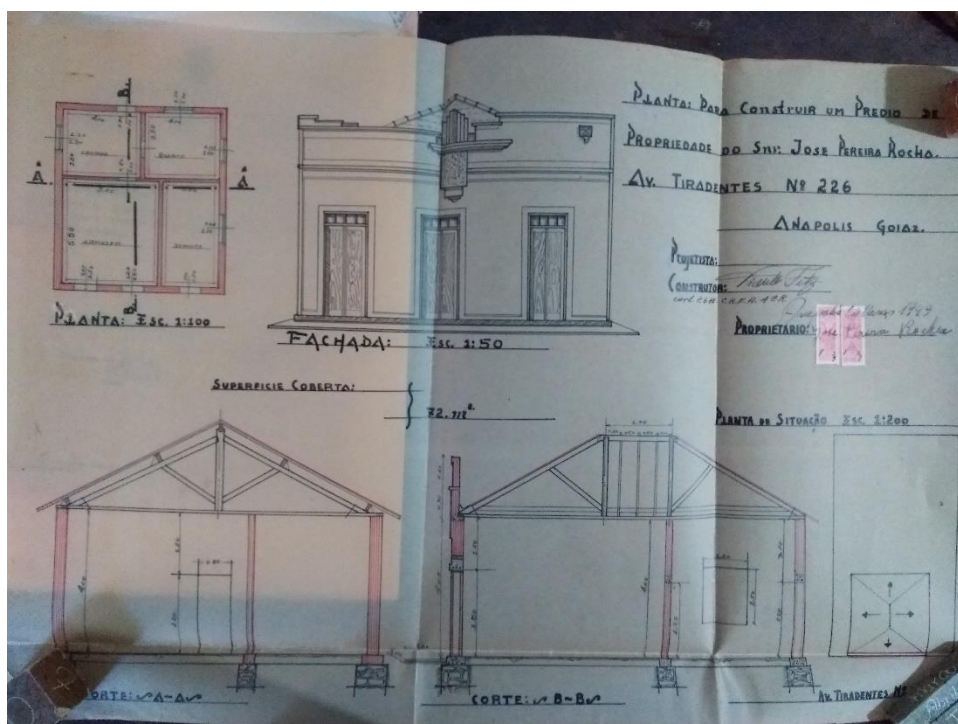


Figura 35- residência do senhor Jose Pereira Rocha - Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

A 3ª zona mostrou-se como uma alternativa de permanência e produção arquitetônica mais baratas e com o emprego de técnicas e materiais menos sofisticados, o cotidiano da cidade que se alterava de forma acelerada encontrou nessa região uma maneira de manutenção de outros grupos sociais, como os trabalhadores, imigrantes e pessoas em busca de novas oportunidades de vida.

Na figura 36, temos marcado em branco a concentração das 1ª e 2ª zonas que correspondem ao centro da cidade, onde se desenvolveram grande parte das obras públicas e construções privadas entre as décadas de 1930 e 1940. Mas, conseguimos perceber que a partir da década de 1940 outras áreas foram sendo incorporadas - chamadas de 3ª zona – o que incluiria os bairros de Santa Terezinha, além de casas ao longo da avenida Tiradentes que formariam novos bairros, e o bairro Jundiá ao fundo da imagem cujas construções não haviam se iniciado.

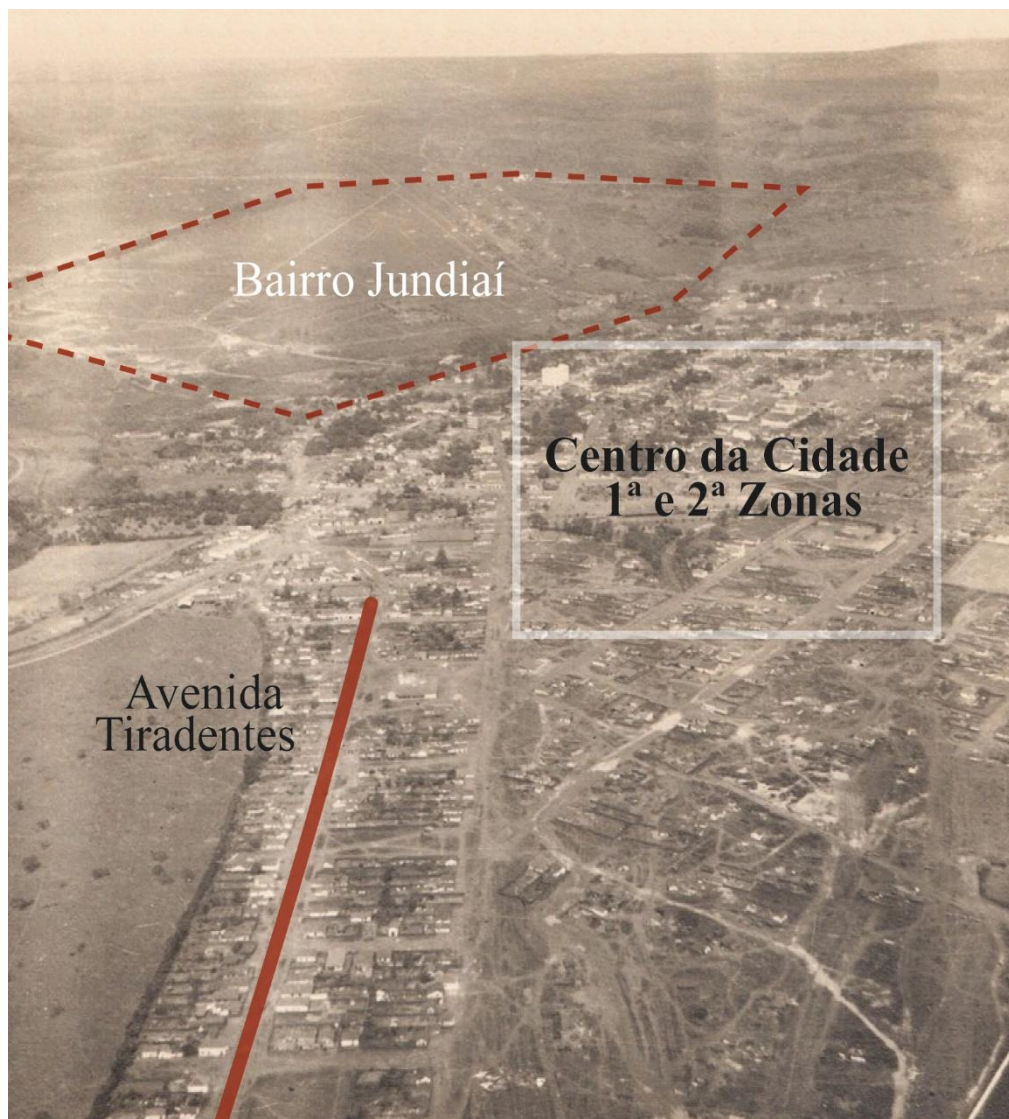


Figura 36- Fotografia área de Anápolis década de 1940. Centro da cidade 1ª e 2ª zonas, destaque para a criação do bairro Jundiaí. Fonte: Museu histórico de Anápolis, editado pelo autor- ano 2018.

O bairro Jundiaí havia sido projetado pelo urbanista João Alves de Toledo³¹ em 1930, o urbanista havia pensado em um bairro jardim inspirado na nova capital Goiânia, as residências começaram a ser construídas na segunda metade da década de 1940.

O bairro tem notadamente a influência da concepção das cidades jardim, a exemplo das cidades de Letchworth (1904) e Wellin (1924). A presença da vegetação entre nas vias internas, consideradas como praças, remete-se à ideia bucólica de vida no campo, sem conter no desenho das características de todas as vias sinuosas e orgânicas. (VARGAS, 2015, p. 56)

³¹ Ver em Pantaleão, S. C., Manso, C. A. F., Pereira, P. H. M., & Silva, D. J. da. (2014). Anápolis e os exemplares habitacionais de caráter modernista. URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade.

O modelo de bairro jardim foi elaborado no bairro do Setor Sul em Goiânia, as casas residenciais voltadas para áreas verdes e separação entre avenidas movimentadas e das ruas de residências, preservação das áreas verdes, a construção de uma praça principal que convergia todo o bairro e a construção de uma avenida que ligava ao centro de Goiânia.

O bairro Jundiaí, em Anápolis, buscou esses elementos para a sua elaboração, houve a criação de avenidas que ligavam o centro da cidade ao bairro, preservação de áreas verdes e praças, separação entre residências e comércio e a construção de obras públicas que dinamizavam a região, como o crescimento da cidade era preciso organizar novas áreas e o bairro Jundiaí mostrou-se uma alternativa ao poder público para atender a necessidade de novas residências e o aumento do comércio da cidade.

É interessante observar que as principais avenidas, com gabarito de 25 metros de largura, formam uma perspectiva que se direciona à uma Praça Principal. Em comparação com a cidade de Goiânia, planejada também sob concepções clássicas adaptadas à critérios modernos, percebe-se que o bairro em si, trazia uma proposta clara de distinção à cidade antiga, com suas vielas e ruas apertadas. (VARGAS, 2015, p. 58)

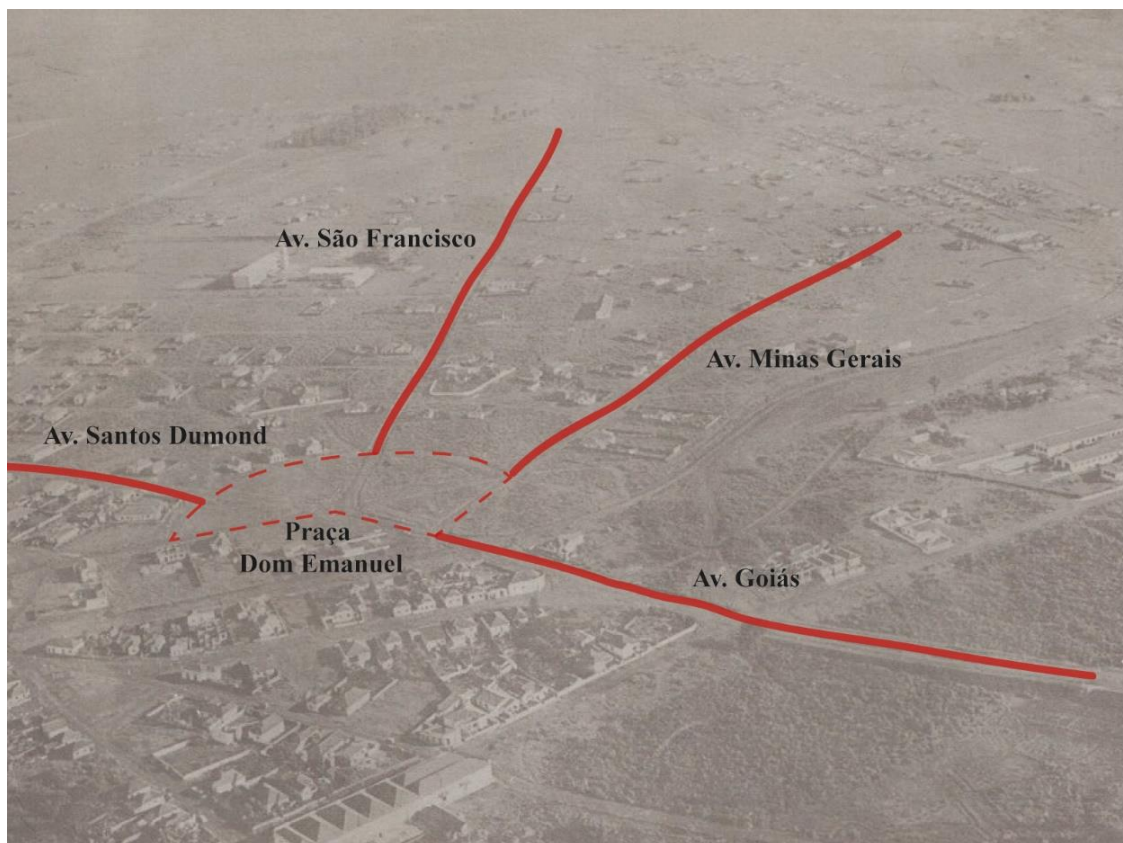


Figura 37- fotografia área do bairro Jundiá e suas principais avenidas. Fonte: Museu histórico de Anápolis, editado pelo autor- ano 2018.

Na figura 37, vemos a ligação da avenida Goiás ao centro da cidade e como o bairro foi sendo organizado em áreas que ligavam as avenidas principais como a avenida São Francisco, avenida Minas Gerais e Santos Dumont, todas se integram à praça Dom Emanuel. Esse projeto mudava a dinâmica da cidade, as avenidas eram mais largas e diferenciavam-se do centro de Anápolis, que possuía ruas estreitas e de difícil reforma urbana.

Outra característica que começa a ganhar espaço no bairro Jundiá é que suas residências começaram a apresentar casas em estilo modernista, algo que trataremos melhor no próximo capítulo, a partir da década de 1950, a Revista *Cinquentenária*, mostra estabelecimentos que começaram a funcionar neste local, como o Colégio Senai, que teve seu terreno doado pela Sociedade Imobiliária de Anápolis, em 9 de março de 1951.

O bairro Jundiá é um símbolo da relação de proximidade entre os profissionais de Goiânia e Anápolis, no ano de 1951 o topógrafo Ewald Janssen, alemão e residente na capital, Goiânia, foi solicitado para o levantamento e organização dos loteamentos para a ampliação de 14 alqueires do bairro Jundiá. Ewald Janssen foi um dos responsáveis técnicos da elaboração do setor Sul em Goiânia. Segundo o documento 2018.03.0199, do

arquivo Janssen, temos o contrato de serviço solicitado à Sociedade Imobiliária Goiana Limitada. Entre os serviços que a empresa deveria executar, estavam o levantamento de dados de todas as plantas de lotes do bairro Jundiá, a organização do loteamento, para atender as exigências municipais da Lei Nº 58 de 1937, onde a análise topográfica deveria atender as normas do município.

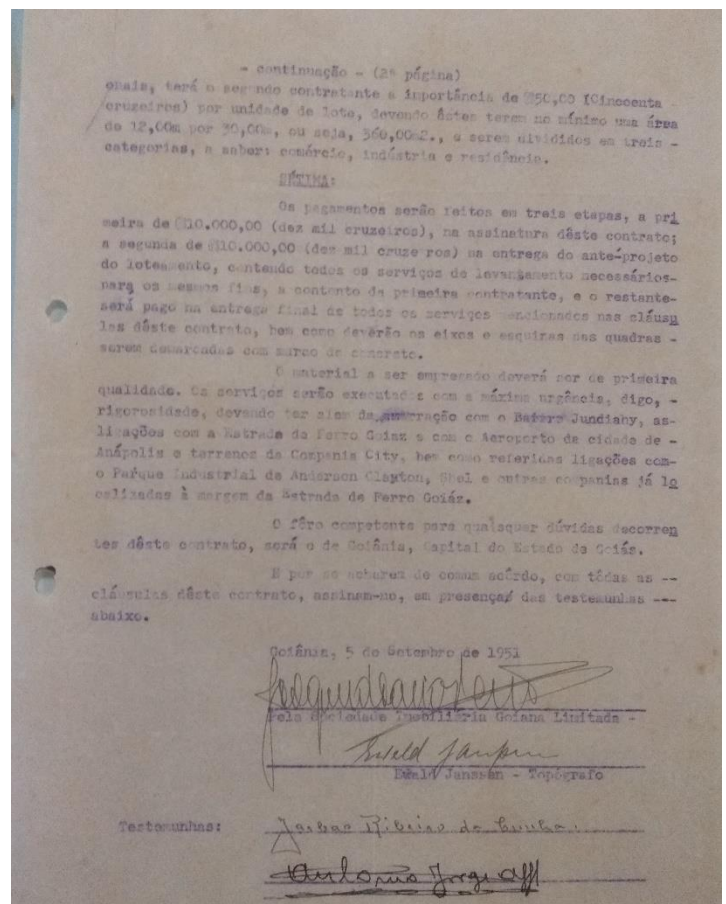
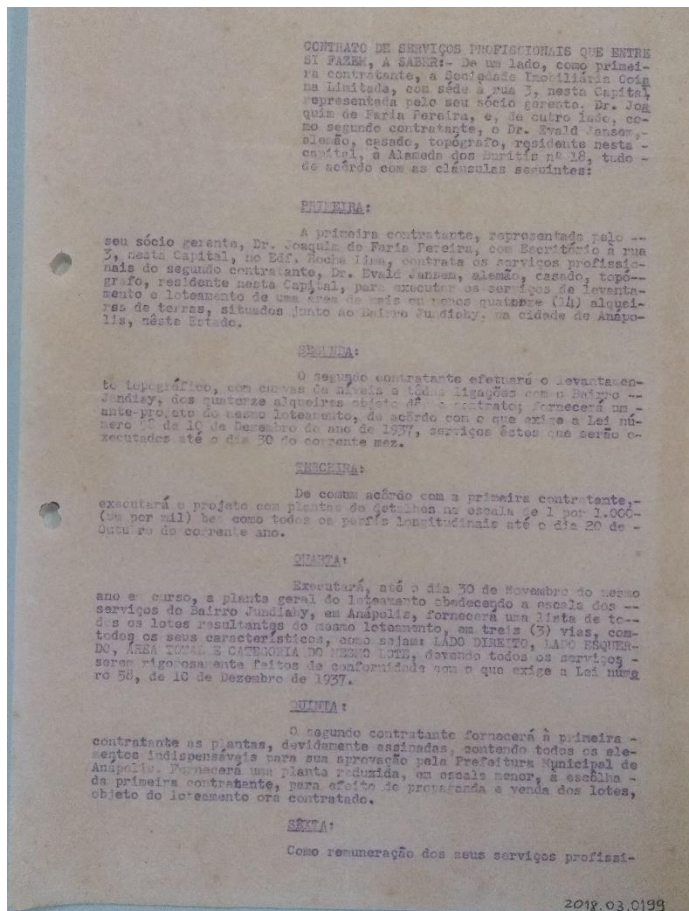


Figura 38- Folhas 1 e 2 do Contrato de prestação de serviço entre a prefeitura de Anápolis e o topógrafo Ewald Janssen – 1952 – Fonte: Arquivo Janssen. 2019

Podemos perceber que a proximidade entre Goiânia e Anápolis ia além das relações políticas e econômicas, havia naquele período uma comunicação entre outras áreas, como a parte de saberes técnicos, alguns profissionais puderam atuar no território anapolino e goianiense. Além disso, a cidade e outros grupos sociais puderam manter-se na urbe, contribuindo para uma multiplicidade de culturas e classes com a criação e expansão da 3ª zona e de novos bairros.

A cidade não é um projeto heterogêneo em que todas as formas podem e são produzidas, o modelo de sociedade ideal, pensada e projetada, não é o resultado de cidade

edificada e pronta. Como Harvey (2003, p.13) fala-nos, para que isso ocorresse seria preciso a destruição das bases culturais anteriores, o que no caso de Anápolis não é possível. Nesse sentido, os projetos que não foram executados podem mostrar-nos o caminho para o ideal imaginado de cidade, cuja execução não foi possível por bases culturais, econômicas, sociais, técnicas.

2.5 – A cidade desejada e a cidade realizada.

As cidades e a suas sociedades sempre buscaram ampliar-se e/ou melhorar as relações dos seus habitantes com o espaço, contudo, nem sempre os interesses convergem-se com as demandas da sociedade. Determinadas construções públicas e/ou privadas acabam gerando descontentamento em seus moradores, criando zonas de conflitos ou desentendimentos e por diversos motivos algumas obras não são realizadas, impedidas ou não executadas pelos seus agentes.

Anápolis em seu curso da história, não havia sido planejada como outras localidades como Goiânia e Brasília, ela, como a maioria das cidades brasileiras, formou-se com uma capela e pequenas casas que ao passar do tempo foi crescendo. Dessa forma, não houve um planejamento efetivo por parte do poder público de como a cidade iria crescer e que estilo arquitetônico a cidade construiria.

A partir da década de 1930 a prefeitura, por meio de decretos, começou a traçar formas de crescimento da cidade em que os padrões modernos comesçassem a fazer parte do cotidiano da população, todavia alguns projetos não conseguiram ser executados, sejam por questões financeiras, técnicas, ou culturais da cidade.

Neste tópico, trataremos de alguns projetos que foram engavetados pelo poder público, projetos que são maneiras pensadas por indivíduos de uma sociedade para aquele espaço e que viram possibilidades nestes ambientes e mostram um imaginário social para aquela cidade e espaço, que, por algum motivo foram negados. A própria ideia de negação é um fator de entendimento dessa sociedade.

Os projetos que não foram aceitos ou não executados dão a dimensão de uma sociedade e como ela foi se estruturando, as reformas, as demolições, as construções,

todos esses aspectos são fatores que contribuem para vislumbrar os caminhos que aquela sociedade procurou traçar. As afirmativas e as negativas são fórmulas que chegam ao resultado dessa sociedade e aos historiadores, ao olharem esses projetos de gaveta, projetos que foram negados e engavetados permitem perceber o tecido social urbano que foi sendo desenhado.

Muitas vezes, pouca importância é atribuída aos chamados projetos de gavetas, quais sejam, aqueles que desenhos ou desígnios de cidade que não se tornaram realidade, foram depositados nos arquivos mortos e assim destinados ao esquecimento por sua inexecutabilidade; sendo assim instigante refletir sobre os motivos que levaram esses projetos às gavetas dos arquivos. (DIÊGOLI, 2000, p.35-36)

Esses projetos podem ter diversos fatores que impediram sua execução, seja por não estarem de acordo com os desejos de estética da cidade, seja por serem polêmicos ou por não terem as condições financeiras de serem executados. É preciso olhar com atenção pois algumas construções poderiam interferir nos projetos de modernização ou embelezamento da cidade.

Algumas obras poderiam não atender os ideais políticos ou culturais dessa sociedade e por essas razões não foram executados, mas nem todos os projetos são elaborados para serem realizados, como afirma Diêgoli (2000), os projetos de gavetas, são uma fonte importante de pesquisa, pois exprimem uma consciência de cidade e obras, ou seja, mesmo não sendo executados podem mostrar-nos diversos fatores que impossibilitaram a sua execução.

Em Anápolis, por exemplo, não encontramos nenhum registro de concursos públicos para a contratação de projetos de arquitetura, todos os projetos eram analisados pelos auditores da prefeitura que os aceitavam ou negavam.

Anápolis foi uma cidade de grande importância para a construção de Goiânia, enviando mão-de-obra, materiais para as obras, segundo Silva (1997, p.10) o Governador do Estado Pedro Ludovico Teixeira havia enviado fiscais para as prefeituras para que fossem enviados montantes dos impostos municipais para a construção de Goiânia, isso gerou na cidade um atraso nas obras.

Ao longo dos anos de 1930 até 1945, houve um grande sentimento de repulsa, segundo o jornal O Anápolis (08.11.1945), com a crise do governo de Pedro Ludovico e do Estado Novo e a com a construção da nova capital do Estado, principalmente quanto aos recursos municipais que eram destinados a construção da nova capital, antes vista

com grande entusiasmo a cidade de Goiânia, começou-se a despertar a aversão dos habitantes de Anápolis.

A cidade durante esse período passou por uma grave crise financeira que não possibilitava o seu crescimento e a execução de obras públicas pelo poder municipal, já que as arrecadações dos impostos eram destinadas ao Estado de Goiás. Esse é um dos principais fatores que nos mostram como a urbe, mesmo com poder econômico para o seu desenvolvimento teve o seu processo de crescimento interrompido e é um dos caminhos que nos mostram alguns problemas que o município apresentava.

Primeiro com a professora Haydee Jaime, segundo com o advogado Dr. João Asmar, ambos me colocaram que a partir da construção de Goiânia as rendas do município eram remetidas ao Estado por exigência do Interventor Pedro Ludovico Teixeira, com isso os cofres da prefeitura ficavam vazios impossibilitando o trabalho dos prefeitos, o que teria gerado inicialmente a revolta dos prefeitos que eram pressionados pelos moradores para melhoria da cidade. Daí a renúncia de alguns. Por outro lado, o próprio Adhayl Lourenço, que foi prefeito nomeado em 1947, nos coloca que com a implantação do Estado Novo, a cidade e suas lideranças passaram a fazer oposição ao interventor Pedro Ludovico. (SILVA, 1997, p. 27)

Um fator que alterou bastante os projetos e as execuções na cidade de Anápolis, principalmente na década de 1940 foi a instabilidade política, que teve durante esse período o total de oito prefeitos nomeados pelo interventor do Estado, alguns políticos tinham grande responsabilidade com o desenvolvimento da cidade e do Estado. Em 12 de julho de 1940, o engenheiro civil Manoel Demóstenes Siqueira teve uma participação ativa na construção de Goiânia, durante a sua gestão como prefeito de Anápolis procurou estabelecer na prefeitura uma política de controle de higiene e epidemias, os processos analisados, sempre deveriam estar em conformidade com as leis de saúde e higiene da cidade.

Em 1943, assumiu o novo prefeito da cidade Joaquim Câmara Filho, que havia ocupado o cargo de Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado de Goiás, este prefeito também possuía uma ligação direta com Goiânia e durante a sua gestão não encontramos muitos processos negados pela prefeitura e execução de obras. Esse fator merece importante destaque, os governos federais e estaduais já apresentavam uma grave crise política que refletiu nas decisões do prefeito Câmara Filho, que por meio de um pedido de crédito suplementar tentou melhorar as condições da cidade e amenizar a insatisfação da população.

No dia 17 de maio de 1944, o prefeito Joaquim Câmara Filho solicita, junto ao Conselho Administrativo do Estado, um projeto de decreto de lei: um crédito especial para ajudar a prefeitura em obras públicas no valor de CR\$ 120.000,00 para construções e reformas, no documento a prefeitura justifica uma crise nos recursos, o documento foi encaminhado para o presidente do conselho administrativo.

A prefeitura desejava construir diversas obras públicas para continuar o projeto de modernização do espaço urbano, que havia se iniciado na década de 1930, porém, com a construção de Goiânia esse projeto fora interrompido durante a gestão do governador Pedro Ludovico Teixeira de 1930 até 1945 que definiu a transferência de todas as verbas para a construção da nova capital, os recursos eram limitados e impossibilitou maior atuação do poder municipal gerando na população anapolina uma insatisfação com as gestões tanto do poder estadual e municipal. A justificativa do documento era:

Este município com a faze que atravessa de grandes realizações, como sejam instalações de desgosto sanitários, abastecimento d'água e calçamento da sua séde ao par de outros melhoramentos como arborização de suas ruas e ajardinagem de suas praças, necessita de uma (SIC) verba própria, como suponho, destinada à propaganda desses empreendimentos como sobretudo, da produção e das possibilidades de Anápolis de atrair emigrantes a povoar o nosso solo e a trabalhar pela nossa crescente grandeza. (Processo Nº191/44, 1944, p.03)

O documento tinha uma clara preocupação em atrair novos investimentos na cidade, atraindo novos imigrantes. Anápolis possuía uma população estimada de 52 mil habitantes naquele ano de 1944, com a finalidade de apresentar uma cidade mais moderna, com áreas de campo, arborizada, com pontos de encontro para os seus moradores e visitantes, numa tentativa de impulsionar a cidade para um modelo urbano-moderno. Outra justificativa que o documento apresentou foi o 1º Congresso Econômico do Oeste que aconteceria em Goiânia, o pedido de crédito era aproveitar o evento e promover uma propaganda e atrair mais investidores na cidade, além de reforçar junto ao governador Pedro Ludovico a relação política com o prefeito Joaquim Câmara Filho.

O 1º Congresso Econômico do Oeste a ser levado a efeito este ano, nessa Capital, e por cuja, realização tanto tem se batido esta prefeitura, e por si só, justifica a abertura de crédito para a divulgação e propaganda do município de Anápolis, pois, é um certame de que Goiás muito vai lucrar com a sua realização.

Demais, Anápolis, com a sua propaganda tem procurado salientar, antes de tudo o grande plano de realizações que o interventor Pedro Ludovico está executando em Anápolis, por intermédio da atual administração

municipal e das quais se destacam, com grande vulto, os já referidos serviços de esgoto sanitários, abastecimento d'água e calçamento da cidade. (Processo Nº191/44, 1944, p.03)

A abertura do crédito além de promover a divulgação da cidade, contava com auxílio para ajudar “indigentes”³², pessoas com problemas financeiros graves, tinha como objetivo a compra de mantimentos e remédios para a cidade. O decreto tinha a intenção de reforma dos serviços administrativos, com a contratação de um técnico e a compra de materiais permanentes a prefeitura justificava que havia um plano a ser traçado, mas não apresentou esse planejamento e serviços a serem realizados.

O crédito também deveria reformar e modificar o aspecto da Praça da Bandeira, com a contratação da Companhia Serviços de Engenharia, a construção e a jardinagem da praça onde ficava o fórum, segundo a prefeitura, a reforma e cuidados da praça eram de responsabilidade do município, porém o crédito era necessário afim de garantir a manutenção dos recursos para os serviços essenciais, o projeto de revitalização traria a Anápolis diversos benefícios estéticos, que agregariam valor ao seu espaço.

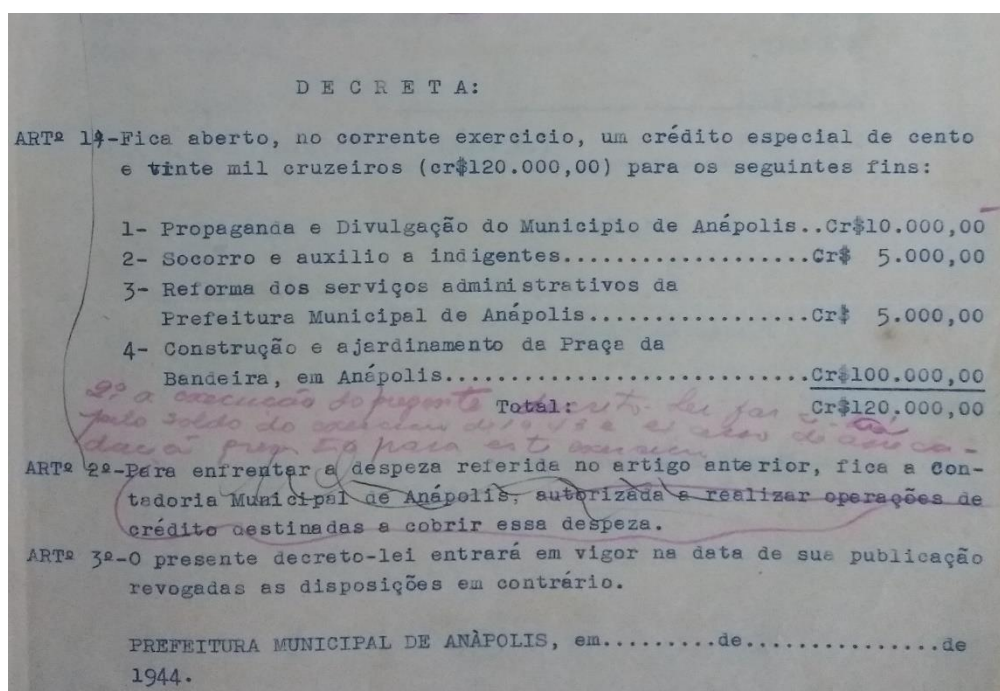


Figura 39- Processo de Nº191/44. Fonte: arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

³² O Termo foi reproduzido conforme o processo de Nº191/44, p.04.

Decreta:

Art1º: Fica aberto, no corrente exercício, um crédito especial de cento e vinte mil cruzeiros (cr\$120.000,00) para os seguintes fins:

1- Propaganda e divulgação do município de Anápolis.. cr\$10.000,00

2- Socorro e auxílio a indigentes.....cr\$5.000,00

3- Reforma dos serviços administrativos da prefeitura municipal de Anápolis.. cr\$5.000,00

4- Construção e ajardinamento da Praça da Bandeira, em Anápolis.....cr\$100.000,00

Total: cr\$120.000,00

Art 2º Para enfrentar a despesa referida no artigo anterior, fica a contadoria municipal de Anápolis, autorizada a realizar operações de crédito destinadas a cobrir essa despesa.

Art3º O presente decreto de lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de Anápolis, emde.....de 1944. (Processo de Nº191/44 p.04)

O documento foi enviado ao Departamento de Municipalidades, que era chefiado naquele período pelo diretor Abel Soares de Castro, como parecer técnico verificou irregularidades no processo, como a falta de comprovação de déficits orçamentários da prefeitura, parecer técnico para a construção da Praça da Bandeira e a reforma dos serviços administrativos, sendo enviado novamente para a prefeitura, o único item que foi validado foi a verba para a propaganda da cidade.

Quanto à despesas com propaganda e divulgação do município, ao nosso modo de ver, se justifica perfeitamente ao passo que a 2ª, isto é, socorro e auxílio a indigentes, contando a municipalidade com verba no orçamento (8.29.4 assistência a indigentes) cremos que não cabe, neste caso, abertura de crédito especial, porém basta para tal a suplementação da referida verba se já esgotada. Nas mesmas circunstâncias se encontra a 3ª despesa a qual, como se vê de exposição de motivo, decorre de falta de material para expediente e material permanente, uma vez que há verba para este fim 8.07.2 e 8.07.3.

No tocante à 4ª despesa, ou seja, a que se refere à construção e ajardinagem da Praça da Bandeira, asseguramos que a municipalidade, não obstante o vulto de quantia, deixou de anexar no presente processo, a documentação necessária ao estudo da matéria. Com efeito apenas

diz, na exposição justificativa de fls. que aquela prefeitura, com a aprovação da Interventoria Federal, que acaba de contratar com a CIA. Serviços de Engenharia a construção e ajardinagem da Praça da Bandeira etc, sem fazer justar, como dissemos, os documentos imprescindíveis ao estudo do processo tal como a cópia do edital sobre a concorrência pública bem como a minuta do contrato firmado com a citada firma. (Processo N 191/44, parecer N° 372, em 16/06/1944, p. 07-08)

Um dos motivos do primeiro item de propaganda e divulgação da cidade, ter sido aprovado, que no ano de 1940 o governo de Getúlio Vargas, havia criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o governo do Pedro Ludovico aprovava amplamente a divulgação dos feitos em Goiás, as propagandas³³ sobre Anápolis eram divulgadas pelo governo estadual, nos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, para atrair colonos e imigrantes que desejavam investir no interior do Brasil.

O processo foi reenviado a prefeitura para solucionar as devidas irregularidades, porém não houve a comprovação da necessidade da verba, o Conselho Administrativo, apenas sancionou a o valor de CR\$ 15.000,00 para a divulgação da cidade em livros, impressos e propaganda, o maior valor de CR\$ 100.000,00 para a construção da Praça da Bandeira, não foi executado, gerando na administração pública um desconforto com a população de Anápolis, que desejava a construção da Praça como uma forma de lazer e melhoramento estético e moderno na cidade.

O que podemos pensar desse projeto que não foi executado, é o desejo de realização, o discurso urbano que a cidade havia construído, o de uma cidade moderna, mas que não conseguia alcançar determinados objetivos e obras e, que aos poucos, foram sendo associados à construção de Goiânia, pela limitação de verbas, envio de mão-de-obra e materiais, criando em seus moradores um imaginário negativo da nova capital.

Mas, mesmo no caso do discurso urbanista, é preciso relativizar a praticidade: esse “produtor do espaço” por excelência também opera no nível do imaginário, inscrevendo o seu sonho na projeção de uma cidade desejada. Por outro lado, há também que considerar que os projetos não são feitos todos para serem realizados... Não se trata de realizar o que se poderia chamar uma “história de fracassos”, ou de projetos que não deram certo, mas é preciso entendê-los como estratégias discursivas para *maîtriser* a realidade. (PESAVENTO, 1999, p.54)

³³ Ver em: O INTERIOR E SUA IMPORTÂNCIA NO PROJETO CENTRALIZADOR DO BRASIL: ANÁPOLIS ANOS 20-30: Dissertação de Mestrado defendida em 1997, autor: SILVA, Júlia Bueno de Moraes. UFG. <https://pos.historia.ufg.br/n/20640-1997-silva-julia>.

O que devemos compreender é que esses projetos, mesmo que não executados, trazem em si discursos e ideias quanto à ideia de cidade, elas trazem as ideias de uma cidade que é pensada, planejada e que por diversos motivos não se concretizam, e ainda refletem em suas cadeias discursivas. Em alguns casos, o discurso ganha mais corpo pela ideia do que pela realidade, e há situações em que o espaço é projetado pela ótica do discurso e não pela materialidade do objeto.

A propaganda, os jornais são uma forma de se construir uma imagem pela narrativa discursiva, em que de fato o concreto não reflete o real. Anápolis precisou negociar a sua modernização, como exemplo, o seu centro, que diferentemente de Paris e Rio de Janeiro - que tiveram um projeto autoritário de demolições e alargamentos de suas avenidas e ruas - a cidade de forma menos violenta passou a agregar outros locais em que o seu discurso pode se reverberar, manteve a forma narrativa de uma cidade que cresce e se organiza de maneira orgânica e moderna, em que os conflitos, poderiam ser negados.

Paris, como afirma Pesavento (1999, p.56), mesmo com a agregação de novos bairros, avenidas, expansão da cidade entre os sentidos oeste e norte, precisou de uma “reconquista” do seu centro. Quanto a Anápolis, podemos pensar que passou por essa “reconquista”, mesmo ampliando a 3ª zona e a criação do bairro Jundiá como novas zonas de expansão de uma cidade moderna, o centro precisou dessa reformulação, com a construção de novos espaços, e no caso, a Praça da Bandeira é a reconquista dessas ideias, que precisam ganhar materialidade.

A crise do Estado Novo de Getúlio Vargas, foi um fator comemorado na cidade de Anápolis, segundo Polonial (2007, p.52), a imagem do presidente estava associada ao fascismo, e o jornal *O Anápolis* noticiou a queda do presidente com alegria, refletindo no desgaste do governador Pedro Ludovico que havia chegado em Goiás como o salvador, o novo Anhangüera, porém a população de Anápolis, já via a sua política como um fator que limitava o crescimento da cidade, além do repasse de investimentos para Goiânia que não agradava os políticos da cidade.

A negativa de ajuda orçamentária para o município, associada à queda dos governos federais e estaduais, criaram uma crise política para o prefeito Joaquim Câmara Filho que renunciou ao cargo: “com a desagregação da estrutura política do Estado Novo, o prefeito não suportou a forte pressão política dos opositores e renunciou ao mandato” (FREITAS,1995 p.92), mesmo com o prestígio em queda, Pedro Ludovico conseguiu

indicar o último interventor para Anápolis, Graciano Antonio da Silva, no entanto, era um líder regional da própria cidade de Anápolis, que assumiu em 26 de março de 1945.

A instabilidade de seu governo e a possibilidade de Pedro Ludovico enviar soldados contra as lideranças anapolinas forçaram o novo prefeito a renunciar em outubro, segundo o Jornal *O Anápolis* (08.11.1945), Pedro Ludovico Teixeira ameaçou enviar 50 jagunços para acabar com a revolta política que havia na cidade. Segundo Polonial (2007, p. 53), o movimento político da cidade passou a não aceitar as intervenções na prefeitura, isto é, um grupo de oposição ao governo estadual.

Mesmo com as propagandas, a instabilidade política refletiu em algumas construções e investimentos de capitais privados, outro projeto não realizado, desenhado pelo escritório Sociedade Constructora Minas Moderna Ltda, com sede em Belo Horizonte, foi a construção do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, o processo de N° 726 na data de 24 de abril de 1945, em meio as turbulências políticas do país, estado e município.

O banco seria construído na rua 15 de dezembro, local em que seria derrubada uma residência e construída a sede da agência, o arquiteto João Boltshauser³⁴, que foi responsável em 1930 que criação e organização da escola de arquitetura de Belo Horizonte, e posteriormente a Faculdade de arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, primeira escola autônoma de arquitetura do Brasil, que não nasce nem no âmbito das Academias de Belas Artes nem das escolas politécnicas.

João Boltshauser, foi responsável pela criação da disciplina analítica em que se estudavam os estilos arquitetônicos, sempre na busca de estruturar uma ordem de observação dos elementos em que o edifício seria construído, como o social e o físico, o estilo de sua arquitetura era voltado para estilos mais antigos como o gótico, mas sempre buscava aproximar-se dos estilos modernos, que ganhavam espaço no país a partir da década de 1940 e 1950, também foi escritor de uma obra de seis volumes sobre a *História da Arquitetura*, entre 1963 e 1972.

O projeto apresentado na cidade de Anápolis foi aprovado pela prefeitura mesmo tendo um estilo arquitetônico diferente dos projetos modernos que a cidade, ao longo dos anos vinha executando. Por alguma razão, que não desejamos afirmar com toda a certeza, não foi executado, pensamos como possibilidade, a instabilidade política da época, ou

³⁴ Barci Castriota, Leonardo, Os alvos da história da arquitetura: João Boltshauser e Sylvio de Vasconcellos. *Arquiteturarevista* [en línea] 2013, 9 (Julio-Diciembre): [Ficha de consulta: 7 de junho de 2019] disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193630143002> ISSN **1808-5741**

uma decisão do banco em não ampliar a filial devido à crise econômica municipal, ou uma crítica do próprio Boltshauser, que poderia não ver na cidade de Anápolis um local cuja arquitetura teria uma relação sociocultural, como o próprio arquiteto expressava com o que ele chamava de “arquitetura analítica”, em sua obra *História da Arquitetura*.

Segundo Boltshauser (1967), a arquitetura deveria acompanhar a história, e os desenhos dos edifícios deveriam responder ao estilo em que a cidade se encontrava historicamente, no caso das igrejas da cidade de Belo Horizonte que possuíam elementos construtivos inerentes ao seu tempo, ele buscava respeitar os estilos que as cidades construíam ao longo do tempo e qual a finalidade dessas obras. Ele traçou a urbanização brasileira como um processo de alterações de estilos e que a cada tempo o eram alterados conforme as formas de ver a cidade. Suas conclusões apontam para três fases de “implantação de núcleos habitados”, a primeira: tipo de urbanização irregular, a segunda: tipo de organização regular e a terceira: tipo de urbanização racional e complexa.

A urbanização brasileira estaria situada no primeiro caso e somente no século XIX é que apareceriam soluções do segundo tipo. O terceiro tipo apareceria somente no século XX, como consequência da introdução dos princípios da cidade-jardim. Ao lado do mérito de buscar uma explicação de conjunto, suas limitações estão na profundidade e abordagens adotadas: por exemplo, a análise das cidades por funções (militar, administrativa, extração e exploração, comercial ou de transporte, industrial), a abordagem da cidade como um organismo vivo ou uma visão evolutiva de derivação biológica (“o urbanista é o médico das cidades”). (MEDRANO, 2009, p.270)

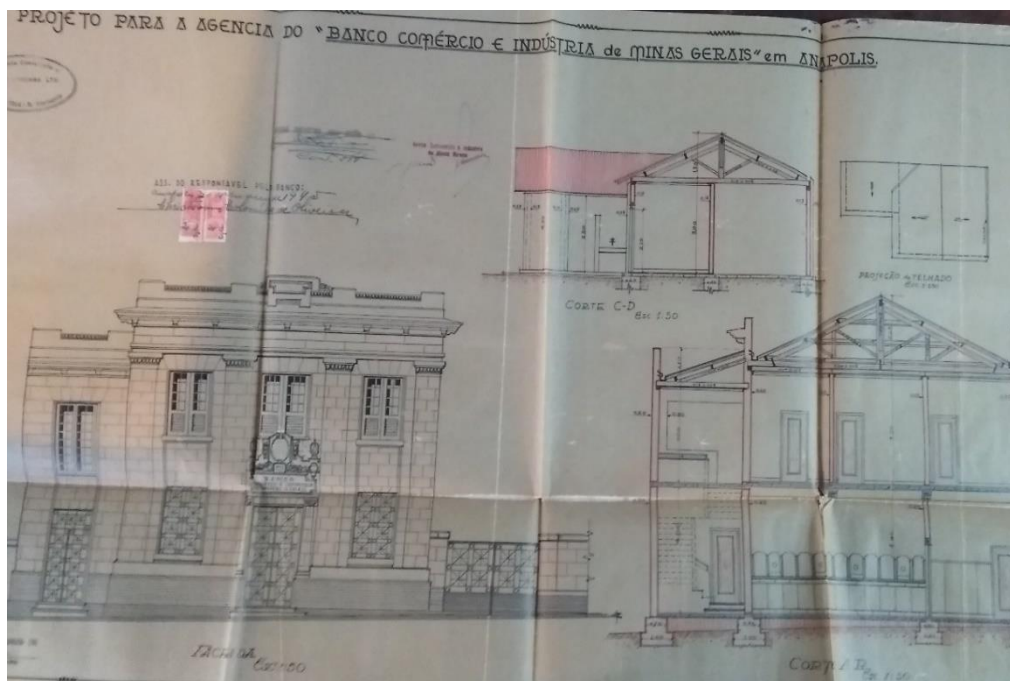


Figura 40 -Planta do edifício Banco Comercio e indústria de Minas Gerais –arquivo de obras públicas e planejamento urbano de Anápolis – 2018.

Quando analisamos a planta do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, que seria construído em Anápolis, vemos que o estilo era eclético, com elementos mais clássicos, como já comentado, a cidade possuía edifícios e casas em estilo Art Déco. Entretanto, começavam a aparecer os estilos modernistas, como o próprio João Boltshauser expressava, “é preciso respeitar os estilos e as formas de construções da cidade”, esse pode ter sido um dos motivos da não execução da obra, o estilo que ele havia planejado não atendia mais as formas e o projeto de modernidade que a cidade vinha buscando, e como o crítico pode ter achado por bem não a executar, mesmo com a aprovação da prefeitura, o prédio não foi executado.

A cidade de Anápolis na busca por criar uma cidade moderna, também apresentou alguns casos em que a cultura urbana moderna não era bem vista pelo poder público ou por seus habitantes e buscaram conter determinados avanços em sua identidade, então elegeram alguns elementos que não seriam bem vistos pela sociedade, no caso, a abertura de estabelecimentos que iriam contra a ordem pública, como bares, casas de jogos e prostíbulos.

No processo de Nº 815/1943, o solicitante Benjamin Alexandre Filho, solicitou a prefeitura o alvará de licença para a abertura de um estabelecimento de bar e sinuca, uma novidade social e de lazer para a cidade, representava naquele momento uma alteração de

comportamentos, contudo, a prefeitura negou o pedido de abertura do empreendimento por considerar que o comércio possuía risco de falência e não agregava valor comercial a cidade, não havendo nenhuma outra justificativa a prefeitura rejeitou o alvará no local em que foi solicitado, que era na rua Antônio Carlos Nº 34, no centro da cidade.

Benjamin Alexandre Filho, abaixo assinado, respeitosamente quer a V.Excia. reconsideração do seu despacho dado a um requerimento no qual pedia licença para abrirum bar e snoocker à Rua Antonio Carlos, na casa Nº 34, ponderando a V.Excia. dentre outras causas a seguintes: I. Que o seu requerimento acima citado foi indeferido em virtude de estar o prédio onde vai ser aberto o estabelecimento condenado, por decreto da prefeitura.

II. Que o requerente, conforme faz verdade os inclusos documentos dos quais, alias, pede devolução posteriormente havia assumido vultuosos compromissos, contando para solve-los, unicamente com o movimento do estabelecimento.

III. Que todos esses compromissos foram assumidos anteriormente à condenação do prédio em apreço e a intransigência nesse particular, por parte dessa prefeitura pode redundar em desastre financeiro para o requerente.

IV. Que se a medida da prefeitura é francamente aplausível, por um outro lado, e digna do apoio de todo cidadão progressista e evoluído, porquanto visa unicamente a modernização da cidade; por outro lado não tem o objetivo de prejudicar ninguém. (PROCESSO, Nº815/1944, p.01)

O requerente Benjamin Alexandre Filho, justifica que o estabelecimento não quer alterar a ordem da cidade e os costumes, ou trazer desconforto aos habitantes, mas que todos os cidadãos mais modernos e que veem na cidade um futuro progressista e moderno, concordam com a abertura do local e que a justificativa da prefeitura não é plausível com a cidade que desejava se modernizar. A prefeitura, em seu despacho final, justifica que o solicitando havia pago todas as suas obrigações, e que este caso era especial naquela municipalidade, porém o decreto de funcionamento teria um prazo improrrogável de três meses sendo que ao fim desse prazo, o estabelecimento deveria ser transferido para outro local.

Nesse processo fica claro que mesmo com a ideia de uma cidade progressista e moderna, determinados setores da sociedade não estavam de acordo com rupturas na ordem social e cultural, isso incluiu o imaginário social de modernidade da própria prefeitura, que se mantinha voltada para o crescimento estrutural da municipalidade, mas que determinados comportamentos seriam reprimidos pela identidade latente dos habitantes e que algumas mudanças não seriam bem-vindas.

2.6 – O silêncio dos documentos.

A década de 1940 até 1950, foi um período de grandes alterações na cidade, principalmente na área política, houve grandes transformações no tecido urbano em decorrência da chegada de vários imigrantes e de novos materiais para a cidade via férrea, a modernidade passou a ser edificada pelo setor privado em lojas, casas, bancos, armazéns, bairros, os quais encontraram em Anápolis um espaço para o seu crescimento financeiro.

Quando analisados os documentos do arquivo municipal da prefeitura, eles mostravam-se limitados em fornecer maiores informações sobre grupos socialmente menos favorecidos. Poderíamos dizer que a 3ª zona pôde abrigar grupos como negros, mestiços e trabalhadores braçais que desempenhavam diversas funções dentro dessa sociedade, porém os documentos se mostram atidos.

Nesse período da cidade, por meio das fotografias, podemos observar que esses grupos existiam e foram registrados pelas imagens fotográficas, as suas moradias foram edificadas. Podemos pensar que parte desse grupo se instalou em chácaras e fazendas ao redor da cidade como a família do Sr. Rozendo Cardoso da Silva (figura 41) ou em áreas mais afastadas do centro da cidade, algo bastante comum para a época. A moradia representada pela imagem mostra-nos uma casa com limitações técnicas e materiais, feita de pau a pique e telhas artesanais, uma residência tipicamente daquela população, antes do processo de modernização e crescimento econômico vivenciado na década de 1930.



Figura 41- fotografia da família do Sr. Rozendo Cardoso da Silva: sem data - Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.

A figura 42, é um registro fotográfico de um grupo de trabalhadores operários que ajudaram e construíram a modernidade da cidade por meio do trabalho e das suas contribuições culturais, como os documentos não trazem essas informações, acreditamos que o recurso imagético nos embasa para essa afirmação.

As cidades são espaços de desigualdades, algo recorrente em grandes centros urbanos brasileiros, e Anápolis não fugiu à regra, o silêncio dos documentos sobre essas informações é um reflexo que podemos perceber sobre a realidade social urbana, a ausência dessas informações podem indicar-nos o caráter e o perfil de sociedade moderna em que a cidade se projetava. Quando analisamos os documentos em que constam informações como local de origem, no caso dos imigrantes, ou a profissão do solicitante, por exemplo médico, advogado ou fazendeiro, podemos entender como isso era proposital e até auxiliava na aprovação dessas obras pelo setor de fiscalização, claro que vimos documentos em que se falavam de profissões menos valorizadas como trabalhadores rurais, domésticas, entre outros, mas estes processos eram mais simples e apresentam uma limite de informações.

Cabe destacar, que seria um caminho para novos trabalhos acadêmicos sobre essas populações, em que os jornais não citam, os documentos não falam, as fotografias pouco

registram, as edificações quase não são examinadas ou documentadas, este trabalho não conseguiu responder a essas questões, mas deixa esse caminho em aberto para outros pesquisadores interessados em contribuir com o campo da história social e urbana.



Figura 42- fotografia dos operários do terminal ferroviário de Anápolis - Fonte: Acervo Iconográfico do Museu Histórico “Alderico Borges de Carvalho”, 2012.

Grandes obras de caráter moderno passaram a pertencer ao cotidiano dos moradores com ajuda dessas populações, que tiveram que se adaptar às alterações da urbe, essa década de 1940 até 1950, vivenciou transformações que muitas vezes não foram bem-vindas, como a intensa interferência do poder estadual, pela figura do governador Pedro Ludovico e os vários prefeitos nomeados.

Os documentos ampliaram mais a percepção de como a construção de Goiânia mudou os rumos da cidade, o efeito da nova capital do estado pode ser mais sentido por Anápolis, principalmente na década de 1940, após a sua edificação. A intensa intervenção do Estado e a limitação da prefeitura para continuar o seu modelo de modernidade pode ser vivenciado mais nessa década, porém a presença de Goiânia não limitou a cidade e o seu projeto de ser uma cidade progressista e moderna.

O Brasil passou a buscar um novo ideal de modernidade e desenvolvimentismo a partir da década de 1950, a construção da nova capital simbolizou o ressurgimento de novos desejos nos cidadãos anapolinos, que passaram a ver a proximidade de Brasília

com bons olhos e oportunidade de crescimento, estabelecendo concretamente o ideal de progresso e modernidade que tanto buscavam.

No próximo capítulo vamos falar sobre a relação entre o nacional-desenvolvimentismo, a contribuição de Anápolis para a construção da nova capital e os impactos dessa construção tão próxima sobre o ideal de modernidade.

Capítulo 3.0 – Anápolis e a relação com a construção de Brasília.

Nesse capítulo temos alguns desafios quanto à construção de uma narrativa sobre os impactos que Brasília pode provocar na cidade, que, como comentado anteriormente, possuía um sentimento de desgaste quanto a construção de outra cidade tão próxima, Goiânia. Neste sentido, Anápolis pode ter experimentado um sentimento de descontentamento quanto a sua vizinha e capital de seu Estado.

Antes de falarmos sobre os impactos que a nova capital do país pode ter provocado em nosso objeto de análise, quero ressaltar alguns fatos quanto ao processo de busca de documentos oficiais, às plantas, os processos urbanos e a grande quantidade de documentos catalogados durante a execução desse terceiro capítulo.

É preciso que antes de começar, atentemo-nos a alguns fatos interessantes quanto à documentação, em princípio tivemos um aumento bem expressivo na quantidade de documentos que a prefeitura de Anápolis produziu entre os anos de 1950 até 1960, que será o recorte temporal deste terceiro capítulo. Foram analisadas vinte caixas de documentos que contavam com plantas de projetos arquitetônicos de diversos tipos de construções como casas, obras públicas, obras de interesses privados, processos de infração contra o poder municipal e processos diversos.

Obras que poderíamos considerar com menor grau de importância, como a construção de um muro residencial, a derrubada de uma parede para a construção de outra e até mesmo as infrações comerciais passaram a ser registradas, o que criou uma extensa documentação histórica que nos enriquece com mais detalhes sobre os processos de transformação que a cidade e o poder executivo passaram a possuir. Dessa forma, não é possível uma tradução literal de todos os documentos, mais como uma amostragem é que temos um panorama desses eventos, que foram “desenhando” os contornos dessa cidade

e dessa sociedade que foi se transformando pelos diversos processos culturais, econômicos e sociais.

Tabela de arquivos fotografados entre 1950 e 1960.

Ano	Caixas	Número de processos
1950	2	0001 – 2.200
1951	1	2.501 – 3.250
1952	3	0001 – 1.486
1953	3	0001 – 2.100
1954	1	0001 – 600
1955	2	601 – 1.600
1956	4	601 – 3.250
1958	1	2.551 – 3.250
1959	1	2.101- 2.300
1960	2	1.100 – 2.400

Quando analisados os números de forma isolada, parece-nos pequena quantidade de arquivos, porém devo deixar explícito que foi analisada e conforme o interesse da pesquisa e o seu desenvolvimento, os arquivos foram limpos e fotografados. Outras diversas caixas não puderam ser analisadas, devido à mudança do local do arquivo e a falta de organização desse acervo. Assim, não contribuíram para uma análise mais rápida e precisa, e como tema de dissertação, o tempo trabalha contra nós. Além de buscar os arquivos, foi necessária a limpeza desses documentos que se encontravam de forma precária, sujos, alguns molhados e deteriorados pela ação do tempo e de pragas biológicas, como formigas e traças.

Referente aos anos de 1950 e 1960 foi analisada uma quantidade maior de caixas de arquivos, contudo muitos não foram fotografados ou não contribuíam para o desenvolvimento desta pesquisa e devo salientar ainda que este arquivo possui diversas possibilidades para pesquisas e encontram-se em processo de deterioração apesar de poder contribuir de forma significativa para o entendimento, não apenas da sociedade anapolina, mas para o contexto de Goiás e do Brasil.

No ano de 1956, devido ao crescimento da população anapolina e uma maior fiscalização do poder público, como a criação do DOSP (Divisão de Obras e Serviços Públicos), foram criadas catorze caixas que contavam dos mais diversos documentos

como plantas, projetos de construção, atos de infrações, pedidos de licença, reconhecimento de ofício, promoções de servidores públicos, abaixo-assinados.

O aumento dos arquivos e do controle do Estado sobre as decisões de seus habitantes tem um fato histórico a ser considerado, tanto na esfera nacional como estadual tivemos grandes disputas políticas. Em Anápolis, após a eleição de Carlos Pina em 1947, a prefeitura adotou medidas de controle tanto do crescimento urbano, quanto das demandas sociais da cidade; segundo Polonial (2007, p.59) as disputas eleitorais tiveram que registrar os partidos em caráter nacional, o que lembra o controle dos eleitores do período do coronelismo. Isso porque o Brasil apresentava uma grande dependência da agricultura e grande parte da população ainda era analfabeta³⁵.

Não se deve afirmar que houve um crescimento urbano da cidade, ao longo do capítulo tentaremos responder a essa indagação. O que podemos observar já no ano de 1950, é que houve um inchaço populacional em que as residências de caráter mais pobres tiveram um aumento exponencial, a crise econômica vivenciada ao longo da década de 1940 não possibilitou uma cidade efetivamente moderna e com uma econômica autônoma, eis o fator responsável pelo aumento da quantidade de arquivos. A cidade passou por grandes problemas devido ao inchaço populacional, como a análise dos arquivos oficiais da prefeitura e os jornais da época não nos indicaram construções clandestinas, o controle do estado pode ter falhado junto ao aumento da cidade, que pode ter sofrido construções sem o acompanhamento da prefeitura.

O controle das construções por parte da prefeitura foi uma medida que intencionou garantir o abastecimento de energia e água aos moradores, o inchaço da população de forma acelerada foi impulsionado pelas gestões anteriores ante a promessa de emprego, terras, riquezas, o que atraiu imigrantes de outros locais do planeta como os italianos, sírios e japoneses, a jura de uma cidade rica e moderna, não se efetivou.

A companhia Luz e Força de Anápolis S/A, em 9 de janeiro de 1950, solicitou um pedido para o então prefeito da cidade Carlos de Pina para que todas as residências, comércios, estabelecimentos fabris, indústrias, oficinas mecânicas e outros, já aprovados pela prefeitura, que informassem o local para a instalação de medidores elétricos com a

³⁵ Segundo o censo de 1950, no Brasil a população acima dos 15 anos de idade, 50,5% eram analfabetas. Em Anápolis a população urbana total de 41.821 pessoas 16.798 sabiam ler e escrever e 25.003 não sabiam ler e escrever. IBGE, Censo 1950.

Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v30_t1_go.pdf> acesso em 10/05/2019.

finalidade de garantir o abastecimento do serviço elétrico e seu controle pelos órgãos de engenharia da prefeitura e da companhia de energia. Essa medida tinha como objetivo o controle das construções urbanas, a cidade ao longo da década de 1940, passava por problemas de abastecimento elétrico, com diversos apagões, e cabia à prefeitura fiscalizar e controlar esse crescimento, além garantir o desenvolvimento econômico e social da cidade.

No outro ano, em 19 de dezembro de 1951, a companhia de energia elétrica, enviou à prefeitura um demonstrativo de consumo da cidade, neste documento foi informada a quantidade de postes instalados, a demanda de energia que a cidade necessitava e os prejuízos causados pela não instalação dos medidores elétricos e o não pagamento de dívidas contraídas pelo poder municipal, que impactavam na rede elétrica e no abastecimento urbano. Além do pedido de reforço orçamentário no valor de CR\$ 200.000,00 ao ano para a iluminação pública.

DEMONSTRATIVO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA ATUAL EM ANÁPOLIS E ACRESCIDOS A SEREM FEITOS.

RUAS	POSTES EXISTENTES	TOTAL VELAS EXISTENTES	POSTES A ACRESCENTAR	40/0	60/0	100/200	150/300	200/400	T. VELAS T. VATA
São Jorge	27	2.700	4	4					300 140
Praça Veloso	12	1.200	16	13	20				2.650 1.750
Benedito Constant	45	4.500	10	25	30				13.200 2.500
Florianópolis	16	1.600	10	25	30				1.750 4.800
Quilombo São João	55	5.500	2	20	30				4.800 5.400
11 de Julho	4	400	16	16					300 150
Tramontana (Tegressa)	39	3.900	12	20	31				4.100 2.600
Leopoldo Bulhões	60	6.000	20	31					6.000 2.600
Tramontana	4	400	4	4					400 150
Quilombo São João	4	400	4	4					400 150
Santa Rosa	4	400	4	4					400 150
Tramontana	3	300	3	3					300 150
Tramontana Pina & Irineu	13	1.300	3	3					1.300 750
Costa Magalhães	15	1.500	4	19	13				950 750
Vigilante de Itama	2	200	2	2					200 100
Almeida	4	400	4	4					400 150
Luiz Chaves	4	400	4	4					400 150
De Gaudêncio	2	200	2	2					200 100
Tramontana	3	300	3	3					300 150
Tramontana 2	3	300	3	3					300 150
Tramontana 3	4	400	4	4					400 150
Tramontana 4	4	400	4	4					400 150
Tramontana 5	4	400	4	4					400 150
Tramontana 6	4	400	4	4					400 150
Tramontana 7	4	400	4	4					400 150
Tramontana 8	4	400	4	4					400 150
Tramontana 9	4	400	4	4					400 150
Tramontana 10	4	400	4	4					400 150
Tramontana 11	4	400	4	4					400 150
Tramontana 12	4	400	4	4					400 150
Tramontana 13	4	400	4	4					400 150
Tramontana 14	4	400	4	4					400 150
Tramontana 15	4	400	4	4					400 150
Tramontana 16	4	400	4	4					400 150
Tramontana 17	4	400	4	4					400 150
Tramontana 18	4	400	4	4					400 150
Tramontana 19	4	400	4	4					400 150
Tramontana 20	4	400	4	4					400 150
Tramontana 21	4	400	4	4					400 150
Tramontana 22	4	400	4	4					400 150
Tramontana 23	4	400	4	4					400 150
Tramontana 24	4	400	4	4					400 150
Tramontana 25	4	400	4	4					400 150
Tramontana 26	4	400	4	4					400 150
Tramontana 27	4	400	4	4					400 150
Tramontana 28	4	400	4	4					400 150
Tramontana 29	4	400	4	4					400 150
Tramontana 30	4	400	4	4					400 150
Tramontana 31	4	400	4	4					400 150
Tramontana 32	4	400	4	4					400 150
Tramontana 33	4	400	4	4					400 150
Tramontana 34	4	400	4	4					400 150
Tramontana 35	4	400	4	4					400 150
Tramontana 36	4	400	4	4					400 150
Tramontana 37	4	400	4	4					400 150
Tramontana 38	4	400	4	4					400 150
Tramontana 39	4	400	4	4					400 150
Tramontana 40	4	400	4	4					400 150
Tramontana 41	4	400	4	4					400 150
Tramontana 42	4	400	4	4					400 150
Tramontana 43	4	400	4	4					400 150
Tramontana 44	4	400	4	4					400 150
Tramontana 45	4	400	4	4					400 150
Tramontana 46	4	400	4	4					400 150
Tramontana 47	4	400	4	4					400 150
Tramontana 48	4	400	4	4					400 150
Tramontana 49	4	400	4	4					400 150
Tramontana 50	4	400	4	4					400 150
Tramontana 51	4	400	4	4					400 150
Tramontana 52	4	400	4	4					400 150
Tramontana 53	4	400	4	4					400 150
Tramontana 54	4	400	4	4					400 150
Tramontana 55	4	400	4	4					400 150
Tramontana 56	4	400	4	4					400 150
Tramontana 57	4	400	4	4					400 150
Tramontana 58	4	400	4	4					400 150
Tramontana 59	4	400	4	4					400 150
Tramontana 60	4	400	4	4					400 150
Tramontana 61	4	400	4	4					400 150
Tramontana 62	4	400	4	4					400 150
Tramontana 63	4	400	4	4					400 150
Tramontana 64	4	400	4	4					400 150
Tramontana 65	4	400	4	4					400 150
Tramontana 66	4	400	4	4					400 150
Tramontana 67	4	400	4	4					400 150
Tramontana 68	4	400	4	4					400 150
Tramontana 69	4	400	4	4					400 150
Tramontana 70	4	400	4	4					400 150
Tramontana 71	4	400	4	4					400 150
Tramontana 72	4	400	4	4					400 150
Tramontana 73	4	400	4	4					400 150
Tramontana 74	4	400	4	4					400 150
Tramontana 75	4	400	4	4					400 150
Tramontana 76	4	400	4	4					400 150
Tramontana 77	4	400	4	4					400 150
Tramontana 78	4	400	4	4					400 150
Tramontana 79	4	400	4	4					400 150
Tramontana 80	4	400	4	4					400 150
Tramontana 81	4	400	4	4					400 150
Tramontana 82	4	400	4	4					400 150
Tramontana 83	4	400	4	4					400 150
Tramontana 84	4	400	4	4					400 150
Tramontana 85	4	400	4	4					400 150
Tramontana 86	4	400	4	4					400 150
Tramontana 87	4	400	4	4					400 150
Tramontana 88	4	400	4	4					400 150
Tramontana 89	4	400	4	4					400 150
Tramontana 90	4	400	4	4					400 150
Tramontana 91	4	400	4	4					400 150
Tramontana 92	4	400	4	4					400 150
Tramontana 93	4	400	4	4					400 150
Tramontana 94	4	400	4	4					400 150
Tramontana 95	4	400	4	4					400 150
Tramontana 96	4	400	4	4					400 150
Tramontana 97	4	400	4	4					400 150
Tramontana 98	4	400	4	4					400 150
Tramontana 99	4	400	4	4					400 150
Tramontana 100	4	400	4	4					400 150

DEMONSTRATIVO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA ATUAL EM ANÁPOLIS E ACRESCIDOS A SEREM FEITOS									
RUAS	POSTES EXISTENTES	TOTAL VELAS EXISTENTES	POSTES A ACRESCENTAR	40/0	60/0	100/200	150/300	200/400	T. VELAS T. VATA
São Jorge	27	2.700	4	4					300 140
Praça Veloso	12	1.200	16	13	20				2.650 1.750
Benedito Constant	45	4.500	10	25	30				13.200 2.500
Florianópolis	16	1.600	10	25	30				1.750 4.800
Quilombo São João	55	5.500	2	20	30				4.800 5.400
11 de Julho	4	400	16	16					300 150
Tramontana (Tegressa)	39	3.900	12	20	31				4.100 2.600
Leopoldo Bulhões	60	6.000	20	31					6.000 2.600
Tramontana	4	400	4	4					400 150
Quilombo São João	4	400	4	4					400 150
Santa Rosa	4	400	4	4					400 150
Tramontana	3	300	3	3					300 150
Tramontana Pina & Irineu	13	1.300	3	3					1.300 750
Costa Magalhães	15	1.500	4	19	13				950 750
Vigilante de Itama	2	200	2	2					200 100
Almeida	4	400	4	4					400 150
Luiz Chaves	4	400	4	4					400 150
De Gaudêncio	2	200	2	2					200 100
Tramontana	3	300	3	3					300 150
Tramontana 2	3	300	3	3					300 150
Tramontana 3	4	400	4	4					400 150
Tramontana 4	4	400	4	4					400 150
Tramontana 5	4	400	4	4					400 150
Tramontana 6	4	400	4	4					400 150
Tramontana 7	4	400	4	4					400 150
Tramontana 8	4	400	4	4					400 150
Tramontana 9	4	400	4	4					400 150
Tramontana 10	4	400	4	4					400 150
Tramontana 11	4	400	4	4					400 150
Tramontana 12	4	400	4	4					400 150
Tramontana 13	4	400	4	4					400 150
Tramontana 14	4	400	4	4					400 150
Tramontana 15	4	400	4	4					400 150
Tramontana 16	4	400	4	4					400 150
Tramontana 17	4	400	4	4					400 150
Tramontana 18	4	400	4	4					400 150
Tramontana 19	4	400	4	4					400 150
Tramontana 20	4	400	4	4					400 150
Tramontana 21	4	400	4	4					400 150
Tramontana 22	4	400	4	4					400 150
Tramontana 23	4	400	4	4					400 150
Tramontana 24	4	400	4	4					400 150
Tramontana 25	4	400	4	4					400 150
Tramontana 26	4	400	4	4					400 150
Tramontana 27	4	400	4	4					400 150
Tramontana 28	4	400	4	4					400 150
Tramontana 29	4	400	4	4					400 150
Tramontana 30	4	400	4	4					400 150
Tramontana 31	4	400	4	4					400 150
Tramontana 32	4	400	4	4					400 150
Tramontana 33	4	400	4	4					400 150
Tramontana 34	4	400	4	4					400 150
Tramontana 35	4	400	4	4					400 150
Tramontana 36	4	400	4	4					400 150
Tramontana 37	4	400	4	4					400 150
Tramontana 38	4	400	4	4					400 150
Tramontana 39	4	400	4	4					400 150
Tramontana 40	4	400	4	4					400 150
Tramontana 41	4	400	4	4					400 150
Tramontana 42	4	400	4	4					400 150
Tramontana 43	4	400	4	4					400 150
Tramontana 44	4	400	4	4					400 150
Tramontana 45	4	400	4	4					400 150
Tramontana 46	4	400	4	4					400 150
Tramontana 47	4	400	4	4					400 150
Tramontana 48	4	400	4	4					400 150
Tramontana 49	4	400	4	4					400 150
Tramontana 50	4	400	4	4					400 150
Tramontana 51	4	400	4	4					400 150
Tramontana 52	4	400	4	4					400 150
Tramontana 53	4	400	4	4					400 150
Tramontana 54	4	400	4	4					400 150
Tramontana 55	4	400	4	4					400 150
Tramontana 56	4	400	4	4					400 150
Tramontana 57	4	400	4	4					400 150
Tramontana 58	4	400	4	4					400 150
Tramontana 59	4	400	4	4					400 150
Tramontana 60	4	400	4	4					400 150
Tramontana 61	4	400	4	4					400 150
Tramontana 62	4	400	4	4					400 150
Tramontana 63	4	400	4	4					400 150
Tramontana 64	4	400	4	4					400 150
Tramontana 65	4	400	4	4					400 150
Tramontana 66	4	400	4	4					400 150
Tramontana 67	4	400	4	4					400 150
Tramontana 68	4	400	4	4					400 150
Tramontana 69	4	400	4	4					400 150
Tramontana 70	4	400	4	4					400 150
Tramontana 71	4	400	4	4					400 150
Tramontana 72	4	400	4	4					400 150
Tramontana 73	4	400	4	4					400 150
Tramontana 74	4	400	4	4					400 150
Tramontana 75	4	400	4	4					400 150
Tramontana 76	4	400	4	4					400 150
Tramontana 77	4	400	4	4					400 150
Tramontana 78	4	400	4	4					400 150
Tramontana 79	4	400	4	4					400 150
Tramontana 80	4	400	4	4					400 150
Tramontana 81	4	400	4	4					400 150
Tramontana 82	4	400	4	4					400 150
Tramontana 83	4	400	4	4					400 150
Tramontana 84	4	400	4	4					400 150
Tramontana 85	4	400	4	4					400 150
Tramontana 86	4	400	4	4					400 150
Tramontana 87	4	400	4	4					400 150
Tramontana 88	4	400	4	4					400 150
Tramontana 89	4	400	4	4					400 150
Tramontana 90	4	400	4	4					400 150
Tramontana 91	4	400	4	4					400 150
Tramontana 92	4	400	4	4					400 150
Tramontana 93	4	400	4	4					400 150
Tramontana 94	4	400	4	4					400 150
Tramontana 95	4	400	4	4					400 150
Tramontana 96	4	400	4	4					400 150
Tramontana 97	4	400	4	4					400 150
Tramontana 98	4	400	4	4					400 150
Tramontana 99	4	400	4	4					400 150
Tramontana 100	4	400	4	4					400 150
Tramontana 101	4	400	4	4					400 150
Tramontana 102	4	400	4	4					400 150
Tramontana 103	4	400	4	4					400 150
Tramontana 104	4	400	4	4					400 150
Tramontana 105	4	400	4	4					400 150
Tramontana 106	4	400	4	4					400 150
Tramontana 107	4	400	4	4					400 150
Tramontana 108	4	400	4	4					400 150
Tramontana 109	4	400	4	4					400 150
Tramontana 110	4	400	4	4					400 150
Tramontana 111	4	400	4	4					400 150
Tramontana 112	4	400	4	4					400 150
Tramontana 113	4	400	4	4					400 150
Tramontana 114	4	400	4	4					400 150
Tramontana 115	4	400	4	4					400 150
Tramontana 116	4	400	4	4					400 150
Tramontana 117	4	400	4	4					400 150
Tramontana 118	4	400	4	4					400 150
Tramontana 119	4	400	4	4					400 150
Tramontana 120	4	400	4	4					400 150
Tramontana 121	4	400	4	4					400 150
Tramontana 122	4	400	4	4					400 150
Tramontana 123	4	400	4	4					400 150
Tramontana 124	4	400	4	4					400 150
Tramontana 125	4	400	4	4					400 150
Tramontana 126	4	400	4	4					400 150
Tramontana 127	4	400	4	4					400 150
Tramontana 128	4	400	4	4					400 150
Tramontana 129	4	400	4	4					400 150
Tramontana 130	4	400	4	4					400 150
Tramontana 131	4	400	4	4					400 150
Tramontana 132	4	400	4	4					400 150
Tramontana 133	4	400	4	4					400 150
Tramontana 134	4	400	4	4					400 150
Tramontana 135	4	400	4	4					400 150
Tramontana 136	4	400	4	4					400 150
Tramontana 137	4	400	4	4					400 150
Tramontana 138	4	400	4	4					400 150
Tramontana 139	4	400	4	4					400 150
Tramontana 140	4	400	4	4					400 150
Tramontana 141	4	400	4	4					400 150
Tramontana 142	4	400	4	4					400 150
Tramontana 143	4	400	4	4					400 150
Tramontana 144	4	400	4	4					400 150
Tramontana 145	4	400	4	4					400 150
Tramontana 146	4	400	4	4					400 150
Tramontana 147	4	400	4	4					400 150
Tramontana 148	4	400	4	4					400 150
Tramontana 149	4	400	4	4					400 150
Tramontana 150	4	400	4	4					400 150
Tramontana 151	4	400	4	4					400 150
Tramontana 152	4	400	4	4					400 150
Tramontana 153	4	400	4	4					

Esse documento mostra o contexto e a busca pelo crescimento e desenvolvimento que a cidade buscava. Apenas atrair pessoas e vender-se como uma cidade moderna, não era suficiente, era preciso que o Estado efetivamente se colocasse como motor desse processo. Anteriormente, o poder público se mostrara ineficiente visto que grandes construções e empreendimentos que ocorreram na cidade durante a década de 1940 foram por meio privado.

O Brasil encontrava-se, na década de 1950, numa fase de tensão política e havia um apreço pelo nacionalismo, uma busca pela afirmação de uma identidade nacional coesa, fenômeno que pode ser visto como uma tríade baseada pela industrialização, nacionalismo e a reafirmação das identidades por meio de valores estéticos.

O sentimento de nacionalismo intensificou-se em Anápolis, a cidade passou a não aceitar nenhuma interferência direta no campo político. Ante as eleições municipais, os processos eleitorais passaram por procedimentos de disputas internas no campo democrático e buscou, inclusive, um afastamento da capital do Estado, Goiânia. De modo oposto ao que anteriormente era uma relação próxima, que passou a constituir uma cidade que buscava a sua própria identidade, mesmo que essa identidade sofresse influências de outras regiões como Belo Horizonte ou Rio de Janeiro.

O nacionalismo no Brasil criou novas formas de entendimento de cultura brasileira, numa tentativa de romper com movimentos culturais estrangeiros, a ideia de construir-se uma identidade nacional vinha sendo trabalhada e gestada desde o século XIX, com a criação do IHGB (Instituto de História e Geografia do Brasil), esse movimento passou a empenhar-se na criação de uma relação entre o indivíduo e as expressões coletivas, estéticas e políticas.

“(...) uma comunidade política imaginada — imaginada como implicitamente limitada e soberana. (...) ela imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora em sua mente esteja viva a imagem de sua comunhão. (...) é imaginada como limitada, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um milhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações. ”
(ANDERSON, 1989, p.14 – 15)

Durante o século XX, o Brasil de dimensões continentais possuía grande dificuldade em estabelecer um padrão nacional coeso, haja vista uma dialética de culturas, crenças e saberes, para Pierre Bourdieu, o processo de construção nacional deve ser criado

por meio de símbolos, representações em que os indivíduos de uma sociedade, que mesmo tão diversa, possam encontrar-se nesses processos e assimilar culturas diversas em processos unitários.

“(…) a procura de critérios objetivos de identidade ‘regional’ ou étnica, não deve fazer esquecer que na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto, ou o sotaque) são objetos de representações mentais, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem seus interesses e os seus pressupostos, e de representações objectais, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e de seus portadores.” (BOURDIEU, 1998, p.112)

É através desses símbolos que foram sendo gestados esses sentimentos de nacionalismo, que ganharam uma epifania social durante o governo de Vargas. O nacionalismo gerido pelo poder político, ao longo da primeira metade do século XX, a semana de 1922, seria a bomba de explosão cultural da nação, a arte, a estética brasileira começava a trilhar os seus caminhos como antes nunca havia trilhado.

O sentimento nacionalista deve ser trabalhado como caminho de entendimento para chegar ao nosso objeto de análise a partir da década de 1950. Anteriormente Anápolis encontrava-se ligada pelo cordão umbilical da ferrovia para outras localidades do país, depois foi um suporte econômico para a criação de uma irmã urbana – Goiânia. Devo aqui tentar explicar porque tomei esse caminho.

Antes da pesquisa com as fontes no arquivo, havia uma hipótese para o trabalho, que Brasília teria colaborado para a inserção de Anápolis numa arquitetura modernista, em que a cidade apenas colaborou como um ponto de apoio para a construção da nova capital com mão de obra e materiais de construção, e que depois da inauguração de Brasília, Anápolis veria a nova capital como um modelo de arte e arquitetura para o seu espaço urbano. Sendo assim, as obras de características modernistas só apareceriam na cidade depois de 1960, mas o que as fontes mostraram-nos foi bem diferente, encontramos formas arquitetônicas modernistas, anteriores ao projeto de Brasília, dessa forma, o nacionalismo e a busca por essa cultura genuinamente brasileira, já havia se instalado no interior do Estado de Goiás, e apropriado por Anápolis.

À primeira metade da década de 1950, antes do anúncio da construção de Brasília, já percebemos a alteração do nosso objeto e é esse sentimento de nacionalismo e as suas derivações no campo nacional que podem dar a resposta que nós buscamos. Os

sentimentos de elevação e entusiasmo nacional podem ter chegado a Anápolis, seja pela ordem discursiva com vinda de novos arquitetos, seja pela imprensa.

A cidade portava-se, em termos discursivos, como progressista e elaborada para tornar-se um espaço moderno, porém não conseguia expressar de forma social e cultural, os seus habitantes ainda impendiam algumas mudanças no tecido sociológico ou mantinham costumes locais, o que estabeleceu uma resistência à alteração de costumes, neste contexto, o espaço em que a modernidade melhor se projetava era nas construções arquitetônicas, como os estilos do Art Déco, o Neoclássico, a mistura de elementos do campo com a cidade, obras monumentais, espaços sanitarizados, e as obras modernistas que já se misturavam à paisagem da cidade.

E são esses edifícios que desconstroem a teoria de que Brasília incorporou à cidade o nacionalismo e o modernismo, ao longo do capítulo pretendo mostrar que esse movimento nacional já havia chegado em Anápolis, em períodos anteriores.

3.1 - Nacionalismo, Modernidade e Modernismo: a primeira metade de 1950 no Brasil.

O nacionalismo brasileiro, havia se intensificado já nos primeiros anos da década de 1950, impulsionado pela industrialização e o crescimento das receitas econômicas, com o crescimento das indústrias, o aumento na produção nacional e a busca por autonomia econômica em relação aos mercados internacionais, principalmente após a queda das bolsas em 1929, segundo Vizentini (2003, p.203-205) “Mas, a situação de 1950, era diferente. O crescimento econômico e a progressiva afirmação de um novo perfil sócio-político da sociedade brasileira impunham novas demandas à política exterior”. Dessa forma, o Brasil passava por grandes transformações de ordem econômica que abrigavam a perspectiva do nacionalismo, “a noção de nacionalismo desempenhou um papel fundamental como fator de coesa política interna, necessária à estabilidade do projeto desenvolvimentista”.

Ao longo da década de 1930, houve uma expansão da ferrovia que estabelecia ligações de outras regiões do Brasil ao Sudeste do país, e Anápolis beneficiou-se desse processo com a chegada da ferrovia e a sua ligação com os mercados de Minas Gerais e São Paulo, era grande fornecedora de matéria prima-primária, segundo Polonial (1995), a cidade teria passado por três momentos importantes na sua história, e a chegada da ferrovia simbolizou a inserção anapolina no mercado nacional.

[...] a evolução histórica da cidade está dividida em três etapas: 1870 – 1907, do núcleo à cidade; 1907-1935, período de maior inserção da economia goiana na economia nacional e; 1935-1950, hegemonia do setor terciário e chegada dos trilhos com queda a partir de 1950 com a concorrência de Goiânia. (POLONIAL, 1995, p.33)

A gestão do presidente Getúlio Vargas (1951 – 1954) incentivou o nacionalismo industrial, voltado para o capitalismo nacional e com forte intervenção estatal, essa medida também se apresentou em Anápolis com a gestão do prefeito Carlos de Pina (1947 – 1951) o sentimento de desenvolvimentismo nacional foi uma das bandeiras que elegeram Carlos de Pina, na época filiado à UDN, teve uma candidatura única, onde a manobra política de coligação com todos os partidos aos quais selou uma harmonia em prol de um desenvolvimento econômico da cidade. Os conflitos políticos iniciados nas eleições de 1947 atrapalhavam, na visão da elite política e econômica da cidade, o seu crescimento.

O pacto que ocorreu em Anápolis havia ocorrido em prol do “desenvolvimentismo”, esse mesmo pacto com todos os setores políticos, empresariais e sociais, foi estabelecido na eleição de Juscelino Kubitschek (1956), o controle estatal e o abafamento dos setores sociais, segundo os intelectuais da época, para frear o avanço do comunismo e garantir o pleno desenvolvimento nacional, levando o país ao novo patamar econômico.

Assim sendo, o estado brasileiro dos anos 50, a despeito de expressar uma dimensão modernizante com ênfase nos valores liberais e democráticos, acabava apresentando complexas contradições intermediadas por fortes ideologias de estado (populismo, desenvolvimentismo, nacionalismo, entre outros). Tendo papéis de destaque, essas ideologias de estado tinham a função estratégica de neutralizar as tensões latentes, constituindo-se em instrumentos de legitimação do amplo “projeto da nação”. (SOUZA, 2009, p.150)

Outro movimento que ganhava destaque desde o século XIX foi a ideia de progresso e modernidade, que foi sendo aos poucos substituída pela ideia de desenvolvimento e indústria. Intelectuais do cenário nacional, como Oliveira Viana, falavam que as elites políticas e econômicas tinham que buscar o desenvolvimento moderno através dos nossos traços culturais, e, a partir da revolução de 1930, esse movimento ganha força e é gerido pelas políticas nacionais do governo Vargas.

A partir dos anos de 1950, o Brasil havia se modificado, as cidades começaram a desempenhar um papel maior e transformador da realidade nacional, houve o inchaço dos

centros urbanos, como ocorreu em Anápolis, Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife. Quase 8 milhões de brasileiros que representavam 24% da população rural, migraram do campo para as cidades, e foram nas cidades.

“Estar na cidade significava a possibilidade de acessar mais facilmente os novos produtos da indústria nacional. Adquiri-los significava tomar posse de algo que encarnava o arquétipo do moderno. As cidades se tornavam os lugares onde o “mais moderno” se realizava. ” (MELO; GONÇALVES, 2009, p.255)

A ideia de modernismo nacional, que vinha desde o século XIX, a partir da semana de 1922, em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, foram criando corpo junto ao modelo nacional, os valores estéticos, precisavam representar o povo brasileiro e os seus símbolos e desejos, a sua cultura deveria se tornar palco de sua identidade, a negação dos modelos pré-existentes de outros locais, ganhavam espaço, e se amplificou para várias décadas no Brasil.

O Modernismo aparece relacionado às dimensões da cultura, da arte, da estética, da política. No caso da realidade brasileira, até os anos 80 do século XX, o Modernismo foi apresentado como movimento que teve seu início em São Paulo com a Semana de Arte Moderna ocorrida de 11 a 17 de fevereiro de 1922 e vem sendo interpretado como um dos elementos propiciadores das mudanças experimentadas pela sociedade e pelo Estado Brasileiro a partir dos anos 30 e que culminariam com o nacional-desenvolvimentismo dos anos 50 e 60 no Brasil. (GOMES, 2008, p.114)

Segundo a autora Marcia Chuva (2003, p.313), nos anos de 1930 durante o governo de Getúlio Vargas, o projeto de governo modernizante havia sido liderado pelo nome forte de Gustavo Capanema, ministro de Educação e Saúde, que contava com o desafio de estabelecer uma “identidade nacional”, em que o individualismo e a pluralidade cultural fossem deixados de lado em prol de uma nação unida, nesse sentido os traços de origens e ancestralidades seriam o condutor para estabelecer essa unidade. Durante o Estado Novo, foi criado o processo de preservação cultural com o *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* – o SPHAN, em 1937.

Intelectuais como Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, dedicaram-se na missão da preservação do patrimônio cultural e no processo de modernidade que o país buscava, processo que havia se iniciado na década de 1920 e incorporado ao Estado no final de década de 1930, porém haviam divergências sobre o projeto de modernidade, um país com dimensões continentais, de variedades

culturais, criar um modelo único de nação e identidade não era uma tarefa simples ou mesmo confortável.

As diferentes soluções projetadas para os imensos desencontros, contrastes e diversidades presentes no território brasileiro levavam a diferentes vias explicativas da “identidade nacional”. Nesse sentido, a questão da valorização, ou não, das diferenças regionais como constituidoras da identidade nacional, que abriu um leque amplo de debates em torno das origens da nação, tornou-se um divisor de águas para as concepções que fundamentariam, posteriormente, as práticas de preservação cultural no SPHAN: para alguns modernistas, as características regionais eram sinal de atraso e obstáculo à atualização da cultura brasileira e, para outros, ao contrário, eram depositárias da verdadeira identidade. Com relação a tais teses, como veremos, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lucio Costa identificavam-se profundamente entre si, pela crença na universalidade – e, conseqüentemente, na origem comum – da cultura e da arte, sendo este um ponto crucial na concepção de nação que se consagrou no Brasil a partir do SPHAN. (CHUVA, 2003, p. 314 – 315)

Pensadores da época buscavam a valorização das diversas culturas brasileiras, afirmando que contribuíam para o enriquecimento da sociedade, entre esses pensadores estava Lucio Costa, arquiteto que estava ligado ao processo de regulamentação dos profissionais de arquitetura, além de possuir uma carreira reconhecida nacional e internacionalmente.

Em 1936, Lucio Costa foi convidado pelo ministro Capanema para a criação do prédio do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, esse edifício tornou-se um marco da arquitetura brasileira, inaugurou o modernismo nacional que contava com elementos que recuperavam a tradição, os valores nacionais, o equilíbrio e a pureza das formas. Nesse projeto, nomes da arquitetura nacional como: Carlos Leão, Jorge Moreira, Affonso Eduardo Reidy, Oscar Niemeyer e Ernani Vasconcellos e o arquiteto Le Corbusier³⁶. A partir desse projeto a arquitetura modernista institucionalizou-se no Estado Novo Vargas.

³⁶ Le Corbusier é considerado um dos responsáveis pela estruturação da arquitetura moderna ao longo do século XX, a partir de suas ideias foram definidas as bases para a nova arquitetura: Os Cinco Pontos da Nova Arquitetura são: planta livre (através de uma estrutura independente permite a livre locação das paredes, já que estas não mais precisam exercer a função estrutural); fachada livre (resulta igualmente da independência da estrutura, assim, a fachada pode ser projetada sem impedimentos); pilotis (sistema de pilares que elevam o prédio do chão, permitindo o trânsito por debaixo do mesmo); terraço jardim (transformando as coberturas em terraços habitáveis, em contraposição aos telhados inclinados das construções tradicionais) e janelas em fita (também consequência da independência entre estrutura e vedações, trata-se de aberturas longilíneas que cortam toda a extensão do edifício e permitem iluminação mais uniforme e vistas panorâmicas do exterior). Foram publicados em 1926 na revista francesa L’Espirit Nouveau, porém já era implícito no esquema Dom-ino de 1914 no qual se separava funcionalmente o suporte da vedação. (POLIZZO, 2010, p.92)

A arquitetura nacional buscava o resgate dos elementos tradicionais da cultura brasileira, porém, com uma visão moderna do mundo, em 1945, houve a regulamentação do ofício de arquiteto como o profissional responsável pelo entendimento das múltiplas regionalidades e materiais existentes no país.

Essas lutas de representação viriam a caracterizar a profissão do arquiteto como capaz de propor uma adaptação permanente ao contexto sociocultural em que a arquitetura fosse produzida, voltando-se para a leitura das condições sociais e tecnológicas existentes no tempo e no espaço em que se concretizaria. Considerando-se a amplitude própria à formação, o *habitus* do arquiteto pode ser pensado a partir da soma de cada uma das especialidades do artista, do engenheiro, do historiador e do sociólogo. (CHUVA, 2003, p. 320)

A ideia de modernismo na arquitetura estabelecia que o profissional tivesse domínio da técnica, arte e conhecimento histórico do local de sua produção. Dessa forma, o autor Martins (2006, p.43) analisa o conceito de *habitus* de Bourdieu, segundo o qual vai incorporando o presente, acumulando-o, “integrando-o no passado sob o aspecto de disposições cultivadas” - ao mesmo tempo que suas projecções do futuro se corrigem, num processo de actualização das disposições que permitem a mudança.

O conceito de *habitus* que Bourdieu estrutura os indivíduos na perspectiva de recuperar elementos simbólicos de uma sociedade, ao interagir com estes elementos sociais, o indivíduo não reproduz, mas pode gerar novas práticas e ações, deste modo os arquitetos tem a possibilidade de criar novas construções com elementos sociais pré-existent e uma visão moderna de sociedade.

A partir dessa visão de arquitetura, a ideia de arquitetura modernista estruturou-se no país de modo a criar um elo entre a tradição e o moderno. Contrapondo a visão de Rodrigo Melo de Andrade, o futuro da arquitetura brasileira havia se definido em uma escola de pensadores.

Ao ocupar esse lugar, Lucio Costa fundaria um novo tempo para a produção arquitetônica brasileira – moderna e herdeira da “boa tradição” – que constituiu uma verdadeira “escola”. Essa “escola” formou e forma até hoje profissionais que disputam a herança não só da primeira geração de modernistas brasileiros – cujos representantes máximos são o próprio Lucio Costa e Oscar Neimeyer – mas também da segunda geração, que se organizou em torno desses já consagrados: os arquitetos da Novacap, os construtores da utopia, a cidade moderna de Lucio Costa. Esses jovens arquitetos também aparelharam-se dentro do SPHAN, como funcionários do Serviço, que se tornou um mercado de trabalho privilegiado e de grande prestígio para a categoria profissional do arquiteto. (CHUVA, 2003, p.321)

A escola de arquitetura modernista do Brasil havia se formado em locais como a capital Rio de Janeiro e São Paulo, a partir desses locais vários profissionais migram para outras regiões do país, como Belo Horizonte, Florianópolis, Belém e Goiânia. O movimento modernista ampliou-se ao território nacional e intensificou-se por meio do rádio e de revistas, a própria SPHAN escreveu vários periódicos sobre a importância do patrimônio nacional e o resgate para o nacionalismo e o projeto de Brasil moderno, como a *Revista do Patrimônio*, que contava com imagens e fotografias, lançada em 1937.

Essas revistas sobre o patrimônio e o resgate dos valores brasileiros como uma riqueza que deveria ser preservada, estimulou várias localidades a criarem suas próprias revistas sobre os seus espaços. Anápolis, em 1957, elaborou a revista *A Cinquentenária*, que contava com uma exaltação aos feitos da arquitetura local e as riquezas e manifestações culturais, além dessa contribuição, essas revistas serviram de parâmetro para as escolas de arquitetura do país. O que acarretou na chegada, em 1950, da arquitetura modernista na cidade.

Nessa revista, o próprio Lucio Costa escreveu sobre a importância de se recuperar a “boa tradição”, o barroco, as raízes brasileiras dentro das construções, já expressa em outras áreas do conhecimento desde a década de 1930, como Gilberto Freyre, Oswaldo de Andrade, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Mário de Andrade, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Tarsila do Amaral e tantos outros.

Feita de ‘pau’ do mato próximo e da terra do chão, como casas de bicho, servem de abrigo para toda família – [...] faz mesmo parte da terra como formigueiro, figueira-brava e pé de milho – é chão que continua... Mas justamente por isso, por ser coisa legítima da terra, tem para nós, arquitetos, uma significação respeitável e digna...³⁷ (COSTA, 1937, p. 34).

Um dos aspectos adotados pelo movimento modernista foi a volta às origens, no caso o resgate do barroco, do século XVIII, como a política de valorização do patrimônio pela SPHAN e a renovação do moderno século XX, nas palavras de Marcia Chuva, “a ancestralidade da nação” e o encontro com o novo, num reencontro do passado com o presente, projetando um futuro de inserção do país ao mundo moderno com sua genuína identidade nacional.

³⁷ Na revista do SPHAN Nº1 de 1937, Lucio Costa nos fala sobre a necessidade de voltar a arquitetura e arte para a origem do povo brasileiro.

Para inserir o Brasil na consagrada história da Arte Universal, investiu-se na reapropriação do barroco, que passou a ser visto como um movimento artístico considerado profundamente renovador, que desde a “pureza” e “verdade” das construções gregas jamais havia se repetido e que, a partir do *barroco*, só teve novo momento renovador com a arquitetura *moderna*, advinda da revolução industrial. Foi esta que possibilitou a invenção de novos materiais, novas formas e técnicas. A genialidade de Lucio Costa construía, assim, a genealogia da “boa arquitetura”, universal, em que a produção brasileira se enquadrava, na origem e na atualidade. (CHUVA, 2003, p.328)

A industrialização brasileira e o crescimento econômico que o país vivenciou no pós-guerra e a política de estímulo nacionalista, possibilitaram a criação de novos materiais, criando a base ideal para o florescimento da arquitetura modernista como o símbolo da arte brasileira, neste sentido, a inserção da cidade de Anápolis à economia sudeste por meio da linha férrea e o intenso contato com outras localidades do país, possibilitou que projetos de características modernistas estivessem presentes na cidade, a partir da primeira década de 1950.

3.2 - Brasília e o impacto da sua modernidade em Anápolis.

O anúncio da transferência da capital federal do litoral para o interior do sertão brasileiro, no caso o cerrado, causou uma grande migração de pessoas para o planalto, dentro dessa rota migratória estava Anápolis, uma cidade que possuía alguns atributos que já atraíam imigrantes antes mesmo da construção de Goiânia e de Brasília.

Juscelino Kubistchek, em uma sessão solene como deputado em 1946, falava sobre a importância de se explorar a imensidão do interior brasileiro, e a marcha para o Oeste, implementada por Getúlio Vargas, como meio de integrar os “brasis”.

“(...) as imensas regiões do interior e a força de uma decisão política que transferisse para o seu meio o centro vital da administração brasileira passariam a constituir imediatamente um elemento novo, de profunda significação econômica e social. Na rota do progresso do Brasil, o grande sonho de recuar a fronteira econômica do Brasil, levando-a para regiões que ainda hoje aguardam uma nova epopeia de bandeirantes, foi o fator decisivo que acalentou, durante gerações sucessivas, o propósito de vitalizar o sertão brasileiro, plantando no coração da pátria um centro poderoso de irradiação cultural, econômica e social(...)” (KUBTISCHEK, 1960, p.12)

Não quero me aprofundar sobre os impactos da construção de Brasília sobre o imaginário brasileiro, a economia, o progresso em JK³⁸ e uma infinidade de trabalhos acadêmicos, em várias áreas do conhecimento sobre os mais diversos aspectos que a construção da nova capital causou. O que quero é estabelecer foco em como a cidade idealizada refletiu em Anápolis e como essa cidade passou a olhar a si mesma.

Depois do impacto do discurso de modernidade e os valores estéticos causados pela construção de Goiânia, ao longo da década de 1930 e 1940, Brasília seria a joia no sertão do Brasil, a cidade moderna que ligaria os “dois brasis”. Houve uma rápida migração de pessoas para o centro-oeste em busca de trabalho e oportunidades, os canteiros de obras foram iniciados em 1956, Anápolis contava com uma infraestrutura que passou a atrair várias pessoas, o aniversário de 50 anos da cidade em 1957, foi comemorado com uma Revista, *A Cinquentenária*, que tinha a intenção de comemorar e mostrar a cidade para o Brasil e o mundo. Em um trecho falou-se sobre o entusiasmo que a construção de Brasília provocou no imaginário social da cidade.

Com o grande movimento que vem sacudindo o país com a transferência da capital da República para o Planalto Central, Anápolis, pela sua situação privilegiada, tornou-se uma espécie de passagem obrigatória de todos aqueles que se dirigem a Brasília. (*A Cinquentenária*, 1957, p. 56).

O efeito que processo de transformação esperado pela construção da nova capital causou na cidade foi o mesmo que a inauguração da ferrovia em 1935, a cidade se reorganizou, fábricas de telhas e tijolos passaram a produzir em larga escala para atender o governo federal, o inchaço demográfico provocado pelo êxodo rural e o crescimento da cidade passou a contar com uma reorganização em prol dessas transformações, a ferrovia trazia em seus vagões grande parte dos materiais para a construção da nova capital e o resto do trajeto era feito pela rodovia.

O movimento era pululante por causa da nova capital. Esperança renovada. Tinha gente que achava que faria fortuna com Brasília. Era uma vida interessante, gente de todo lado, isso porque Anápolis estava entre duas capitais. Nessa época, começaram a chegar os caminhões grandes na cidade. As terras e as casas valorizavam e havia um crescimento do número de bairros. Mas isso gerou um problema, a

³⁸ Abreviação de Juscelino Kubitschek, que será usado no texto abreviado ou não.

Prefeitura não conseguia acompanhar esse desenvolvimento e isso causou uma crise administrativa. (A CENTENÁRIA, 2007, p.07)

Em 25 de dezembro 1955, o jornal *O Anápolis* noticiou uma entrevista com o engenheiro Darc Francisco da Costa, responsável pela execução do aerofotogramétrico da área destinada à construção da nova capital, e o título da reportagem pedia que a cidade se preparasse para as mudanças, “acreditamos que antes dos cinco anos previstos tenhamos uma nova sede para o Brasil” e a primeira frase de destaque do engenheiro foi: “esperamos que o povo anapolino considere essa mudança como de ação catalítica, para aumentar de muito o progresso e a riqueza desta grande cidade”. (*O Anápolis*, 25-12-1955)

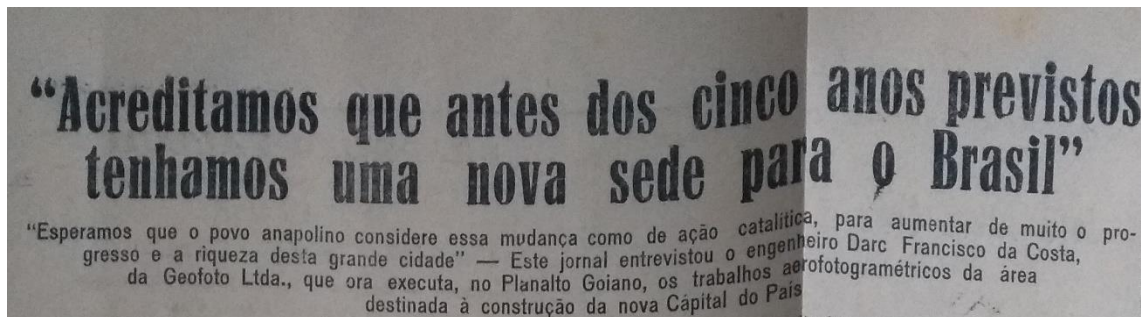


Figura 44 - Capa do jornal O Anápolis – 25 de dezembro de 1955. Fonte: Arquivo Municipal de Obras e Planejamento Público de Anápolis. 2018

Nessa mesma edição do jornal, a prefeitura lançou o edital de número 10 para o provimento de estudos sobre as curvas de nível das ruas e calçadas, o traçado para o plano diretor da cidade, delimitando na zona urbana o desenho dos quarteirões e o zoneamento total dos logradouros, o problema das ruas sem padrões ou pavimentos já existia na década de 1930 quando a cidade contava com uma péssima fama, principalmente por ser comparada a Goiânia. Posteriormente, em 1940, em função das suas ruas, que não contavam com manutenções, ou apenas reparos paliativos que não resolviam os problemas e devido à crise econômica, esse problema passou a incomodar a população.

As ruas de Anápolis ainda não são calçadas e na estação seca o pó vermelho forma uma camada de uns trinta centímetros de espessura que é um verdadeiro tormento para a população. Referindo-se a esta poeira, os habitantes da nova cidade de Goiânia chamam Anápolis de cidade suja. Bem, isto é verdade quanto às ruas. As ruas são sujas, porém, não porque o povo seja preguiçoso, mas por causa do enorme tráfego que se processa na estação seca, época em que os produtos agrícolas são trazidos para o mercado. (WAIBEL, 1947, p.322)

Na década de 1950 o problema de asfalto e ruas sem pavimentações, passou a piorar, a cidade já contava com oficinas especializadas em caminhões como da GM e Ford, a classe média alta da população já usufruía do uso de automóveis. Os projetos residenciais já passavam a contar com um espaço destinado a este bem e a classe média começava a adquirir o automóvel devido a política de expansão das indústrias automobilísticas no Brasil, os caminhões eram usados para transportar mercadorias para as cidades vizinhas por onde a linha férrea percorria como Jaraguá, Colônia Agrícola, Goiânia, Inhumas, Matauna, Trindade e todo o norte do estado. O problema da falta de asfalto foi um dos motivos que potencializou uma das maiores greves da cidade, entre os caminhoneiros na cidade em 1948.



Figura 45 - Greve dos caminhoneiros em 1948 – Anápolis. Fotógrafo Francisco Garcez - fonte: Museu Histórico da cidade de Anápolis – 2012.

A greve começou na Avenida Tiradentes, onde o governo mandou atravessar uma corrente, montando também um posto fiscal. Os motoristas resolveram resistir contra a medida e cerca de 80 veículos e uns 300 homens ali ficaram paralisados. Veículos carregados de cereais e outras mercadorias. Homens trabalhadores, de mãos calosas e vestes sujas de óleo. (*A Cinquentenária*, 1957.)

O edital nº10 vinha como um apelo às diversas reclamações que a prefeitura estava recebendo há bastante tempo e principalmente pelo olhar dos visitantes que se sentiam incomodados com a visão de uma cidade progressista que não possuía os mínimos requisitos para isso, a fama de cidade moderna, esbarrava na realidade, a cidade narrada e moldada pelo discurso não expressava sua materialidade, a fotografia que melhor sintetiza essa sensação, a imagem 46, tirada pelo fotógrafo Francisco Garcês, em que falamos no primeiro capítulo.



Figura 46 - um cidadão anapolino – fotografia Francisco Garcês – Fonte: fonte: Museu Histórico da cidade de Anápolis – 2012.

A fotografia registra como se parasse o tempo, um breve instante do cidadão anapolino, o ser que narra e molda o discurso do moderno, mas anda e vê à sua frente a cidade que deseja materializar. O progresso firmando nos cotidianos e nas vicissitudes do real.

Pegaremos como inspiração as palavras de Anthony Giddens (1990), é o encontro do ser moderno com o passado, reciclando suas experiências de uma possibilidade de futuro, é o desejo de transformar e renovar, sendo rearticulados com os símbolos culturais anteriores a nós, que se reestruturam e saem do corpo como projetos de modernidade,

futuro, expectativa, muitos desses sem que o sujeito tenha dimensão do seu local de origem.

Nas sociedades pré-modernas, o espaço e o lugar eram amplamente coincidentes, uma vez que as dimensões espaciais da vida social eram, para a maioria da população, dominadas pela presença; ' – por uma atividade localizada... A modernidade separa, cada vez mais, o espaço do lugar, ao reforçar relações entre outros que estão “ausentes”, distantes (em termos de local), de qualquer interação face a face. Nas condições da modernidade..., os locais são inteiramente penetrados e moldados por influências sociais bastante distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente aquilo que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta às relações distanciadas que determinam sua natureza. (GIDDENS, 1990, p.18)

A imagem do cidadão anapolino (figura 46), é o reflexo de como a cidade precisava melhorar alguns aspectos do cotidiano, o discurso de modernidade precisava avançar, principalmente na gestão municipal, que aos olhos dos cidadãos não estava fazendo jus ao discurso de modernidade que a cidade buscava afirmar a si, uma cidade progressista e trabalhadora que tinha suas ruas e avenidas sem o cuidado necessário de uma “metrópole”.

Quem se der ao trabalho de dar uma voltinha pela cidade, com o objetivo de apreciar o que está sendo realizado pela administração do município, ficará desencantado. (...).

À medida que vamos andando pelas ruas, vamos notando cada vez mais a ausência da municipalidade. O descuido pela cidade atingiu o ápice. (...)

A situação atual por que atravessa nossa cidade nos credencia a dizer que ela está em atravessando uma fase de esquecimento. (O Anápolis, 11-11-1956).

A construção da nova capital e as críticas recebidas exigiam um plano de alteração das ruas. A pavimentação, em grande parte da cidade era sinal de modernidade e progresso para o imaginário da população e a construção da nova capital seria um atrativo de crescimento, o projeto de desenvolvimento nacional colocava o automóvel como o meio de transporte individual, os jornais da cidade possuíam diversas propagandas sobre automóveis e caminhões, oficinas especializadas em automóveis e peças, as ruas sem pavimentações causavam um sentimento de vergonha e desconforto aos anapolinos.



Figura 47 - Visita do presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek a cidade de Anápolis em 1956. Fonte: Museu Histórico da cidade de Anápolis – 2012.

Em um voo para Goiânia, em 18 de abril de 1956³⁹, JK teve um problema devido ao mau tempo e teve que pousar em Anápolis e lá assinou a transferência da nova capital do Brasil para o planalto central, a presença do presidente da república do Brasil, causou o sentimento de transformação na cidade, sendo registrada em todos os jornais e até em museu. A residência em que foi assinada a transferência e onde JK passou a noite foi tombada como patrimônio municipal de Anápolis pela lei Nº 2.952 em 28/04/2003, como “tombamento da casa JK”. Esse museu fica localizado ao lado do aeroporto de cargas da cidade e mesmo com a proteção da lei encontra-se em estado de deterioração e abandono.

O anúncio da construção da nova capital federal e o aumento de materiais e pessoas para a construção da mesma espalhou-se por diversos locais, no mês de janeiro do ano de 1956 a prefeitura recebeu três projetos para atender o edital de Nº10, o primeiro foi da empresa Urbe Ltda. Engenharia e Urbanismo da cidade de Belo Horizonte, sob a gestão do engenheiro José Corgosinho C. Filho, neste projeto seriam contempladas as exigências do edital para o plano diretor e o processo de reorganização das ruas e do

³⁹ A 18 de abril de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek assina em Anápolis a mensagem ao Congresso Nacional em que propõe a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital NOVACAP - "Com a finalidade precípua de promover o planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura metrópole nacional". E a 19 de setembro do mesmo ano o Congresso Nacional decreta e o Presidente da República sanciona a lei no 2.874, que "dispõe sobre a mudança da capital federal e dá outras providências". (GOMES, 2008, p.327)

desenho da cidade, no valor de Cr\$:1.530.000,00 e proposta de finalização do projeto em 400 dias.

Outra proposta foi da empresa Escritório de Engenharia Geral, localizada em Anápolis, sobre a responsabilidade do engenheiro Mario Rezende, orçada em Cr\$: 1.286.00,00 com prazo de execução de 18 meses. O último projeto de licitação foi do engenheiro Geraldo d'abadia Pina, não era uma empresa reconhecida, mas os serviços do próprio Geraldo Pina, em que ele mesmo afirma na proposta possuir ampla experiência como técnico da prefeitura do Distrito federal e anexou junto à proposta a sua carteira do CREA e um atestado de serviço da prefeitura do Distrito Federal, este foi o menor orçamento no valor de Cr\$: 1.180.000.00 com prazo de execução de 540 dias, segundo o processo, N° 129, 1956.



Figura 48 - Carteira profissional do Sr. Geraldo D'Abadia – Processo N° 129/1956. Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.

Queremos destacar a importância desse projeto para a cidade, durante toda a pesquisa não encontramos em nenhuma documentação ou até mesmo na historiografia da cidade de Anápolis menção a um plano diretor que buscasse atender todas as dimensões do espaço urbano e a sua expansão que aconteceria em decorrência do aumento da população e a construção da nova capital, os planos diretores não eram obrigatórios nesse período.



Figura 49 - -- Jornal: O Anápolis - 25-12-1955. Nesta edição consta o edital público para licitação do plano diretor de Anápolis, edital Nº10. Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.

Prefeitura Municipal de Anápolis.
Edital Nº10.

(Concorrência pública)

De ordem do Sr. Prefeito Municipal de Anápolis, torno público, para conhecimento dos interessados que se acha aberta, com o prazo de trinta (30) dias a partir da publicação deste Edital, a concorrência pública para o levantamento planimétrico, altimétrico e cadastral desta cidade, com as seguintes características:

- 1) Curvas de nível de 5 e 5 metros, escala de 1.10.000, abrangendo uma área aproximada de cincoenta (50) quilômetros quadrados;
- 2) Traçado do plano diretor, sendo que na zona urbana devem ser desenhados os quarteirões e os prédios principais.
- 3) Zoneamento, com um estado geral e completo, para ser aprovado pelos poderes competentes, sendo que as plantas de detalhes de logradouros públicos serão na escala de 1.500 abrangendo a área povoada da cidade até um máximo de trinta (30) quilômetros lineares de caminhamentos poligonal ou de poligonais, ou então de comprimento de ruas ou estradas, devendo ser figuradas as testas das casas e divisas laterais (pequenos trechos).

O serviço deve ser executado dentro de dezoito meses, a partir da assinatura do contrato, devendo os componentes remeterem as suas propostas em envelopes fechados, diretamente ao Sr. Prefeito, no prazo de trinta (30) dias, a partir da divulgação do presente Edital.

Outras informações que se fizerem necessárias serão prestadas na Divisão de Obras Públicas desta prefeitura.

Secretaria da Prefeitura Municipal de Anápolis, 22 de dezembro de 1955.

José Décio Beduíno de Souza - secretário interino.

Visto:
Carlos de Pina – prefeito. (Jornal O Anápolis, 22-12-1955).

Analizamos o pedido de ajuda orçamentária para custear algumas obras públicas que foram negadas pelo governo estadual na década de 1940, a cidade viveu uma verdadeira estagnação na gestão de obras públicas, o que refletiu em diversas tensões políticas, o projeto da prefeitura de N°10, buscou reorganizar a cidade em uma esfera maior e prepará-la para as comemorações dos seus 50 anos, completados no dia 31 de julho de 1957, como cidade progressista, moderna e aberta ao futuro⁴⁰.

Os anapolinos do futuro, por certo, serão milhões. Grandes jornais, grandes revistas, com monumentais oficinas, montadas em gigantescos edifícios, iluminados com a energia do átomo, farão por certo uma extraordinária festa para comemorar o centenário de Anápolis, com aparelhos de velocidade super-sônica cortando os céus citadinos. Veículos atômicos e objetos estranhos circulando por ruas e calçadas com pisos plásticos, imprensadas entre arranha-céus que atingirão as nuvens... (*A Cinquentenária*, 1957, p. 106).

O edital de N° 10 foi elaborado segundo a perspectiva de crescimento e gestão municipal independente sem interferência de outros poderes como o estadual e federal, a presença do presidente JK foi uma afirmação dessa relação. Anápolis seria uma cidade de grande ajuda e contribuição para a edificação de Brasília, e seria recompensada, os grupos políticos e as elites econômicas viram a possibilidade de novos negócios e expansão da cidade, diferentemente da relação com Goiânia em que a cidade não se beneficiou dessa relação e passou a ser considerada atrasada pelo ponto de vista moderno.

Uma comissão foi formada para analisar as três propostas, pelos engenheiros Mário Evaristo de Oliveira e Manoel Demostenes Barbo de Siqueira com a assinatura do diretor de obras pública da cidade, Getúlio Siqueira, o projeto vencedor foi do engenheiro Geraldo D'Abadia de Pina. Pelo sobrenome poderia ser parente do prefeito da época, Carlos de Pina.

O contrato firmado para a obra foi em seis páginas entre a prefeitura na figura do contratante, o prefeito Carlos de Pina, brasileiro, casado, industrial, domiciliado na cidade

⁴⁰ Um dos únicos trabalhos acadêmicos que explora a perspectiva de futuro em Anápolis e a sua relação com a modernidade, é a dissertação de mestrado da UFG, O PROGRESSO COMO CATEGORIA DE ENTENDIMENTO HISTÓRICO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE ANÁPOLIS-GO (1930-1957), ano 2014, autor: José Fábio da Silva, para o autor a revista Cinquentenária foi um reflexo da projeção que a cidade se propunha, e como o entendimento de futuro se fazia presente no imaginário social dos anapolinos.

de Anápolis; e o contratado, Geraldo d'Abadia de Pina com a carteira do CREA nº6690-d, brasileiro, casado, residente da cidade do Rio de Janeiro. Um breve resumo do contrato de serviço entre as partes:

- a) Planta geral da cidade;
- b) Perfis e grades de logradouros;
- c) Planta cadastral da cidade;
- d) Projetos de alinhamentos;
- e) Revisão de numeração;
- f) Planta do sistema rodoviário municipal;
- g) Projetos de futuras praças e jardins;
- h) Projetos de fichas e fichários para o registro de imóveis;
- i) Lista dos valores unitários para os diversos logradouros;
- j) Planta e relatório sobre arborização;
- k) Plantas e relatórios sobre a ocupação do solo, onde serão estudados os gabaritos de altura e profundidade, a taxa de ocupação e a importância de cada logradouro no conjunto urbano;
- l) Zoneamento;
- m) Projeto do código de obras;
- n) Relatório final. (Processo Nº129, 1956, p.1-2)

O edital de Nº 10 não incluiu os problemas de pavimentação da cidade, o parecer técnico dentro do edital não havia especificado os tipos de materiais e os locais que deveriam ser pavimentados, esse problema só foi resolvido com outro edital, de número 13, em 6 de setembro de 1956. Nesse processo não conseguimos informar o vencedor da licitação, pois no documento consta apenas o edital com as exigências das técnicas de pavimentação e materiais que deveriam ser utilizados e as zonas a serem asfaltadas, não vamos nos aprofundar nesse assunto, em função dos recortes da pesquisa.

Esse discurso de modernidade que a cidade buscou desde de 1930, permaneceu até a década de 1950 -1960. Para comemorar os 50 anos de emancipação como cidade, a prefeitura elaborou uma revista comemorativa e de propaganda da cidade moderna e agora a mais próxima da nova capital, a *Revista A Cinquentenária*, de único exemplar em 1957, escrita por Raul José dos Santos, tinha a intenção de promover os grandes feitos da cidade.

Na revista podemos perceber como a construção de Brasília impactou o imaginário da cidade⁴¹ com diversas reportagens enfatizando o caráter moderno da cidade mais próxima da capital, porém, como na década de 1930, a permanência do caráter rural

⁴¹ “Depois da revolução de 1930, mas, sobretudo depois do início da construção de Goiânia —a ânsia de renovação, a confiança num futuro melhor. A luta e o êxito da construção da nova capital empolgaram toda uma geração; significou a tomada de consciência da própria capacidade, o que a construção de Brasília foi mais tarde para todo o Brasil.” (PALACIN, 1976, p.99)

estava presente e era parte integrante da história cultural local. Diversas propagandas foram colocadas para vender a cidade como progressista e moderna, mas o campo está presente ao longo de todo o editorial, temos “Cia. Induspina de Automóveis – distribuidora dos produtos “CHRYSLER” – peças, acessórios, máquinas agrícolas, tratores” (*A Cinquentenária*, 1957, p.6).

Em toda a edição da revista temos esse hibridismo, a cultura rural e urbana em conjunto, mesmo que o discurso seja heterotópico. Por sempre projetar uma cidade apenas como moderna, as forças sociais e econômicas estão sempre mostrando o real, não se trata de uma cidade apenas moderna, ela também é rural, mesmo que não demonstre orgulho ou mesmo apreço em suas páginas.

Temos aqui uma cidade real, que tem em si características rurais, com elementos econômicos e sociais, como festas, encontros e o discurso de moderna que não é a realidade. Por este motivo, encaixa-se aqui o conceito de heterotopia de Foucault, hetero = outro + topia = espaço, o espaço real não é o mesmo do discurso, e é o discurso que deseja moldar essa cidade como moderna e não os campos sociais que efetivamente são modernos.

...espaços reais-espaços que existem e que são formados na própria fundação da sociedade – que são algo como contra sítios, espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Este tipo de lugares está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade. Devido a estes lugares serem totalmente diferentes de quaisquer outros sítios, que eles refletem e discutem, chamá-los-ei, por contraste as utopias, heterotopias. (FOUCAULT, 2005, s/p.).⁴²

A cidade retratada, no periódico de 1957, por meio das fotografias, sempre remete não à década de 1950, em que grande parte das obras ainda estava em construção, mas aos grandes feitos do progresso da ferrovia em 1935. As grandes construções da década de 1930 e algumas de 1940 sempre foram representações do símbolo de crescimento da cidade, nesse sentido, no ano do lançamento da revista essa cidade de fato existe, porém é fruto de uma cidade do passado e não da modernidade discursiva daquele presente de 1957. Deste modo, colocamos como uma heterotopia de ilusão, como a fotografia

⁴² Foucault define tal conceito é uma conferência no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967, apresentado no texto *Outros Espaços* (1986[2005])

paralisada em determinado momento que se mostra como uma imagem projetada e desejada, não a realidade do momento.

No período de 1950, com o anúncio da nova capital, a relação entre Goiânia e Anápolis teriam o luto quebrado. Havia um sentimento de desconforto nessa relação, as comparações com a capital goiana e o crescimento de modernidade que Goiânia havia despertado não apenas em Goiás, mas no Brasil através de sua construção e o desafio de criar do cerrado uma cidade moderna e edificada e transforma-la em símbolo para o Brasil. Além disso, há a crise econômica que a cidade de Anápolis passou devido aos altos gastos de ajudar a financiar a construção da nova capital estadual e não receber benfeitorias; são fatores da criação desse sentimento de luto e aversão do povo anapolino.

O otimismo é renovado na cidade e o luto é quebrado por três acontecimentos: o primeiro, a nova capital federal (Brasília) é bastante próxima e Anápolis será o ponto de apoio inicial; o segundo, a visita do presidente Juscelino Kubistchek fazendo o anúncio em solo anapolino; e, finalmente, pela comemoração do cinquentenário, era preciso manter esse sentimento de nacionalismo e a revista precisa, de forma pedagógica, transpor esse sentimento a seu povo, entretanto, a realidade da cidade ainda é a busca de um ideal moderno, grandes empreendimentos ainda não foram feitos e é preciso retornar aos tempos de “glória”. A imagem projetada não é da década de 1950, mas a chegada da ferrovia. Por esse motivo, a revista escolhe obras para mostrar ao seu povo e ao Brasil a glória do seu tempo.

A heterotopia de ilusão é o feito que pode resgatar, o primeiro hospital do Estado de Goiás, o primeiro banco, as primeiras construções do Art Déco, o primeiro edifício do Estado com seis andares, a estação ferroviária. É essa a memória que quebra o hoje e transpõe o passado, numa perspectiva de futuro. À cidade voltava o entusiasmo de ser moderna e progressista, a memória coletiva dos habitantes da cidade volta aos tempos de expansão econômica e reestruturam o resgate de imaginário social. É por meio das grandes obras do passado, que a elite anapolina projeta-se novamente para reorganizar o seu espaço.

A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às

continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. (NORA, 1993, p.9)

A ousadia de emergir uma cidade como Brasília no meio do nada, do vazio, mobilizou o sentimento de toda a nação brasileira e Anápolis em sua organização cultural urbana e rural precisava dentro de sua esfera organizacional, dos seus símbolos, da sua história e a memória de um passado não distante, ainda presente nas suas edificações, que ainda faz parte do seu cotidiano, mas que no momento de seu aniversário é o chamado de algo maior. Precisavam ser ressignificados, trazidos desse passado-presente, “desse modo, a história demarca os limites para um futuro possível e distinto, sem que com isso possa renunciar às condições estruturais associadas a uma possível repetição dos eventos” (KOSELLECK, 2006 p. 145), para um agora efetivo, é uma ilusão necessária.

São escolhidos “cânones” para mostrar a cidade moderna, como o hospital evangélico, construído no final da década de 1920 e a escola de enfermagem junto à direção de James Fanstone, escolhidos como local de memória do progresso. Em 1957 não é mais um símbolo de modernidade para o Brasil ou Goiás, Goiânia já havia passado esse estágio, é uma heterotopia de ilusão da modernidade. É um espelho do passado que é ressignificado para aquele momento, o avanço da indústria brasileira também é um reflexo de que a modernidade havia seguido passos maiores com o seu crescimento nacional e na revista é mostrado como propaganda⁴³, como as indústrias de café e arroz que são símbolos da economia da cidade e híbrida é a junção das técnicas da indústria com a cultura original da cidade.

Na *Cinqüentenária* temos o entusiasmo que a construção de Brasília provocou pela chegada dos caminhões da Novacap⁴⁴ e dos trabalhadores que passavam pela cidade para migrarem na construção de Brasília. A cidade mostrava-se aberta e receptiva à mudanças e o fluxo migratório, o que fazia parte do imaginário social da cidade, devido à presença da ferrovia, a chegada de diversos imigrantes de todo o país e do mundo. A revista sempre reafirma o caráter hospitaleiro do anapolino, gentil e progressista e extremamente comunicativo com o mundo.

“Servida por inúmeros meios de comunicação, seu nome é hoje conhecido até no estrangeiro. Anápolis de 1957 surpreende a seus

⁴³ Coloco como propaganda não apenas por mostrar a indústria da cidade, mas por comerciantes colocarem como anúncio de seus estabelecimentos e ajudar a financiar a edição da revista.

⁴⁴ Artigo 19 da Lei nº 2.874 de 19/05/1956 que estatui para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), Revista Brasília nº01 janeiro de 1957. Ano 1

próprios cidadãos. O seu crescimento espantoso, que causa admiração a todos aqueles que a visitam, se acentua de dia para dia, em todos os setores de atividades dos anapolinos. (A CINQUENTENÁRIA, 1957, s/p.)

A euforia de Brasília e o movimento aumentavam os ânimos da cidade, toda a revista, além de resgatar a memória, buscava mostrar o caminho do progresso e a maneira como estar próxima a nova capital traria benefícios e crescimento econômico. Além de como a estrada, que seria inaugurada entre Brasília e Anápolis, era o cordão umbilical entre as cidades “modernas” do planalto central. Anápolis era a captadora, segundo a revista, e levaria os suplementos para o “filho” genuinamente brasileiro gerado em seu interior.

O seu comércio intenso com as cidades circunvizinhas, notadamente com o norte do Estado, colocam-na em situação privilegiada, principalmente agora com a transferência da Capital da República para Brasília, com a qual ficara ligada por magnífica estrada asfaltada, cujas obras já foram iniciadas. (A CINQUENTENÁRIA, 1957, s/p.⁴⁵)

Essa heterotopia de ilusão no discurso da revista não refletia aos olhos de outros locais e nem mesmo dos trabalhadores que construíam Brasília ou jornais da época como *O Globo*⁴⁶, colocavam as regiões próximas como menos desenvolvidas, nem mesmo Anápolis era situada como símbolo de progresso, a Novacap foi responsável por criar documentários para registrar a construção da nova capital e o locutor fala sobre os locais por onde passam a estrada e não há menção à modernidade anapolina.

Novacap Brasília nº 10, o objetivo é apresentar a inauguração da rodovia Brasília – Anápolis. O contraste entre a modernidade que chega com a estrada com as áreas adjacentes que aparecem como plano de fundo chamam a atenção e esgarçam tanto a modernidade quanto o sertão. A locução do narrador privilegia a questão do desenvolvimento e da modernidade que a rodovia Brasília – Anápolis trará, o que contrasta violentamente com as imagens de uma vastidão e de um horizonte indelével. (GOMES, 2008, p.278)

⁴⁵ REVISTA A Cinquentenária - Edição única em comemoração ao jubileu da cidade de Anápolis, 1957, algumas páginas da revista se encontram sem paginação.

⁴⁶ O autor do jornal era contrário à transferência da capital para o interior do país, visto que havia nestas locais práticas consideradas atrasadas, como a jagunçada. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 maio 1958, Apud. RIBEIRO, Gustavo Lins. 2008, p. 56.

Além dessa afirmação de modernidade que Anápolis expressa em seus jornais e no período do seu aniversário, havia grande entusiasmo quanto a especulação imobiliária. Foi vendida como o local ideal para se fazer investimentos e lucrar com a nova metrópole, foram criados bairros como Nova Capital, Bairro JK, Nova Brasília, todos esses bairros na região norte da cidade, próximo à rodovia, na *cinquentenária* foi feita uma manchete sobre esse potencial financeiro entre Anápolis e Brasília.

O aparecimento de capitais vindos de fora não se fez tardar. A ampliação dos negócios imobiliários com a sua consequente valorização é fato inegável. Firms de grandes centros, interessadas em manter negócios aqui, enxergando em nossa cidade um excelente posto de abastecimento, já manifestaram.

O próprio governo na pessoa do Dr. Juscelino Kubistchek de Oliveira, colocou Anápolis dentro de seus planos quando decretou a ligação de Brasília à nossa cidade através de uma estrada asfaltada que deveria ter início imediato. (A *CINQUENTENÁRIA*, 1957, s/p.)

Essa ideia de proximidade, não é de todo descredito, porém Anápolis não é a cidade mais próxima a Brasília, outras cidades tem uma proximidade maior, como a cidade de Luziânia, que Segundo Ivany Neiva Câmara (2008, p.203) “moradores e autoridades de cidades próximas a Brasília manifestavam interesse em serem reconhecidas como ‘próximas à capital’. (...) no papel de carta em que o jornal A Folha de Luziânia solicita ao presidente da Novacap a remessa mensal da Revista Brasília, está impresso: ‘Luziânia é a cidade mais próxima de Brasília.’”

Várias cidades começam a disputar a relação com Brasília, e Anápolis começa a romper com as suas expectativas, a ferrovia que traria todos os materiais para a construção de Brasília e logo em seguida seriam transportados pela rodovia, começam a causar prejuízos, primeiro que os trilhos da estrada cortavam o centro da cidade e vários automóveis furavam os seus pneus causando diversos acidentes, além disso a ferrovia não recebia investimentos adequados, a ferrovia se mostrava obsoleta e o projeto de nacional-desenvolvimentismo e a arquitetura modernista elegeram o automóvel como o meio de transporte adequado para o mundo moderno. Os cruzamentos das vias férreas juntos às ruas da cidade sempre foram problemáticos.

Muitos acidentes ocorreram, havendo até uma batida entre uma locomotiva e um ônibus na Praça Oeste, provocando mortes. Os trilhos que ainda existiam também prejudicavam os pneus dos veículos, a falta de investimentos nos vagões sucateados tornava as viagens inseguras e dispendiosas, além do fato de que os ônibus e caminhões atendiam a quase todas as demandas de transporte antes executadas pela ferrovia. (VARGAS, 2015, p. 75)

Anápolis mostrava-se “atrasada” e nesse sentido, era preciso eliminar a ferrovia e inaugurar ruas pavimentadas. O edital Nº13 demoraria bastante tempo para mudar as ruas da cidade, as cidades modernas possuíam vias largas, como foram as reformas da cidade de Paris e do Rio de Janeiro, e Brasília pelo seu plano diretor de Lúcio Costa era o reflexo dessa modernidade de ruas largas pela adoção do padrão rodoviário e não mais o uso da estrada de ferro. Anápolis não havia reformulado o seu espaço o plano diretor da cidade com o edital Nº 10, demoraria no mínimo 18 meses para o relatório final e outro tempo para ser executado.

Antes de falarmos sobre a quebra de expectativa que Brasília trouxe à população anapolina, temos que pensar que mesmo antes do entusiasmo da nova capital ocorrer houve a introdução de modelos modernistas dentro da sociedade. Dessa forma, Brasília não marcaria uma inovação tão diferente do que já se via na cidade.

3.3 - Construções modernistas em Anápolis, antes de Brasília?

A pergunta que dá nome ao título deste capítulo foi resultado de inquietude e de espanto, quando comecei a pesquisa nos arquivos do planejamento urbano, durante a década de 1950, acreditava que a cidade de Brasília seria o ideal de cidade e que influenciaria de forma decisiva as construções urbanas de Anápolis, e sua maior influência daria-se após a década de 1960.

Claro que isso ocorria devido à proximidade da cidade de Anápolis, com a nova capital federal – Brasília, com uma distância de 148 quilômetros, ligada pela GO- 060. O novo ideal de modernidade e Brasil que se desenhava causaria uma narrativa que alteraria não apenas o discurso de modernidade brasileira, mas todas as formas de política, economia, estética, construção e diversos fatores históricos, porém sempre sustentei uma proposta que esse processo poderia ter iniciado com o anúncio da nova capital em 1956.

Durante o processo de pesquisa, encontrei plantas que derrubaram de forma espantosa, a minha perspectiva, claro que não posso dizer que não sabia que já haviam obras construídas de caráter modernistas na cidade, já havia trabalhos que abordavam essa temática, como o artigo *Anápolis e os exemplares habitacionais de caráter modernista*, publicado na *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de*

*Estudos sobre a Cidade*⁴⁷ - UNICAMP (2014), os autores abordam algumas construções que foram edificadas na cidade antes mesmo da construção de Brasília, isso deu-se pela comunicação que a cidade possuía com outras regiões como Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Porém já falamos dessa comunicação, e não seria grande surpresa que diversos arquitetos, construtores e engenheiros de outras regiões tivessem desembarcado em Anápolis, e nas suas bagagens trouxessem novas ideias, como a residência de João de Faria construída em 1958, uma casa de características modernistas.

Segundo os autores Pantaleão, Manso, Pereira e Silva (2014, p.342), vários arquitetos de diversos locais, estiveram em Anápolis e deixaram suas marcas, como o engenheiro João Alves Toledo, responsável pelo o desenho do bairro Jundiá e Lúcio Pinheiro, formado em Minas Gerais que era ligado ao escritório de arquitetura de Oscar Niemayer, que atuou em uma casa modernista na década de 1970.

Porém, a pesquisa com as fontes do arquivo mostrou-me uma produção bem mais expressiva na primeira década de 1950, em estilo modernista, a formação da escola de arquitetura e a regulamentação do profissional de arquitetura, iniciada por Lucio Costa. Aumentou-se a atuação e a formação desses profissionais em outras localidades do Brasil. Em sua maioria formavam-se nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, “[...] foram e são os arquitetos ‘em trânsito’ que simbolizam essa troca e enriquecimento de valores que, como sementes ao vento, vão desenvolver outras paisagens em novas paragens” (SEGAWA, 1988, p. 13).

Além da formação destes profissionais, houve uma maior produção acadêmica, com a produção de periódicos sobre o tema da arquitetura moderna, que ampliou a troca de informações sobre o movimento estético e as suas construções, com o uso de novos materiais, formas, móveis e etc.; segundo Pereira (2008, p.15)

Revistas como *Habitat* (1950-1965), *Brasil Arquitetura Contemporânea* (1953-1958), *Arquitetura e Decoração* (1953-1958), *Forma* (1954-1955), *Módulo* (1955-1965), *Brasília* (1957-1962), *Bem Estar* (1958-1960), *IAB* (1958-1959), *Espaço* (1959-?), *Arquitetura*⁷ (1961-1968) surgiram nesse momento e se uniram às publicações anteriores – como *Acrópole* (1938-1971) e *Arquitetura e Engenharia* (1946-1965).

⁴⁷ Pantaleão, S. C., Manso, C. A. F., Pereira, P. H. M., & Silva, D. J. da. (2014). *Anápolis e os exemplares habitacionais de caráter modernista*. URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade, 6(1), 340-363.

Ressaltamos que os estudos sobre as “obras modernistas”⁴⁸ em Anápolis, focaram na década de 1970. Como o artigo citado acima, sobre as casas modernistas de Anápolis ou como a influência que Brasília exerceu na construção do Centro Administrativo de Anápolis⁴⁹ em 1973, foi realizado ainda um concurso municipal para a escolha de um projeto arquitetônico modernista, que seria finalizado em 1982. Os estudos acadêmicos sobre a história urbana focaram nas obras, após a construção de Brasília, principalmente nas obras da década de 1970, o que alimentava a hipótese que a construção da nova capital teria influenciado a mudança arquitetônica para o modernismo, após a década de 1960, o que os documentos mostraram foi que o fluxo de arquitetos já havia iniciado essas obras a partir da década de 1950.

Os arquitetos do período estavam conectados sobre o discurso da modernidade e das influências modernistas e ao levarem esses valores estéticos às diversas regiões do Brasil, foram transformando os tecidos urbanos. Devemos destacar que algumas obras poderiam sofrer interferências em seus projetos originais por vários motivos como a ausência materiais, mão de obra especializada, ou apenas o valor estético poderia não agradar ao morador ou ideal de projeto da prefeitura.

Devemos alertar que o processo de construções de caráter modernista, foi sendo introduzido de forma gradativa no tecido social urbano, alguns habitantes não se identificavam com as novas formas, ou os altos custos da obra.

A partir de 1950, encontramos o primeiro processo de N° 1.686 em 23 de outubro, o morador da cidade com um nome britânico⁵⁰, de John Stuart Wortley, deu entrada para a construção de um prédio comercial em que era sócio, na rua Dr. Gensérico N° 202, o prédio era para Sociedade Agromercantil de Anápolis Ltda. E a responsabilidade da execução era do engenheiro Getúlio Siqueira e o desenho feito pelo J. Friedmann, proprietário de escritório de engenharia e arquitetura que atuava na cidade com o mesmo nome.

⁴⁸ No artigo Pantaleão, S. C., Manso, C. A. F., Pereira, P. H. M., & Silva, D. J. da. (2014). Anápolis e os exemplares habitacionais de caráter modernista. *URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade*, 6(1), 340-363, foram analisadas residências, como Hanna Hajar (1970 – 1972), ou outras 52 residências no bairro Jundiá, porém não foram catalogadas os anos de suas construções.

⁴⁹ Ver em: SOUZA, Denise Ribeiro. *A INFLUÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA NO EDIFÍCIO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DE ANÁPOLIS*, Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho, Caderno de pesquisas, Ano 4 e 5/ nº 1 e 2 de outubro de 2013, p. 60 – 68.

⁵⁰ Quero deixar claro, que esta foi uma dúvida lançada sobre a origem deste senhor, como falado no primeiro capítulo, Anápolis havia recebido muitos imigrantes de outras localidades do planeta, como os Sírios, japoneses e ingleses, como não encontrei referências, deixo aqui a dúvida.

Na figura 53, podemos perceber uma fachada retilínea, com o uso de janelas e portas com vidros amplos, possibilitando a entrada de luz e maior ventilação, outra característica é o jardim interno, pilares aparentes e uma platibanda que esconde o telhado, além de linhas retas e limpas.

Segundo, Pantaleão, Manso, Pereira e Silva (2014, p.347) essa construção se encaixaria numa arquitetura moderna referenciada, “pensada e executada por arquitetos e engenheiros de formação modernista”, esse tipo de construção era encontrado na mesma época em Goiânia, na residência Dourival de Souza Bacellar em 1952, de autoria do arquiteto Eurico Calixto de Godoy, sendo a primeira residência neste estilo registrada em Goiânia.

Outra novidade é o jardim interno que comparece como elemento importante da organização espacial, ao “reduzir” a dimensão do corredor, imprimindo a sensação de ampliação do espaço, e ao proporcionar maior iluminação e ventilação aos ambientes. A configuração da residência rompe com o padrão estético dominante nos bairros Central e Norte ao adotar uma geometria mais pura, volume prismático, linhas retas e planos inclinados. O telhado de pequena inclinação é encoberto pela platibanda, que lateralmente converge no centro da fachada, forma popularmente conhecida como “telhado borboleta”. Completando as inovações, o edifício é elevado do solo, com embasamento recuado e a laje de piso projeta-se em pequeno balanço. (Vaz; Zárate, 2005, s. p.).



Figura 50 - Planta da residência do Sr. John Stuart Wortley Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis.- 2018.



Figura 51 - fotografia da residência Dourival de Souza Bacellar - Fonte Sulamita Borges. In: BORGES, (1990, p.44)

Algumas soluções para a construção do prédio do Sr. John Stuart Wortley foram, a base totalmente fixa ao solo, sem o uso de pilotis, diferentemente da residência Sr. Dourival de Souza Bacellar em Goiânia, a indicar que a construção do Sr. John Stuart Wortley foi adaptada. Entretanto, os elementos entre elas são similares ao estilo modernista da época, como o uso do concreto armado, a abundância de vidros, o jardim da frente com um espaço lateral para o encontro com o jardim dos fundos, recriando um dos conceitos de Le Corbusier a sensação de ar e ventilação naturais, as platibandas de ambas as casas são bem elevadas escondendo a cobertura de telhas de barro.

A residência do Sr. Eurico Albuquerque (figuras 55 e 56), construída em 1952, apresentou junto a prefeitura uma planta com elementos que alternaram a perspectiva modernista através de elementos da arquitetura vernacular. Assim, houve a mistura de elementos arquitetônicos, segundo Pantaleão, Manso, Pereira e Silva (2014, p.347), esse tipo de residência era bastante comum em Anápolis e denominada de arquitetura moderna apropriada, “onde se verifica a mescla entre tradição vernacular, quanto à ocupação do lote e técnicas construtivas e o tratamento estético da fachada com elementos modernistas”.

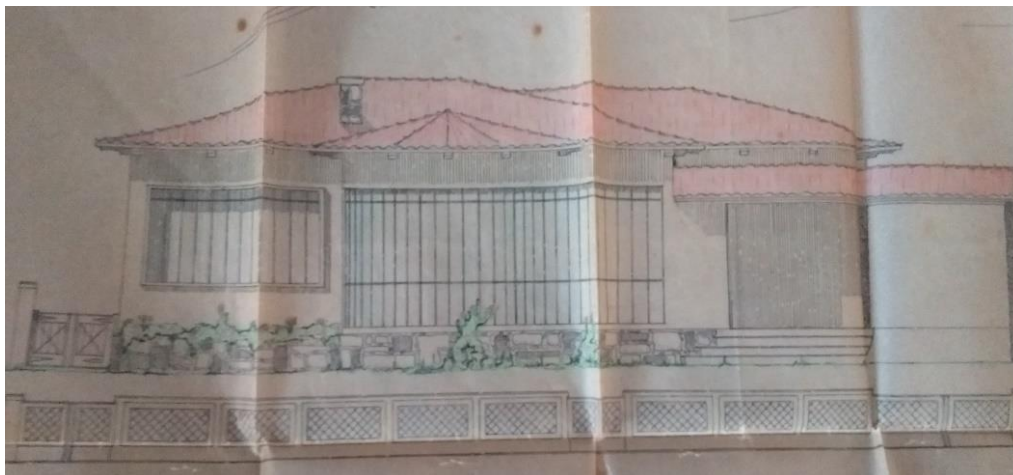


Figura 52 - Residência do Sr. Eurico Albuquerque - Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.

A residência possuía telhas de barro que eram bastante utilizadas durante as primeiras construções da cidade, chamadas de arquitetura colonial ou vernacular por apresentarem soluções de cunho regional para a construção de residências, dessa maneira podemos definir que as primeiras construções modernistas da cidade, buscavam adaptar-se aos materiais que estavam disponíveis ou eram mais acessíveis em termos econômicos.

A utilização dos tijolos em Anápolis só é registrada a partir da década de 1920, apesar de existirem olarias na cidade de Meia Ponte e em Goiás. As paredes eram revestidas com cal, uma herança portuguesa; misturada a pigmentos, obtinham-se outros matizes. Em relação às coberturas, as telhas cerâmicas eram do tipo canal, em capas e bicas, com beirais curtos, com cachorros decorados, nas edificações de proprietários com maior poder aquisitivo. (VARGAS, 2015, p.101)

Em Anápolis havia algumas fábricas desse tipo de telhas, essas olarias fabricavam para diversos municípios do estado, as chamadas telhas francesas. A fachada retilínea com o uso de vidros para compor os elementos decorativos modernistas, uma mescla de estilos arquitetônicos como o neocolonial com o estilo moderno. Outro aspecto é o jardim, para o arquiteto Le Corbusier, o mundo moderno deveria integrar o homem e a natureza, por isso era preciso destinar espaços para essa relação dentro das construções, no caso dessa construção o uso de pilotis não foi elevado do solo, seja por uma solução mais fácil ou por recursos econômicos. Assim os engenheiros, construtores ou arquitetos adaptam soluções para a execução do projeto.

A característica da planta informa-nos que a família do Sr. Eurico Albuquerque pertencia a um setor bastante privilegiado da sociedade, com grande poder econômico, uma família de classe média alta que podia comprar um lote no centro da cidade. Mesmo com o aumento dos valores e devido à especulação imobiliária da época, tendo em seu desenho um grande jardim na parte frontal da casa, uma grande sala de jantar e outra de estar, alpendre, abrigo, copa, varanda interna, três suítes, um imenso jardim de inverno dentro da residência que ficava centralizado e levava o conceito de natureza para o espaço interno da casa, cozinha e área de serviço separadas. Ao fundo do lote, uma edícula para a empregada com dois quartos, sala e cozinha e uma garagem separada da casa que dava acesso à outra rua, retratando que eram dois lotes emendados.

Casas de classe média alta: Casas com qualquer número de dormitórios, mais salas de visitas, “gabinete” (agora com feições de escritório, sala de jantar, copa-cozinha e quarto de empregada), eventualmente constando uma despensa e um quarto de engomar, sendo construções realizadas quase sempre no alinhamento e com um jardim lateral, raramente assobradada. (LEMOS, 1999, p.32)



Figura 53 - planta baixa da residência do Sr. Eurico Albuquerque – 1952. Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.

A morada do Sr. João Moraes (figura 58), no bairro jardim Jundiaí, também é um exemplo de adaptação de estilos, o que devemos observar no projeto é o uso do telhado borboleta e a introdução do espaço para o automóvel, estabelecendo o projeto de desenvolvimentismo nacional em prol da indústria automobilistas da época. Em outras palavras, o arquiteto Ivonio Vento destinou um espaço do lote para essa finalidade, a arquitetura moderna pensada ao longo da primeira metade do século XX elegeu o automóvel como um meio de integração da sociedade e o aumento do espaço urbano, o próprio projeto urbanístico do plano piloto⁵¹, desenhado por Lucio Costa, foi pensado em

⁵¹ Cabe, sim, entender Brasília e todo o urbanismo brasileiro do século XX como uma grande apologia ao automóvel, que representa a máquina hegemônica na construção da mobilidade. Outras soluções de cidade, se houve, foram rapidamente abortadas pela força da identidade construída entre arquitetura, modernidade

avenidas largas e superquadras para que todos os seus habitantes usufruíssem do automóvel como o meio de transporte e a integração da indústria automobilística.

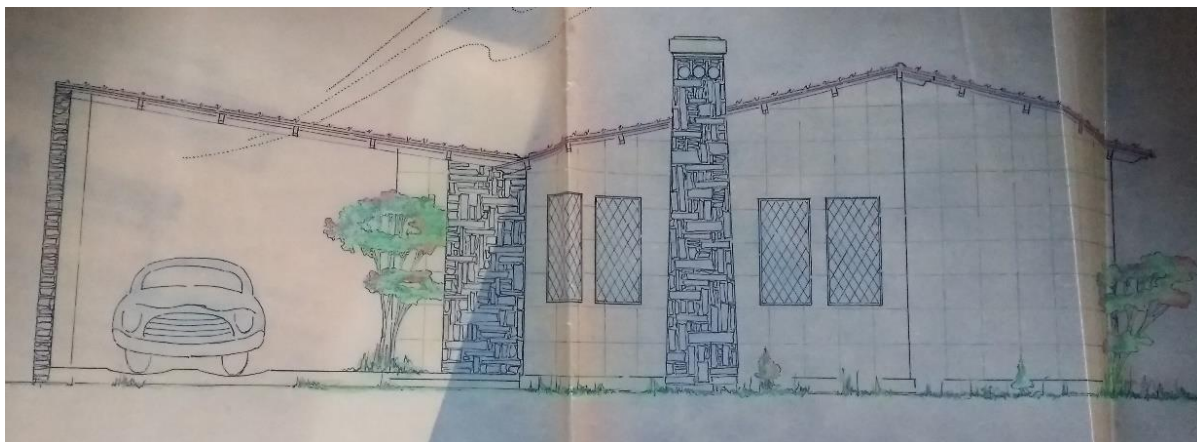


Figura 54 - planta da residência do Sr. João Moraes - Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.

O carro tinha entrado definitivamente na história da arquitetura, e 1933 marca a hegemonia dessa nova máquina no nascente urbanismo, com a publicação da Carta de Atenas. Elaborado pelos mais reconhecidos arquitetos modernos europeus, reunidos em torno do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam – em francês, Congrès Internationaux d'Architecture Moderne), essa carta prega a separação entre moradia, trabalho e lazer, conectados, claro, pelos automóveis (MUMFORD, 2000, p.133).

O desenvolvimento nacional brasileiro esteve atrelado ao crescimento industrial, à inserção do mercado nacional, ao setor de energias, siderurgia, e os bens duráveis como os automóveis. Porém a arquitetura moderna esteve no contexto tanto nacional como internacional em prol desse projeto de modernidade em que o carro era o objeto de fetiche e representante do modelo individual de transporte.

“O edifício do, na época, Ministério da Educação e Saúde Pública, projetado nos anos 1930, foi exaustivamente fotografado com os modernos Ford, Buick e Chevrolet da época. Isso também acontecera com o aeroporto Santos Dumont. Mas em nenhum desses edifícios o

e o quadriciclo de motor a explosão, comumente chamado de automóvel. Lara, Fernando Luiz: *Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano* / organizadores: Renato Balbim, Cleandro Krause, Clarisse Cunha Linke. – Brasília: Ipea: ITDP, 2016, p.140. Disponível: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9203/1/A%20Arquitetura.pdf>. Acessado em 26/05/2019.

automóvel fora convidado a entrar dentro do prédio, como no Grande Hotel de Ouro Preto. (LARA, 2016, P.137)

JK e Oscar Niemayer elegeram o automóvel como o símbolo de modernidade e a construção de Brasília, era a síntese do plano de crescimento do capital e desenvolvimento nacional da indústria automobilista, até o ano de 1951 o Brasil não produzia este tipo de mercadoria.

Cabe ressaltar que, até 1951, os automóveis vinham integralmente do exterior, sejam completos ou em peças a serem montadas no país, com baixíssimo grau de nacionalização e representando 15% dos pagamentos externos do Tesouro Nacional. Em 1952, Getúlio Vargas proíbe a importação de peças quando em caso de existir similar nacional e dá o primeiro impulso à indústria de autopeças que até então era incipiente. Em 1953, Vargas proíbe a entrada de veículos completos. Entre 1953 e 1955, instalam-se no Brasil as montadoras Mercedes Benz e Volkswagen, para competir com a Ford, a GM e a Studebaker, que já estavam instaladas. O mercado cresceria acima de 10% ao ano, mas o dilema entre importar – com impacto na balança externa de pagamentos – e nacionalizar estava instalado. (LARA, 2016, p. 139)

A concessionária de automóveis Ford já existia em Anápolis antes do projeto de inserção do automóvel pelo poder executivo nacional. Já na década de 1930, conforme já citamos no segundo capítulo, o processo de reorganização da fachada da loja para o estilo em Art Déco, no ano de 1944, com linhas expressivas desse movimento.

Agora, durante a década de 1950, as concessionárias de todo o planeta, passavam por uma reorganização em seu padrão arquitetônico industrial. O próprio Le Corbusier em suas conferências internacionais falava sobre a relação simbiótica entre o crescimento da indústria e o aperfeiçoamento de suas técnicas produtivas para o pleno crescimento da arquitetura moderna do século e os cinco pilares essenciais. Dessa forma a estética moderna dependia do desenvolvimento tecnológico da indústria.

E era sobre esse fundamento que se construiria uma arquitetura verdadeiramente moderna. Uma arquitetura que, dadas as suas características inovadoras, mesmo em termos de desenho, lembremos por exemplo os cinco pontos que Corbusier defendia para essa nova arquitetura, viria a depender grandemente das inovações construtivas, estabelecendo uma grande relação de afinidade com estas e com o que estas permitiam desenhar. Inovações ao nível de estruturas, de fachadas, de revestimentos, de vãos, de coberturas, de caixilhos, mostraram-se fundamentais para a definição dos valores estéticos da arquitetura industrial, e da demais, durante o século XX. (REBELO, 2012, p.47)

A indústria americana transformou-se de forma significativa durante a primeira metade do século XX, e as indústrias da Ford acompanharam esse crescimento e a busca por autonomia e eficácia na produção. O engenheiro Albert Kahn compreendia a necessidade de uma indústria robusta e ágil e a forma como a arquitetura auxiliaria nesse processo. Todas as fábricas da Ford Motor Car Company (figura 59), deveriam seguir o mesmo padrão estético. Os pensamentos de Kahn influenciaram pensadores europeus, principalmente os países envolvidos nas duas guerras mundiais como a França e a Alemanha. Le Corbusier teve contato com as ideias da arquitetura industrial americana, o que pode ter influenciado nas suas concepções de ideal moderno, como o uso de materiais pré-fabricados, como o aço, vidro e tijolos, contribuindo para a arquitetura do Brasil pelos arquitetos Lucio Costa e Oscar Niemayer.



Figura 55 - -- Fotografia da indústria Ford Motor Car Company – Fonte: In: REBELO, 2012, p.30.

As indústrias e lojas de automóveis de todo o planeta adotaram elementos de suas fachadas limpas, retilíneas, sem adereços ou ornamentações pesadas, relação que como o próprio Corbusier dizia “casa máquina de morar”, transmitia uma ideia de trabalho, modernidade, leveza e eficiência, bem diferente do modelo adotado em Anápolis em 1944, uma arquitetura moderna em estilo Art Déco, muito utilizada no Brasil.

A escola de arquitetura moderna alemã, a Bauhaus foi construída pelo arquiteto Walter Gropius, que projetou alguns edifícios na Europa, esse modelo espalhou-se por todo o planeta, e em 1955 a CIA Silva Duarte S/A (Ford) em Anápolis, entrou com o processo de N° 1040 para alteração por completo da fachada da loja, eliminando completamente o estilo Art Déco.

A planta do projeto da Ford de Anápolis assemelha-se com o modelo da arquitetura moderna da escola Bauhaus, com os elementos da arquitetura moderna americana, como o uso de vidros, fachada limpa com tijolos avista, e a estrutura em betão armado e concreto, esse modelo de fachadas foi adotado em todo o planeta pela Ford Motor Company e em Anápolis foi seguido.

O edifício (figura 59) construído em Dessau, Alemanha, temos a fachada projetada por Walter Gropius inaugurada em 4 de dezembro de 1926, onde “a forma segue função”, com os cinco elementos da arquitetura moderna de Corbusier, o térreo livre pelo uso de pilotis⁵², uso de vidros que acompanham a fachadas, janelas em fita, linhas retas e limpas, espaço para o jardim e o uso de concreto com betão armado.



Figura 56-- Escola alemã da Bauhaus – 1926 – Fonte: In rebelo, 2012, p. 46.

No caso do edifício da concessionária Ford (figura 60) em Anápolis, não foi uma demolição e sim uma adequação aos padrões de modernidade que se ampliaram em todo o mundo. Alguns elementos que demandavam uma quantidade técnica e econômica não foram executados, dessa forma temos uma arquitetura mista, os padrões pré-existentes permaneceram e a elevação do edifício por meio dos pilotis não foi executado, a base estrutural antiga foi mantida.

⁵² A ideia de pilotis de Le Corbusier se deve ao melhor aproveitamento do terreno, e serve como ponto de sustentação da obra, amplamente difundido na arquitetura modernista. “(...) os pilotis, ao mergulhar nos declives, dariam suporte à casa pura, criariam gratuitamente espaços utilizáveis, permitiriam que se plantassem árvores e se formassem gramados, substituindo uma paisagem de pedra, melancólica e medievalesca, por espaços verdejantes e contínuos, no meio dos quais surgiriam apenas os prismas das residências.” (LE CORBUSIER, *Precisões: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. Cosac & Naify, 2004. p. 61)

O que podemos perceber é a mudança da fachada, com linhas retas, as janelas em fita acompanhando o desenho da fachada, o concreto, o uso de azulejos laterais e tijolos, uma arquitetura limpa e sem ornamentos, o que não encontramos é o uso do jardim, por ser uma empreendimento comercial localizado no meio do centro da cidade, o arquiteto Ivonio Vento, pôde ter preferido não interferir no ambiente externo, os dois desenhos que vemos de Vento, mostram claramente a sua formação acadêmica da arquitetura modernista da época e o seu contato com outras localidades.

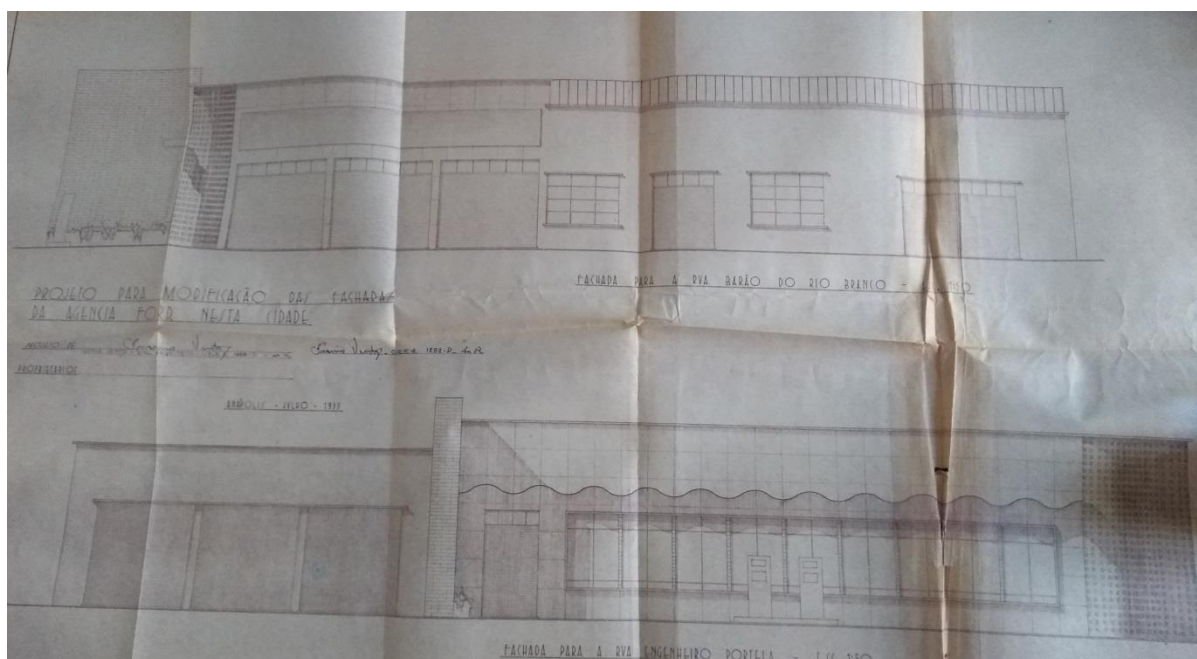


Figura 57-Planta da Agência Ford, 1955 – Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.

Dentro da documentação catalogada duas construções tiveram a autoria do arquiteto Ivonio Vento, entre 1952-1955, depois não encontramos mais documentos sobre os seus projetos. Todavia, o engenheiro Getúlio Siqueira, teve uma longa trajetória com execução de obras ao longo da década de 1950, a primeira encontrada foi a residência do Sr. John Stuart Wortley, logo após essa construção, podemos perceber que ele passou a desenvolver de forma mais eficaz as técnicas e elementos modernistas. A cidade, entre os anos de 1953 até 1961, obteve uma autonomia democrática nas suas eleições, tendo três prefeitos eleitos diretamente pela população, João Luiz de Oliveira (1953-1955), Carlos de Pina, que voltou ao cargo de prefeito (1955-1959) e Heli Alves Ferreira (1959-1961).

A partir desse momento Anápolis procurou desenvolver-se no campo econômico, investindo em seu próprio território – e não mais teve como foco enviar somas para

construir a nova capital, e, em 1957, passaria a comemorar o seu aniversário de 50 anos. Getúlio Siqueira possuía formação em engenharia, como consta em seus projetos, mas ao buscar informações sobre a sua vida pessoal, origens e formação, não encontramos grandes registros que nos falem mais sobre sua trajetória. Situação recorrente no estudo das obras desses engenheiros e arquitetos. Encontramos no plano de avaliação do edital de Nº 10, do qual falaremos mais adiante, que Getúlio Siqueira era diretor da Divisão de Obras e Serviços públicos da cidade e com base nos seus desenhos tentaremos explicar a aplicação dos seus conhecimentos acadêmicos na construção de edifícios e casas residenciais na cidade.

Os “turcos” como eram denominados popularmente na cidade, que em sua maioria eram Sírio-libaneses, estavam a frente de vários empreendimentos na cidade. Faez Faud, árabe e industriário, contratou o engenheiro Getúlio Siqueira, em 1953 para a construção de um edifício de três pavimentos, o térreo para loja e os dois últimos para escritórios, no valor de Cr\$: 750.000,00 um valor elevado para a época.

Nota-se que houve na parte inferior do edifício (figura 58), o uso de pilares arredondados, janelas simétricas e o uso de tijolos a vista, porém a fachada conta com uma mistura de elementos, denomina uma arquitetura moderna popularizada, ocorre um híbrido de estilos, o edifício apresentava elementos do Art Déco com o modernista, algo que podemos perceber é o uso de cores fortes, que não era usado como princípio da estética modernista.



Figura 59 -Planta baixa lateral da residência do Sr. Joaquim Propicio de Pina- 1956 - Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.



Figura 60 - planta da fachada da residência do Sr. Joaquim Propicio de Pina 1956. Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.

Devemos destacar que todos esses elementos passaram a definir os discursos sobre o que seria uma casa modernista e passou a fazer parte do imaginário da população, e a construção de Brasília ampliava esse discurso de forma vertical, todos os elementos passaram a ser adotados por construções mais simples, o que segundo Segawa (1998, p.

129), é o “reconhecimento social” que a área da engenharia e arquitetura ganhou ao longo da década de 1950. A historiografia não consegue precisar o momento em que esse “modismo”, de fato, ganhou todas as camadas sociais do Brasil.

Para concluir os projetos de construções modernistas dessa década temos o Colégio Estadual de Anápolis, José Ludovico de Almeida, um dos mais antigos ainda em funcionamento. Nele podemos ver as influências que a chegada do concreto armado nas linhas da arquitetura da cidade vinha ganhando. Em 26 de setembro de 1956, o projeto contava com uma escola de grandes proporções para a educação, um prédio com diversos pavimentos. Este projeto foi de responsabilidade do governo estadual representado pelo governador Dr. Jose Ludovico de Almeida, orçado em Cr\$: 2.500.00,00 e desenhado pelo escritório de engenharia e arquitetura Elder Rocha Lima, mesmo nome do profissional que havia se formado no Rio de Janeiro e veio para Goiás trazendo uma bagagem modernista em suas obras, “o primeiro grupo, liderado por Eurico Godoy e Elder Rocha Lima, vindos do Rio de Janeiro, chega à capital no início dos anos cinquenta” (NETO, 2010, p.21)

Elder Rocha Lima foi um dos fundadores da escola de arquitetura no Estado, responsável por projetar edifícios modernistas como a Assembleia Legislativa de Goiás, os seus trabalhos não foram pesquisados com grande profundidade, cabendo inclusive uma pesquisa mais aprofundada sobre a sua contribuição para a história urbana de Goiás.

Sua obra em Anápolis tinha como base o concreto armado, o uso de pilotis em V, fachada com vidros e uma área ampla de arborização, em formato de L, integrando todos os espaços.



Figura 61- Planta do Colégio José Ludovico de Almeida – 1956. Fonte: Arquivo municipal de obras e planejamento público de Anápolis. 2018.



Figura 62-Fotografia do Colégio José Ludovico de Almeida – Fonte: Museu Histórico da cidade de Anápolis – 2012.

Anápolis e o Brasil passaram a experimentar a estabilidade econômica e política, devido à aceleração do desenvolvimentismo nacional, que alcançou maior êxito na segunda metade da década de 1950, portanto o fenômeno estético modernista.

Segundo Pereira, (2008, p.14) “Brasília é reconhecida pela historiografia como um marco da arquitetura brasileira, por ser uma das maiores realizações no país a unir a um só tempo a arquitetura e o urbanismo modernos e por retratar o prestígio então atribuído à arquitetura nacional”, mas devemos destacar que o acesso de profissionais ligados à arte modernista foi um grande propagador dessas ideias, que foram efetivadas com o imaginário desenvolvido pela edificação de Brasília e o prestígio nacional e internacional de Oscar Niemayer.

3.4 Anápolis e as duas modernidades: Modernidade ou hibridismo?

**Das indústrias, na riqueza,
hoje ergue, a cidade, ufana,
Deslumbrando a redondeza,
A alta Matriz de Santana.
Quem se lembra do cargueiro,
Que se meteu pelo mato,
No tempo do cativo,
Pondo a carga em desbarato?
Os dois pretos labutavam
E a canastra não bulia.
Só os donos atinavam
Com o que dela havia.
Era a imagem de Sant`Ana,
Abençoando o lugar,
Onde, depois, soberana,
Haveria de reinar.
Goiânia, 1957, autor Xavier
Junior. (Cinquentenária,
1957, s/p.)**

A modernidade, segundo Berman (1986), é tudo aquilo que vai superando e transformando o que está em sua volta; para Foucault a modernidade parte da ordem do discurso que se alimenta em diversas direções. No caso de Anápolis, como podemos pensar uma cidade que se projetou aparentemente por si mesma principalmente por sua elite, os outros grupos não participavam? A cultura popular não esteve presente?

A cidade possui em si uma “raiz”, e essa força ontológica não pode ser desprezada e esquecida como se nada existisse anteriormente, na própria constituição da história

como gêneses, a cidade procurou apagar de forma discursiva essas raízes, para abrigar uma cidade moderna. Dessa maneira, a cidade das Antas, como era chamada, é como se nunca tivesse existido, mas as relações campo e cidade se mantiveram bem presentes ao longo de sua história.

A cultura anterior ao “moderno” estava presente dentro dessas manifestações, a cultura rural fez-se presente em todos os movimentos, não apenas como força econômica e social, mas como símbolos que se mantiveram presentes em todas as instâncias dessa construção de moderno. Foucault apresenta que a modernidade está na atitude do sujeito e esse sujeito expressa os seus signos e símbolos nas coisas, nas palavras.

Tanto os tradicionalistas quanto os modernizadores quiseram construir objetos puros. Os primeiros imaginavam culturas nacionais e populares “autênticas”; procuravam preservá-las da industrialização, da massificação urbana e das influências estrangeiras. Os modernizadores conceberam uma arte pela arte, um saber pelo saber, sem fronteiras territoriais, e confiaram à experimentação e a inovação autônomas suas fantasias de progresso. (CANCLINI, 2013, P.21)

A história cultural, segundo Chartier (1988), tem como princípio o modo como em diferentes lugares e momentos, determinada realidade social é construída. São diversos grupos dominantes, ou não, ligados por diversas relações, é nesse sentido que a modernidade não pode ser explicada apenas com formas, mas também por símbolos e discursos que aqui são mostrados por meio das alterações feitas no conjunto da cidade e edificadas pelas obras de pedra e cal. Para Foucault, o conceito de dispositivo é a definição entre discurso e prática, ideias e ações,

Através deste termo [dispositivo] tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2005b, p. 244-245)

Quando olhamos os jornais da cidade em 1935, sempre vemos manchetes com os dizeres “cidade progressista e moderna”, é uma visão de si ufanista, porque o moderno não pode apagar os traços genealógicos, não podemos deixar de ser o que somos. Nesse caso a cultura rural não pode desaparecer para dar lugar à cultura urbana moderna.

As residências de pau a pique, estiveram ali por décadas, foram abrigo de algumas gerações, contribuíram para uma cultura, uma relação com o espaço, estabeleceu ligações

entre os diversos moradores e mesmo com a chegada dos imigrantes e do discurso de modernidade sempre estiveram ali, mesmo após a demolição, porque a cultura é embrionária, está no imaginário da cidade, e a cidade só se torna uma representação simbólica, que mesmo edificada tem no seu interior as raízes rurais, “O tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal”. (Ricoeur, 1994, p. 85)

Durante a década de 1930, Anápolis, pela ordem do discurso, projetava-se como uma cidade progressista e moderna, em vários jornais encontramos matérias sobre o caráter desenvolvimentista que a chegada da ferrovia iria proporcionar, estabelecendo um discurso de si, que não era real, claro que o discurso partia de uma sociedade que se projeta, pois, acerca dos jornais e revistas:

A imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ E PEIXOTO, 2007, p.260)

No jornal *Annapolis* de 1935, temos uma reportagem sobre como a cidade se projetava, mas, como a cultura rural estava presente e fazia parte do cotidiano citadino, o discurso dentro do jornal era de mostrar uma cidade que buscava o progresso por meio da ferrovia e da industrialização, na reportagem percebemos a conexão entre o mundo rural presente no cotidiano da cidade nos valores culturais e na produção da economia, além da conexão com a ferrovia que seria naquele momento o elo para um mundo moderno.

Exposição de productos goyanos em Annapolis.

No intuito de dar mais brilho ás festas commemorativas da inauguração da Estrada de Ferro, nesta cidade, resolveu esta redacção desta folha tomar a iniciativa de promover uma exposição de productos goyanos, quer naturaes, agrícolas, pastoris e manufacturados, como de obras literários scientificas e artistens (sic) e em summa, de tudo o que Goyaz puder expôr aos olhos do mundo civilisado nas múltiplas espheras das suas actividades e possibilidades. (Jornal Annapolis, 31 de março de 1935)



Figura 63-Fotografia da exposição de carros de boi, em frente à estação ferroviária. Fonte: Museu Histórico da cidade de Anápolis – 2012.

A fotografia é o registro dessa conexão entre o mundo rural e o mundo moderno. Até naquele momento havia uma conexão entre os dois espaços, não uma rivalidade ou desprezo ao mundo rural. O que encontramos na imagem é materialidade da tradição representada pelos carros de boi e o moderno atrás representado pela estação ferroviária.

A estação de ferro foi um símbolo de modernidade, que começa a ser deixado para trás, a década de 1950, é impulsionada pelo nacionalismo, o crescimento das indústrias e a utopia de um país avançado, e Brasília era a cidade que foi pensada para representar esse momento, mas o entusiasmo com a nova capital começou a perder força, os símbolos da imagem acima, começam a representar um passado que foi ficando mais distante, os carros de bois não mais passavam no centro da cidade havia algum tempo e agora, a ferrovia também começa a abandonar o cotidiano citadino de Anápolis.

A relação de entusiasmo e namoro com a nova capital começou a se quebrar, o horizonte de expectativa mostrou-se um pouco turvo e a modernidade e as relações pré-existentes mostram-se conflituosas.

Esperança e recordação, ou mais genericamente, expectativa e experiência – pois expectativa é abarca mais que esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã. (KOSELLECK, 2006 p. 308).

O rompimento com Brasília ocorre primeiramente com o incentivo de construção de rodovias em todo o Brasil, Anápolis estava relegada a ferrovia, não era o retrato do novo Brasil, havia nela elementos híbridos de outro momento da nossa história. A Novacap solicitou o desligamento do transporte anapolino, a elite brasileira opta pelo padrão rodoviário, o automóvel como símbolo de modernidade e independência, o transporte ferroviário foi relegado aos grupos mais pobres.

A decadência se agravou quando a “Nova Capital”, companhia responsável pela construção de Brasília, noticiou que a ligação ferroviária da Estrada de Ferro Goiás partiria de Pires do Rio e não de Anápolis, como se esperava, por ser a cidade mais próxima. A falta de manutenção dos vagões, os constantes atrasos relegaram o uso dos trens à população de mais baixa renda. (VARGAS,2015, p.76)

Além disso, o crescimento da cidade durante a década de 1950 não foi expressivo em ganhos econômicos como se imaginava, houve como falado um aumento populacional e descontrole de zoneamento da cidade e os empreendimentos de outras cidades de Goiás fizeram concorrência, como se vê em uma matéria do jornal *O Anápolis*, “Brasília: motivo de chantagem”.

Desfarçatez: anunciam nos jornais, nas revistas, nas rádios. E Brasília é motivo, é razão de chantagem, ante as vistas e os ouvidos indiferentes das autoridades constituídas, que a tudo assistem, impassíveis.

Glória Inglória

Lá para os lados do distrito de Mimoso, no longínquo município de Niquelândia, existe um “loteamento” chamado Glória de Brasília (...) Para se ter uma ideia de como tais lotes estão perto Brasília, basta se diga que, de Anápolis a Niquelândia, mediam mais ou menos 360 quilômetros e de Anápolis a Brasília, 147. De Mimoso a Brasília – sem ligação, que não existe direta – mediam 240 quilômetros. (Jornal Anápolis, 29 de novembro de 1959)

Outro fator que podemos observar quando analisamos os arquivos, é o aumento dos pedidos de construção de moradias, no entanto, a maioria é de imóveis de grupos mais pobres, como pedidos de construção de barracões, casebre⁵³ ou aumento de cômodos e quartos nas residências. Além de construções irregulares, como no processo de N° 2.189, um grupo de moradores da “Vila Maracanã” reclama sobre a construção de uma

⁵³ Termo utilizado dentro dos processos analisados para referenciar casas em estilos mais simples e em regiões mais periféricas.

indústria clandestina de charqueada causando mau cheiro em toda a vizinhança, revelando que os moradores também tinham expectativas com a modernidade, mas esta não era a que eles buscavam.

Nós, os abaixo-assinados. Moradores da Vila Maracanã, nesta cidade, sentimo-nos grandemente prejudicados com o horrível mau-cheiro emanado de uma fábrica de sebo (ou cousa que o valha) e curtume, de propriedade do Sr. Francisco Balduino, construído em perímetro residencial, vimos, baseados nos mais autênticos princípios de sadia democracia protestar veemente contra esse fato altamente desagradável. Esclarecemos que fedentina é realmente desagradável e enjoativa, ao ponto de provocar vômitos e náuseas nos moradores mais próximos da referida fabrica. (...) (PROCESSO Nº 2.189, 1960 p.4)

Outro incômodo ao imaginário social da cidade, e de grande exclusão - ou nas palavras do Foucault, os marginalizados ou perversos - temos a chegada das prostitutas ao seio dessa sociedade que buscava a modernidade, porém encontra no tecido social a resistência aos valores globalizantes. A classe estabelecida da cidade deseja o controle dos espaços urbanos e dos corpos. A família é o centro em que essa sociedade buscava manter-se, segundo o autor Hack o conceito de Foucault sobre o controle dos corpos perversos se daria pela burguesia e o seu padrão de sociedade.

A burguesia foi inicialmente o objeto privilegiado das técnicas de poder que foram utilizadas no interior da sexualidade. Foi na família burguesa que o exame de si, as técnicas de confissão e a análise das concupiscências iniciaram. Foi na família burguesa que o sexo da criança foi primeiramente problematizado, que a sexualidade feminina foi medicalizada e que houve a psiquiatrização do sexo. A mulher ociosa burguesa foi o primeiro objeto das técnicas utilizadas, aí se descobriu a histeria, a doença dos nervos e dos vapores. A criança, por sua vez, deveria ser submetida aos rigores da vigilância e do controle a fim de que a sua classe e os seus descendentes não padecessem da degenerescência. Levou muito tempo até a burguesia reconhecer o copo e a sexualidade de outras classes, foram necessários inúmeros conflitos. Primeiramente em relação ao espaço urbano (coabitação, epidemias, contaminação, prostituição, doenças venéreas etc.); em seguida diante de necessidades econômicas (desenvolvimento industrial, mão-de-obra, fluxo populacional e controle demográfico); e por fim, diante da tecnologia de controle. (HACK, 2014 p. 242)

A cidade não se projeta apenas nas suas edificações o seu corpo social é que a constitui, a sociedade anapolina, em seu interior, resiste às alterações mesmo permitidas pelo poder do Estado. Os moradores da Avenida Pedro Ludovico ficaram extremamente irritados com a permissão da prefeitura por conceder a abertura de um prostíbulo nas

imediações para a Sra. Maria da Conceição, a casa foi aberta e concedida dentro dos meios legais, porém as práticas sociais dos moradores não concordavam com a exposição dos corpos femininos.

O senhor Juracy Ribeiro e outros moradores reclamam e dão entrada em um processo na prefeitura da cidade, sobre a permissão da abertura de um estabelecimento de 12 cômodos para aluguel, os moradores afirmam não se tratar de um estabelecimento de quartos de aluguel, e sim um prostíbulo, serem “12 prostitutas – no seu nefando e triste comércio de vender corpos, com o cortejo inevitável de algazarra, pouca vergonha e embriaguez, impudência, etc., inevitavelmente não mais dão sossego às famílias honradas que lhe são vizinhas”. (Processo Nº 999, 30 de abril de 1953, p. 01 -02)

Para os habitantes de Anápolis, o trabalho e o progresso devem vir pela força de seu trabalho, e a venda do corpo é um sinal de preguiça e desonra. O crescimento urbano traz consigo essas novas relações em que determinados grupos sociais não conseguem lidar com esse processo, a cidade foi se expandindo, abrindo-se para os trabalhadores que iriam construir Brasília, mas junto vem a negação desse processo. Nem sempre a modernidade é bem-vinda, alguns aspectos que mudam a ordem social podem ser vistos como destruição dos valores sociais pré-existentes, no caso a mudança do padrão das mulheres dentro da sociedade e o seu papel, segundo Rago (2008, p.28-29) “lida com dificuldades diante das transformações urbanas que alteram a condição feminina e os atributos da feminilidade”, o crescimento urbano traz outras configurações para o papel da mulher e do seu corpo.

Dentro do processo, os moradores da cidade não sabem lidar com a autorização concedida pelo Estado, não há nenhuma ilegalidade para o ofício das mulheres, a única alternativa dos moradores é pedir a cassação do funcionamento do bordel, com traços religiosos e culturais bem arraigados aos valores da família, do campo, o diferente ou o marginalizado é colocado como crime perante o imaginário dos moradores, a avenida Pedro Ludovico é local de grande fluxo de pessoas, e o que esses moradores desejam é a exclusão do bordel para uma zona de exclusão, assim como se fazem com homossexuais, pobres, doentes, entre diversos grupos.

Se assim, não acontecer, às famílias anapolinas restarão o recurso de procurar outros sítios, em outros locais, já que Anápolis, caminhando como caminha a passos largos para a devassidão desenfreada, dentro em pouco será tida como moderna Sodoma e Gomorra, digna de atrair a fúria do céu a lhe arrazar a fama de

cidade onde a prostituição caminha a suplantando o número de lares decentes!

E é assim, senhor Prefeito, que ora lançam o presente apelo a Va. Exa.- esperando, como esperam, que a Va. Excia, homem decente, pai que luta pela honestidade e honradez do lar, não deixará que mais templo se construa nesta cidade em homenagem á imoralidade. (PROCESSO, Nº 999, 30 de abril de 1953)

Os moradores fazem um apelo enfático à autoridade municipal, caso não fossem ouvidos poderiam inclusive abandonar a cidade, pois não concordavam com essas novas práticas dentro do ambiente urbano e da sua vizinhança.

Outro processo, Nº 1013 de 28 de abril de 1960, é o dos moradores da Rua Quintino Bocaiuva, que fizeram uma petição pelo fim da fábrica de bebidas “Faraó”, à qual, segundo os moradores, deveria ser destinada às fábricas de beneficiar arroz, sendo a região destinada a produção de bens que edifiquem e valorizem os seus imóveis, a produção de bebidas traria um aumento nos números de bêbados e marginais nas ruas, além do mau cheiro próximo das casas devido à fermentação do álcool.

Como exemplificado, a cidade de Anápolis mesmo com construções modernistas frente a outros locais, não consegue se desvincular das suas raízes rurais e patriarcais. Claro, um processo lento de alteração da mentalidade vigente, não são apenas as obras que mostram uma cidade realmente moderna, é o seu povo e as suas relações culturais. O discurso de modernidade pode reverberar de diversas maneiras, mas é o corpo social que define os rumos dessa modernidade e como ela será exercida.

Os discursos de progresso e crescimento só ganham corpo pelo social e cultural, mesmo com o Estado e as elites colocando os seus desejos de mudança e alteração do tecido urbano, a modernidade torna-se uma máscara em que determinados balanços não se fixam, é no curso do rio que vai desenhando-se uma nova sociedade com novas culturas, não apenas o discurso.

A sociedade civil é estruturada como o "outro lado" da penetração do Estado na vida diária. Tanto o Estado como a sociedade, em uma palavra, são internamente referidos dentro dos sistemas reflexivos estabelecidos pela modernidade. O que vale para a distinção Estado/sociedade civil também vale para a distinção público/privado. A esfera do privado se opõe à do público em dois sentidos, ambos fortemente influenciados, se não inteiramente provocados, pelas mudanças associadas ao desenvolvimento da modernidade. A diferenciação de Estado e sociedade civil marca uma dessas oposições. (GUIDDENS, 2002, p. 141)

Não posso afirmar que Anápolis é hoje uma cidade moderna ou se chegará a ser, o que nos interessa pensar é que no seio do tecido social urbano que deve surgir a sua identidade legítima, uma cultura reflexiva sobre si, a alteração urbana durante o período apagou diversas construções outras foram refeitas ou reformadas, atualmente grande parte dessas mudanças que vimos foram escondidas por propagandas e outdoors de loja. Novos projetos arquitetônicos foram introduzidos, o imaginário social para uma alteração mais profunda requer um tempo maior.

Considerações finais.

Neste trabalho podemos perceber que a história urbana e da urbanização das cidades nos auxiliam no entendimento de várias sociedades. Anápolis em seu processo analisado entre 1930 até 1960, passou por várias transformações para se encontrar como cidade moderna, diversos projetos urbanos e suas construções formaram o desenho que foi pleiteado por diversos grupos. Entendemos a modernidade dessa cidade como um desenrolar que apresentou diversas dificuldades e agentes históricos que auxiliaram para a sua continuação, principalmente pelo setor privado.

Durante o governo Vargas a cidade foi introduzida a regiões sudeste do país e tornou-se uma importante fornecedora de matérias-primas, o crescimento que a cidade passou e a sua reordenação devido a chegada da ferrovia. Nesse sentido, a modernidade como fator de alteração realinou diversos grupos em prol de um objetivo, alterar a urbe para o novo e até mesmo para o desconhecido. Durante a década de 1930, Anápolis foi inserida no processo de crescimento econômico através da linha férrea e o seu poder econômico, como consequência, buscou a melhoria do seu espaço urbano, criando novas leis e regulamentações, construções atraíram profissionais que auxiliaram a cidade a ter o desenho e o comportamento moderno exigido no período por grupos locais e estaduais.

O que podemos entender é que a construção de Goiânia foi um fator que impulsionou o seu desejo de alterar as suas feições e o seu comportamento. Concluímos que a cidade não esteve isolada e estática às mudanças que o país passava, a ferrovia foi um motor de grande impacto que acelerou a chegada de novos elementos com o contato de vários agentes políticos e imigrantes para o seu imaginário social, uma modernidade periférica que encontrou no seu próprio espaço e nos seus valores culturais novas maneiras de se fazer e produzir a modernidade como discurso, o que se reverberou na

comunidade anapolina. Contudo, as dificuldades econômicas, culturais e o próprio entendimento de lugar, criaram novas formas de se fazer moderna, criando uma cidade híbrida com múltiplos lugares.

Anteriormente, pensávamos que a ferrovia teria sido o único caminho para a chegada da modernidade, porém as fontes como os jornais e as plantas arquitetônicas mostraram-nos que não, a cidade comunicava-se com outros espaços, como a capital do país, o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e outras localidades como a Inglaterra, Estados Unidos e o Oriente Médio. Com a vinda de imigrantes como os “turcos”, a família Fantones, entre outros imigrantes, que auxiliaram na construção dessa sociedade, podemos perceber que ela não esteve envolvida exclusivamente pelo campo e as fazendas, pois, as diversas culturas dos grupos de imigrantes, trabalhadores rurais, pobres, classe média, classe média alta auxiliaram tanto no poder econômico quanto nas formas de fazer e produzir a cidade havia também uma elite que ajudou a impulsionar a cidade, trazendo uma nova visão sobre a cidade em meio ao sertão brasileiro, quebrando o estereótipo de isolamento que Goiás possuía.

Durante a década de 1930 até 1940, mesmo sem ter um projeto heterogêneo de alteração urbana, a cidade manteve a busca de novas formas de se encontrar, por meio das construções de casas, edifícios privados, a regulamentação de leis que disciplinavam o espaço e os seus moradores, um processo que se mostrou com rupturas e continuidades.

Goiânia teve um impacto grandioso nas formas de se pensar a modernidade goiana, símbolo de uma política que buscou eliminar as antigas relações sociais e políticas, edificada em meio ao solo árido, com novas técnicas, foi como uma irmã mais nova, que foi recebida com grande entusiasmo, porém a sua construção trouxe impactos à cidade, como a falta de verbas municipais para o melhoramento de Anápolis, uma crise financeira que impediu a prefeitura de continuar ou ampliar o projeto de modernidade e foi deixada para o poder privado, que contava com crescimento devido à presença da ferrovia, que trazia e levava mercadorias e pessoas.

Percebemos que o discurso de higienização do espaço não ficou relegado apenas à Europa ou à construção de Goiânia, houve políticas públicas para que essa prática se instalasse na cidade, como o pedido de limpeza das fachadas, a mudança do cemitério, a vinda da missão Rockefeller, os serviços de pavimentação e a construção de hospitais, durante a década de 1930. O que nos permite pensar que a cidade esteve em sintonia com as mudanças globais iniciadas na Europa e que reverberaram das políticas nacionais em que o período passava até chegar ao nosso objeto de estudo. A cidade, como falado, um

organismo vivo e sujeito histórico, não apenas como palco das mudanças, mas como um espaço edificado das memórias e intenções dos que nela estiveram e expressaram os seus desejos de humanidade e sociedade.

Durante a década de 1940, as instabilidades políticas, as propagandas para vender Goiás como um Estado moderno e as sucessivas intervenções por parte do Pedro Ludovico Teixeira, fizeram com que a cidade se organizasse em isolar o governo estadual e as lideranças locais rompessem com o governo, a cidade se mostraria como detentora das suas próprias vontades, porém o crescimento econômico não foi favorável a todos os habitantes da cidade.

Dentro de uma cidade, podemos perceber que havia cidades dentro de si:

Uma cidade elitizada detentora de um capital privado e que possuía as condições financeiras para a construção de obras de características modernas, que exigiam um saber técnico e profissional mais rebuscado e a concentração dessa elite, no centro da cidade, que contava com comércios que se instalavam ali. O Art Déco havia ganhado espaço, uma mistura de novas construções que mesclavam os estilos ecléticos, neoclássicos, o déco com as construções que já existiam anteriormente, com características coloniais, a arquitetura vernacular que é presente ao longo da história local.

A outra, a cidade dos trabalhadores e dos imigrantes, que ficavam mais afastados do centro, porém conseguiram construir diversas moradias, que juntas estabeleceram formas únicas na cidade, seja por mistura de elementos, ou por adequação dos projetos. Durante esse período a cidade atraiu diversos grupos e ampliou-se, construindo novos bairros, principalmente para o norte, uma contramão, já que a capital do estado fica geograficamente para o sul.

A década de 1950, contudo, realimentou o discurso de modernidade, devido à construção de Brasília. A cidade viveu um inchaço populacional nunca antes visto, a prefeitura precisou se reorganizar para conseguir atender a novas demandas. A construção de Brasília foi considerada como um novo fator para o seu crescimento, porém acreditava-se, de forma equivocada, que as construções modernistas, implementadas pelo modernismo, o nacionalismo e o impacto dos arquitetos como Lucio Costa e Oscar Niemeyer teriam refletido na cidade, com a construção de Brasília.

Os arquivos revelaram o contrário, os jornais da época e as plantas arquitetônicas responderam que a cidade possuía profissionais com os saberes técnicos e estavam alinhados com as tendências do período. A cidade esteve inserida em práticas modernistas durante o processo anterior à construção da nova capital do Brasil.

Antes deste trabalho, havia a ideia que todas as alterações do espaço urbano de Anápolis haviam sido elaboradas apenas pelo setor público, já as fontes revelaram que o setor privado foi um grande entusiasta das transformações, ampliou as construções urbanas, impulsionou novas formas de arquitetura. Além disso, havia a ideia que profissionais de Goiânia e outras localidades não haviam atuado na cidade, quando as fontes revelaram que vários construtores e arquitetos atuaram na cidade, eliminando a crença, até então, de que a cidade se ligava apenas pela ferrovia para transportar mercadorias. A modernidade não mudou apenas a forma de construir, alterou as relações sociais e o imaginário da cidade, que respondeu em determinados momentos com entusiasmo e outros momentos com resistências ao novo. Também, a pesquisa mostrou-nos a atuação de alguns profissionais de Goiânia em Anápolis, até a análise das fontes, não tínhamos nenhuma informação sobre a mesma, tínhamos a ideia de como Goiânia havia influenciado Anápolis, porém não tínhamos base acadêmica para a discussão. Outra relação foi Brasília, que segundo pensávamos, tinha contribuído de forma mais abundante em termos arquitetônicos.

Um caminho que acreditamos ter sido aberto por este trabalho, são as inúmeras possibilidades que o arquivo de obras públicas da cidade pode responder, diversos documentos precisam e devem ser estudados e analisados, várias caixas de documentos trazem a memória da cidade em seu conteúdo.

Outras décadas e histórias que não puderam ser trabalhados, como as décadas seguintes a este trabalho e os projetos de desenvolvimento da cidade, a vida e as obras dos arquitetos, construtores que não foram estudados a fundo neste trabalho podem ampliar a discussão sobre a história de Goiás e da cidade, sendo fontes de pesquisas para as casas residenciais da época e as suas alterações que estariam entre as mais variadas ideias de pesquisa ainda inéditas.

É preciso que os historiadores e outros profissionais apropriem-se dessas fontes do arquivo municipal de obras públicas da cidade de Anápolis, que antes deste trabalho estavam empoeiradas e com vários documentos deteriorados pelo tempo, esperamos que outros pesquisadores se interessem pelo assunto e usem essas fontes para contribuir ainda mais para a pesquisa local e nacional. A preservação da memória é de responsabilidade de todos os pesquisadores e quando vamos a fundo, o poder público vê-se forçado a preservar essa fonte. O arquivo possui uma imensa possibilidade de trabalhos, que anteriormente se baseavam apenas nos jornais e nas fotografias locais, principalmente do fotógrafo Francisco Garcez, que são muito utilizadas em trabalhos acadêmicos, porém o

arquivo possibilitou-nos, por meio da análise das plantas arquitetônicas, novas formas de ver e compreender o imaginário social da cidade e o seu processo de modernidade.

Referências

Arquivos consultados:

Arquivo do Centro de Documentação da Universidade Estadual de Goiás (Cedoc-UEG) – Anápolis, GO.

Arquivo do Museu Antropológico de Goiânia.

Arquivo do Museu Histórico de Anápolis “Alderico Borges de Carvalho” – Anápolis, GO.

Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Arquivo Municipal de Obras Públicas da Prefeitura de Anápolis. –Anápolis-GO.

Instituto de patrimônio histórico e cultural Professor Jim Magaliski

Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), Goiânia, GO.

Bibliografia.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARRAIS, Cristiano; SANDES, Noé Freire. “História e Memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança.” *Varia História*, Belo Horizonte, MG, vol. 29, nº 51, p.847-861, set/dez 2013.

ARRUDA, Esther Mariano; PEREIRA, Maíra Teixeira. *Casas Modernistas em Anápolis*. In. : Revista Do_co, mo. Mo_ brasil. 2016.

ASMAR, João. *Coisas do passado*. Goiânia: Kelps, 2013.

ASMAR, João. *Os Árabes no Sertão*. Goiânia: Kelps, 2010.

AUGÉ, Marc. ([1992] 2005), *Não-lugares: Introdução a uma Antropologia da Super Modernidade*. Trad. : Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. Porto: Enciclopédia Einaudi, 1985.

BARCI Castriota, Leonardo, *Os Alvos da História da Arquitetura: João Boltshauser e Sylvio de Vasconcellos*. *Arquiteturarevista* [en línea] 2013, 9 (Julio-Diciembre).

BAUMANN, Zygmunt. (2007) *Vida de Consumo*. Mexico: Fondo de Cultura Económica.

BENCHIMOL, Jaime Larry. (coord.). *Febre amarela: A Doença e a Vacina, uma História Inacabada*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

BENCHIMOL, Jaime L. Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é Sólido se Desmancha no Ar: A aventura da Modernidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

BERTRAN, Paulo. *Formação Econômica de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978.

BORGES, Barsanufio Gomides. O despertar dos dormentes: estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais. Goiânia: Cegraf/UFG, 1990.

BORGES, Marília Santana. *Quartirão Sucesso da cidade: O Art Déco e as transformações arquitetônicas da cidade de Fortaleza de 1930 e 1940*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAMPOS, Francisco Itami, *Saúde pública: a medicina e a política*. Rev. Pat. Trop. 25. (2): 173-186, jul./dez. 1996.

CAMPOS, Francisco Itami. *Cidade, espaço de dominação*. In: *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia: UFG, v.14, n.1 p.61-75, janeiro/dezembro. 1994.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 2. ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CAMPOS, Itami. *Questão Agrária: Bases sociais da política goiana (1930-1964)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

CANCLINI, N. G. *O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária Nacional*. In. : *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 95-115. 1999.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2013.

CARPINTÉRO, M. V. T.; CERASOLI, J. F. *A Cidade como História*. In. : História: questões & debates, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan. /jun., 2009.

CASTRO, Joana D´Arc Bardella, *Anápolis: Desenvolvimento Industrial e Meio Ambiente*. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2004.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Algés: DIFEL, Difusão Editorial, S A., 2002.

CHARTIER, Roger. *Por uma Sociologia Histórica das Práticas Culturais*. In: Roger Chartier. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHAUL, Nars Nagib Fayad, *A construção de Goiânia e a Transferência da Capital*. Goiânia: CEGRAF-UFG, 1988.

CHAUL, Nars Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

CHIAROTTI, Tiziano M. *Patrimônio histórico e cultural do município de Anápolis*. Anápolis, GO: Kelps, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Fundando a Nação: a Representação de um Brasil Barroco, Moderno e Civilizado*. Topoi, v. 4, n. 7, jun-dez. 2003. disponível em: 20/06/2019.

CHUVA, Márcia. *Fundando a Nação: a Representação de um Brasil Barroco, Moderno e Civilizado*. Rio de Janeiro: Topoi, vol.4, n.7, pp.313-333. 2003. *Construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

CORBUSIER, Le. *Precisões. Sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. Coleção Face Norte, volume 06. São Paulo, Cosac Naify, 2004.

CORREIA, Telma de Barros. *Art Déco e indústria Brasil, décadas de 1930 e 1940: Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nº. V-16. n2. p -47 -104. Jul.-dez. 2008.

COSTA, Wesley. *Histórico dos Locais de Preservação da Liberdade em Anápolis: Aspectos do Patrimônio Arquitetônico e Cultural*. Caderno de Pesquisas Ano 2/ Nº 1 junho de 2010.

CRUZ, H. & PEIXOTO, M. (2007). “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”, in: Projeto História, São Paulo, no 35, p. 1- 411, dez.

CUNHA, W. F. *Anápolis, Um Enfoque Histórico*. Anápolis: Correio do Planalto, 31 de julho de 1976.

DI PAOLI, Cláudia Moreno; SERRA, Túlio Lopez. *História Da Arquitetura Do Edifício-Sede Do Hospital Evangélico Goiano In. : Caderno de Pesquisas – Museu Histórico de Anápolis “Alderico Borges de Carvalho”, Ano 4 e 5, nº. 1 e 2. Anápolis, GO, 2013.*

DIÊGOLI, Leila Regina. *Prestes Maia e seus Projetos de Cenografia Urbana. In. : FENELON. Déa Ribeiro. Cidades: pesquisa em história. São Paulo, PUC-SP, 2000.*

DINIZ, Ana Maria. *Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935). Ideal de estético e realidade política. (Dissertação de mestrado) Brasília - UnB. 2007.*

DUARTE, Valquíria Guimarães. *Uma história Edificada [manuscrito]:Tríplice Mimese e Performance. Um estudo narrativo da Fundação Iberê Camargo (Porto Alegre,1998-2008), de Álvaro Siza / Valquíria Guimarães Duarte. – 2013.*

ECO, Umberto. *A estrutura ausente. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva,1991.*

ECO, Umberto. *A Estrutura Ausente: Introdução a Pesquisa Semiológica. 7ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2003.*

FARIA, Ivone Oliveira & PEREIRA, Jacy C. de Azevedo. *A Formação da Estrutura Urbana. In. : Correio do Planalto, Anápolis, 1976.*

FARIA, Ivone Oliveira; Pereira, Jacy C. de Azevedo. *A formação da estrutura urbana. Anápolis: Correio do Planalto, 1976.*

FENELON, Dea Ribeiro. *Cidades: Pesquisa em História. In. : Programa de Estudos Pós Graduados em História da PUC / SP, São Paulo: EDUC, 2000.*

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.*

FERNANDES, Marilena Julimar. *Percurso de Memórias: A trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira. Mestrado História – Universidade Federal de Uberlândia, 2003.*

FERREIRA, Haydée Jayme. *Anápolis sua Vida, seu Povo. SENADO FEDERAL, Brasília: Centro Gráfico, 1981.*

FOUCAULT, Michel, Dits et écrits 1984, *Des espaces autres (conférence au Cercle d'études architecturales, 14 mars 1967). In.: Architecture, Mouvement, Continuité, nº5, pp. 46-49, outubro de 1984.*

FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina. Coleção Ditos & Escritos (vol. VII). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.*

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder. Rio de Janeiro, Graal, 1979. Traduzido a partir do Inglês (com base no texto publicado em Diacritics; 16-1, Primavera de 1986) por Pedro Moura. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967.*

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. Traduzido a partir do inglês (com base no texto publicado em *Diacritics*; 16-1, Primavera de 1986) por Pedro Moura Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967.

FREITAS, Revalino A.; POLONIAL, Juscelino M. *Formação econômica de Anápolis*. Anápolis: Mimeo, 1988.

FREITAS, Revalino. *Anápolis: Passado e Presente*. Anápolis: Voga, 1995. *Geografia*. N°3 anos IX. Rio de Janeiro: IBGE p. 313-342 jul./set. 1947. *Geografia*. N°3 ano IX. Rio de Janeiro: IBGE p. 313-342 jul/set 1947.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. *Brasília: de Espaço a Lugar, de Sertão a Capital (1956 – 1960)*. 2008. Tese (Doutorado) - Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: Uma modernidade possível* (org.) Alexandre Ribeiro Gonçalves. Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas, 10 – Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

HACK, Rafael Fernando. Foucault, A modernidade e o sujeito. Tese de doutorado UFSC, 2014.

HALL, Stuart. A identidade Cultural na Pós-Modernidade. Trad. : Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. Paris: *Capital da Modernidad*; Trad. : Magda Lopes. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções Burguesas: 1789-1848*. 8ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 5.ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. – Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. Edição revista.

KUBTISCHEK, Juscelino. Sessão de 20 de maio de 1946. Anais da Câmara dos Deputados. SERVIÇO DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. “Antecedentes Históricos” – Coleção Brasília. Rio de Janeiro, 1960, Vol. 3.

LARA, Luiz Fernando. *A Arquitetura Moderna Brasileira e o Automóvel: O Casamento do Século*. Revista Cidade e Movimento - Mobilidades e Interações no Desenvolvimento Urbano. /Brasília, 2016

LE GOFF, Jacques, 1924 *História e memória*. Trad. : Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEMKE, Maria. *Trabalho, Família e Mobilidade Social - Notas do que os Viajantes não Viram*. 304 fl. il. Tese de Doutorado em História. Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Cozinhas, etc*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LE MOS, Carlos. *A República Esina a Morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LE MOS, Carlos. *Alvenaria burguesa. Breve História da Arquitetura Residencial de Tijolos em São Paulo a partir do Ciclo Econômico Liderado pelo Café*. 2. ed. ver. Ampl. São Paulo, Nobel, 1989.

LEPETIT, Bernard. *Por uma Nova História Urbana*. Trad. : Cely Arena. – 2ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2016.

MACHADO, Roberto e Outros. *Danação da Norma: A Medicina Social e a Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MARTINS, João Paulo do Rosário. *Os Espaços e as Práticas Arquitetura e Ciências Sociais: Habitus, Estrutura e Ritual*. 2006. Tese de Doutorado pela Universidade Técnica de Lisboa, (2006).

MATHEUS, Leticia Cantarela. *Comunicação, Tempo, História: Tecendo o Cotidiano em Fios Jornalísticos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MEDRANO, R. H. *Notas sobre a América do Sul na Historiografia Urbana Brasileira*. In. : GOMES, M. A. F. (Org.). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MELO, V. A.; GONÇALVES, C. A. *Lazer e Urbanização no Brasil: Notas de uma História Recente (décadas de 1950/1970)*. Revista Movimento. Porto Alegre, v. 15, n. 03, p. 249-271, julho/setembro de 2009.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como Nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

MOURA, Ana Amélia de Paula. *Arquitetura Residencial em Goiânia (1935-1940): A Modernidade Revelada*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2011.

MOURA, Arnaldo Salustiano. *Cotidianos Anapolinos. Dos anos 20 até 1970: Um Olhar ao Passado Através dos Documentos Legislativos*. Goiânia: Kelps, 2012.

MUMFORD, Lewis. *A Cidade na História: Suas Origens, Transformações e Perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NEIVA, Ivany Câmera. *Imaginando a Capital: Cartas a JK (1956 – 1960)*. Tese de Doutorado. PPGHIS: Universidade de Brasília, 2008, p. 203.

NETO, Eurípedes Afonso da Silva. *Goiânia Casa Moderna 1950. 1960. 1970*. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Dra. Sylvia Ficher. Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, departamento de Teoria e história e do Urbanismo. Brasília, 2010.

NORA, Pierre. “*Entre memória e história: a problemática dos lugares*”. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares*. In. : Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *Los Principios de la Arquitectura Moderna sobre la Nueva Tradición de Siglo XX*. Barcelona: Editorial Reverte, 2005.

PALACIN, Luís. *Coronelismo no extremo Norte de Goiás*. Goiânia: UFG, São Paulo: Loyola, 1990.

PANTALEÃO, S. C., MANSO, C. A. F., PEREIRA, P. H. M., & SILVA, D. J. DA. *Anápolis e os Exemplares Habitacionais de Caráter Modernista*. Urbana Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade. 2014. v.6, nº 8, jun.2014 - Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina - CIEC/UNICAMP.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidade, Espaço e Tempo: Reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano*. In. : Cadernos do LEPAARQ - Textos de Arqueologia, Antropologia e Patrimônio. Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia. Pelotas, RS: Editora da Universidade Federal de Pelotas, v.II, n.4, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. *Moderno ou moderne? Questões sobre a Arquitetura Francesa no entre Fuerras*. In. : Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro. Art Déco na América Latina: 1o seminário internacional. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU, Solar GrandJean de Montigny – PUC/RJ, 1997.

POLIZZO, A. P.; Kamita, J. M. *A Estética Moderna da Paisagem: A Poética de Roberto Burle Marx*. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

POLONIAL, *Ensaio sobre a História de Anápolis*. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2000.

POLONIAL, J.M. (org.). *O Centenário: Iniciação à História de Anápolis*. Anápolis: AEE, 2007.

POLONIAL, Juscelino. *Anápolis nos tempos da ferrovia*. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 1995.

POLONIAL, Juscelino. Introdução à história de Anápolis (1819 – 2007). Editora Kelps, Goiânia, 2007.

POSSAMAI, Zita Rosane. Cidade Fotografada: Memória e Esquecimento nos Álbuns Fotográficos- Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. Vol.1 e vol.2. Tese em história do programa de pós-graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 2005.

POSSAMAI, Zita Rosane. *Fotografia e Cidade*. ArtCultura. Uberlândia: UFU, Instituto de História, v. 10, n. 16, jan-jun. 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 27, nº53, 55-90, 2007.

PRADO, Maria Emília. 2008. “Os intelectuais e a eterna busca pela modernização do Brasil: o significado do projeto nacional-desenvolvimentista das décadas de 1950-60”. *Revista Intellectus*, nº 15. Rio de Janeiro.

RAGO, Luzia Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

REIS, P. A. *Construir, Morar e Viver para Além do Centro de São Paulo: Os setores Médios entre a Urbanização e as Relações Sociais do Brás (1870-1915)*. Dissertação (Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

RIBEIRO, Gustavo Lins. O Capital da Esperança: Brasília, estudo sobre uma grande obra da construção civil(a). 1980. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Brasília, Brasília:UNB.

RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Trad. Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa (tomo I)*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

ROSSI, A. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANDES, Noé Freire. *Nação, Políticas de Saúde e Identidade (1920 – 1960)*, 2002, p.26-27.

SANDES, Noé Freire. *Saúde e identidade nacional (1930 – 1960)*. Brasília, 1989. Dissertação (Mestrado) – Universidade Nacional De Brasília.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil. 1900-1990*. 1.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

SENRA, Marcia. *A cidade Moderna: História, memória e Literatura – Paris, Belo – Horizonte*. Revista Univap, São José dos Campos – SP, v. 17, nº29, ago. 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, Sociedade e Cultura nos Frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SHARPE, Jim. *A história Vinda de Baixo*. In. : BURKE, Meter. *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. Trad. Magda Lopes. Editora Unesp, 1992.

SILVA, Ana Lúcia da Silva. *A Revolução de 1930 em Goiás*. Goiânia: Câne Editorial, Agepel, 2001.

SILVA, José Fábio. *O Progresso como Categoria de Entendimento Histórico: Um Estudo de Caso sobre a Modernização da Cidade de Anápolis-GO (1930-1957)* / (Dissertação de mestrado/ UFG) - 2014.

SILVA, Júlia Bueno de Moraes. *O Interior e sua Importância no Projeto Centralizador do Brasil: Anápolis anos 20-30*. (Dissertação de mestrado) UFG. 1997.

SOUZA, Denise Ribeiro. *A Influência da Construção de Brasília no Edifício do Centro Administrativo de Anápolis*. Museu Histórico Alderico Borges de Carvalho, Caderno de pesquisas, Ano 4 e 5/ nº 1 e 2 de outubro de 2013, p. 60 – 68.

SOUZA, Edson Rezende. *O ISEB e o nacional-desenvolvimentismo: A intelligentsia brasileira nos anos 50*. Revista de Artes e Humanidades, Nº4, mai-out 2009. UFJF – 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991. Universidade de São Paulo.

URURAHY, Nilton Rabello. *A Construção de Goiânia: Uma Abordagem Médico-Sanitarista através dos Discursos, Planos e Projetos (1930-1942)* / Nilton Rabello. (Dissertação de mestrado UEG) - 2015.

VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa. *As Representações Sociais do Progresso. Uma Perspectiva a partir da Chegada da Estrada de Ferro em Anápolis, GO*. 2015. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

VARGAS, Lucas Gabriel Corrêa. *O estilo Art déco e o antigo fórum da cidade de Anápolis- Go*. 55-68. 2013. *Caderno de Pesquisa Museu Histórico de Anápolis*. Goiânia: Kelps, 2013.

VAZ, Maria Diva A. Coelho; ZÁRATE, Maria Heloísa Veloso. *A Experiência Moderna no Cerrado Goiano*. Revista Arquitectos, n.67, dezembro, 2005. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/06.067/399> > acessado em 10/08/2019.

VELLOSO, Monica Pimenta. *As Distintas Retóricas do Moderno*. In. : O moderno em revista: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930. Rio de Janeiro, Faperj/Garamond, 2010.

VILAÇA, Marcos Vinicius; ALBUQUERQUE, Roberto de. *Coronel, Coronéis*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/EDUFF, 1988

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Do Nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)*. In. : FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília Neves de Almeida (org.). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, v. 3, 2003.

WAIBEL, Leo. Uma viagem de reconhecimento ao Sul de Goiás. *Revista Brasileira de Geografia*. nº3 ano IX. Rio de Janeiro : IBGE p. 313-342 jul/set 1947.

Periódicos.

Anápolis: 1907-2007: Cem anos de História. Anápolis: Editora Gráfica Terra Azul, 2007. (Edição especial do Centenário).

Contexto, Anápolis, 2011.

Correio do Planalto, Anápolis, 1974-1982.

O Anápolis, Anápolis, 1943-1959.

O Anápolis, Anápolis, 2010.

O Annapolis, Anápolis, 1935-1939.

O Centenário, Anápolis, 2005-2007.

O Cinquentenário, Anápolis, 1956.

O Combatente, Anápolis, 1933.

O Operário, Anápolis, 1933.

Revista A Cinquentenária. Edição única em comemoração ao jubileu da cidade de Anápolis, 1957.

Revista Anápolis: Ontem e Hoje: sua história – seu povo – seu progresso. Anápolis, 1973.

Revista Anápolis: Ontem e Hoje, Anápolis, 1975.

Revista do SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.01, 1937

Sites visitados:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). < <http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10/02/2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v30_t1_go.pdf>
acesso em 10/05/2019